

E S T U D O S
AFRO-ASIÁTICOS

29

■ A construção da raça e o Estado-Nação ■ O hiato de gênero nas percepções de racismo — o caso dos afro-brasileiros socialmente ascendentes ■ Competências 'indefinidas' e raça: uma investigação sobre os problemas de emprego dos homens negros ■ Mãe negra de um povo mestiço: devoção a Nossa Senhora Aparecida e identidade nacional ■ A família escrava no Suriname colonial do século XIX ■ Seguindo o mapa das minas: plantas e quilombos mineiros setecentistas ■ Aberturas e limites da administração pombalina na África: os autos da devassa sobre o negro Manoel de Salvador ■ Cacheu na encruzilhada de civilizações ■

CONJUNTO UNIVERSITÁRIO CANDIDO MENDES

ISSN 0101-546x

E S T U D O S
AFRO-ASIÁTICOS

29

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS

Diretor

Candido Mendes

Vice-Diretor

Beluce Bellucci

ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS 29

Março de 1996 — Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEEA
Conjunto Universitário Candido Mendes

Diretor

Candido Mendes

Editores

Carlos A. Hasenbalg

José Maria Nunes Pereira

Coordenação Editorial

Marcia Lima

Conselho Editorial

Beluce Bellucci, Cactana Maria Damasceno, Candido Mendes, Carlos A. Hasenbalg, Charles Pessanha, Edson Borges, Giralda Seyferth, José Maria Nunes Pereira, Kabengele Munanga, Marcia Lima, Marcelo Bittencourt, Nelson do Valle Silva, Olivia Maria Gomes da Cunha, Peter H. Fry, Ronaldo Vainfas, Roquinaldo Amaral Ferreira e Yvonne Maggie

Conselho Consultivo

Beatriz Góes Dantas, Carlos Moreira Henrique Serrano, Clímério Joaquim Ferreira, Clóvis Moura, Colin Darch, Eduardo J. Barros, Ernani Teixeira Torres Filho, Fernando A. Albuquerque Mourão, João Baptista Borges Pereira, João José Reis, Joel Rufino dos Santos, Juana Elbein dos Santos, Júlio Braga, Luísa Lobo, Manuela Carneiro da Cunha, Marisa Corrêa, Milton Santos, Octávio Ianni, Roberto Mota, Roberto W. Slencs, Severino Bezerra Cabral Filho e Tereza Cristina Nascimento Araújo

Supervisão Gráfica

Carlos Augusto de Oliveira Lima

Secretaria de Redação

Hamilton Magalhães Neto

Serviços de Tradução

Waldívia Portinho, Jorge Gustavo de F. Ciriaco, Sieni Maria Campos e Isabel Cristina F. dos Reis

Produção Gráfica

Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Luiz Carlos Palhares, Ademilson Coutinho e André Pinheiro (revisão); Textos & Formas Ltda. — (021) 224-1288 (diagramação e editoração eletrônica)

Capa e Projeto Gráfico

Alba D'Almeida

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

We ask for exchange

Price: Single Copies: (in Brazil) R\$ 15,00; (overseas) R\$ 20,00

Annual Subscription (two issues): (in Brazil) R\$ 30,00; (overseas) R\$ 40,00

Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to)

Sociedade Brasileira de Instrução — Centro de Estudos Afro-Asiáticos

Rua da Assembléia, 10, Conj. 501, Centro

20119-900 — Rio de Janeiro — Brasil

Tel. (021) 531-2000, R. 259, e 531-2636; Fax (021) 531-2155

Apoio da **Fundação Ford**, da **Fundação Andrew W. Mellon** e do

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT



CNPq



FINEP

Este número de
Estudos Afro-Asiáticos é
dedicado à memória de
Florestan Fernandes (1920-1995)
e Thales de Azevedo (1904-1995).

ESCRavidÃO E RELações
RACIAIS NO BRASIL
– CADASTRO DA PRODUÇÃO
INTELCTUAL (1970-1990)

Um importante instrumento
de pesquisa para os estudiosos.



São cerca de 2.500
referências classificadas
tematicamente, com
destaque para teses
de mestrado e doutorado.

À VENDA
NO CEA (US\$ 15.00)
RUA DA ASSEMBLÉIA, 10/501
TEL.: 531-2000, RAMAL 259
FAX 531-2155

SUMÁRIO

A construção da raça e o Estado-Nação 9

Anthony W. Marx

Por que a dominação racial oficial foi instituída na África do Sul e nos Estados Unidos, enquanto nada comparável ao *apartheid* ou ao Jim Crow foi erigido no Brasil? O artigo tenta responder a essa e outras questões a partir do argumento de que as ordens raciais pós-abolição foram significativamente influenciadas em sua forma pelo processo de construção do Estado-Nação em cada contexto.

O hiato de gênero nas percepções de racismo: o caso dos afro-brasileiros socialmente ascendentes 37

Francine Winddance Twine

Examina a diferença de gênero em experiências relatadas com racismo em uma pequena comunidade urbana no interior do Rio de Janeiro e fornece um estudo de caso empírico das percepções do racismo cotidiano, aumentando nosso entendimento do quanto os afro-brasileiros percebem ou não o racismo como um problema em suas vidas.

Competências 'indefinidas' e raça: uma investigação sobre os problemas de emprego dos homens negros 55

Philip Moss e Chris Tilly

Por meio de entrevistas em aberto, pesquisa as mudanças na exigência de competências, sejam indefinidas sejam concretas, e os efeitos dessas mudanças sobre o acesso de homens negros aos empregos iniciais nos Estados Unidos.

Mãe negra de um povo mestiço: devoção a Nossa Senhora Aparecida e identidade nacional 85

Juliana Beatriz A. de Souza

Procura compreender a dinâmica e o significado do processo de escolha de Nossa Senhora da Conceição Aparecida para padroeira do Brasil, no princípio do século, ao mesmo tempo que procura articular as noções de religiosidade, identidade e etnicidade com a idéia do que significou a Primeira República para a construção institucional da Igreja Católica.

A família escrava no Suriname colonial do século XIX 103

Humphrey E. Lamur

Estuda a variedade de uniões maritais que existiu entre a população escrava de Vossenburg no Suriname, no século XIX, incluindo monogamia, poligamia, lares com ambos os pais e lares encabeçados pela mãe, e afirma que esse sistema da família escrava pode ser explicado como uma resposta de adaptação às condições opressivas da escravidão.

Seguindo o mapa das minas: plantas e quilombos mineiros setecentistas 113

Flávio dos Santos Gomes

Com base em seis plantas de mocambos mineiros do século XVIII, especula a respeito das possíveis estruturas socioeconômicas e simbólico-rituais forjadas pelos negros fugidos.

Aberturas e limites da administração pombalina na África: os autos da devassa sobre o negro Manoel de Salvador 143

Selma Pantoja

Através da análise do auto da devassa do negro Manoel de Salvador, estuda o cotidiano da Luanda setecentista e a forma como foi praticado na colônia portuguesa na África, no governo de Souza Coutinho, o pensamento esclarecido.

RESENHA: Cacheu na encruzilhada de civilizações 163

Johannes Augel

Aos Colaboradores

- **Estudos Afro-Asiáticos** aceita trabalhos inéditos relacionados ao estudo das relações raciais no Brasil e na diáspora e às realidades nacionais e das relações internacionais dos países da África e Ásia.

- A publicação dos trabalhos será decidida segundo pareceres de membros dos Conselhos Editorial e Consultivo, que avaliarão a qualidade do trabalho e sua adequação às finalidades editoriais da revista.

- Serão aceitos originais com cerca de 30 laudas, datilografadas em espaço duplo e em 1ª via. Os originais, acompanhados de disquete com informação sobre o respectivo editor de texto, deverão conter um resumo de aproximadamente uma lauda e a qualificação acadêmica e a profissional do autor.

- Tabelas e gráficos deverão ser apresentados com as respectivas legendas e indicação de sua localização no texto, além das unidades em que se expressam os valores e das fontes correspondentes.

- As notas devem ser numeradas seqüencialmente e apostas ao final do texto. Deve ser evitada a abertura de notas tão-somente para referenciar uma citação. Em seu lugar, pôr nome do autor, ano da publicação e página, como no exemplo: "...Araújo, 1940, p. 210, afirma...".

- A bibliografia deverá ser apresentada observando-se a seguinte norma:

PARA LIVRO

a) nome do autor; b) data da publicação; c) título da obra (sublinhado); d) número da

edição, se não for a primeira; e) local de publicação; f) nome da editora; g) número de páginas.

Ex.: FERNANDES, Florestan (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difel. 000p.

PARA ARTIGO OU CAPÍTULO

a) nome do autor; b) data da publicação; c) título do artigo entre aspas; d) nome do periódico (sublinhado); e) volume, número do periódico e número de páginas; f) local da publicação.

Ex.: IANNI, Octávio (1988). "Literatura e consciência". *Estudos Afro-Asiáticos*, 10(15):208-17. Rio de Janeiro.

a) nome do autor; b) data da publicação; c) título do artigo ou capítulo entre aspas; d) nome do editor ou organizador; e) nome da obra (sublinhado); f) número da edição, se não for a primeira; g) local de publicação; h) nome da editora; i) número de páginas.

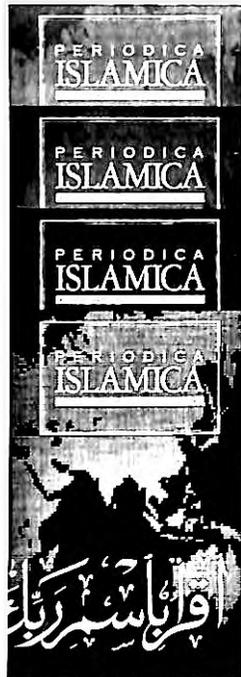
Ex.: BECKER, Bertha K. (1992). "Amazonia: geopolitics and techno-ecological issues". In: KOSINSKI, Leszek (ed.). *Ecological disorder in Amazonia*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Educam, p. 77-99.

- Com a publicação do artigo, o autor receberá cinco exemplares da revista.

- Os trabalhos devem ser enviados para:

Editoria de Estudos Afro-Asiáticos
Centro de Estudos Afro-Asiáticos
Rua da Assembléia, 10, Conj. 501, Centro
20119-900 — Rio de Janeiro — Brasil

Discover the wide world of Islamic literature



The journal is produced to a very high standard, and should be a very useful source for all libraries and information users concerned with Islamic issues.
Information Development (London), Volume 7, Number 4, pages 241-242

This journal is doing a singular service to the cause of the publicity of periodical literature on Islamic culture and civilization in all its diverse aspects. Every scholar of Islamic Studies should feel indebted to you for this service.

PROFESSOR S.M. RAZAULLAH ANSARI

President, International Union of History and Philosophy of Science (IUHPS)
Commission for Science and Technology in Islamic Civilization, New Delhi, India

(Periodica Islamica is) an invaluable guide...

PROFESSOR BILL KATZ

Library Journal (New York), Volume 118, Number 21, page 184

Periodica Islamica is a most valuable addition to our reference collection.

PROFESSOR WOLFGANG BEHN

Union Catalogue of Islamic Publications, Staatsbibliothek Preussischer Kulturbesitz
Berlin, Germany

It is recommended for all research libraries and scholars of the Islamic viewpoint.

DR. RICHARD R. CENTING

MultiCultural Review (Westport, Connecticut), Volume 2, Number 1, page 40

You should be congratulated on Periodica Islamica which should prove to be a valuable journal to persons interested in Islam and the entire Muslim World.

AMBASSADOR (RTD.) CHRISTOPHER VAN HOLLEN

The Middle East Institute, Washington DC, USA

Periodica Islamica is an international contents journal. In its quarterly issues it reproduces tables of contents from a wide variety of serials, periodicals and other recurring publications worldwide. These primary publications are selected for indexing by *Periodica Islamica* on the basis of their significance for religious, cultural, socioeconomic and political affairs of the Muslim world.

Periodica Islamica is the premiere source of reference for all multi-disciplinary discourses on the world of Islam. Browsing through an issue of *Periodica Islamica* is like visiting your library 100 times over. Four times a year, in a highly compact format, it delivers indispensable information on a broad spectrum of disciplines explicitly or implicitly related to Islamic issues.

If you want to know the Muslim world better, you need to know *Periodica Islamica* better.



Editor-in-Chief □ Dr. Munawar A. Anees
Consulting Editor □ Zafar Abbas Malik
Periodica Islamica, 22 Jalan Liku
Kuala Lumpur-59100, Malaysia

America Online • dranees
CompuServe • 72260,227
Delphi • drmanees

InterNet • dranees@kleyber.pc.my

PERIODICA
ISLAMICA
AN INTERNATIONAL CONTENTS JOURNAL

Subscription Order Form

Annual Subscription Rates

Individual US\$40.00 Institution US\$249.00

Name _____

Address _____

City, State, Code _____ Country _____

- Bank draft
- Coupons
- Money order

Expiration date _____

Signature _____

BY PHONE To place your order immediately telephone (+60-3) 282-5286

BY FAX To fax your order complete this order form and send to (+60-3) 282-1605

BY MAIL Mail this completed order form to *Periodica Islamica* Bertta Publishing

SUBSCRIBERS IN MALAYSIA MAY PAY AN EQUIVALENT AMOUNT IN RINGGIT (MS) AT THE PREVAILING EXCHANGE RATE.

Subscribe Now! Subscribe Now! Subscribe Now! Subscribe Now!

A construção da raça e o Estado-Nação*

Anthony W. Marx**

**Publicado originalmente em World Politics, nº 48, de janeiro de 1996, sob o título "Race-making and the Nation-State". Recebido para publicação em novembro de 1995.*

***Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Colúmbia.*

Por que a dominação racial oficial foi instituída na África do Sul e nos Estados Unidos, enquanto nada comparável ao apartheid ou ao Jim Crow foi erigido no Brasil? Escravidão e colonialismo estabeleceram o padrão da discriminação inicial em todos os três casos e, no entanto, as ordens raciais pós-abolição divergiram entre si. A miscigenação influenciou os resultados posteriores, assim como o fez também a competição econômica, porém nenhuma das duas foi decisiva. As interpretações desses fatores econômicos e históricos ganharam forma com os desenvolvimentos posteriores.

Este artigo argumenta que as ordens raciais pós-abolição foram significativamente influenciadas em sua forma pelo processo da construção do Estado-Nação em cada contexto. Na África do Sul e nos Estados Unidos, os conflitos étnicos ou regionais "entre brancos" impedindo a consolidação do Estado-Nação foram contidos pela dominação racial. Os brancos se unificaram, excluindo os negros, em uma dinâmica progressiva que tomou diferentes formas. Competição e tensões contínuas entre o Norte e o Sul americanos ou entre os ingleses e os afrikaners da África do Sul eram repetidamente resolvidos ou diminuídos através de uma maior fortificação do Jim Crow ou do apartheid. Com nenhum conflito comparável que necessitasse reconciliação no Brasil, nenhuma dominação racial oficial foi erigida, embora a discriminação continuasse. As dinâmicas da construção do Estado-Nação são então revistas para explicar variações na mobilização negra e o fim do apartheid e do Jim Crow.

Palavras-chave: Dominação racial; raça; construção racial; Nação; Estado; escravidão; colonialismo; miscigenação; cultura; classe; mobilização; conflito. elaboração da raça; negro; mulato; de cor; pardo.

"O problema da linha de cor" foi descrito por W. E. B. Du Bois como preocupação central deste século. De fato, nos Estados Unidos e na África do Sul, nossa época assistiu à construção da segregação e dos protestos pós-escravidão. Essas experiências frustraram as expectativas tanto de marxistas como de teóricos da modernização, que esperavam que a identificação e a mobilização raciais se tornassem meros resíduos arcaicos. A industrialização, o conflito de classes e a onda do nacionalismo intensificaram a dominação e o conflito em função da raça (Miles, 1989; Omi e Winan, 1989; Rex, 1970; Wilson, 1973). Embora esses processos pareçam interligados, ainda é preciso especificar plenamente as situações que moldaram o discurso e a prática raciais, produziram uma identidade racial juridicamente codificada e suscitaram conflito. O fim do século pode ser uma época particularmente oportuna para essa avaliação.

Qualquer análise da ideologia, dominação e conflito raciais deve começar pela questão prévia de por que a raça adquire proeminência — não basta alegar que certos fatores sociais polarizam as relações raciais, pois em tal afirmação a raça é tomada como categoria preexistente. Assim, embora racismo e imagens de diferença primordial de fato pareçam onipresentes quando pessoas com genealogia diversa entram em contato, essa semelhança não dá conta das diferentes maneiras como a raça foi construída e usada. A raça não é encontrada, mas *feita*. Assim, precisamos deixar de descrever a raça "como ferramenta de análise", passando a considerá-la "como objeto de análise" (Taylor, 1994). Em primeiro lugar, por que e como as distinções e conflitos sociais vêm a ser projetados em termos de diferenças físicas de cor ou suposta raça? Mais precisamente, por que os negros, em particular, foram tão cate-

gorizados e submetidos a uma dominação específica em função da raça, provocando conflito ou não?

Proponho-me analisar as causas e consequências da *construção da raça* por meio de uma análise comparativa entre África do Sul, Estados Unidos e Brasil, casos mais destacados em que colonos europeus dominaram os nativos e escravizaram populações de origem africana.¹ Em todas essas grandes potências regionais, as mensurações sociais e econômicas indicam disparidades significativas e persistentes entre negros e brancos, baseadas na herança da escravidão. No entanto, os diferentes contextos deixam evidente, entre os três casos, uma distância que os torna úteis para um estudo comparativo sobre a dinâmica da dominação racial oficial. Os holandeses, britânicos e portugueses levaram diversas práticas, religiões e tradições para suas colônias, o que explica os caminhos divergentes adotados nos respectivos desenvolvimentos econômicos e na consolidação do Estado.

Ao contrário da África do Sul, os Estados Unidos sempre prometeram direitos iguais em sua Constituição, à qual os afro-americanos podiam recorrer, e de fato recorriam. A demografia também era diferente: as pessoas de origem africana sempre foram minoria nos Estados Unidos, enquanto os africanos nativos sempre constituíram a maioria na África do Sul e, no Brasil, o número de pessoas com antepassados africanos e europeus passou a ser praticamente igual.

A discriminação racial foi onipresente no início da história da África do Sul, ao passo que nos Estados Unidos e no Brasil as políticas estatais pós-abolição codificaram ordens raciais muito diferentes. À época da consolidação do Estado emergente, todos os três casos enfrentaram longos *momentos* de relativa indeterminação e um desafortunado repertório de configurações raciais possíveis

na esteira da escravidão. Tanto na África do Sul como nos Estados Unidos, o resultado foi — com diferenças significativas — o estabelecimento de ideologia racial oficial, categorias de segregação e conflito impostas e o desmonte apenas recente da discriminação legal.

O Brasil pós-abolição, ao contrário, evitou distinções legais baseadas na raça, projetando uma imagem de *democracia racial*. Embora o racismo fosse comum e a desigualdade contínua, não se aprovou nada equivalente ao *apartheid* ou a *Jim Crow**. Esses resultados diferenciados apresentam um quebra-cabeça interessante para uma análise comparativa.

Neste texto, avalio inicialmente as explicações que foram dadas à construção da raça, sob a alegação de que se baseava em diferenças entre os tipos de escravidão, cultura, governo colonial, miscigenação e desenvolvimento econômico. Essas influências devem ser incorporadas à presente análise, mas questiono o argumento que afirma que esses legados e interesses predisuseram uma ordem racial mais tolerante no Brasil. Os brasileiros podem ter reinterpretado retrospectivamente seu passado, reforçando, assim, uma imagem de tolerância racial, mas, na verdade, o racismo se evidenciou tão cedo no Brasil como nos Estados Unidos ou na África do Sul (embora de forma diferente), de modo que a desigualdade persistiu. Nos Estados Unidos e na África do Sul, diferentemente, a discriminação passada foi assumida e usada para justificar a segregação e a exclusão. Essa diferença de tipo não se explica por graus comparáveis de discriminação ou exploração.

Os projetos oficiais de *Jim Crow* nos Estados Unidos e do *apartheid* na África do Sul

foram plasmados por vias e desafios diferentes na construção do Estado-Nação. As contendas em torno do tratamento a ser dado a negros e escravos contribuíram para aumentar as tensões entre brancos que culminaram, respectivamente, na Guerra de Secessão e na Guerra dos Bôeres. Fortalecidos por esses conflitos, os sulistas norte-americanos e os africânderes provaram ser uma ameaça que precisava ser levada em conta para que fosse possível retomar a estabilidade e o desenvolvimento. Os negros não se mostraram capazes de gerar igual dilaceramento, já haviam sido diferenciados por um racismo anterior e podiam ser excluídos para aplacar as reivindicações de sulistas e africânderes. O acordo em torno de um *outro* racialmente definido como inimigo comum determinou e incentivou a unidade dos brancos. Assim, à medida que a dominação racial transformava gradualmente um conflito triangular potencial, entre as facções brancas e os negros, numa forma bilateral mais controlável de “brancos contra negros”, a mesma questão racial que exacerbava conflitos anteriores foi usada para aplacá-los. Esse ajuste estratégico pode ser esquematicamente descrito como “unidade amortecedora”. Contudo, a política que, vista retrospectivamente, parece funcional na verdade provém de conflitos, competição e manobras constantes de atores à procura de soluções para problemas reais. Embora tenha subsistido, a tensão entre brancos foi contida dentro de uma política unificada. A dominação racial foi repetidamente reforçada no intuito de consolidar o Estado-Nação.

O Brasil proporciona uma comparação essencial, pois nenhum conflito étnico ou regional de tamanha violência impediu a consolidação do Estado-Nação. A unidade

* “Jim Crow” — práticas discriminatórias adotadas nos Estados Unidos; a expressão é uma forma pejorativa de designar os negros. (N. da T.)

não exigiu a muleta racial da discriminação formal; a *democracia racial* surgiu, antes, como projeto ideológico de um Estado que ansiava por unificar o apoio popular, sem uma exclusão formal. Assim, não foram oficialmente construídas categorias explícitas de dominação racial, incentivando-se as imagens de tolerância passadas.

Concluirei discutindo a maneira como as políticas estatais provocaram e plasmaram o protesto negro, acabando por forçar o abandono da discriminação oficial lá onde fora promulgada. Na África do Sul e nos Estados Unidos, a dominação racial que unificava os brancos mostrou ser uma faca de dois gumes, pois teve a consequência involuntária de incitar o protesto negro. Os esforços para resolver um conflito exacerbaram outro. Pôs-se, então, fim a Jim Crow e ao *apartheid*, pois o protesto dos negros tomou o lugar do conflito intrabranco como ameaça mais premente ao Estado-Nação. No Brasil, sem um alvo claro contra o qual se organizar, em termos de ideologia estatal e política segregacionista — não havia *apartheid* nem Jim Crow a desafiar ou reformar —, surgiram poucos protestos de afro-brasileiros, evitando-se em grande medida o conflito racial, apesar da considerável desigualdade socioeconômica.

Explicações históricas e culturais sobre raça

A ausência de categorização, dominação e conflitos raciais explícitos no Brasil pós-abolição tem sido explicada como resultado da tolerância racial importada pelos colonos portugueses. A imposição da dominação e do conflito raciais nos Estados Unidos e na África do Sul seria, então, explicada pelas proporções do conjunto de influências opostas exercidas por britânicos e holandeses. A his-

tória nos ajudará a avaliar essa discussão a respeito de influências coloniais. Será que os portugueses realmente importaram a tolerância racial para o Brasil, ou se trata aqui de um exemplo de interpretação *ex post facto*?

No Brasil, nos Estados Unidos e na África do Sul, a escravidão começou sob o regime colonialista, que estabeleceu o padrão fundamental das relações raciais. Na década de trinta, Gilberto Freyre e outros analistas sugeriram que a escravidão no Brasil fora relativamente benigna, tradição que os autores afirmam ter sido transmitida às relações raciais mais tolerantes no período pós-abolição. Segundo a "tese Tannenbaum", a escravidão brasileira foi notável pelo reconhecimento da natureza humana dos escravos: podiam casar-se, ser proprietários e até comprar sua própria liberdade (Tannenbaum, 1946; Berghe, 1967, p. 67). A realidade, contudo, se opõe a esse argumento: a escravidão brasileira foi particularmente brutal. Os escravos só tiveram o direito de comprar sua própria liberdade após 1871 (e mesmo então era difícil), o casamento entre si era raro, a propriedade dos escravos estava constantemente ameaçada e a alforria de africanos menos produtivos significava que os idosos e doentes eram abandonados à própria sorte após anos de trabalho (Degler, 1971, cap. 2). Comparado com outras potências escravistas, o Brasil permaneceu mais tempo e mais totalmente dependente da importação contínua de novos escravos porque as árduas condições em que os africanos viviam não permitiam que se reproduzissem em número suficiente. Estima-se que a mortalidade infantil entre escravos tenha sido de 80% e que aqueles que trabalhavam nas minas geralmente sobreviviam apenas entre sete e dez anos (Conrad, 1974, p. 150; Moura, 1989, p. 14). Sem ter para onde fugir, os escravos brasileiros se revoltavam em números expressivos (Moura, 1989, p. 15-32).

A tese de Tannenbaum se baseia numa interpretação claramente generosa das condições reais da escravidão no Brasil. É verdade que os portugueses implantaram uma divisão um pouco menos estrita entre escravos e livres do que a existente nos Estados Unidos, mas também criaram uma forma particularmente mortal de servidão. A imagem do "bom senhor" brasileiro nada mais é que um mito. Tannenbaum também ignorou as imagens comparáveis de paternalismo em relação aos escravos no Sul dos Estados Unidos (Genovese, 1972). Esse paternalismo não impediu a dominação racial após a abolição, nos Estados Unidos, como supostamente teria ocorrido no Brasil. E a abolição precoce da África do Sul também não impediu a segregação e a exclusão. Embora tenha assumido formas diferentes no Brasil, nos Estados Unidos e na África do Sul, nesses três países a escravidão promoveu atitudes que implicam uma inferioridade negra essencial e estabeleceu padrões de dominação e desigualdade. Essa semelhança não dá conta da diferença entre as ordens raciais diferentes implantadas após a abolição.

Uma característica específica da discussão sobre a escravidão brasileira se refere à influência do catolicismo. Tannenbaum alega que "a doutrina católica da igualdade de todos os homens diante de Deus" suscitou um melhor tratamento dos escravos e, de maneira geral, maior tolerância racial do que o protestantismo mais elitista de holandeses e britânicos.² A hierarquia da Igreja Católica também supostamente militou contra uma divisão exclusivamente birracial. É claro que, quando se considera a história das Cruzadas, da Inquisição e do colonialismo predatório de espanhóis e portugueses, apoiados pela Igreja, é difícil evitar o ceticismo em relação à tolerância católica oficial. A Igreja também aplicou suas próprias políticas internas de discriminação racial no Brasil. Além

disso, no Brasil ela nunca teve peso suficiente para forçar a abolição e, portanto, "nunca pôde cumprir sua promessa inicial de ser uma força contrária ao regime escravista" (Genovese, 1972, p. 177; Prado Jr., 1969, p. 327; Jordan, 1968, p. 106). Assim, a afirmação de que o catolicismo projetou uma imagem mais incluída ou tolerante é mais reflexo de uma interpretação retrospectiva que de uma realidade histórica.

O colonialismo no Brasil se distingue principalmente pela intervenção direta do Estado português. Já os holandeses e britânicos se basearam em empresas privadas para desenvolver suas colônias (Anderson, 1962). O colonialismo português se desenvolveu cedo, antes que um setor privado forte pudesse surgir na metrópole. De fato, o próprio desenvolvimento econômico de Portugal foi tardio em relação ao holandês e ao britânico, de modo que nunca houve um setor privado igualmente forte. A coroa portuguesa não teve escolha a não ser usar seus próprios recursos, estabelecendo um perfil de forte consolidação do Estado e o poder centralizado.

Será que esse maior grau de envolvimento direto e centralizado do Estado no colonialismo português gerou uma tolerância racial inicial? A história sugere que não. Afinal, foi o Estado português que empreendeu um dos mais fortes tráficos de escravos da história. A abolição da escravatura em Portugal, já em 1773, não impediu a presença da escravidão, generalizada e teimosamente mantida, em suas colônias. O tráfico de escravos para o Brasil só terminou por pressão da Grã-Bretanha e conduziu à abolição gradual, porém tardia. O Estado português aprovou sua própria "exclusão de cor", no país e no exterior, motivo pelo qual há relativamente poucos funcionários estatais "de pele escura" (Boxer, s/d, p. 42). O colonialismo português na África foi igualmente discriminatório:

com seu uso do trabalho forçado, produziu "o nadir absolutamente literal da miséria africana" (Anderson, 1962, p. 93; Bender, 1978). Perry Anderson (*idem*, p. 110-3) conclui que "é evidente a falsidade da afirmação portuguesa no que diz respeito a sua tolerância especial" e que o mito dessa tolerância foi deliberadamente projetado para encobrir "o atraso econômico e social". O Estado colonial português era mais forte que seu setor privado e usou essa força para projetar uma imagem exagerada de tolerância.

A ausência de dominação racial oficial no Brasil após a abolição foi explicada como sendo resultado das políticas coloniais portuguesas — escravidão *humanitária* — ou do catolicismo. Mas o colonialismo português e a escravidão brasileira foram violentos; o primeiro Estado brasileiro não foi cego à cor e a Igreja Católica, na melhor das hipóteses, foi ambígua em relação aos negros e certamente incapaz de forçar um melhor tratamento para eles. O racismo no Brasil à época foi diferente, mas ainda assim comparável ao dos Estados Unidos e da África do Sul — que justificavam sua dominação racial explícita com base nas antigas crenças e padrões de escravidão e discriminação. Após a abolição, os brasileiros abandonaram o discurso oficial do racismo e abraçaram interpretações históricas compatíveis com a idéia de *democracia racial*. No Brasil, o legado histórico de desigualdade foi meramente camuflado e, portanto, a imobilidade dos afro-brasileiros foi incentivada. O racismo inicial não foi removido pois, como Edward Said sugere em outro contexto, imagens de inferioridade e a realidade da desigualdade continuaram beneficiando os brancos (Said, 1978). Ao contrário dos demais países, porém, o passado foi reconhecido como imagem benigna que não espelhava os fatos históricos. Em vez disso, várias interpretações e conseqüências foram

moldadas por processos subseqüentes com base no passado.

O argumento da miscigenação

Carl Degler apresenta uma das explicações mais comumente defendidas sobre a diferença entre as maneiras como a raça foi socialmente construída. Alega que o Brasil não podia desenvolver uma ideologia birracial nem formalizar uma classificação e dominação raciais rígidas devido ao alto grau de mistura entre as raças. A miscigenação supostamente proporcionara maior fluidez social ao Brasil, pois as pessoas de raças mescladas podiam ascender a um *status* socioeconômico mais elevado por meio da "saída de emergência do mulato". Como conseqüência, as relações eram menos polarizadas e conflitivas que nos Estados Unidos ou, nesse sentido, na África do Sul. Nesses casos, as diferenças físicas mais marcadas constituíram supostamente a base das categorias raciais oficiais que reforçaram a discriminação socioeconômica.

A força do argumento de Degler reside no fato histórico da significativa miscigenação do Brasil. Os colonialistas portugueses iam para o Brasil mais para comerciar que para se instalar, particularmente quando comparados aos holandeses e britânicos que foram para os Estados Unidos e África do Sul. Também comparativamente, havia poucas mulheres entre os portugueses (Prado Jr., 1969, p. 119; Burns, 1970, p. 37). Assim, os homens portugueses praticavam níveis significativamente elevados de miscigenação. Os costumes sociais e os gostos e práticas sexuais se desenvolveram de acordo com essa situação, gerando uma população que ainda hoje é notável pelo *continuum* de sua variação física. Em 1872, o censo brasileiro registrou que 42% da população eram mulatos, grupo usado para desempenhar funções

intermediárias de controle sobre os escravos *mais escuros* (Wood e Carvalho, 1988, p. 141; Harris, 1964).

Embora a miscigenação no Brasil seja um fato histórico, os críticos de Degler contestam sua interpretação desse fato. Mesmo durante a escravidão, os mulatos permaneciam sujeitos à reescravização e à discriminação (Conrad, 1972, p. 12; Skidmore, 1992, p. 15). Com poucas e notáveis exceções, os mulatos foram e continuam sendo menos favorecidos. Ou a saída de emergência se fechou, ou nunca existiu. De fato, o próprio Degler não forneceu nenhuma comprovação estatística da mobilidade dos negros, nada além da demonstração do nível de miscigenação. Estudos acadêmicos recentes estabeleceram que a diferença entre o *status* socioeconômico de mulatos e negros é insignificante quando comparada ao privilégio relativo dos brancos:

Descobriu-se que a renda média dos brancos é cerca do dobro das de não-brancos tanto em 1960 como em 1976. (Silva, 1985, p. 54; Silva e Hasenbalg, 1992.)

Portanto, o Brasil construiu uma ordem racial informal altamente discriminatória contra *negros e pardos*, de tal maneira que a desigualdade inicial foi mantida. Apenas alguns mulatos avançaram — o suficiente para incentivar a crença na mobilidade. Assim, a manutenção da crença popular na saída de emergência dos mulatos parece se basear menos nas condições materiais que num projeto ideológico que incentiva a assimilação. A miscigenação em si não produziu o mito da mobilidade, mas essa imagem de fato diluiu o conflito potencial.

Nos Estados Unidos e na África do Sul, as pessoas de *raça mista* foram submetidas a várias categorias e políticas. A miscigenação nunca se aproximou dos níveis do Brasil; na

verdade, até recentemente continuava sendo ilegal nos Estados Unidos e na África do Sul. No entanto, a miscigenação ocorreu em grande escala, com conseqüências variáveis. Nos Estados Unidos, em 1860, 13% dos negros eram identificados como mulatos e, em 1920, 21%. Essa categoria acabou desaparecendo com o requinte da norma de “uma gota de sangue”, com a qual os brancos confiaram em que imporiam a dominação birracial a uma minoria *negra-parda* (Genovese, 1972, p. 414; Fredrickson, 1981, p. 134; Davis, 1991, p. 40; Nascimento, 1979, p. 65). Estudos acadêmicos recentes demonstraram que a maioria dos afro-americanos tem uma proporção significativa de antepassados brancos, enquanto os que são de pele *mais clara* têm uma situação econômica marginalmente melhor (Keith e Herring, 1991). Na África do Sul, uma população *de cor* de mais de três milhões de pessoas atesta a miscigenação e a imigração significativas (Central Statistic Services, 1988). Eram necessárias normas explícitas para demarcar as pessoas de cor, que de fato gozavam de mais privilégios que os africanos, diluindo assim a *ameaça negra* à minoria branca. Mas esse privilégio desapareceu com a consolidação do poder branco.

No Brasil, a miscigenação foi festejada e os mulatos assimilados, mas esse padrão não foi seguido nos outros dois casos. Nos Estados Unidos e na África do Sul, a mobilidade foi oficialmente bloqueada, gerando a unidade e a resistência dos *não-brancos*. Segundo Degler, a miscigenação em si reduz a possibilidade da dominação racial e discriminação estritas e do conflito resultante. Em vez disso, as autoridades sul-africanas e norte-americanas resolviam as ambigüidades físicas traçando limites raciais estritos, limitando a mobilidade e suscitando o antagonismo. A significativa miscigenação não impediu o desenvolvimento do *apartheid* nem

das práticas Jim Crow, como se supõe ter impedido o Brasil. Até a minoria branca sul-africana acabou alijando seus aliados potenciais de cor.

Embora as pessoas muitas vezes acreditem que a raça é fisicamente determinada, e ajam sob a influência dessa noção, as mudanças de convicções, categorias e práticas demonstram o contrário. Sem dúvida, o nível mais elevado de miscigenação no Brasil teria dificultado muitíssimo a imposição de categorias estritas de dominação sobre os mulattos. Sem essa demarcação, diminuía a probabilidade do conflito. Mas os Estados Unidos e a África do Sul impuseram essas categorias a suas populações mestiças, provocando o conflito. As diferenças físicas, a mistura e as proporções demográficas foram significativas, mas não predeterminaram uma categorização, dominação e conflito raciais específicos, nem sua ausência. Para explicar esses resultados divergentes, é preciso olhar além do fato biológico da miscigenação, procurando saber por que a variação física contínua foi interpretada como tal ou forçada a definir categorias estritas de raça.

Explicação econômica de raça

A construção da raça não pode ser separada do processo de desenvolvimento econômico. De par com a crescente imigração e urbanização, a industrialização também coincidiu com o aumento da segregação formal nos Estados Unidos e na África do Sul. O desenvolvimento de Jim Crow e do *apartheid* foi descrito como esforço para proteger os brancos contra a concorrência negra. Então, menos desenvolvimento econômico e menos concorrência explicariam a ausência de políticas semelhantes no Brasil (Berghe, 1967, p. 27-30; Cell, 1982, p. 104; Olzac, 1992). Explicações econômicas mais específicas sugeriram que a categorização e a se-

gregação raciais atendiam aos interesses do capital, pois forneciam mão-de-obra negra barata, ou aos interesses da mão-de-obra branca privilegiada, reservando-lhes empregos melhores e assegurando-lhes salários mais altos (Bonacich, 1972). Isso implica que as políticas estatais em relação à raça não eram autônomas, mas determinadas por interesses particulares de classe (Burawoy, 1981, v. 2, p. 282). A análise comparativa dos casos dos Estados Unidos, da África do Sul e do Brasil propicia uma avaliação desses argumentos.

Na África do Sul, a segregação e o *apartheid* alimentaram o processo de desenvolvimento econômico e foram altamente lucrativos. O capital britânico primeiro provocou a Guerra dos Bôeres, no intuito de conseguir controlar as riquezas do país. A seguir, incentivou as políticas estatais de dominação racial para assegurar a mão-de-obra negra barata destinada a trabalhar nas minas (Cell, 1982, p. 62-7; Wolpe, 1972). Mas a segregação persistente não pode ser atribuída à pressão exercida pelo setor de negócios, que variava e estava dividido. A partir da queda do preço do ouro, no início da década de vinte, o capital ligado à mineração ansiava por abrandar a segregação visando substituir a mão-de-obra branca, mais onerosa. Na década de setenta, o capital manufatureiro defendia o fim do *apartheid* para poder dispor de mão-de-obra especializada negra e aumentar a parcela desse segmento no mercado (Posel, 1991). No entanto, as pressões do capital por uma reforma foram repelidas pelo Estado, que atuou protegendo os interesses da mão-de-obra branca, em sua maioria africânder. De fato, após a Revolta Rand dos mineiros africânderes — que em 1922 protestavam contra os esforços dos capitalistas para substituí-los por negros sub-remunerados —, o novo governo de Hertzog, que reforçou a delimitação racial, dando prefe-

rência aos trabalhadores brancos (Jonhstone, 1976), e o governo do Partido Nacional, que assumiu em 1948, continuaram praticando esse tipo de proteção aos trabalhadores africanos, maioria do eleitorado. Temendo a repetição da Revolta Rand por parte dos trabalhadores brancos que protegiam seus privilégios, o capital aquiesceu, aplacado por lucros contínuos (Wilson, 1972, p. 11; Greenberg, 1980, p. 129 e 151).

Nem os interesses do capital sul-africano nem a racionalidade econômica geral foram tão determinantes como os interesses da mão-de-obra branca. O Estado sul-africano reforçou a segregação quando ainda estava sob domínio britânico formal e a despeito de pressões posteriores do setor de negócios em favor da reforma. O Estado deu continuidade ao *apartheid* após 1948, apesar do imenso custo da regulamentação e das múltiplas ineficiências. As reivindicações dos trabalhadores brancos, que queriam cada vez mais privilégios, sempre foram atendidas. No entanto, para sustentar o desenvolvimento, os interesses da mão-de-obra branca tinham de ser equilibrados com as exigências do capital, da eficiência e da mão-de-obra negra. Várias reformas foram implementadas, apesar das objeções dos trabalhadores brancos. Por exemplo, mais postos de trabalho destinados a negros, com remuneração inferior, e legalização de seus sindicatos de negros no final da década de setenta (Yudelman, 1983).

A conclusão que se impõe é que “a principal função da ideologia segregacionista era abrandar o antagonismo de classe e étnico entre brancos, subordinando seus conflitos internos à concepção unificadora de raça” (Cell, 1982, p. 234). O antagonismo de classe de fato acentuou o conflito entre o capital inglês e os trabalhadores africanos. Mas o Estado não estava exclusivamente a serviço de um dos lados participantes desse conflito, no qual havia superposição entre aspectos de

classe e étnicos. Em vez disso, impôs a dominação racial para unificar os brancos e reduzir o conflito, adotando uma solução de compromisso entre interesses conflitantes. Assim, a estabilidade foi incentivada, dando-se continuidade ao desenvolvimento econômico e, por consequência, fonte de receita para o Estado.

Nos Estados Unidos, “a época de ouro do racismo” preparou o terreno para a expansão industrial (Wilson, 1973, p. 56). O capital se beneficiou com a segregação, empregando mão-de-obra negra barata para aumentar seus lucros e *furar* greves de trabalhadores brancos. Contudo, apenas o lucro não pode explicar por que Jim Crow foi elaborado antes da grande arrancada da industrialização e por que isso ocorreu no Sul, região menos industrializada (Fredrickson, 1981, p. 215-6). Ao que parece, a segregação atendeu mais diretamente aos interesses da mão-de-obra branca. No entanto, muitos trabalhadores brancos do Sul entenderam que seus interesses podiam ser melhor contemplados com a unidade de toda a classe trabalhadora, como defendia o movimento populista (Olzac, 1992, p. 110-1; Roediger, 1991). Esse movimento foi derrotado pelo racismo dos fazendeiros brancos, assimilado pelos trabalhadores. Os brancos pobres, inclusive os imigrantes do Norte do país, estavam “dispostos a suportar a pobreza para manter os negros num nível ainda mais baixo” (Myrdal, 1944, p. 457). Os interesses dos trabalhadores, definidos em sentido estrito, não eram coerentemente atendidos pela segregação, mas o *status* social relativo dos trabalhadores brancos era preservado.

A ordem racial norte-americana tranqüilizou os trabalhadores brancos e os sulistas, enquanto, ao mesmo tempo, também atendia aos interesses gerais do capital do Norte, pois mantinha a ordem. Afinal, “a desordem e a violência destroem completamente os negó-

cios" (Williamson, 1986, p. 250; Polanyi, 1994) e Jim Crow ajudou a conter esse conflito. A dominação racial incentivou a unidade branca independentemente das classes, e não a lealdade exclusiva aos interesses da própria classe de cada um. O conflito entre brancos foi reduzido e o crescimento prosseguiu.

O Brasil parece confirmar o padrão mais geral das explicações econômicas. Um nível mais baixo de desenvolvimento econômico e de concorrência coincidiu com a ausência de *apartheid* e de Jim Crow (Costa, 1985, p. 55; Cell, 1982, p. 11; Harris, 1964, p. 96-8), da mesma forma que a *democracia racial* refletia a ausência inicial de desenvolvimento econômico. No entanto, a crescente industrialização deveria ter gerado padrões mais explícitos de dominação racial, ao menos no Sudeste do país — região mais desenvolvida — e durante épocas de *boom* econômico (Degler, 1971, p. 99; Hasenbalg, 1978, p. 99), o que não aconteceu.

Antes, tanto os interesses dos trabalhadores brancos como os do capital avançaram dentro da *democracia racial* brasileira. O relativo privilégio dos trabalhadores brancos foi mantido pelos salários mais elevados, sem ordem ou segregação racial oficial. Em 1960, por exemplo, na área do Rio de Janeiro, relativamente desenvolvida, enquanto a renda mensal média dos negros era de Cr\$ 5.400,00 e a dos mulatos atingia Cr\$ 6.492,00, a dos brancos era quase o dobro, chegando a Cr\$ 11.601 (Silva, 1979, p. 99). Uma vez implantado o padrão de desigualdade, esse privilégio não precisa de uma dominação racial explícita para se manter. O capital também aproveitou a mão-de-obra negra barata. Além disso, por não haver segregação oficial, os negros pobres poderiam acreditar que era possível melhorar suas condições. A imagem da tolerância racial incentivou a unidade acima das classes, a estabili-

dade e o crescimento; e isso foi feito evitando-se totalmente a dominação racial explícita e o conflito.

Nos três casos — do Brasil, Estados Unidos e África do Sul —, a ordem racial certamente refletiu e acelerou o desenvolvimento econômico, mas de forma complexa. O *apartheid* e Jim Crow diluíram a concorrência entre brancos que ameaçava a estabilidade e o crescimento, embora o crescimento e a concorrência não tenham levado à aplicação de tais políticas no Brasil.

Na África do Sul, os interesses do capital não eram coerentemente atendidos. O exemplo mais notável disso é o fato de que o empresariado foi obrigado a aceitar o *apartheid*, pois as reivindicações dos trabalhadores brancos, que queriam privilégios raciais, eram mais coerentemente atendidas. Contudo, a divisão da classe trabalhadora segundo a raça, que daí resultou, era economicamente desvantajosa para os trabalhadores quando, por exemplo, os negros eram usados para substituir brancos ou furar greves. Nos Estados Unidos, na década de trinta, muitos sindicalistas norte-americanos defendiam a unidade e a organização da classe trabalhadora, superando divisões segundo a raça, posição que encontrou a resistência dos patrões (Foner, 1974, p. 14-6).

Como o capital e os trabalhadores brancos muitas vezes têm interesses opostos, nenhum dos dois grupos pode ser atendido com exclusividade. Na África do Sul e nos Estados Unidos, as políticas governamentais procuraram compatibilizar interesses conflitantes dos brancos unificando-os como raça. Se a dominação racial serviu para unificar os brancos, superando divisões de classe, os estreitos interesses de classe não podem, por si mesmos, explicar esse resultado. E as afirmações de classe, por si mesmas, também não podem dar conta da *democracia racial* brasileira, que também aplacou esses interes-

ses. O capital brasileiro tirou proveito dos baixos salários pagos aos negros, os salários mais elevados dos brancos foram mantidos e a perspectiva de mobilidade dos primeiros foi exagerada.

O conflito de classe, real ou potencial, nos três casos, tinha de ser resolvido para assegurar a estabilidade — exigência mais fundamental, tanto para o desenvolvimento econômico como para a consolidação do Estado-Nação. Os interesses de classe haviam exacerbado a divisão étnica na África do Sul e a tensão regional nos Estados Unidos, e também constituíam uma ameaça potencial para a unidade nacional do Brasil. Também nos três casos, os Estados não eram simplesmente cativos de um interesse, mas atuavam com relativa autonomia para conter os interesses conflitantes. É preciso analisar a dinâmica política para explicar como o conflito foi reduzido ou evitado em ordens raciais distintas.

Construção da raça e o Estado-Nação

A construção da dominação racial exige limites claramente estabelecidos entre categorias fisicamente distintas. A história, as diferenças físicas e o desenvolvimento econômico podem reforçar essa dominação por categoria, mas não predeterminam sua existência nem a forma que assumirão. É a política do Estado que divide oficialmente as pessoas em categorias como negro, branco ou mulato e aplica a discriminação legal. É como pergunta retoricamente o juiz John Marshall Harlan em 1896:

“O que pode suscitar mais certamente o ódio racial, o que pode criar e perpetuar mais certamente um sentimento de desconfiança entre as raças do que os

decretos do Estado?” (Marshall, 1964, p. 85.)

De fato, estudos acadêmicos recentes apontam o Estado como o principal ator na construção da raça.³ É claro que alegar que é o Estado que define e aplica os limites raciais não explica por que ele deveria ou não tomar essas medidas. O Estado pode ter a capacidade de *construir* raças, mas resta saber que a situação pode ou não levá-lo a exercer seu poder dessa maneira.

Nos três casos examinados aqui, o Estado enfrentou um longo momento histórico no qual as modernas relações raciais se estabeleceram com resultados diferentes. Para os Estados Unidos e o Brasil, esse momento veio com a abolição da escravatura. Uma primeira discriminação racial foi formalmente reforçada nos Estados Unidos, enquanto não era aprovada no Brasil. A escravidão (ou sua abolição) em si não pode explicar esses resultados divergentes. No caso da África do Sul, onde a escravidão foi abolida antes, em meio à contínua discriminação, o momento comparável chegou quando da unificação do país pela primeira vez e da aprovação de políticas raciais nacionais. Nos três casos, a consolidação de um Estado pós-abolição ou unido levantou o dilema de se e como incorporar aqueles descendentes de africanos. Esse dilema teve de ser abordado para evitar, ou pelo menos diminuir, o conflito que poderia dividir a nação e, assim, perturbar o governo central e o desenvolvimento. As políticas tomadas nos momentos de transição foram aperfeiçoadas mais tarde.

A história da dominação racial sul-africana começou com a chegada dos primeiros brancos ao Cabo no século XVII. Usou-se a religião para justificar a discriminação contra os *pagãos*. Entretanto, a maioria dos historiadores concorda que a discriminação ra-

cial explícita e formalizada foi elaborada dois séculos antes, forjada pelo conflito entre dois *fragmentos* europeus (Hartz, 1964, p. 3). Após sua vitória nas guerras napoleônicas, os britânicos arrebatarem o controle da colônia do Cabo aos descendentes de holandeses, os africânderes, e logo impuseram a abolição e políticas raciais liberais de discriminação seletiva (Karis, 1963, p. 480-1). Citando sua “determinação (...) [em] preservar relações apropriadas entre senhor e servidor”,⁴ milhares de africânderes migraram penosamente para o Norte para escapar do governo britânico, criando suas próprias repúblicas durante a década de 1850 e intensificando a dominação racial. Embora prevalecesse a discriminação, nessas circunstâncias não era possível que surgisse uma política única em relação aos nativos.

A difícil estabilidade de um país dividido não durou. As pretensões britânicas cresceram, alimentadas pela descoberta de diamante, em 1877, e de ouro, em 1886, no Norte do país, bem como pelas pressões em favor da construção de um sistema ferroviário unificado (Hobson, 1900). O conflito daí resultante entre britânicos e africânderes culminou, na virada do século, com a onerosa vitória britânica na Guerra dos Bôeres. Esse conflito consolidou a solidariedade de grupo entre ingleses, por um lado, e africânderes, por outro, ambos antes dilacerados por divisões internas. Logo após a guerra, a animosidade exacerbada entre africânderes e ingleses ameaçou os esforços do governo britânico, cujo objetivo era constituir uma sociedade sul-africana unida e coerente do ponto de vista militar e econômico (Williams, 1925; Pakenham, 1979; Wilson e Thompson, 1969).

A iniciativa britânica de reconciliação com os africânderes após a Guerra dos Bôeres estabeleceu os termos para a segregação dos negros, que se tornaria um fator

central na construção do Estado sul-africano. Como disse o alto comissário britânico sir Alfred Milner, já em 1897:

(...) para vencer os holandeses (...) basta sacrificar absolutamente 'os negros' e o jogo fica fácil (...) governo autônomo (...) e lealdade colonial (...) [exigiram] o abandono das raças negras. (Lemay, 1965, p. 11-2.)

O incentivo à unidade e à paz entre os brancos assumiu a precedência sobre o liberalismo inglês, pois os africânderes tinham se mostrado capazes de levantes violentos e prolongados, ao passo que os negros continuavam divididos. Os britânicos concluíram que a união só podia ser realizada “nos termos dos bôeres”, ao passo que as populações africanas e de cor tinham a expectativa contrária, de que a vitória britânica consolidaria as reformas (Walshe, 1971, p. 16; Goldin, 1987, p. 32; Lewis, 1987, p. 15; Denoon, 1973, p. 4 e 111).

Os registros históricos guardam um momento simbólico que revela as implicações da coalizão branca nascente. A primeira versão do tratado de paz de 1902 entre as forças africânderes e britânicas prometia a subsequente extensão das concessões “aos nativos”. Essa cláusula foi eliminada por Smuts e Hertzog, generais dos bôeres, e substituída por um vago compromisso de discutir essas questões mais tarde (Kestell e Velden, 1912, p. 112). Essa emenda foi aceita pelos britânicos, aparentemente sem discussão. Depois de agarrar a África do Sul, as mãos imperiais dos liberais assumiam uma postura real: unidas nas costas.

A exclusão dos *nativos* e, mais adiante, das *pessoas de cor*, seria reforçada nas décadas subsequentes, marcadas pela concorrência política contínua entre ingleses e africânderes. No entanto, o “jogo” não era tão “fácil” como Milner esperava. Tentaram-se

diferentes *soluções*, mas interesses divergentes conseguiam se impor, de forma que as políticas variaram em função de quem estava no poder. Alguns *nativos* ainda melhorariam suas condições, e *pessoas de cor* desfrutaram de um certo tratamento preferencial, em ambos os casos no contexto de uma política de tipo dividir para reinar. Essas exceções, contudo, estavam sujeitas à discriminação, que predominava. Ainda assim, muitos africanos não se acalmaram, como indicam a contínua atividade do nacionalismo africano, a suspeita em relação ao liberalismo inglês e os esforços em aumentar a dominação racial. Em 1936, os africanos forçaram a retirada dos eleitores africanos das listas de eleitores da Cidade do Cabo, dominada pelos ingleses. Após 1948, impuseram o *apartheid* e, a seguir, procuraram unificar ainda mais os brancos contra o comunismo e a “ameaça negra”. Contemplando todas essas variações, o *acordo* inicial foi sendo elaborado, definindo que “o processo de pacto entre os brancos [era feito] à custa dos negros e pardos” (Pakenham, 1979, p. 612). Assim, a consolidação do Estado sul-africano enfrentou o escolho do conflito étnico.

De maneira muito semelhante, a consolidação do Estado nos Estados Unidos enfrentou um conflito regional iminente entre Norte e Sul. A população indígena norte-americana quase foi varrida do mapa, mas os escravos continuaram sendo numerosos e seu destino, um pomo de discórdia regional. Esse conflito foi inicialmente colocado com artifícios na Constituição. O futuro da escravidão sulista foi deliberadamente deixado em aberto, permitindo que o Sul insistisse numa solução de compromisso (Jordan, 1968, p. 332; Kluger, 1980, p. 33). Os escravos não foram libertados nem passaram a ter direito de voto. A representação do Sul foi reforçada com a inclusão de cada escravo adulto como três quintos de uma pessoa —

incentivo também político para manter a mão-de-obra escrava lucrativa (Drumond, 1961, p. 45). A tensão regional no que diz respeito ao futuro e à extensão da escravidão persistia, embora contida por outra série de compromissos e concessões a interesses sulistas. A Decisão Dred Scott, de 1857, por exemplo, considerou que as garantias formais do direito à igualdade e à cidadania eram inaplicáveis aos negros (Foner, 1970, p. 292-3).

O conflito regional em torno do futuro da escravidão chegou ao auge em meados do século XIX. O Norte procurou fortalecer o governo federal e usá-lo como apoio para sua industrialização nascente, expandir as ferrovias e, o que é mais significativo, limitar a expansão da escravidão (Moore, Jr., 1966, p. 125 e 136; Lewinson, 1932, p. 26). Os abolicionistas se uniram para fazer pressão a favor de maior centralização política como meio de forçar o fim da escravidão. O Sul defendia a divisão federalista do poder, que preservava os direitos dos estados, inclusive os relativos à escravidão e sua extensão (Stampp, 1959, p. 63). Após o fracasso das acomodações institucionais, esse conflito “só poderia ser resolvido na boca do canhão” (Stampp, 1959, p. 59), como predissera John Quincy Adams. O “talento americano para o compromisso e a conciliação” foi cortado pelo “banho de sangue” da Guerra de Secessão, o mais violento conflito interno da história dos Estados Unidos (Moore, Jr., 1966, p. 113). A vitória do Norte abriu caminho para a adoção de um poder federal mais centralizado. De fato, a mobilização da Guerra de Secessão foi um ponto de mutação na consolidação e controle do Estado, bem como no uso de seus recursos como poder global emergente (Skowronek, 1982, p. 30; Benschel, 1990, p. ix; Katznelson e Zolberg, 1986, p. 212; Foner, 1988, p. 23). Nesse processo, tanto o Norte como o Sul aumen-

taram sua união interna, exacerbando o conflito inter-regional (Key, Jr., 1984).

A vitória do Norte assegurou a preservação legal da União que Lincoln procurava, mas, para “fechar as feridas da nação”, era preciso resolver o conflito regional e a questão do *status* dos escravos libertos. Tentou-se deportar os negros, mas a tentativa foi abandonada porque não era prática. A libertação dos negros durante a Restauração exacerbou o conflito regional, suscitando o temor de uma nova rebelião sulista e incentivando outra mudança na política federal, à procura de uma *solução*. Uma nova solução de compromisso estava no horizonte, em 1877. A imposição dos direitos dos negros foi abandonada e as tropas federais se retiraram do Sul, o que reduziu a resistência contra a unidade nacional (Woodward, 1951; Fieds, 1982).

Após a Restauração, uma coalizão entre Norte e Sul foi alentada pela dominação racial ainda maior, pois as garantias da 14ª Emenda foram efetivamente ignoradas. Acalmando ainda mais o Sul, a Decisão Plessy, de 1896, reafirmava que os estados tinham o direito de aplicar suas próprias normas de exclusão racial, inclusive aos mulatos. A segregação do tipo Jim Crow foi aplicada no Sul inteiro na década de 1890, especialmente após a derrota do movimento populista. Mais tarde, os democratas do Sul usaram sua força eleitoral e seus vetos para fortalecer continuamente os direitos dos estados em questões raciais. O Norte também praticou a segregação de fato. Como na África do Sul, “o negro pagou um preço elevado para que os brancos pudessem ser reunidos numa nacionalidade comum” (Fredrickson, 1981, p. 191; Woodward, 1955, p. 65; Moore, Jr., 1966, p. 132 e 146). Mais de

quatro mil negros (e alguns brancos), considerados violadores da *lei* de Jim Crow, foram linchados — e o governo federal não tomou nenhuma atitude (Williamson, 1986, p. 85). Como apontou W.E.B. Du Bois (1992, p. 125), “todo o ódio que os brancos sentiam uns pelos outros após a Guerra de Secessão foi, aos poucos, se concentrando [nos negros]”.

A comparação entre a África do Sul e os Estados Unidos sugere diferenças importantes. A autoridade estatal sul-africana, forjada e protegida pela força do império britânico, aplicou a segregação a partir do centro, de maneira variável e cada vez mais dura. A ameaça potencial da maioria africana impulsionou essa intervenção brutal. Nem os africanôeres nem os ingleses questionavam a dominação racial ou o poder centralizado — ao contrário, competiam pelo controle desse poder. Nos Estados Unidos, a divisão do poder continuou a ser contestada e mesclada a discussões a respeito da dominação racial. Após a Guerra de Secessão, o Norte impingiu confiantemente suas reformas ao Sul. No fim da Restauração, porém, o Norte aceitou que a União ainda era por demais fraca para impor a sua vontade e não estava disposto a provocar mais conflitos ao interferir na segregação aplicada localmente. Sem “nenhum temor real de uma ameaça militar da população (minoritária) negra” (Andrews, 1987, p. 589; Valelly, 1993), era preferível apaziguar o Sul, tolerando Jim Crow, do que encarar a possibilidade de uma contínua resistência sulista. O equilíbrio de poder no nível federal voltou a pender para o lado dos estados, livres para impor sua própria ordem racial. As massas, por sua vez, reforçaram essa ordem racial quando os estados não o fizeram, ou não puderam fazê-lo.

* Reincorporação dos estados confederados à União após a Guerra de Secessão. (N. da T.)

As garantias constitucionais de igualdade não foram aplicadas, ao passo que, na África do Sul, não existiam essas garantias e o Estado atuou com força e impunidade.

O fortalecimento da dominação racial na África do Sul e nos Estados Unidos seguiu vias diferentes, mas com resultados notavelmente semelhantes. Um conflito de grande porte intensificara a solidariedade interna dos grupos de africanos e ingleses, de sulistas e nortistas. O conflito entre esses fragmentos étnicos ou regiões foi gradualmente contido à custa dos negros, de acordo com a lei de ouro de Deenon, segundo a qual “toda negociação branca deve ser selada por um sacrifício africano” (Deenon, 1973, p. 158). A segregação racial foi aplicada ou permitida nos “momentos de loucura” (Zolberg, 1978), cataclismas extremos e mudança violenta. As distinções raciais do passado estavam muito “disponíveis” para reduzir o conflito regional ou étnico que impedisse a consolidação do Estado-Nação. O fortalecimento da discriminação legal foi um alento para a unidade dos brancos como dominantes sobre os negros. A contínua tensão entre brancos reforçou essa solução. A possível coalizão entre brancos e negros progressistas foi ignorada ou abandonada.

Nesse ponto, o contraste com o Brasil é particularmente útil. O colonialismo português impusera ao Brasil uma autoridade central mais unificada que a desenvolvida na África do Sul ou nos Estados Unidos. A retirada dos invasores holandeses, após 1654, não deixou nenhuma parcela de população europeia semelhante aos africanos da África do Sul. O nacionalismo emergente e as tensões internas do país foram silenciados pela chegada, em 1808, da corte portuguesa, forçada a fugir de Napoleão. Descendentes benquistos da coroa portuguesa continuaram a governar o Brasil por oito anos, supervisionando uma transição pa-

cífica da colônia para o império independente e acalmando os interesses britânicos, o suficiente para evitar a conquista direta. As pequenas revoltas provincianas ocasionais eram contidas por meio de soluções de compromisso. O clientelismo e o patrimonialismo jamais foram seriamente ameaçados (Roett, 1984).

Quando os ventos da modernidade atingiram o Brasil, havia um Estado central pré-fabricado. Assim, “o Brasil é famoso por suas revoluções ‘brancas’, ou pacíficas”, pois conseguiu fazer uma transição suave do império para a república e da escravidão para a abolição, em 1888-89 (Freyre, 1945, p. 120). A raça não se tornou um jogo político em conflitos regionais ou étnicos. Não houve guerra civil catastrófica comparável à dos Estados Unidos ou, mais tarde, da África do Sul. De fato, os brasileiros desejavam evitar o tipo de conflito em torno da escravidão e da raça que haviam visto quase despedaçar os Estados Unidos. Uma vez que haviam evitado tal conflito, não era necessária a reconciliação, que, em outros países, fora impulsionada por meio de uma coalizão branca e uma explícita ideologia de discriminação racial (Pierson, 1942, p. 335).

O Estado brasileiro pós-abolição evitou a discriminação legal e incentivou a unidade entre os brasileiros de todas as cores (incluindo ostensivamente os índios). A elite brasileira conhecera grandes revoltas de escravos, motivo pelo qual temia mais os negros que seus equivalentes nos Estados Unidos ou na África do Sul. Desejavam submergir o conflito racial potencial no mito da *democracia racial* e na imagem de nação incluyente e Estado corporativista (Skidmore, 1974). Esse processo foi debatido e os negros, excluídos da imigração (Azevedo, 1987). Internamente, no entanto, não foi imposta nenhuma lei de exclusão racial. Em vez de reforçar imagens passadas de inferioridade e

dominação racial, essa herança foi reinterpretada como benigna tolerância luso-tropical. A desigualdade racial herdada e perpetuada era negada ou camuflada, alegando-se que refletia distinções de classe, inevitáveis porém fluidas.

Na ausência de segregação formal, a acomodação era incentivada. Poucos afro-brasileiros puderam progredir socialmente. Encorajou-se maior miscigenação, no intuito de *branquear* e unir a população. Não havia uma segregação oficial que forçasse os mulatos a se inserir na unidade negra. As categorias raciais foram retiradas do censo e os estudos sobre discriminação considerados ilegais, evitando-se, assim, qualquer desafio ao mito da *democracia racial*. Muitos negros eram privados do direito de voto, mas por serem analfabetos, não por causa da raça em si. Quando os índices de analfabetismo caíram, esse tipo de qualificação para votar acabou sendo abolido. Mais tarde, a discriminação racial se tornou ilegal, embora nenhum transgressor fosse processado. O conflito foi evitado e o desenvolvimento prosseguiu.

Vale a pena observar que houve quem defendesse a aplicação da idéia brasileira de *democracia racial* aos Estados Unidos do início do século XX, mas se concluiu que era inaplicável. Nada menos que uma personalidade como Teddy Roosevelt viajou ao Brasil, observou que ambos os países tinham populações *mistas* e comentou a “tendência do Brasil a absorver o negro”; segundo ele, “os brancos não traçavam nenhum limite contra o negro”. Roosevelt citou, aprovando-os, os comentários de um brasileiro:

Vocês dos Estados Unidos estão mantendo os negros como um elemento totalmente separado (...) Eles continuarão sendo um elemento ameaçador em sua civilização (...) [A alternativa] que nós

brasileiros escolhermos será, a longo prazo, menos desvantajosa do ponto de vista nacional. (Roosevelt, 1914, p. 409-11.)

À época, porém, os Estados Unidos não eram livres para escolher essa alternativa, pois a tinta já havia sido colocada num recipiente sujo de sangue. O abandono da ideologia da dominação racial poderia muito bem ter reaberto as feridas que já haviam dilacerado a república e poderiam voltar a fazê-lo durante a Restauração. Os brancos pobres insistiam em afirmar sua superioridade racial, enquanto as elites do Norte e do Sul desejavam evitar o conflito de classes, projetando a unidade racial branca. A aceitação das *desvantagens* da dominação racial explícita fora estabelecida pelo percurso da história norte-americana, o mesmo que ocorrera na África do Sul.

Mobilização diante da construção da raça

O presente trabalho visa, em primeiro lugar, demonstrar que a dominação racial oficial após a abolição, ou sua ausência, estava predominantemente vinculada ao impulso de construir o Estado-Nação. Para que se sustente, essa análise também deve ajudar a explicar as variações nas mobilizações e conflitos daí resultantes; ou seja, deveria haver uma ligação lógica entre a construção social da dominação racial explícita e os movimentos sociais das vítimas dessa dominação. Analisarei agora se isso realmente ocorreu — se a mobilização e o conflito *de baixo para cima* podem ser explicados em função de políticas de dominação impostas *de cima para baixo*.

A dominação institucionalizada, que estabelece delimitações legais de raça, também consolida a identidade racial subordinada como base potencial de resistência. A dis-

criminação imposta incentiva a solidariedade de grupo entre os negros, cujos destinos estão muito interligados (Dawson, 1994). Esse processo de formação de identidade logicamente precede e modela a lógica que rege a ação diante dos recursos e das oportunidades políticas (Tarrow, 1994). Nos termos de Karl Marx, um grupo deve ter uma consciência “em si” antes de poder atuar “para si” (Marx, 1977, p. 214). A política do Estado ajudou a forjar essa consciência de grupo entre os negros, pois determinou o *quem* que então interpretou e reagiu às condições estruturais de acordo com isso. Mesmo quando se torna fator destacado de identidade, a raça nem por isso necessariamente gera mobilização. E sua forma varia em todos os lugares e épocas em que emergem as mobilizações. Essas respostas incertas e fluidas estão vinculadas a variações na dominação racial.

A exclusão racial que, a curto prazo, beneficia os brancos pode provocar, a longo prazo, a contramobilização, ao passo que a ausência de exclusão formal restringe a mobilização e mantém a desigualdade. O *apartheid* na África do Sul e Jim Crow nos Estados Unidos, por exemplo, incentivaram a solidariedade negra, de onde surgiram formas de protesto que variaram de acordo com mudanças na política do Estado. As reformas suscitaram uma mobilização mais moderada, muitas vezes visando à integração. O inverso, ou a ausência de reformas, provocou mais protestos militantes e, muitas vezes, separatismo. A *democracia racial* do Brasil levou à sufocação da identidade racial e da mobilização, mesmo durante períodos de reforma e apesar de evidente desigualdade em termos de recursos potenciais e oportunidades. Mesmo no Brasil, contudo, formas

limitadas de protesto refletiram mudanças no poder estatal. A antiga variável dependente oficial de dominação racial pode ser reconstruída numa variável independente para explicar essas mudanças e várias formas de mobilização.

Na África do Sul, formas iniciais e menos rígidas de discriminação estatal suscitaram uma mobilização limitada e moderada, ao passo que a oposição popular mais militante só surgiu com a crescente intensificação da segregação. Antes da União, a resistência do povo era dividida por *tribo*. O Congresso Nacional Africano (CNA) foi fundado para unificar os africanos logo depois que a recém-criada União começou a sofisticar mais a discriminação. Mas o CNA permaneceu pequeno, elitista e bem comportado em suas reivindicações. O conflito contínuo entre oradores ingleses e africânderes abriu as portas para um governo mais estritamente segregacionista em 1924, governo esse encabeçado por Hertzog, que mais tarde privou as pessoas de cor de muitos de seus privilégios relativos. Como os últimos nacionalistas africânderes, Hertzog procurou jogar com a segregação racial dos ingleses e seus aliados no intuito de consolidar ainda mais a *afrikanerdom*.⁶ A segregação mais estrita unificou os africanos e as pessoas de cor como vítimas da dominação racial, vencendo limites de classe e tribo, o que provocou uma resistência maior.

Após 1948, o governo nacionalista formalizou o regime africânder e uma segregação até mais estrita por meio do *apartheid*, consolidando ainda mais a identidade racial subordinada. O CNA e seu ramo mais radical, o Congresso Pan-Africanista, obtiveram um apoio maciço para protestos mais militantes que visavam derrotar, e não apenas

* “Africanderidade”, o caráter do que é africânder. (N. da T.)

reformular, o Estado (DuBow, 1989; Lodge, 1983). Na década de setenta, o movimento Consciência Negra reagiu a um *apartheid* cada vez mais estrito, exigindo um separatismo negro que uniria africanos, pessoas de cor e asiáticos. Na década de oitenta, a Frente Democrática Unida respondeu à paralisação das reformas com uma mobilização mais integrada de massas. Sem nenhuma garantia constitucional para a qual apelar, os opositores do Estado exigiam mudanças mais radicais. Em 1990, sob pressão da mobilização contínua das massas, das divisões internas, do deslocamento econômico, das sanções e do fim da guerra fria, o Estado anunciou sua intenção de abandonar o *apartheid*. A maioria da oposição aceitou o convite a participar de negociações (Marx, 1992; Adam e Moodley, 1993).

Nos Estados Unidos, a mobilização racial obedeceu a um padrão geral semelhante, embora apresentasse diferenças complexas. A discriminação na época subsequente à Restauração provocou uma mobilização limitada. Continuava havendo diferenças regionais, não alteradas por políticas federais quase sempre débeis. A repressão no Sul encorajou a atitude acomodada de Booker T. Washington, enquanto a situação de carência em que se encontravam áreas urbanas do Norte mais liberal suscitava as idéias mais militantes de W.E.B. Du Bois. O desapontamento diante da falta de reformas após a Primeira Guerra Mundial provocou o movimento de massas de Marcus Garvey no Norte, porém nada de comparável no Sul (Meier *et al.*, 1971). Com o *New Deal* e a Segunda Guerra Mundial, a autoridade central dos Estados Unidos ampliou sua intervenção social, acenando com perspectivas de reforma. A guerra fria também levantou preocupações a respeito da reputação internacional dos Estados Unidos.

A reforma federal norte-americana de meados do século encorajou a solidariedade

negra, passando por cima de questões regionais e de classe. Depois de desenvolver a capacidade de impor sua vontade, as autoridades federais voltaram hesitantemente a analisar os pontos conflitantes em torno da reforma de Jim Crow. O sinal mais notável dessa mudança foi a decisão da Suprema Corte no caso *Brown versus Conselho de Educação*, de 1954. Essa ação do Estado proporcionou uma abertura para o movimento de direitos civis, que conquistou seu primeiro apoio de massas no Sul, juridicamente segregado. Ao conclamar a nação a corresponder aos ideais da Constituição, formas relativamente moderadas de mobilização defenderam a intervenção federal contra Jim Crow. À época, o ativismo sulista inspirou os negros do Norte. Sua irritação contra a situação de carência contínua, que a intervenção federal era menos capaz de remediar, levou a revoltas e a formas mais militantes de nacionalismo negro.⁵

O caso brasileiro impressiona pela falta de mobilização significativa em torno de questões especificamente raciais. As desigualdades socioeconômicas e a discriminação informal em função de diferenças físicas prosseguiram após a escravidão, mas foram suficientes para gerar uma forte identidade racial subordinada ou um protesto maciço. Foi essencial a ausência de ideologia e política oficiais de racismo. Com essa restrição, contudo, até as formas limitadas de mobilização afro-brasileira reagiram à mudança na política do Estado. Na década de trinta, o regime Vargas tornou a consolidar a autoridade do poder central, que diminuía após 1889, e afirmou seu compromisso com a democracia racial. A Frente Negra, relativamente moderada, apoiou o regime. Na década de setenta, quando se tornou evidente que a situação de contínua carência socioeconômica dos negros estava em clara contradição com a doutrina oficial da *tolerância*, difun-

díram-se no Brasil as imagens dos movimentos norte-americanos de direitos civis e poder negro (*black power*). Surgiu o Movimento Negro Unificado, mais militante, mas com apoio popular ainda limitado (González e Hasenbalg, 1982; Hanchard, 1994).

“Demolir” a dominação racial

A recente demolição do edifício jurídico da discriminação racial na África do Sul e nos Estados Unidos também pode ser explicada, embora brevemente, pela referência à dinâmica da construção da raça. Os custos econômicos da discriminação, as mudanças nas pressões internacionais e, sobretudo, o protesto popular contribuíram para forçar o fim da segregação legal. Em ambos os casos, no entanto, a reforma teria sido bloqueada se uma autoridade estatal central, militarmente forte, tivesse mantido o compromisso ideológico e estratégico de aplicar ou permitir a dominação racial. Com uma melhor resolução de conflitos regionais e étnicos anteriores, passou a ser menos urgente incentivar a unidade branca por meio da dominação racial. Tornou-se mais urgente aplacar o *conflito negro-branco* dali resultante. Assim, pois, apesar de a resistência branca ter continuado, a subordinação legal chegou ao fim, mas só depois de invertida a lógica da construção da raça, devido a outros acontecimentos.

Nos Estados Unidos, o Sul fora acalmado permitindo-se a discriminação racial formal no nível local. Em meados do século, a industrialização e a prosperidade haviam começado a se fazer presentes no Sul (EUA, 1975, p. 243-5 e 295; Wright, 1986), que antes reconquistara seu espaço político em Washington e abandonara as idéias separatistas. O Sul fora *americanizado* (Myrdal, 1944, p. 1011). Esse processo permitira maior consolidação do Estado central e a realização de ampla unidade nacional bran-

ca. A correlação de forças no nível federal se configurava, pendendo gradualmente para o centro. Enquanto isso, e apesar da resistência sulista, os protestos negros crescentes, incentivados pelas reformas já introduzidas e lutando por outras, faziam pressão em favor da aplicação do poder federal contra as políticas raciais localizadas.

Em meados do século, a vida política norte-americana centralizada adquirira força suficiente para intervir no último, historicamente o mais controvertido, bastião dos direitos dos estados. A vitória da União na Guerra de Secessão finalmente se consolidava, um século depois, por meio de uma “segunda Restauração”, na qual se mudou a forma da matriz da ordem racial. Os sulistas negros reconheceram essa mudança na ação federal ao receber representantes da Comissão Americana de Direitos Civis de 1958, com a observação de que finalmente “o Grande Governo” viera. Permaneciam as tensões regionais que haviam encorajado a coalizão branca predominante. No entanto, esse conflito entre brancos foi sendo gradualmente substituído no tocante à ameaça mais premente à unidade nacional pelo *conflito negro-branco* que ele mesmo gerara. No intuito de conter a crescente agitação política e econômica suscitada pelo protesto negro, uma forte ação do governo central pôs fim à dominação racial oficial; mas a discriminação social persistiu.

O conflito entre brancos também diminuiu na África do Sul, embora mais tarde do que nos Estados Unidos. O controle que os africanôderes exerceram após 1948 sobre o Estado sul-africano, que se fortalecia cada vez mais, reforçara a cultura e a língua africanôderes. A intervenção do Estado e os empregos por ele gerados lhes proporcionou maior paridade econômica com os ingleses. Por exemplo: a proporção de africanôderes que tinham empregos administrativos pas-

sou de 29% em 1946 para 65,2% em 1977 (Adam e Giliomee, 1979, p. 169-75; Horowitz, 1991, p. 79-81). Como consequência, “o africânder adquirira mais confiança em si; ingleses e africânderes cresceram juntos”, diminuindo, portanto, o medo que tinham os africânderes “de que os ingleses usassem os votos dos não-brancos para fortalecer sua própria posição”.⁶ Assim, o conflito entre africânderes e ingleses recuou de sua posição de principal preocupação política, que já encorajara o uso da segregação como meio de unificar os brancos.

À medida que aumentava o custo da segregação legal, os sul-africanos brancos acabaram concordando em pôr fim ao *apartheid*, o que exigiu uma transição política mais fundamental que a dos Estados Unidos. Era o preço dos grandes protestos negros, da divisão da elite, das sanções e das oportunidades de crescimento de mercado que haviam sido perdidas. Esses custos se tornaram insuportáveis, pois os brancos dependiam cada vez mais dos negros. Em 1992, Ferdinand W. de Klerk conseguiu surpreendentes 68,7% dos votos de africânderes e ingleses reunidos num plebiscito a favor das negociações destinadas a pôr termo ao governo de minoria. Os brancos abraçaram a perspectiva tranquilizadora de uma *parceria* De Klerk-Mandela, e os eleitores ingleses apoiavam cada vez mais um Partido Nacional reformista (Adam e Moodley, 1993, p. 2; Sisk, 1995, p. 137). A coalizão branca acontecera e a situação privilegiada dos brancos se consolidou ainda mais. A essa altura, o protesto negro substituíra o conflito africânderes-ingleses como principal ameaça à paz. A dominação racial oficial funcionara mas depois se tornou contraproducente, sendo por fim abandonada, apesar da resistência da direita branca. Além disso, essa transição exigiu uma nova Constituição, pois o Estado sul-africano havia sido mais

explicitamente projetado com base na dominação racial. Nos Estados Unidos, ao contrário, a autoridade central impusera a reforma de acordo com a interpretação e os preceitos constitucionais.

O mesmo processo de eliminação da dominação racial não foi aplicável ao Brasil, pois não fora construída uma ordem racial comparável, não havia um ponto de política oficial capaz de unificar a mobilização da identidade racial subordinada e não havia dominação racial formal a ser reformada. Isso não significa que a discriminação social ou a desigualdade econômica fossem menos evidentes no Brasil. Ao contrário, a inexistência de uma ordem racial oficial, que poderia ter provocado uma mobilização mais forte, fez com que a discriminação permanecesse, em grande medida, intocada.

Implicações

A construção da raça não tem um determinante único, mas suas origens e consequências podem ser especificadas. Nos três casos comparados aqui, a desigualdade onipresente e as imagens de inferioridade primordial foram herança da escravidão, codificadas, porém, de várias formas após a abolição. A miscigenação influenciou as distinções raciais e o potencial de conflito, mas um contínuo de cores de pele deu margem a categorias oficiais mutáveis. Os interesses de classe conflitantes foram aplacados por meio de diversas formas de discriminação. Então, a raça se mostra menos fixa do que se fosse pré-ordenada pela cultura, escravidão, antepassados ou interesses econômicos específicos. As interpretações dos legados e interesses históricos variaram de acordo com as ordens raciais em mutação, que reforçaram a consolidação, a estabilidade e o desenvolvimento do Estado-Nação. A dominação, as categorias e os conflitos raciais

se mostram tão fluidos como as dinâmicas de construção de coalizão que os configuraram.

A força dessa explicação da construção da raça é ser capaz de ajudar a dar conta das grandes variações que a construção social da raça apresenta. No Brasil, a ausência de conflito regional ou étnico é coerente com a relativa inexistência de ideologia, categorização oficial ou conflito racial. No caso da África do Sul e dos Estados Unidos, a elaboração da dominação racial por parte do Estado se pautou no conflito entre brancos, que procuraram diluir gradualmente o que os opunha unificando-se como brancos e reforçando a exclusão dos negros. “A guerra prosseguiu por outros meios” e, no intuito de instilar “paz na sociedade civil (...), os poderes políticos (...) reinscreveram (...) as desigualdades” nessas instâncias em função da raça (Foucault, 1972, p. 90). A reiteração constante da concorrência política ou econômica *intra-brancos* reforçava repetidamente a dominação racial. Em meio a variações nas políticas aplicadas, esses processos se esgotaram durante a era da construção do Estado-Nação, que durou um século.

Essas dinâmicas obedeceram a configurações mais gerais. Rogers Brubaker alegou que, por exemplo, a desunião histórica alemã foi resolvida por meio da construção de uma cidadania étnica excludente. A consolidação mais precoce do Estado francês propiciou uma forma cívica mais incluyente de nacionalismo, visível na política do Estado, se não na prática social atual (Brubaker, 1992). Na África do Sul, nos Estados Unidos e no Brasil, o colonialismo, a escravidão e a geografia haviam gerado populações negras substanciais e historicamente diferenciadas. Assim, a raça foi uma questão de destaque na definição e consolidação do Estado-Nação. A desunião na África do Sul e nos Estados Unidos foi resolvida por meio do nacionalismo e da cidadania especificados segundo a raça, o

que não ocorreu no Brasil, relativamente unificado. A guerra desempenhou um papel central nesses processos. Na Europa, as guerras externas que exigiam alistamento militar geraram a demanda de expansão da cidadania (Tilly, 1990). De maneira semelhante, a resolução de guerras internas nos Estados Unidos e na África do Sul não só estendeu os direitos de cidadania aos brancos numa sociedade civil unificada, mas também reforçou a exclusão dos negros.

Na medida em que responde a vários desafios, o Estado surge então como ator central na construção da raça. No intuito de diluir o conflito interno e incentivar a unidade nacional, a dominação racial foi oficialmente reforçada na África do Sul e nos Estados Unidos, enquanto o antagonismo racial foi coerentemente evitado no Brasil. O *apartheid* e o Jim Crow então provocaram a antítese do protesto negro. O conflito entre brancos diminuiu gradualmente, mas à custa do aumento do conflito entre negros e brancos. Então, para conter esse novo conflito, o Estado passou a sintetizar uma ordem racial mais incluyente, abandonando a dominação racial oficial. Ao longo de todo o processo, esses Estados agiram com relativa autonomia, reagindo a afirmações de interesses por meio de apaziguamento, soluções de compromisso ou cooptação. O processo de construção da nação (e definição da cidadania), conduzido pelo Estado, modelou e remodelou a ordem racial. Em meio a deslizamentos e conseqüências involuntárias, as ações do Estado espelham reações intencionais a preocupações prementes.

Espero que não entendam mal as implicações da presente análise. O fato de que os conflitos entre brancos tenham incentivado a ideologia explícita e a imposição da discriminação contra os negros não significa que, com uma solução melhor para esse conflito, o racismo teria desaparecido ou desapa-

recerá. Definindo-se como brancos, estes se beneficiaram, pois o Estado aplicou o racismo em várias formas de segregação após a abolição. No entanto, uma vez criada a raça, o Estado não pode desmontar com facilidade sua monstruosa criação:

As estruturas, tipos e atitudes sociais são moedas de difícil fusão. Uma vez cunhadas, persistem. (Shumpeter, 1947, p. 12-3.)

As identidades raciais, inculcadas por meio de experiências dolorosas e embutidas na vida cotidiana, não desaparecem rapidamente, mesmo quando as condições que as reforçaram mudam. Nos Estados Unidos, a discriminação legal acabou, mas a discriminação continua e as reformas raciais sofreram ameaças recentes devido ao ressurgimento dos direitos regionais. As identidades raciais continuaram sendo importantes, sobretudo porque a minoria afro-americana considera a solidariedade como um recurso vital. O mesmo pode vir a ocorrer na África do Sul após o fim do *apartheid*. O projeto ideológico anterior, que interpretava cultura, genealogia e interesses de acordo com a raça, deixou marcas profundas. Até no Brasil são visíveis a identidade e o conflito raciais nascentes, alentados pela informação sobre os dois outros países aqui analisados. O fato de os brancos construírem a raça como meio de dominação não significa que a identidade racial não possa ser abraçada pelos subordinados em seu próprio benefício. De fato, tem sido assim.

O que surge é uma configuração coerente de esforços voltados para a resolução de conflitos e construção de coalizão como componentes centrais da dinâmica racial. Os construtores do Estado-Nação nos Estados Unidos e na África do Sul procuraram resolver conflitos entre brancos construindo uma coalizão de dominação sobre negros, reduzindo, assim, a ameaça mais viável ao Estado e à economia. As delimitações de categorias raciais e a aplicação de discriminação foram uma herança construída e histórica, e assim devem ser interpretadas. A nação surgiu como uma "comunidade imaginada" (Anderson, 1983). No entanto, a definição de quem estava incluído ou excluído não brotou espontaneamente, mas foi reforçada pela política oficial. O resultado involuntário foi uma mobilização mais intensa dos negros unificados por sua exclusão, sendo que o protesto negro acabou forçando uma reconfiguração do Estado-Nação de maneira includente, embora ainda dividido pela herança do antagonismo racial. O Brasil confirma esse modelo por meio de sua relativa falta de conflito *entre brancos* e pelo fato de evitar a dominação e o conflito raciais. Os cálculos estratégicos foram diferentes, incentivaram ou não a dominação e o conflito raciais, mas o imperativo da consolidação do Estado-Nação é evidente em todas as circunstâncias. A evolução do "problema da delimitação de cor", como diz Du Bois, durante este século esteve inextricavelmente ligada à dinâmica política da resolução ou abstenção de conflito no contexto do ideal do Estado-Nação.

NOTAS

• Agradeço os comentários e sugestões de Karen Barkey, Douglas Chalmers, Stephen Ellman, Eric Foner, Charles V. Hamilton, Carlos Hasenbalg, Jennifer Hochschild, Tom Karis, Ira Katznelson, Mark Kesselman, David Laitin, Manning Marable, T. Dunbar Moodie, Mark Orkin, Lloyd Rudolph, Jack Snyder, Steven L. Solnick, Sidney Tarrow, Rupert Taylor, Charles Tilly, Harrison White e a

Oficina de Identidades do Centro de Ciências Sociais da Columbia University. Recebi um apoio generoso do United States Institute of Peace, do Social Sciences Research Council, da Tinker Foundation Fellowship, do Institute for Latin American and Iberian Studies da Columbia University, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Rio de Janeiro e da Harry Frank Guggenheim Foundation.

1. Para outros estudos comparativos sobre esses casos, ver Berghe, 1967; Greenberg, 1980; Fredrikson, 1981; Cell, 1982; Degler, 1971.
2. Ver Tannenbaum, 1946, p. 53. O mesmo argumento é apresentado em Hartz, 1964, p. 152. Para uma discussão do papel do calvinismo no surgimento da discriminação racial na África do Sul, ver Gerstner, 1991.
3. Estou aplicando argumentos relativos à etnicidade ao caso mais específico da raça. Ver, por exemplo, Young, 1976; Enloe, 1981; Nagel, 1986.
4. Ver De Klerk, 1975, p. 23, que cita Piet Retief, de 1837.
5. A bibliografia sobre esse ponto é vasta. Ver McAdam, 1982; Morris, 1984; McCartney, 1992.
6. Autor entrevistado por Gerrit Viljoen, Pretória, 28 de abril de 1994.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, Heribert and MOODLEY, Kogila (1993). *The opening of the apartheid mind*. Berkeley, University of California Press.
- ADAM, Heribert and GILIOMEE, Hermann (1979). *Ethnic power mobilized*. New Haven, Yale University Press, p. 169-75.
- ANDERSON, Benedict (1983). *Imagined communities*. Londres, Verso.
- ANDERSON, Perry (1962). "Portugal and the end of ultra-colonialism 2". *New Left Review* (16), July-Aug.
- ANDREWS, George Reid (1987). "Review essay: comparing the comparers: white supremacy in the United States and South Africa". *Journal of Social History* (20).
- AZEVEDO, Célia Marinho de (1987). *Onda negra, medo branco*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BENDER, Gerald J. (1978). *Angola under the Portuguese: the myth and the reality*. Berkeley, University of California Press.
- BENSEL, Richard F. (1990). *Yankee Leviathan*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BONACICH, Edna (1972). "A theory of ethnic antagonism: the split labor market". *American Sociological Review* (37), October.
- BOXER, C. R. (s/d). *Four centuries of Portuguese expansion 1415-1825*. Berkeley, University of California Press.
- BRUBAKER, Rogers (1992). *Citizenship and nationhood in France and Germany*. Cambridge, Harvard University Press.
- BURAWOY, Michael (1981). "The capitalist State in South Africa". In: ZEITLIN, Maurice (ed.). *Political power and social theory*. Greenwich, Connecticut, JAI Press.

- BURNS, E. Bradford (1970). *A history of Brazil*. New York, Columbia University Press.
- CONRAD, Robert (1972). *The destruction of Brazilian slavery*. Berkeley, University of California Press.
- (1974). "Nineteenth century Brazilian slavery". In: TOPLIN, Robert Brent (ed.). *Slavery and race relations in Latin America*. Westport, Connecticut, Greenwood Press.
- COSTA, Emília Viotti da (1985). *The Brazilian empire*. Belmont, Califórnia, Wadsworth.
- DAVIS, F. James (1991). *Who is black? One nation's definition*. University Park, Pennsylvania State University Press.
- DAWSON, Michael (1994). *Behind the mule*. Princeton, Princeton University Press.
- DENOON, Donald (1973). *A grand illusion*. London, Longman.
- DRUMOND, Dwight Lowell (1961). *Anti-slavery*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- DUBOIS W. E. B. (1992). *Black reconstruction in America, 1860-1880*. New York, Atheneum.
- DUBOW, Saul (1989). *Racial segregation and the origins of apartheid in South Africa, 1919-36*. Hampshire, Inglaterra, Macmillan.
- EUA, Department of the Census. *Historical Statistics of the United States*. (1975). Washington, D.C., U.S. Government Printing Office, série F-297-348, p. 243-45, 295;
- FIELDS, Barbara J. (1982). "Ideology and race in American history". In: KOUSSER, J. Morgan and McPHERSON, James M. (eds.). *Region, race and reconstruction*. New York, Oxford University Press.
- FONER, Eric (1970). *Free soil, free labor, free men*. Londres, Oxford University Press.
- (1988). *Reconstruction*. New York, Harper and Row.
- FONER, Philip S. (1974). *Organized labor and the black worker, 1619-1973*. New York, Praeger.
- FOUCAULT, Michel (1972). *Power/Knowledge*. New York, Pantheon.
- FREYRE, Gilberto (1945). *Brazil: an interpretation*. New York, Knopf.
- GENOVESE, Eugene D. (1972). *Roll, Jordan, Roll: the world the slaves made*. New York, Random House.
- GOLDIN, Ian (1987). *Making race: the politics and economics of colored identity in South Africa*. Cidade do Cabo, Longman.
- GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- HANCHARD, Michael (1994). *Orpheus and power*. Princeton, Princeton University Press.
- HARRIS, Marvin (1964). *Patterns of race in the Americas*. New York, Walker.
- HASENBALG, Carlos (1978). "Race relations in post-abolition Brazil". Tese de doutoramento. Universidade de Michigan.
- HOBSON, J. A. (1900). *The war in South Africa*. Londres, George Allen.
- HOROWITZ, Donald L. (1991). *Ademocratic South Africa?* Berkeley, University of California Press, p. 79-81.
- JOHNSTONE, Fredrick A. (1976). *O!ss, race and gold*. Londres, Routledge.

- JORDAN, Winthrop D. (1968). *White over black*. New York, W. W. Norton.
- KARIS, Thomas (1963). "South Africa". In: CARTER, Gwendolen (ed.). *Five African states*. Ithaca, New York, Cornell University Press.
- KATZNELSON, Ira and ZOLBERG, Aristide, eds. (1986). *Working-class formation*. Princeton, Princeton University Press.
- KEITH, Verna M. and HERRING Cedric (1991). "Skin tone and stratification in the black community". *American Journal of Sociology* (97), November.
- KESTELL, J. D. and VELDEN, D. E. van (1912). *The peace negotiations*. Londres, Clay.
- KEY, Jr., V. O. (1984). *Southern politics in state and nation*. Knoxville, University of Tennessee Press.
- KLUGER, Richard (1980). *Simple justice*. New York, Knopf.
- LEMAY, G. H. L. (1965). *British supremacy in South Africa, 1899-1907*. Oxford, Clarendon Press.
- LEWINSON, Paul (1932). *Race, class and party*. New York, Grosset and Dunlap.
- LEWIS, Gavin (1987). *Between the wire and the wall*. Cidade do Cabo, David Philip.
- LODGE, Tom (1983). *Black politics in South Africa since 1945*. Joanesburgo, Ravan.
- MARSHALL, Burke (1964). *Federalism and civil rights*. New York, Columbia University Press.
- MARX, Anthony W. (1992). *Lessons of struggle*. New York, Oxford University Press.
- MARX, Karl (1977). "The poverty of philosophy". In: McLELLAN, David (ed.). *Karl Marx: selected writings*. Oxford, Oxford University Press.
- MEIER, August et al. (eds.). *Black protest thought in the twentieth century*. New York, Macmillan.
- MILES, Robert (1989). *Racism*. London, Routledge
- MOORE, Jr., Barrington (1966). *Social origins of dictatorship and democracy*. Boston, Beacon.
- MOURA, Clóvis (1989). *História do negro brasileiro*. São Paulo, Ed. Atica.
- MYRDAL, Gunnar (1944). *An American dilemma*. New York, Harper and Row.
- NASCIMENTO, Abdias do (1979). *Brazil: mixture or massacre?* Dover, Majority Press.
- OLZAK, Susan (1992). *The dynamics of ethnic competition and conflict*. Stanford, California, Stanford University Press.
- OMI, Michael and WINANT, Howard. *Racial in the United States*. London, Routledge/Kegan Paul.
- PAKENHAM, Thomas (1979). *The Boer war*. New York, Avon.
- PIERSON, Donald (1942). *Negroes in Brazil*. Chicago, University of Chicago Press.
- POLANYI, Karl (1994). *The great transformation*. Boston, Beacon.
- POSEL, Deborah (1991). *The making of apartheid*. Oxford, Clarendon.
- PRADO, Jr., Caio (1969). *The colonial background of modern Brazil*. Berkeley, University of California Press.

- REX, John (1970). *Race relations in sociological theory*. London, Routledge.
- ROEDIGER, David R. (1991). *The wages of whiteness*. London, Verso.
- ROOSEVELT, Theodore (1914). "Brazil and the Negro". *Outlook* (106):409-11, February 21.
- ROTT, Riordan (1984). *Brazil: politics in a patrimonial society*. New York, Praeger.
- SAID, Edward W. (1978). *Orientalism*. New York, Random House.
- SCHUMPETER, Joseph (1947). *Capitalism, socialism and democracy*. New York, Harper.
- SILVA, Nelson do Valle (1978). "Black-white income differentials: Brazil, 1960". Tese de doutoramento. Universidade de Michigan.
- (1985). "Updating the cost of not being white in Brazil". In: FONTAINE, Pierre-Michel (ed.). *Race, class, and power in Brazil*. Los Angeles, Center for Afro-American Studies, Universidade da Califórnia.
- SILVA, Nelson do Valle e HASENBALG, Carlos A. (1992). *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Rio Fundo.
- SISK, Timothy D. (1995). *Democratization in South Africa*. Princeton, Princeton University Press.
- SKIDMORE, Thomas E. (1974). *Black into white: race and nationality in Brazilian thought*. New York, Oxford University Press.
- (1992). "Bi-racial U.S. versus multi-racial Brazil: is the contrast still valid?". (Manuscrito.) June.
- SKOWRONEK, Stephen (1990). *Building a new American State*. Cambridge, Cambridge University Press.
- STAMPP, Kenneth M., ed. (1959). *The causes of the Civil War*. New York, Simon and Schuster.
- TANNENBAUM, Frank (1946). *Slave and citizen*. New York, Knopf.
- TARROW, Sidney (1994). *Power in movement*. Cambridge, Cambridge University Press.
- TAYLOR, Rupert (1994). "Racial terminology and the question of 'race' in South Africa". (Manuscrito.)
- TILLY, Charles (1990). *Coercion, capital and European States*. Cambridge, Blackwell.
- VALELLY, Richard M. (1993). "Party, coercion, and inclusion: the two reconstructions of the South's electoral politics". *Politics and Society* (21), March.
- WALSHE, Peter (1971). *The rise of African nationalism in South Africa*. Berkeley, University of California Press.
- WILLIAMS, Basil, ed. (1925). *The Shelborne memorandum*. London, Oxford University Press.
- WILLIAMSON, Joel (1994). *Arage for order*. New York, Oxford University Press.
- WILSON, Francis (1972). *Labour in the South African gold mines, 1911-1969*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WILSON, Monica and THOMPSON, Leonard, (eds.). *The Oxford history of South Africa*. New York, Oxford University Press, vol. 2.
- WILSON, William Julios (1973). *Power, racism and privilege*. New York, Free Press.

- WOFFORD, Harris (1980). *Of Kennedys and kings*. New York, Farrar, Strauss and Giroux.
- WOLPE, Harold (1972). "Capitalism and cheap labor power in South Africa". *Economy and Society*, 1(4).
- WOOD, Charles H. and CARVALHO, J. A. Magno (1988). *The demography of inequality in Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WOODWARD, C. Vann (1951). *Reunion and reaction*. Boston, Little Brown.
- (1955). *The strange career of Jim Crow*. New York, Oxford University Press.
- WRIGHT, Gavin (1986). *Old South, new South*. New York, Basic Books.
- YUDELMAN, David (1983). *The emergence of modern South Africa*. Westport, Connecticut, Greenwood Press.
- ZOLBERG, Aristide (1978). "Moments of Madness". *Politics and Society* (2).

SUMMARY

Race-making and the Nation State

Why was official racial domination enforced in South Africa and the United States, while nothing comparable to apartheid or Jim Crow was constructed in Brazil? Slavery and colonialism established the pattern of early discrimination in all three cases, and yet the post-abolition racial orders diverged. Miscegenation influenced later outcomes, as did economic competition, but neither was decisive. Interpretations of these historical and economic factors were shaped by later developments. This article argues that post-abolition racial orders were significantly shaped by the process of nation-state building in each context. In South Africa and the United States ethnic or regional "intra-white" conflict impeding na-

tion-state consolidation was contained by racial domination. Whites were unified by excluding blacks, in an ongoing dynamic that took different forms. Continued competition and tensions between the American North and South or South Africa's English and Afrikaners were repeatedly resolved or diminished through further entrenchment of Jim Crow or apartheid. With no comparable conflict requiring reconciliation in Brazil, no official racial domination was constructed, although discrimination continued. The dynamics of nation-state building are then reviewed to explain variations in black mobilization and the end of apartheid and Jim Crow.

RÉSUMÉ

La construction raciale et l'Etat-Nation

Pourquoi est-ce que la domination raciale officielle a été instituée en Afrique du Sud et aux Etats-Unis, pendant que rien comparable à l'apartheid et à Jim Crow a été érigé au Brésil? L'esclavage et le colonialisme ont établi le modèle de discrimination initiale chez tous les trois

cas, et cependant les ordres raciaux postabolition se sont divergés l'un de l'autre. Le croisement de races a influencé les résultats postérieurs, autant que la compétition économique les a aussi influencés, néanmoins ni l'un ni l'autre a été décisif. Les interprétations de ces facteurs économi-

ques et historiques ont gagné de la forme dans leurs développements postérieurs. Cet article argumente que les ordres raciaux postabolition ont été influencés d'une manière significative, en ce qui concerne leur forme, par les processus de construction de l'Etat-nation, selon le contexte particulier de chaque pays. En Afrique du Sud et aux Etats-Unis, les conflits ethniques ou régionaux "entre blancs" qui empêchaient la consolidation de l'Etat-nation, ont été contrôlés par la domination raciale. Les hommes blancs se sont unifiés en excluant les hommes noirs, dans une dynamique progressive qui a pris de différentes

formes. Compétition et tensions continues, soit entre le Nord et le Sud américains, soit entre les anglais et les "afrikaners" de l'Afrique du Sud, étaient souvent résolues ou réduites travers une plus grande fortification du *Jim Crow* ou de l'*apartheid*. Sans aucun conflit comparable où il était nécessaire une réconciliation, on n'a érigé aucune domination raciale officielle au Brésil, bien que la discrimination continuait. Les dynamiques de la construction de l'Etat-nation sont, donc, revues afin d'expliquer des variations dans la mobilisation noire et la fin de l'*apartheid* et du *Jim Crow*.

O hiato de gênero nas percepções de racismo – o caso dos afro-brasileiros socialmente ascendentes*

Francine Winddance Twine**

**Traduzido do original "The gender gap in perceptions of racism — the case of upwardly mobile Afro-Brazilians". Recebido para publicação em agosto de 1995.*

***Professora da Universidade de Washington, Women Studies Program.*

Este artigo examina a diferença de gênero em experiências relatadas com racismo em uma pequena comunidade urbana no interior do Rio de Janeiro. Com base em dez meses de pesquisa de campo e citações de entrevistas gravadas em fita cassete com foco na história de vida de 14 irmãs e irmãos afro-brasileiros socialmente ascendentes, este artigo fornece um estudo de caso empírico das percepções do racismo cotidiano e expande o nosso entendimento do quanto os afro-brasileiros percebem ou não o racismo como um problema em suas vidas.

Duas arenas foram centrais na sua avaliação quanto a se tinham ou não vivenciado racismo. Em primeiro lugar, a segregação ocupacional por gênero e os privilégios do gênero masculino restringiram o meio ocupacional das mulheres à comunidade local e podem ter protegido esse grupo de mulheres das formas comuns de racismo. Ao contrário, os homens entrevistados viajam com frequência para outras comunidades urbanas para trabalhar e por entretenimento e, assim, têm acesso a uma esfera social mais ampla através de sua ocupação. Isso aumentou a percepção deles do racismo porque testemunharam ou tiveram a experiência de formas mais comuns de racismo em sua ocupação. Em segundo lugar, as relações românticas inter-raciais emergiram como uma arena onde os homens relataram experiências de rejeição e discriminação, enquanto suas irmãs não relataram nenhuma. Desse modo, as expectativas tradicionais de gênero, no que concerne à iniciativa masculina, resultaram no fato de os homens sofrerem mais rejeição, o que eles definiram parcialmente como uma consequência do racismo.

Palavras-chave: afro-brasileiros em ascensão; casamento inter-racial; segregação ocupacional; diferença de gêneros; discriminação racial; percepções do racismo; negras em ascensão, romances inter-raciais.

As pesquisas anteriores sobre raça e classe no Brasil rural não examinam de que forma gênero se entrecruza com raça e classe para moldar, nos afro-brasileiros socialmente ascendentes, as percepções de enfrentamentos com o racismo (Harris, 1953; Hutchinson, 1953; Wagley, 1953). Com raras exceções, isso continua acontecendo (Andrews, 1991; Turner, 1985). A pesquisa etnográfica subsequente ao colapso do regime militar no Brasil também não considera as experiências desses afro-brasileiros no Sudeste do país.

Neste artigo, abordo esse silêncio na bibliografia etnográfica sobre o Brasil rural e aprofundo nossa compreensão da experiência dos brasileiros de origem africana. Ao mesmo tempo, suplemento a teoria feminista com uma análise da maneira como a segregação ocupacional e a submissão derivada do gênero das brasileiras socialmente ascendentes de origem africana estruturam seus enfrentamentos com o racismo, ao gerar um hiato, com base na experiência e na percepção, entre elas próprias e seus contrapartes do sexo masculino. Sustentarei que a restrita participação das mulheres na esfera pública talvez as proteja de algumas das formas mais vulgares de racismo, em comparação com os seus iguais do sexo masculino.

Os estudiosos das questões de gênero e desenvolvimento econômico no tocante às mulheres latino-americanas observaram a escassez de obras recentes sobre “a maneira como as mulheres do campo na América Latina definem e interpretam o mundo ao seu redor, bem como o sentido que atribuem, se é que atribuem, às palavras-chave utilizadas pelos pesquisadores” (Phillips, 1990). Este estudo se baseia em entrevistas conduzidas com 14 brasileiros e brasileiras socialmente ascendentes de origem africana para teorizar sobre o significado do racismo e a maneira como o gênero estrutura as percepções do

racismo em sua vida diária. Embora estudos etnográficos recentes do Brasil tenham começado a concentrar suas análises nas experiências de mulheres (Schoper-Hughes, 1992), não se examina especificamente o modo como os papéis dos gêneros afetam as interpretações da desigualdade racial na vida dos brasileiros de origem africana em uma comunidade.

O objetivo principal do presente estudo é teorizar sobre o papel dos gêneros nos enfrentamentos com o racismo entre afro-brasileiros socialmente ascendentes de ambos os sexos. Suas diferenciadas posições de gênero suscitam um hiato entre teoria e prática? Os afro-brasileiros e afro-brasileiras que cresceram nas mesmas unidades familiares, freqüentaram as mesmas escolas e ocuparam a mesma situação de classe em seus lugares de origem têm percepções e enfrentamentos similares quanto ao racismo em sua vida diária? Em outras palavras, qual o papel desempenhado pelo gênero na estruturação da forma como eles experimentam e analisam o impacto do racismo no seu cotidiano?

Metodologia e o campo de estudo de Vasália

Os dados deste estudo foram colhidos numa pesquisa de campo que envolveu entrevistas formais com 53 moradores do local, entre janeiro de 1992 e fevereiro de 1994. O estudo se limita a entrevistas com 14 afro-brasileiros descendentes de trabalhadores. Usarei a expressão “afro-brasileiros” para designar brasileiros de origem africana que são registrados oficialmente como *pardos* em suas certidões de nascimento e que se autodefinem e são socialmente reconhecidos na comunidade como *mulatos* ou *morenos*. A categoria *pardo* é uma classificação ampla que até 1991 incluía os índios do Brasil e os

brasileiros descendentes de variadas combinações de raças, inclusive africana e índia, africana e europeia e africana e asiática. Essas entrevistas foram realizadas reservadamente com 18 afro-brasileiros de origem humilde que haviam sido identificados como socialmente ascendentes por colegas e moradores locais de progênie tanto europeia como africana. Concentrei minhas entrevistas nessa categoria a fim de compensar um viés de amostragem na bibliografia, pois em geral afro-brasileiros da classe média têm sido esquecidos na bibliografia devido a seu reduzido número e à sua invisibilidade como contingente político no nível nacional.

O mesmo conjunto de perguntas foi feito e na mesma ordem para todos os entrevistados. O esquema das entrevistas incluiu o pedido aos informantes para que definissem o que constituía uma demonstração de racismo, descrevessem como enfrentavam o racismo e suas reações ao serem confrontados com um ato dessa natureza.

Vasália

Vasália, uma cidade na zona rural, cresceu a partir de uma fazenda de café implantada por imigrantes europeus na década de 1860 e operada por escravos africanos e mais tarde por imigrantes italianos e trabalhadores livres de origem africana. Ela se localiza no interior do noroeste do estado do Rio de Janeiro, Sudeste do Brasil, a região mais populosa do país, sendo que o Rio de Janeiro, com 12,5 milhões de habitantes, é o terceiro estado em população na região.

Vasália se encontra a cerca de 430 quilômetros (a sete horas, de ônibus) da cidade do Rio de Janeiro. Em 1990, sua população total era de 7.127 habitantes. Em 1992, não havia dados publicados disponíveis especificamente sobre raça ou cor, pois a cidade só foi emancipada como município em 1991. Des-

sa forma, quando se realizou o censo geral nesse ano, os dados demográficos referentes a Vasália foram combinados com os de outras cidades-satélites do município de Boa Vista, sendo publicados em bloco. Devido à necessidade de muita mão-de-obra local para as fazendas de café, o município de Vasália se distinguiu pelo fato de ter uma população rural periférica que era o dobro de sua população urbana.

Quando comecei minha pesquisa de campo, Vasália se encontrava em pleno surto do tomate. Nos três últimos anos, houvera um lento mas seguro aumento no cultivo do tomateiro para tentar criar um mercado alternativo de monocultura que fosse menos vulnerável aos preços do mercado internacional. A incipiente produção gerara um surto econômico na cidade e a expansão das classes médias rurais. Diversas famílias pobres afro-brasileiras e mestiças (assim como descendentes de europeus) tinham sido beneficiadas por esse surto, pois havia mais empregos nas indústrias de serviços, no sistema de ensino e nos transportes rodoviários, ampliados para atender ao crescimento econômico e populacional.

Cegueira racial: a construção cultural da indiferença ao racismo

Minha pesquisa no Sudeste brasileiro confirma pesquisa anterior feita no Nordeste brasileiro pela antropóloga Nancy Scheper-Hughes (1992). Como os dela, meus dados revelam que vivenciar no dia-a-dia situações de racismo não suscita necessariamente nos afro-brasileiros a consciência de que a desigualdade racial é um problema em sua vida (Twine, 1994). Em Vasália, poucos habitantes pareciam ter acesso a um paradigma para a avaliação da desigualdade racial (Twine, 1994). Na falta de um movimento anti-racis-

ta ou de poder negro comparável ao existente nos Estados Unidos, muitos dos brasileiros de Vasália aparentemente não contavam com um esquema conceitual para interpretar e analisar sua experiência. O problema da falta de autopercepção dos afro-brasileiros como vítimas do racismo é abordado por Abdias Nascimento, o primeiro ativista negro eleito para o Congresso do Brasil:

O efeito mais sinistro dessa ideologia racial [branqueamento] é o de que as próprias vítimas se convencem de que o racismo não existe. Dessa forma, o movimento negro depende um enorme esforço na tentativa de convencer sua própria gente de que sua situação decorre da discriminação racial. Temos de responder constantemente à pergunta "O racismo existe de fato no Brasil?", desviando nossas energias das questões concretas contra as quais lutamos. (Nascimento, 1979.)

Tiramos um exemplo da entrevista com uma jovem de 18 anos chamada Margarida, cujo pai é um caso de afro-brasileiro socialmente ascendente. Seu pai, que não entrevistei, era funcionário municipal, possuía um automóvel americano relativamente novo e vivia numa casa na rua principal com sua companheira branca e filhos de uma ligação anterior, representando, pelos padrões brasileiros das áreas rurais, um membro da classe média alta. Tinha um dos 25 telefones particulares da cidade. A visão de Margarida quanto ao racismo era típica de outras afro-brasileiras pertencentes à classe das mulatas socialmente ascendentes. Declarou nunca ter tido qualquer experiência de racismo e que isso não existia em Vasália. Ao ser perguntada por que quase não havia profissionais liberais ou comerciantes afro-brasileiros na cidade, respondeu:

Ora, o racismo de vocês [nos Estados Unidos] é diferente. O racismo [no Brasil] é raro (...) É difícil de encontrar. Você não pode entender! Não dá para dizer se isso [os afro-brasileiros não ocuparem boas posições] não acontece porque uma pessoa [negra] de fato não é capaz de prestar o serviço requerido [pelos patrões].

Tal como acontece com brasileiras de origem africana, pesquisas feitas com mulheres de origem africana de primeira geração que vivem na Holanda apontam que a falta de percepção do racismo como problema nesse país constitui um padrão que se manifesta em nações onde vigora uma ideologia nacional de harmonia e tolerância racial (Essed, 1990). A pesquisadora holandesa Philomena Essed verificou que, em comparação com afro-americanas que vivem nos Estados Unidos, surinamesas que viviam nos Países Baixos não tinham um esquema mental que lhes permitisse compreender e interpretar sua convivência diária com o racismo. Como o Brasil, a Holanda difundiu uma ideologia nacional que nega ser o racismo problema grave. Nas palavras de Essed:

Quase todas as mulheres se mostram conscientes de que existe preconceito e discriminação nos Países Baixos. Contudo, elas acreditam que pessoalmente isso não as atinge (...) É extraordinário o virtual desconhecimento do racismo (...) não possuem um esquema mental abrangente ou teórico que explique suas experiências. Obviamente, isso decorre do tabu holandês da discussão aberta do racismo bem como da negativa geral do racismo pelo grupo majoritário. (Essed, 1992, p. 56.)

Outros pesquisadores no Brasil comprovaram a relutância por parte de brasileiros de

origem africana em reconhecer o impacto do racismo em sua vida diária. Um exemplo pode ser encontrado na coletânea intitulada *Race, class and power in Brazil* (Fontaine, 1985), em que apresenta particular interesse um artigo de J. Michael Turner intitulado "Brown into black: changing racial attitudes". A propósito, as experiências acadêmicas de afro-brasileiros é um tópico esquecido na bibliografia etnográfica sobre o Brasil. Este artigo oferece algumas informações muito importantes acerca das condições sociais que deram início a uma mudança na conscientização racial de estudantes universitários afro-brasileiros.

Ao analisar a mudança de atitudes e identidade de estudantes afro-brasileiros, J. Michael Turner descreve as experiências de estudantes que haviam enfrentado racismo declarado na tentativa de ascender no mundo acadêmico. Quando lecionava para universitários durante o período da ditadura militar, J. Michael Turner verificou que os estudantes afro-brasileiros tinham sido instruídos culturalmente a negar que o racismo exercesse um impacto em suas vidas, não obstante as gritantes provas em contrário. Depois de descrever dois casos específicos de estudantes afro-brasileiros de alto nível de instrução que eram sistematicamente discriminados na universidade, oferece a seguinte análise da relação existente entre as ideologias nacionais e as percepções do racismo no Brasil:

Em ambos os exemplos, havia um entendimento implícito embora não provado de que o racismo era o fator determinante das dificuldades que Antônio e José sofriam na busca de suas desejadas metas profissionais. Havia ainda a relutância por parte dos dois de aceitar o preconceito como atitude e o comportamento discriminatório como fatos da realidade brasileira (...).

A prevalência da ideologia da democracia racial entre negros assim como brancos confundia e frustrava o pesquisador estrangeiro interessado em compreender o mosaico brasileiro no começo da década de 1970. Havia, ao que parece, a necessidade emocional de acreditar na democracia racial e nas teorias do "branqueamento", pois essas idéias tinham sido tão inculcadas no país que falar contra elas parecia, por vezes, falar contra o Brasil, um ato subversivo. (Turner, 1985, p. 76.)

Minha pesquisa mostra que no Brasil dos anos noventa, como acontecia no Brasil dos anos setenta, persiste a crença geral entre os habitantes do meio rural do país de que o racismo não constitui um problema grave.

Outro problema que os pesquisadores identificaram como a incapacidade de pessoas de óbvia ascendência africana de identificar-se a si próprias como negras, não obstante o fato de que talvez elas sejam, em contrapartida, identificadas e tratadas como *negras* pelos brancos. Philomena Essed verificou que muitas holandesas de origem africana evitavam usar uma linguagem que as vinculasse aos negros. Sua incapacidade de se auto-identificarem como tal, ou de se verem vinculadas a outras pessoas de origem africana, explica em parte sua indiferença ao racismo como problema. Essed definiu a auto-identificação dos negros como requisito da compreensão do racismo. Ela explica que:

(...) a condição básica da compreensão do racismo está faltando: as mulheres não se definem como membros de um grupo racialmente ou etnicamente dominado. Isso também é evidente no modo como falam. Referem-se aos negros como "eles", diferentes delas próprias. Distinguir-se dos outros negros não significa que essas mulheres não tenham ex-

perimentado discriminação racial (...), mas elas não classificaram essas experiências como eventos raciais. (Essed, 1990, p. 78.)

Tal como na pesquisa de Essed, nossa pesquisa também revelou que meus informantes de origem africana que rejeitavam a identidade negra se distanciavam dos negros e negavam a existência de qualquer segregação social estruturada ao longo de diferenças de cor. Negavam, da mesma forma, ter tido quaisquer confrontos com o racismo. Mais adiante, contudo, se contradiziam ao descrever situações nas quais eles tinham sido claramente discriminados com atitudes injuriosas e depreciativas por causa de sua cor e tipo físico de afro-brasileiros.

Superposição de gêneros: semelhanças nas percepções do racismo

Antes de examinar a forma pela qual irmãs e irmãos se distinguem em suas experiências de racismo, e como tal percebidas, gostaria de definir várias áreas-chave de percepção nas quais não surgiram diferenças por gênero. Em primeiro lugar, tanto as mulheres como os homens entrevistados procuraram não só distanciar o racismo de seu ambiente imediato, bem como minimizar o impacto dos enfrentamentos com o racismo em sua vida pessoal. Ao descrever esses enfrentamentos, este era sempre colocado em outro tempo e em outro lugar. O racismo era definido como coisa do passado, ou de áreas urbanas, ou de outros países, e não de seu ambiente. Depois de descrever um incidente de racismo, quando eram incapazes de localizá-lo fora da comunidade local, os informantes diziam com frequência, “está mudando”, “as coisas eram piores no passado”,

ou “não é como o racismo nos Estados Unidos”.

A segunda área de concordância entre os gêneros implicava a indicação dos Estados Unidos ou da África do Sul como pontos de referência em suas definições de racismo. Assim, para eles, o racismo era algo *abertamente declarado, violento, irracional e não-brasileiro*. O racismo tendia a ser definido de formas muito restritas e legais que enfatizavam a proibição de casamentos interraciais e a proibição formal da presença de negros em estabelecimentos públicos como restaurantes. Tipicamente, não definiam nem percebiam racismo em termos institucionais, como a exclusão sistemática dos negros de categorias inteiras de empregos ou a exclusão de afro-brasileiros dos níveis mais elevados do sistema educacional. Uma professora afro-brasileira de 28 anos, de pele bem escura, que se identificava como *morena*, respondeu da seguinte maneira quando indagada se achava que existia racismo em sua cidade:

Catarina: Não, eu acho que não existe racismo aqui.

FWT: O que, a seu ver, seria um ato de racismo?

Catarina: Se apenas brancos pudessem entrar num restaurante, e negros, não. Para mim, isto é um exemplo de racismo.

FWT: Poderia dar outros exemplos?

Catarina: (...) namoro, países que proibem o casamento de negros com brancos.

Observe-se que esta informante define o racismo com base em características da segregação nos Estados Unidos antes do movimento pró-direitos civis. Sua definição enfatiza proibições legais e formais, porém não inclui outras modalidades de racismo, como as práticas excludentes de contratação que

negam a afro-brasileiros o acesso a cargos bem-remunerados nas empresas ou órgãos públicos, ou estéticas, que definem todos os negros como feios e todos os brancos como bonitos. Além disso, ela escolhe definições que não são relevantes em sua cidade. Por exemplo, não existem restaurantes na cidade e, portanto, não existe a possibilidade de negros serem proibidos de frequentá-los.

Ao definirem dessa forma o racismo, nem as mulheres nem os homens entrevistados desenvolveram o conceito de racismo institucional. Em outras palavras, não percebiam qualquer preconceito sistemático contra os afro-brasileiros nas práticas de contratação ou na concentração de negros e mulatos nos trabalhos braçais. Acreditavam que qualquer ocorrência de racismo era "isolada" e que os negros tinham oportunidades iguais na maioria das situações, apesar de não haver um único negro ou mulato empregado no banco, eleito para um cargo no governo local, proprietário de uma fazenda, dono de um negócio na rua principal ou empregado nas filiais locais de qualquer empresa importante. Os brancos constituíam menos de 40% da população, todavia ocupavam todas as posições de poder e prestígio na cidade, com a exceção de um médico mulato, que não era do local.

A terceira área de superposição de gêneros que se evidenciou foi a importância da posição ou classe socioeconômica como o único fator individual mais crucial de avaliação de um ato de discriminação social como racista. A classe foi usada por todos como um quadro analítico para negar que atos de discriminação social tivessem motivação racial. Todos os entrevistados concordaram com a importância da posição econômica para determinar o tratamento dos afro-brasileiros. Não houve diferenças de gênero na ênfase atribuída à classe. Tanto as mulheres quanto os homens sustentaram que a classe geral-

mente é mais importante do que a raça ou a cor. Contudo, seus argumentos também continham contradições. Por exemplo, era do conhecimento geral que tinha havido oposição por parte dos brancos à entrada de afro-brasileiros de classe média no clube de campo local. Todos os entrevistados disseram que negros que podiam pagar tinham mais dificuldade de serem aceitos como membros, o que constitui claro exemplo de que a cor era mais importante do que a classe. Apesar dessas experiências contraditórias, tanto as mulheres quanto os homens sustentaram que pessoas de ascendência africana ou europeia da mesma classe social enfrentavam os mesmos problemas.

Um exemplo da prevalência dessa ótica classista pode ser derivado da entrevista com uma dona de casa afro-brasileira de 42 anos, cujos pais e parentes *ainda* trabalhavam em troca de casa e comida na fazenda de uma família fundadora italo-brasileira, a qual afirmou não ser a cor um fator crítico nas relações sociais com os brancos:

Acho que para a maioria das pessoas daqui o racismo só acontece quando alguém tem menos do que elas. Acho que aqui existe o racismo do dinheiro. A cor aqui significa menos do que o dólar. Se chegar um negro com bastante dinheiro, ele é colocado no céu. Botam ele lá em cima. Se não tiver nada nos bolsos, não será aceito (...) Eles acham que quem tem dinheiro é melhor do que os brancos ou os pretos. Para eles só importa o dinheiro.

A quarta área de concordância entre os gêneros implicou uma grande preferência por amantes e cônjuges da raça branca por parte de homens e mulheres de origem africana. Todos os informantes expressaram acentuada preferência por cônjuges euro-brasileiros de pele e olhos claros, e muitas vezes cabelos louros. Mas ninguém iden-

tificou como racista a rejeição, por parte dos afro-brasileiros, de namorados ou cônjuges afro-brasileiros de pele escura. Evidenciou-se uma hierarquia racial de preferência (Dyer, 1986), segundo a qual homens e mulheres de origem africana descreviam seu ideal de beleza como uma pessoa de pele branca e olhos e cabelos claros, características associadas basicamente com brasileiros descendentes de europeus. A descrição feita por Margarida de seu ideal de beleza era típica entre as mulheres jovens: "Gosto de gente alta. Adoro louros musculosos de olhos azuis".

Em seu livro *Brazilian women speak*, Daphne Patai observou que os homens negros socialmente ascendentes rejeitam as mulheres de cor para casar:

O entrelaçamento de raça, classe e gênero no Brasil é demonstrado também pelos padrões de casamentos interraciais. Quando seu nível de instrução (e, portanto, o acesso a rendas mais altas) o permite, muitos homens negros "fazem um bom casamento", isto é, casam com mulheres brancas. Isso acontece com tanto maior frequência quanto mais alto for seu nível de instrução. Entretanto, entre os homens brancos com mais instrução diminuí a tendência a casar com mulheres negras. Parece que ainda prevalece a expressão (tanto androcêntrica como racista): "Mulher branca para casar, mulata para transar, preta para trabalhar". (Patai, 1988, p. 80.)

Minha pesquisa confirmou que a conclusão de Patai valia *tanto* para as mulheres quanto para os homens afro-brasileiros. Com uma exceção, os afro-brasileiros bem-sucedidos e socialmente ascendentes casaram-se com mulheres brancas, principalmente de famílias muito pobres. Tendo em vista a preferência por cônjuges brancos, a quinta área de superposição de gênero é a de que os

afro-brasileiros desejam e procuram ter filhos de pele mais clara. Poucos informantes reconheceram ou definiram essa preferência estética prevalente por filhos mais claros, de preferência brancos e louros, como expressão de racismo. Nenhum entrevistado questionou a ideologia no Brasil que inclui a crença de que o progresso no país só pode ser alcançado mediante o *branqueamento* da população através das relações sexuais e casamentos inter-raciais, com o objetivo final de eliminar a população negra.

A última área de superposição de gêneros detectada envolve o uso da memória. Minha pesquisa no Sudeste brasileiro corre paralela com os resultados encontrados por antropólogos que estudaram o Nordeste. Nancy Scheper-Hughes descreveu o papel da memória ou de sua falta na capacidade dos brasileiros de origem africana de dar nome ao racismo que eles defrontam:

Essas pessoas descendem de uma população de escravos e caboclos (escravos índios fugidos). Contudo, não vinculam suas atuais dificuldades a um histórico de escravidão e exploração racial. O racismo é um discurso negado e submerso no Nordeste brasileiro de tal forma que, assim como os camponeses europeus citados por Wolf (1982), constituem um povo "sem história". Chamam a si mesmos simplesmente de "os pobres" e se descrevem como "morenos" e quase nunca como "pretos" ou "negros". (Scheper-Hughes, 1992, p. 90.)

Os entrevistados declaravam *não se lembrar* de experiências de racismo e geralmente evitavam discussões sobre racismo com amigos, familiares ou colegas. Tanto os homens quanto as mulheres disseram que racismo era assunto que não discutiam com ninguém. Tanto eles quanto elas disseram que a desigualdade racial nunca era discutida em

família e que nunca conversavam a respeito de enfrentamentos pessoais com o racismo.

Como filhos, não tinham adquirido de seus pais qualquer conhecimento sobre o racismo e, como pais, não passavam tal conhecimento aos filhos. Vários informantes tinham crescido em unidades familiares onde havia netos de escravos. Os maridos afro-brasileiros disseram que não contavam a suas mulheres euro-brasileiras os confrontos com o racismo ou, quando contavam, eliminavam o fator racial do evento. Mães e pais disseram que não discutiam nem contavam casos de enfrentamento com o racismo a seus filhos, enquanto seus filhos declararam não contar aos parentes ou aos pais suas próprias experiências com o racismo. Nenhum informante declarou falar rotineiramente sobre racismo.

O hiato de gênero em enfrentamentos percebidos com o racismo

Nesse ambiente cultural, surgiram diferenças entre os informantes afro-brasileiros do sexo masculino e feminino. Em primeiro lugar, embora os homens tentassem qualificar tais experiências como “excepcionais” e não típicas da vida rural brasileira, indicaram ter testemunhado e experimentado o racismo em sua vida profissional. Ao contrário, as mulheres entrevistadas afirmaram nunca ter encontrado racismo em sua vida pessoal. A maioria negou que o racismo existisse no Brasil *hoje*, enquanto uns poucos disseram que algum incidente ocasional acontecia em áreas urbanas. Apenas uma mulher de origem africana contou ter experimentado algum racismo, mas todos os homens entrevistados disseram ter testemunhado pessoalmente algum ato de racismo ou ter sido objeto de racismo em mais de uma ocasião. Todos os mulatos entrevistados (7) contaram

ter confrontado o racismo, mas todas as mulatas (7) negaram ter tido enfrentamentos pessoais ou testemunhado atos de racismo.

Mobilidade e viagens masculinas: maior exposição a experiências racistas

Como se explica esse hiato nas percepções do racismo? A imposição dos papéis atribuídos ao seu sexo bem como o seu mercado de trabalho segregado sujeitam ocupacionalmente e espacialmente as mulheres à comunidade local. A segregação ocupacional segundo raça e gênero praticamente as desestimula a viajarem para áreas urbanas em busca de emprego. Quatro dos sete homens entrevistados contaram haver saído e vivido fora de Vasália para arranjar trabalho, enquanto nenhuma das mulheres indicou ter viajado para fora da cidade para trabalhar. Afóra viagens relacionadas com o trabalho, todos os homens disseram ter viajado para fora da comunidade local por motivos de lazer.

Os afro-brasileiros entrevistados informaram haver testemunhado ou sofrido racismo declarado quando empregados em áreas urbanas. Por exemplo, Eduardo, um rapaz mulato nascido e criado em Vasália e que trabalha na Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro, descreveu o tratamento diferenciado recebido pelos suspeitos negros e brancos. Como policial militar, presenciou inúmeros incidentes de racismo contra os negros. Vários homens disseram ter visto negros serem escolhidos, importunados e revistados por policiais, enquanto seus companheiros brancos não eram revistados nem espancados. Nas áreas urbanas, eles presenciaram com frequência atos de racismo quando iam para o trabalho:

No Rio, vi duas pessoas, um preto e um branco, que tinham cometido um roubo.

A polícia só bateu no negro. Isso foi na rua. No registro policial, o sargento disse que o preto tinha agredido o policial. Isso aconteceu na minha presença, mas a polícia procurou disfarçar seu racismo.

Outro exemplo de racismo que Eduardo citou como sendo comum se refere ao fato de policiais pararem e importunarem negros que dirigiam automóveis caros:

Um preto estava dirigindo um carro novo. Havia dois caras no banco traseiro. A polícia olhou e viu que o preto dirigia o carro e pensou que ele era ladrão. Imediatamente puxaram uma metralhadora e encostaram no rosto do homem, mandando ele parar só porque estava dirigindo um carro de luxo. A polícia não pediu os documentos, começou logo a bater nele.

Carlucci, um funcionário alto, escuro, de 23 anos, que trabalhava no gabinete do prefeito, também contou como todos os negros são controlados e vistos como criminosos pelos policiais. Viu a polícia importunar negros rotineiramente enquanto andava pela cidade do Rio de Janeiro. Seus relatos foram confirmados por informantes brancos.

Os pretos e os pobres sempre são acusados quando acontece um crime (...) Mesmo hoje em dia isso acontece no Rio de Janeiro, se você está andando de ônibus e policiais entram para uma batida atrás de um suspeito, vão direto para os negros. Nunca revistam os passageiros brancos.

As mulheres afro-brasileiras não citaram casos específicos em que tivessem enfrentado atos de racismo declarado e disseram jamais ter experimentado tais atos pessoalmente. Assim, os homens afro-brasileiros estão expostos a mais situações de racismo

declarado em decorrência de suas viagens mais frequentes. Com o aumento das oportunidades de experimentar atos de racismo, eles presenciavam ou eram pessoalmente objeto de formas mais vulgares de racismo, como revistas arbitrárias pela polícia.

Em comparação com seus irmãos ou pais, as mulheres afro-brasileiras socialmente ascendentes tinham uma faixa estreita de opções de trabalho. Todas se mostraram cômicas da severa limitação de suas opções de trabalho devido à discriminação por motivo de gênero. Ao enfatizarem o papel que a discriminação por gênero desempenhava na limitação de suas escolhas ocupacionais, elas podiam minimizar o racismo como um fator significativo na determinação das oportunidades de emprego ao seu alcance.

Os valores e as *expectativas diferenciadas* invocados pelos homens e pelas mulheres no tocante a suas experiências com o trabalho remunerado ajudam a explicar o hiato de gênero nas percepções e nos enfrentamentos do racismo. A segregação sexual no mercado de trabalho fazia com que as mulheres ficassem limitadas a empregos que não lhes oferecem mobilidade ascendente. Além disso, as mulheres foram culturalmente educadas para ter *menores expectativas* quanto às suas oportunidades de trabalho e, portanto, não tentaram conseguir empregos de alta posição e alto salário que as fizessem competir com mulheres ou homens brancos. Os empregos mais qualificados que as afro-brasileiras entrevistadas ocupavam eram os de professoras e administradoras de escolas primárias. Embora descrevessem o magistério em escolas públicas como um emprego mal pago e desvalorizado nas áreas rurais do Brasil, elas consideravam que se tratava de um avanço em relação ao trabalho de suas mães como domésticas, lavadeiras e amas-de-leite de famílias brancas.

Apesar de as afro-brasileiras entrevistadas estarem concentradas em empregos mal pagos, nenhuma delas reconheceu que o racismo desempenhasse um papel em sua exclusão de categorias profissionais mais valorizadas. Dessa forma, em comparação com seus irmãos, as entrevistadas tinham menores expectativas quanto às suas opções ocupacionais e atribuíam seus problemas à discriminação sexual, ao mesmo tempo que negavam que o racismo tivesse qualquer impacto em sua vida.

Os homens, ao contrário, revelavam *expectativas muito mais altas* quanto ao emprego, mobilidade ocupacional e renda. E tenderam a avaliar suas experiências com base não em sua posição atual, mas no hiato entre suas aspirações e suas conquistas ocupacionais. Seus irmãos e pais acreditavam que trabalho duro e competência resultariam em maiores ganhos. Então, quando isso não acontecia, sentiam um nível mais alto de frustração e desapontamento, pois não podiam usar a discriminação sexual para descartar o racismo como explicação. Quando viam seus iguais de raça branca com instrução igual e muitas vezes menor experiência serem promovidos e ganhando mais, eram forçados a considerar o racismo como uma explicação parcial de sua falta de mobilidade no trabalho. Rogério, filho de pais afro-brasileiros que tinham passado a maior parte da vida trabalhando em cafezais de ítalo-brasileiros, descreveu a divisão do trabalho agrícola conforme a raça:

Isso aconteceu numa fazenda que eu conheci. Muitas vezes os negros sabem mais, têm mais experiência do que os brancos que trabalham lá, mas se o cara é negro, não vai conseguir um cargo administrativo. Os fazendeiros não vão contratar um negro para uma posição superior à dos empregados brancos, co-

mo contador ou supervisor, pois acreditam que os negros vão roubar dos patrões.

Ao contrário das mulheres, os homens atribuíram seus baixos ganhos e falta de progresso no emprego a certa discriminação racial. Um exemplo pode ser encontrado na vida de Cristiano, um loquaz motorista de ambulância de pele escura, com 31 anos, que também trabalhava como motorista para uma empresa de turismo na cidade do Rio. Cristiano e sua mulher euro-brasileira foram entrevistados separadamente e ambos disseram que não conversavam sobre racismo um com o outro:

Eu trabalhava numa agência de turismo que atendia turistas argentinos. Meu chefe era branco (brasileiro). O cara de Vasália que trabalhava lá também era branco. Nós nos criamos juntos. Aconteceu o seguinte.

Sou uma pessoa muito carismática e procuro fazer amizade com as pessoas. No meu primeiro mês de trabalho, costumava buscar as pessoas no aeroporto. José trazia elas para o hotel e eu as levava até as praias. Trabalhei lá três meses. No primeiro mês que eu trabalhei lá, todos os passageiros que viajavam na minha caminhonete falavam comigo. Então eu as levava do aeroporto para seus hotéis (...) Quando iam embora, as mesmas pessoas que eu tinha trazido do aeroporto pediam por mim especificamente, queriam que eu lhes proporcionasse o mesmo serviço de novo. Quando eu chegava, esse cara branco dizia: "Olha, o casal que você levou para o Sheraton telefonou, quer que você os leve até Angra dos Reis." Eu dizia, OK. Na terceira vez que eles me pediram, o cara branco, o dono, me chamou e disse: "Olha, você não pode fazer isso com os passageiros", e eu disse,

"Por quê?" Ele disse: "Você não pode continuar com essa intimidade com os fregueses. Você fala demais com eles." Comecei a pensar, "Por que não posso conversar com os turistas?" Eles estão chegando ao Brasil, eu sou o chofer, tenho de ficar quieto, não posso falar. Então ele disse: "Não, você não pode falar com os fregueses porque nós temos um guia para isso."

Eu sei que quando há muitos passageiros eles precisam chamar o guia, então, quando o guia vinha, eu costumava ficar quieto, não dizia nada. Mas quando não tinha guia, eu falava com eles. Falo um pouco de espanhol, faço amigos com facilidade. Comecei a desconfiar que o cara branco estava ficando com medo. Percebeu que os turistas gostavam de mim (...) O dono branco estava muito assustado. Por que ele estava com medo de mim? Eu trazia mais negócios para ele. Parar de falar com turistas que trazem negócios para o chefe. Ele continuava com medo do meu sucesso. Acho que se os brancos pensam que uma pessoa de cor está suplantando eles, eles ficam malucos. Acho que é verdade. Os colegas brancos estavam com medo de que eu tomasse o lugar deles.

Na entrevista, Cristiano prossegue contando como o seu empregador branco opunha obstáculos à sua carreira, como seu chefe brasileiro proibia que ele conversasse com os turistas argentinos transportados por ele porque não desejava que ele fizesse mais negócio do que os motoristas brasileiros brancos. Cristiano afirmava ser mais competente e sociável do que seus colegas brancos, mas que não foi recompensado por isso, ao contrário, foi castigado. Acabou deixando o emprego dois meses antes dessa entrevista. Nunca contou para a mulher por que saíra.

Como outros informantes afro-brasileiros do sexo masculino, Cristiano acreditava que teria ultrapassado seus colegas brancos tanto nos ganhos quanto na mobilidade ocupacional se não tivesse sido vítima do racismo. Ao contrário das mulheres afro-brasileiras entrevistadas, Cristiano não se referiu ao seu bem-sucedido casamento com uma mulher branca como prova de que o racismo não constituía um problema na sua vida. Ao invés, concentrou-se no campo ocupacional e avaliou suas experiências com o racismo nessa área.

A pesquisa de Evelyn Nakano Glenn (1992) mostra como as mulheres de origem africana nos Estados Unidos e suas contrapartes no Brasil foram coagidas economicamente a aceitar trabalhos mal pagos e de posição inferior. As mulheres por mim entrevistadas também eram similares, a esse respeito, às trabalhadoras méxico-americanas da indústria de enlatados entrevistadas por Patricia Zavella (1987). Como as *chicanas* nos Estados Unidos, as afro-brasileiras ressaltavam suas identidades e papéis como mães e esposas em detrimento de suas identidades como trabalhadoras remuneradas. Não valorizavam seus empregos da mesma forma que seus pares do sexo masculino, que baseavam sua identidade principalmente nos salários que recebiam. As mulheres tendiam a derivar parte de sua satisfação e identidade do relacionamento com os amantes e maridos. Por conseguinte, avaliavam seus enfrentamentos com o racismo com base no relacionamento romântico com homens brancos, ao contrário de suas experiências como mão-de-obra remunerada.

Segregação social: experiências românticas diferenciadas por gênero

Um segundo hiato que emergiu das experiências dos homens e mulheres de origem

africana decorreu da experiência masculina de rejeição por parte de mulheres brancas do mesmo nível como parceiras de namoro ou dança. As afro-brasileiras socialmente ascendentes não citaram rejeição por parte de homens brancos, enquanto a maioria de seus contrapartes relatou ter sido rejeitada em eventos sociais e não ser considerada parceiros desejáveis pelas mulheres brancas.

Afro-brasileiras de pele morena socialmente ascendentes percebiam o namoro e o romance como a única área onde podiam alardear uma sensação de superioridade em relação às suas contrapartes euro-brasileiras. Todas afirmaram que os euro-brasileiros e euro-americanos achavam que elas eram *mais atraentes sexualmente* do que suas iguais brancas. Ao contrário dos homens entrevistados, suas percepções de encontros racistas se baseavam principalmente em sua capacidade de iniciar e manter relacionamentos com homens brancos. Relações românticas com homens brancos tomavam o lugar de qualquer discussão sobre o poder ou a maior valorização atribuída pela sociedade brasileira à cor branca ou mais clara da pele.

Carlucci, o afro-brasileiro que trabalhava como funcionário no gabinete do prefeito, a que já nos referimos, contou ter sido rejeitado por suas colegas e amigas brancas em bailes e festas. Sua descrição da rejeição social por ele experimentada em seu círculo de amizades coincidiu com os comentários de outros afro-brasileiros entrevistados:

Na adolescência, você começa a descobrir o mundo. Começa a conhecer garotas. Costumava ir a festas para me encontrar socialmente com moças, planejava eventos sociais para isso. As brancas só procuravam os brancos, eu era um dos poucos negros que participavam desse grupo social. Era sempre deixado para

trás, deixado de fora. Eles se namoravam entre si, nenhuma jamais me escolheu para dançar. Então eu sofri um pouco com este problema na minha adolescência. Sofri até mesmo o caso daquelas garotas tão embriagadas que diziam, "Estou tão bêbada que vou ficar aqui com o Carlucci esta noite". Isso fazia sentir-me rejeitado.

Eduardo e vários outros homens também descreveram um padrão de rejeição por mulheres brancas devido à pressão social sofrida por elas para evitar saírem com negros. Ou elas decidiam não namorar afro-brasileiros ou o faziam escondido:

Fui rejeitado em festas de casamento. Percebi isso numa certa festa a que eu fui. Por exemplo, eu sou escuro e estava acompanhado por uma garota loura. Ela estava interessada em sair comigo mas, por causa dos comentários dos outros, resolveu não sair comigo nem falar comigo em público. É muito mais fácil para mim namorar uma mulata ou negra do que uma branca.

Ao contrário de suas irmãs, mães e primas, os homens entrevistados descrevem um padrão de rejeição como amantes, namorados ou parceiros de dança. Em suas narrativas sobre racismo, mesmo quando casaram com mulheres brancas, eles enfatizaram suas experiências de rejeição social. As mulheres não o fizeram.

Entrevistas com mulheres afro ou euro-brasileiras revelaram que as mulheres em geral acreditam que os homens brancos preferem afro-brasileiras de pele clara para romance. As afro-brasileiras interpretam sua capacidade de conquistar homens brancos pobres para casar e homens brancos da classe média para transar como prova de que o racismo não existe no Brasil. Nesse contexto,

os Estados Unidos e a África do Sul eram usados como pontos de referência. As mulheres apontavam para a ausência de amor e romance inter-racial e para as leis contrárias a esses relacionamentos nos Estados Unidos antes dos movimentos pelos direitos civis e na África do Sul da atualidade como prova de que esses países eram racistas, mas o Brasil, não. Serve de ilustração um trecho da entrevista com Maria, professora primária de 42 anos que se auto-identifica como *morena*, casada há mais de 20 anos com um operário branco, mecânico de automóvel. Segundo Maria, seu marido só desejava mulatas:

Nunca me preocupei com a minha cor. Para mim, racismo nunca foi problema, entende? Antes de casar com meu marido, ele namorava uma moça que era muito mais escura do que eu. Na época, eu não sabia. Então ele começou a me namorar. Ela me mandou um recado por um dos meus alunos quando descobriu que nós tínhamos um caso. Dizia que, como ele a tinha deixado, e ela era negra, ele não ia continuar comigo porque eu sou negra. Mas ela era muito mais escura do que eu. Não me preocupei e não briguei com ela. Acho que meu marido não teria casado comigo se eu não fosse escura, ele não teria casado com uma mulher branca.

Essas palavras caracterizam as percepções de afro-brasileiras socialmente ascendentes casadas com euro-brasileiros pobres ou operários. As mulheres entrevistadas se consideram mais desejáveis do que as brancas e interpretam seus casamentos como prova não apenas de igualdade racial mas de sua superioridade em relação às brancas como objetos de desejo. Essa interpretação não foi feita por seus irmãos ou outros parentes do sexo masculino.

As taxas oficiais de casamentos inter-raciais não confirmam a crença de que euro-

brasileiros preferem casar com afro-brasileiras. Tampouco os padrões de namoro dos homens brancos entrevistados confirmam a crença de que eles sequer preferiam mulatas para o relacionamento sexual. As análises quantitativas dos casamentos inter-raciais no Brasil baseadas em dados do censo de 1980 mostram que a maioria dos casamentos inter-raciais era entre pardos e brancos, mas é difícil interpretar esses dados desse modo, diante da elástica definição de pardo e branco no Brasil. Edward Telles (1992) informou que apenas 1,3% dos casamentos inter-raciais no Brasil em 1980 envolvia pretos com brancos. Contudo, a taxa real de casamentos inter-raciais não vem ao caso. O que é significativo, todavia, para elas são as percepções da preferência sexual dos homens brancos por elas, sendo que o ponto principal é o de que seu relacionamento com homens brancos constitui prova contrária à existência de racismo em sua vida pessoal. Ao contrário de seus irmãos e primos, as mulheres entrevistadas aplicam suas experiências românticas ao restante da cultura brasileira, generalizando para concluir que no Brasil não existe racismo, pois as mulatas não são rejeitadas pelos homens brancos como amantes ou esposas. Valéria, uma dona-de-casa mulata, de 27 anos, casada com um brasileiro branco de origem muito pobre, usou seu bom relacionamento com os contraparentes como prova de nunca ter experimentado qualquer racismo:

Nunca vi qualquer tratamento diferente [por causa da cor]. Eu nunca passei por isso. Não sei se outras pessoas passaram por isso, mas nunca presenciei (...) Gostaria de ser muito mais escura do que sou (...) Compreende? A maioria das pessoas da família do meu marido são brancas. Nenhuma jamais me tratou diferente por causa da minha cor. Comparada

[com meu marido], sou muito mais escura, mas ninguém nunca se importou nem disse nada a respeito [da raça] que eu tivesse notado.

Os comentários de Valéria mostram como o casamento inter-racial entre os trabalhadores pobres é usado como prova de que o racismo não é um problema. Ela estava convicta de que sua capacidade de conquistar um marido branco pobre e o bom tratamento que recebia dos parentes dele provavam que o racismo não constitui um problema no Brasil porque não é um problema na vida dela. Como dona-de-casa, tinha pouco contato com pessoas que não eram da família e não podia contar com experiências de assalariados para avaliar a existência ou não de racismo na comunidade local.

As entrevistas com mulheres que se auto-identificam como *mulatas, brancas e pretas* revelaram que todas acreditam que os homens brancos desejam mais as mulatas. Isso, porém, não se reflete nas taxas de casamentos inter-raciais sancionados pela Igreja ou o Estado. Uma mulher de 45 anos de origem africana respondeu à pergunta “Que diferença faria se você fosse branca?” dizendo: “Acho que meu marido não teria casado comigo se eu fosse branca. Ele prefere mulheres de cor a mulheres brancas. A maioria das mulheres brancas gostaria de parecer conosco”. Ela evadiu a questão tanto do prestígio da pele branca quanto do poder diferencial que de fato existe entre mulheres brancas e mulatas na sua comunidade. A maioria dos homens brancos de Vasália casa com mulheres brancas e deixa seus bens para os filhos que têm com elas.

Os homens entrevistados avaliaram a prevalência do racismo com base nas reações dos familiares de suas parceiras brancas ao seu relacionamento. Ao invés de enfatizar sua capacidade de conquistar uma compa-

nheira branca, eles ressaltavam os obstáculos colocados pelos parentes brancos e a rejeição sentida por parte de mulheres brancas. Além disso, percebiam a oposição dos brancos ao namoro e casamento inter-racial como um obstáculo à sua mobilidade social, pois acreditavam que uma esposa branca lhes facilitaria o acesso à classe média branca e à vida social da elite.

Rogério, citado anteriormente, casado com uma branca há seis anos, sustentou que existe forte oposição por parte dos brancos a romances inter-raciais. Sua mulher, branca, também me contou que sua família se opusera ao casamento embora ele fosse, pelos padrões das zonas rurais brasileiras, um homem muito bem-sucedido, dono de casa própria e profissional bem-estabelecido. Deu exemplos de afro-brasileiros que foram mortos por terem namorado e engravidado suas amantes brancas:

Se um homem branco engravidar uma negra, todo mundo dirá “Vai nascer uma morena!”. Mas, se um negro engravidar uma branca, ele será amaldiçoado. Haverá brigas. Os parentes brancos dela farão tudo para humilhá-lo, inclusive matá-lo. Este problema existe de fato.

A mesma situação é descrita por euro-brasileiros entrevistados, levando a crer numa oposição bastante acentuada aos casamentos inter-raciais por parte de alguns proprietários rurais brancos.

Conclusão

A submissão de gênero de um segmento da comunidade das afro-brasileiras talvez as proteja de algumas das formas mais vulgares de racismo. Os privilégios de gênero dos afro-brasileiros do sexo masculino aumentam sua exposição a experiências racistas nos deslocamentos e trabalhos nas comunidades

urbanas. Portanto, a posição subalterna das afro-brasileiras em decorrência do gênero talvez limite seus enfrentamentos com formas vulgares de racismo.

Na comunidade afro-brasileira socialmente ascendente de Vasália, é parcialmente gerado um hiato de gênero nas percepções do racismo devido a um mercado de trabalho segregado que estrutura as *experiências* e *expectativas* das mulheres e dos homens. O patriarcado e a segregação ocupacional servem para limitar as afro e euro-brasileiras socialmente ascendentes a ocupações segregadas por sexo e pouco prestigiadas, como o magistério primário, que reduz seus contatos sociais a crianças e adultos que vivem na localidade. Poucas afro-brasileiras viajaram para fora da comunidade rural a fim de trabalhar. Sua identidade não se fundamenta em suas ocupações, como ocorre com os informantes do sexo masculino, mas em experiências em termos de relacionamento íntimo e pessoal com homens brancos como amantes

e maridos potenciais, ao invés de como parceiros brancos.

O hiato de gênero nas percepções do racismo em áreas rurais do Brasil mostra que o gênero de uma pessoa afeta a existência ou não, bem como a forma, da percepção do racismo na vida diária. O gênero das afro-brasileiras que se identificavam como mulatas brasileiras limitou, ao invés de acentuar, suas percepções do racismo. Os privilégios do gênero masculino e suas expectativas diferentes fizeram com que os homens registrassem mais enfrentamentos com o racismo. Além disso, os afro-brasileiros não destacaram seus relacionamentos românticos ou casamentos com mulheres brancas ao avaliar o impacto do racismo em sua vida, mesmo quando possuíam relações estáveis com companheiras ou esposas brancas. Ao contrário, descreveram enfrentamentos com o racismo em sua vida profissional como algo que trazia conseqüências negativas para seu progresso no emprego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, George Reid (1991). *Blacks and whites in São Paulo, Brazil: 1888-1988*. University of Wisconsin Press.
- DYER, Richard (1986). *Heavenly bodies: film stars and society*. New York, St. Martins Press.
- ESSED, Philomena (1990). *Everyday racism: reports from women of two cultures*. Claremont, CA, Hunter House.
- GLENN, Evelyn Nakano (1992). "From servitude to service work: historical continuities in the racial division of paid labor." *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 18 (1):1-43.
- FONTAINE, Pierre-Michel, ed. (1985). *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles, Center for Afro-American Studies. University of California Press.
- HARRIS, Marvin (1953). "Race relations in Minas Velhas: a community in the mountain region of Central Brazil." In: WAGLEY, Charles (ed.). *Race and class in rural Brazil*. Paris, Unesco.
- HUTCHINSON, Harry (1953). Race relations in a rural community of the Bahian Recôncavo. In: WAGLEY, Charles (ed.). *Race and class in rural Brazil*. Paris, Unesco.
- NASCIMENTO, Abdias (1979). *Brazil, mixture or massacre? Essays in the genocide of a black people*. Dover, Mass., The Majority Press.
- PATAI, Daphne (1988). *Brazilian women speak: contemporary life stories*. New Brunswick, N.J., Rutgers University Press.

- PHILLIPS, Lynne (1990). Rural women in Latin America: new directions for research. *Latin American Research Review*, 25 (3): 89-107.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy (1992). *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- TURNER, J. Michael (1985). "Brown into black: changing racial attitudes of Afro-Brazilian university students". In: FONTAINE, Pierre-Michel, (ed). *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles, Center for Afro-American Studies. University of California Press.
- TWINE, Francine Winddance (1994). "Racism in a racial democracy: the cultural politics of everyday racism in rural Brazil". University of California at Berkeley. (Tese de doutorado.)
- WAGLEY, Charles, ed. (1953). *Race and class in rural Brazil*. Paris, Unesco.
- ZAVELLA, Patrícia (1987). *Women's work and Chicano families cannery workless of Santa Clara Valley*. Ithaca, N.Y., Cornell University Press.

SUMMARY

The gender gap in perceptions of racism: the case of upwardly mobile Afro-Brazilians

This article examines the gender gap in reported encounters with racism in a small urban community in the interior of Rio de Janeiro. Drawing from ten months of field research and quotes from audio-taped focused life history interviews with fourteen upwardly mobile Afro-Brazilian sisters and brothers, this article provides an empirical case study of perceptions of "everyday racism" and expands our understanding of whether Afro-Brazilians perceive racism as a problem in their lives.

Two arenas were central in their evaluation of whether they had encountered racism. First, occupational segregation by gender and masculine gender privileges restricted the occupational milieu of women to the local community and may

have protected this group of women from vulgar forms of racism. In contrast, the men interviewed often travel to other urban communities for work and entertainment and thus have access to a larger social network through their occupation. This increased their perceptions of racism because they witnessed or encountered more vulgar forms of racism in their occupation. Second, interracial romantic relationships emerged as an arena where the men reported experiences of rejection and discrimination while their sisters reported none. Thus, traditional gender expectations regarding male initiative resulted in the men experiencing more rejection which they defined as partially as a consequence of racism.

RÉSUMÉ

Le hiatus de genre dans la perception de racisme: les cas des afro-brésiliens en ascension social

Cet article examine la différence de genre aux rencontres rapportées avec le racisme chez une petite communauté urbaine à l'intérieur de l'état de Rio de Janeiro. En ayant pour base dix mois de recherches de champ et des morceaux extraits

d'interviews enregistrées en cassette où le focus était sur l'histoire de vie de 14 sœurs et frères afro-brésiliens mobiles en ascension, cet article présente une étude de cas empirique à propos des perceptions du "racisme journalier" et élargit no-

tre compréhension du combien les afro-brésiliens perçoivent ou nom le racisme comme un problème dans leurs vies.

Deux arènes ont été centrales dans leur évaluation d'avoir vécu ou nom le racisme. En premier, la ségrégation occupationnelle par genre et les privilèges du genre masculin ont limité le milieu occupationnel des femmes à la communauté locale et ça aurait protégé ce groupe de femmes de formes vulgaires de racisme. Au contraire, les hommes interviewés voyagent souvent aux autres communautés urbaines pour travailler et s'amuser, et de cette façon ils ont plus d'accès à une

sphère sociale plus grande travers leur occupation. Cette situation a augmenté leur perception du racisme une fois qu'ils ont témoigné ou vécu des formes plus communes de racisme chez leur travail. En second, les relations romantiques interraciales ont émergé comme une arène où les hommes ont rapporté des expériences de rejet et de discrimination, pendant que leurs soeurs n'ont rapporté aucune. Donc, les expectatives traditionnelles de genre, en ce qui concerne l'initiative masculine, ont rendu les hommes plus susceptibles à expérimenter le rejet, ce qu'ils ont défini partiellement comme une conséquence du racisme.

Competências 'indefinidas' e raça: uma investigação sobre os problemas de emprego dos homens negros*

Philip Moss**

Chris Tilly**

**Traduzido do original em inglês "Soft' skills and race: an investigation of black men's employment problems". Recebido para publicação em janeiro de 1996.*

***Professores do Departamento de Política e Planejamento da Universidade de Massachusetts.*

Por meio de entrevistas em aberto com gerentes de 56 firmas em quatro setores de atividade, investigamos mudanças na exigência de competências e os efeitos dessas mudanças sobre o acesso dos homens negros aos empregos iniciais. Os gerentes informam que as competências indefinidas — particularmente a motivação e a capacidade de interagir bem com clientes e colegas de trabalho — estão adquirindo importância crescente. No entanto, muitos deles consideram que os homens negros não têm essas competências indefinidas. Isso ajuda a explicar sua crescente desvantagem no mercado de trabalho.

Palavras-chave: competências indefinidas; emprego inicial; nível inicial.

Introdução

O problema

Nos Estados Unidos, a diferença entre o salário-hora de homens jovens negros e brancos tornou a aumentar em meados da década de setenta, após décadas de redução, ao mesmo tempo em que a diferença entre os índices de emprego de homens negros e brancos continuou a crescer (Juhn, Murphy e Pierce, 1991; Bound e Freeman, 1992).

Uma possível fonte desse retrocesso à desigualdade é o maior número de competências necessárias para conseguir os empregos disponíveis. Há indícios substanciais de que está aumentando o nível de exigência de competências para conseguir um emprego nos Estados Unidos, devido tanto às mudanças de combinação das tarefas de cada cargo como à elevação das exigências relativas a certos trabalhos (ver o estudo de Mishel e Teixeira, 1990). De fato, Ferguson, 1993, alega que a crescente importância dada às competências básicas em matemática e leitura, mais bem pagas, explica boa parte das diferenças salariais e proporciona algumas evidências nesse sentido.

O exame das razões para o aumento das disparidades entre homens negros e brancos se baseou na análise estatística de conjuntos de microdados. Por isso, permanecem duas lacunas importantes. Em primeiro lugar, tais estudos não podem investigar a importância das *competências sociais* ou *indefinidas* — geralmente mais valorizadas pelos empregadores do que as competências técnicas (National Center on Education and the Economy, 1990) —, pois os conjuntos padrões de dados não as medem. Em segundo, não podem examinar a relação entre competências e raça no contexto da contratação em

locais de trabalho específicos, pois os conjuntos de dados dão informações sobre os indivíduos, e não sob os locais de trabalho.

Neste estudo, tentamos sanar essas lacunas por meio de entrevistas semi-estruturadas e individuais feitas com 56 empregados a respeito das competências que lhes foram exigidas, os procedimentos de contratação e a maneira como são vistos os diferentes grupos raciais e étnicos enquanto empregados potenciais para os empregos iniciais que não exigem mais do que o curso secundário completo. Nossa metodologia não nos permite avaliar objetivamente as competências dos trabalhadores negros; procuramos, antes, descobrir o que pensam a esse respeito as pessoas que controlam o acesso ao emprego e como essas idéias plasmam suas ações. Concentramo-nos numa hipótese em particular: os empregadores relutam cada vez mais em contratar jovens negros, porque há mudanças nos ambientes de negócios que geram uma necessidade maior de competências indefinidas e porque os empregadores acreditam que os jovens negros não têm essas competências.

Usamos a expressão *competências indefinidas* como oposto de *competências concretas*, tais como alfabetização e capacitação básica em aritmética, como nível mínimo, e competências técnicas mais específicas em relação ao emprego, necessárias à medida que se sobe na escala — por exemplo: fazer cálculos, escrever relatórios ou trabalhar com computadores. As competências indefinidas, ao contrário, conforme descritas pelos empregadores, são coisas como comunicação e competências pessoais, capacidade de trabalhar em equipe, aparência, motivação, flexibilidade, iniciativa e aspectos gerais das atitudes e dedicação ao trabalho. Argüimos que as competências indefinidas são, em parte, culturalmente definidas e, portanto, a avaliação que os em-

pregadores fazem delas pode ser turvada por diferenças de cultura e estereótipos raciais. De fato, a palavra *competência* pode ser uma designação errada, embora os empregadores conceitualizem esses atributos como competências.

Em nossa hipótese central, encontramos indícios de ambos os elementos: os empregadores informam que há necessidade crescente de competências indefinidas (gerada, dizem eles, pelo aumento da pressão competitiva), sendo que muitos deles também consideram que os homens negros são fracos na área dessas competências.

Outras pesquisas

A análise que a bibliografia recente faz sobre os problemas que os homens negros enfrentam no mercado de trabalho (Moss e Tilly, 1991) levou-nos a concluir que as mudanças no lado da demanda são importantes para explicar a piora de sua situação. Como já observamos, o aumento da demanda de competências poderia ajudar a explicar o crescente diferencial racial, tanto em termos de salário como de emprego. Os homens negros perdem para os brancos em nível educacional (Bound e Freeman, 1992), em testes padronizados aplicados nas escolas públicas (Jencks, 1991) e em testes medidos em conjuntos nacionais de dados, tais como o Teste de Qualificação das Forças Armadas (AFQT — *Armed Forces Qualifying Test*) (O'Neill, 1990; Ferguson, 1993). Se os negros perdem em matéria de competências, a crescente demanda de competências coloca-os numa situação de desvantagem cada vez maior. Bound e Freeman investigaram essa possibilidade no caso do nível educacional, mas concluíram que os efeitos igualizadores da convergência negro/branco no nível educacional deveria ser maior que os efeitos desniveladores de uma crescente remunera-

ção pela formação. Por outro lado, Ferguson, 1993, descobriu que uma valorização crescente das competências básicas, conforme medidas pelo AFQT, pode explicar boa parte — talvez a totalidade — do aumento da diferença salarial entre negros e brancos de 1980 a 1988.

Esses estudos são importantes, mas deixam numerosas perguntas sem respostas. Alguns autores apontaram a ambigüidade do conceito de competência e alegaram que a idéia de “exigências de competências” encobre boa parte da complexidade do processo que leva os trabalhadores a desempenharem bem o seu trabalho (Vallas, 1990; Darrah, 1994). Darrah observou, em particular, que, na maioria dos contextos de trabalho, o bom desempenho depende essencialmente de um conjunto de relacionamentos com outros trabalhadores e gerentes. No quadro dos serviços, as relações com os clientes também são críticas. Assim, as competências indefinidas — de que nem o nível educacional nem as notas em testes padronizados dão conta — são importantes, tanto em si mesmas como no sentido de facilitar o aprendizado e o exercício de competências concretas.

Uma vez que a avaliação feita pelo empregador sobre as competências indefinidas de trabalhadores atuais ou potenciais é inevitavelmente subjetiva, é importante considerar a possibilidade de que a discriminação racial pese nessa avaliação. Becker, 1957, propôs uma distinção útil entre a discriminação proveniente de clientes, colegas e empregadores. Phelps, 1972, e Arrow, 1972 e 1973, foram além do conceito formulado por Becker de “gosto pela discriminação” (aversão ao contato com membros de um determinado grupo) ao sugerir que os empregadores podem fazer discriminação estatística. Ou seja, sendo impossível medir de antemão a produtividade individual, os em-

pregadores podem discriminar contra classes inteiras de pessoas, com base (correta ou incorreta) em percepções da produtividade média (ou de variações de produtividade) dessas classes.

As pesquisas nas áreas de psicologia social e demografia organizacional (ver recapitulação de Tsui, Egan e O'Reilly, 1992) enriqueceram esses modelos econômicos relativamente austeros de discriminação. Esse tipo de pesquisa é elaborado a partir da hipótese de atração entre os semelhantes (afirmando que as pessoas usam traços demográficos para inferir semelhança de atitudes, que é uma base importante de atração) e da teoria da autocategorização (apontando, no mesmo sentido, que as pessoas se baseiam em traços para definir grupos dos quais tiram identidades próprias positivas). Os estudos constatam consistentemente uma preferência expressa por colegas de trabalho homogêneos em termos de raça e outras características (Tajfel e Turner, 1986) e, de fato, os grupos homogêneos têm desempenho melhor em algumas dimensões que outros grupos (Jackson, 1991). Assim também, numa dupla superior-subordinado, as diferenças raciais e outras estão associadas a desconforto e avaliações menos favoráveis de desempenho do subordinado (Tsui e O'Reilly, 1989). Desse modo, o "gosto pela discriminação" parece estar profundamente enraizado na maneira como o indivíduo define a si mesmo e na atração por outros; além disso, tem efeitos mensuráveis nos locais concretos de trabalho. Entretanto, essa pesquisa limitou tipicamente seu enfoque a um único momento no tempo, deixando de estudar as mudanças ao longo do tempo.

O estudo qualitativo de Kirschenman e Neckerman fornece mais detalhes a respeito da maneira como os empregadores enfocam a raça ao contratar (Kirschenman e Necker-

man, 1991; Neckerman e Kirschenman, 1991). Esses autores, baseando-se em entrevistas individuais com empregadores de Chicago e seus subúrbios, descobriram que os empregadores usam a raça como distinção primária quando tomam decisões relativas a recrutamento, seleção e contratação. Os empregadores usam estereótipos raciais negativos juntamente com estereótipos de classe e espaço para discriminar, talvez estatisticamente, os candidatos negros. Kirschenman e Neckerman também constataram que a combinação particular das distinções levadas em conta varia de acordo com as exigências do emprego. O trabalho dos autores sugere que os estereótipos raciais podem se mesclar a atributos considerados como vinculados àquele cargo, como competências de comunicação, aparência e vestuário, iniciativa — os tipos de competências indefinidas que analisamos aqui. Waldinger, 1993, relata constatações semelhantes em suas entrevistas com empregadores no setor hoteleiro e de restaurantes de Los Angeles, e observou, especificamente, que os empregadores criticavam as competências indefinidas dos negros. Uma vez mais, esses pesquisadores não abordaram a questão da mudança de idéias e práticas dos empregadores ao longo do tempo.

Nosso estudo se baseia diretamente no trabalho de Kirschenman e Neckerman, com uma metodologia similar de entrevistas individuais. Em trabalho anterior (Moss e Tilly, 1993), relatamos que, durante entrevistas com o empregador, percebemos uma série de barreiras que se erguem diante dos homens negros. No presente trabalho, enfocamos as percepções que têm os empregadores sobre as competências indefinidas, no limite entre competências e discriminação. Ao fazê-lo, tentamos ligar, conceitual e empiricamente, a bibliografia relativamente dispersa sobre competências, demografia organizacional e

discriminação, unindo-a no contexto das *mudanças* no mercado de trabalho ao longo do tempo. Queremos responder a duas perguntas: que competências os empregadores estão solicitando mais, e por quê? Será que a crescente demanda de competências indefinidas por parte dos empregadores gerou maior desvantagem para os homens negros na população ativa?

Métodos e dados

Realizamos 66 entrevistas com um total de 75 empregadores, representando 56 empresas, em 1991 e 1992. As 66 entrevistas incluíram seis revisitas às empresas e quatro entrevistas diferentes com uma segunda pessoa durante essas visitas. Falamos com numerosos entrevistados, juntos e separados, em aproximadamente um terço dessas empresas. As primeiras duas levas de entrevistas realizadas em cada cidade foram feitas durante junho e julho de 1991. A segunda, em janeiro de 1992.

Nosso método de pesquisa neste estudo, entrevistas individuais em aberto (*open-ended*), é adequado para analisar as sutilezas das competências, pois estas são uma mescla espinhosa de dimensões concretas e indefinidas. A entrevista em aberto também tem vantagens em relação às técnicas de estudo mais fechadas (*closed-ended*) para o estudo das conexões entre atitudes e comportamentos dos empregadores em relação às competências e suas atitudes e comportamentos em relação à raça. As entrevistas em aberto geram dados ricos e detalhados e têm a flexibilidade necessária para acolher e seguir a pista de respostas inesperadas ou que não se encaixam em categorias predeterminadas. O tom informal, de conversa, da entrevista ajuda a fazer com que o entrevistado se sinta envolvido e interessado e cria uma situação em que os empregadores provavelmente fa-

larão com maior liberdade sobre assuntos sensíveis, como a raça. Claro que os dados resultantes são menos processáveis através da análise estatística do que os resultados de um estudo fechado.

Embora tenham sido do tipo em aberto, nossas entrevistas foram estruturadas para gerar dados comparáveis. O mesmo instrumento com 46 pontos foi usado em todas as 56 entrevistas iniciais. É evidente que as perguntas de sondagem e acompanhamento dependeram das respostas a essas 46 perguntas, enquanto as entrevistas seguintes se concentraram em pontos variados. Tentamos manter em todas as entrevistas um tom coerente de interesse profissional, embora amigável, um tom que mostrava ausência de julgamento das respostas.

Falamos com empregadores das áreas metropolitanas de Los Angeles e Detroit. Escolhemos essas cidades basicamente por poder trabalhar em paralelo com estudos familiares de dinâmica de mercado de trabalho e outras questões que atualmente estão fazendo um grande número de amostras entre as comunidades de cor dessas cidades (Johnson, Oliver e Bobo, 1991) e também porque essas duas cidades permitem comparações instrutivas (ver Moss e Tilly, 1993).

Escolhemos nossa amostra de um modo mais estratégico do que aleatório. Limitou-se a quatro setores: manufatura de autopeças, lojas varejistas de vestuário, companhias de seguros e setor público (definido de maneira um pouco ampla, incluindo algumas empresas que prestam serviços públicos e alguns hospitais privados, bem como repartições do governo). Esses setores foram escolhidos por representarem a variedade de empregos iniciais disponíveis para os trabalhadores que têm formação secundária ou menos. Em cada setor, tentamos obter amostras

de estabelecimentos de diversos tamanhos, localizados tanto nos subúrbios como no Centro da cidade. A amostra foi tirada das *Páginas amarelas* de ambas as cidades, de catálogos de empresas e de fontes mais idiossincráticas, tais como sugestões de contatos nas áreas acadêmica, de negócios, comunitária e sindical.

O contato inicial foi feito nas empresas com o funcionário de nível mais elevado na hierarquia que dispusesse de um conhecimento detalhado do processo de contratação de pessoal. Tipicamente, as entrevistas foram realizadas com essas pessoas ou um substituto. Algumas entrevistas foram feitas com até três empregados da empresa. Tipicamente, as entrevistas duraram cerca de 1h25, foram gravadas e transcritas para serem analisadas.

As entrevistas reuniram informações sobre o cargo inicial com maior número de postos de trabalho que não exigissem mais do que o secundário completo em cada uma das empresas. As perguntas se dividiram em cinco seções: histórico geral do entrevistado e da empresa; níveis e necessidades de competências para o cargo em questão; processo e critérios de recrutamento, seleção e contratação; o clima do setor nessa área; e as decisões da empresa relativas a localização e avaliação do desempenho de diferentes grupos raciais, étnicos e de gênero como empregados. (Os autores podem fornecer cópia do instrumento usado a quem a solicitar.)

A Tabela 1 mostra um perfil de algumas das características básicas das firmas amostradas. (Embora a amostra incluía 56 firmas, a Tabela 1 contém dados sobre 58 locais, pois, no caso de um varejista, coletamos informações independentes sobre a loja, o escritório e os armazéns.)

Tabela 1
Características dos 58 locais

Variável	Proporção ou média
<i>Setor</i>	
Manufatura de autopeças	33%
Varejista de vestuário	29%
Seguros	14%
Setor público	24%
<i>Localização</i>	
Centro da cidade	47%
Resto da cidade	12%
Subúrbio	24%
Misto	17%
Relocalizado nos últimos 10 anos (aprox.)	14%
Caso afirmativo, quando foi realocado	1977
<i>Outras características da firma</i>	
Sindicato presente em alguma parte da firma	39%
Sindicato presente nos cargos amostrados	37%
De propriedade de pessoa pertencente a uma minoria	11%
Firma de tamanho médio	1795
Emprego ascendente	16%
Emprego descendente	51%
Salário inicial nos cargos amostrados	US\$6,54
Concorrência crescente no mercado do produto	59%
<i>Demografia dos empregados</i>	
Negros	32%
Latinos	27%
De cor	64%
Mulheres	50%
<i>Demografia normalizada dos empregados (índice)*</i>	
Negros	1,9
Latinos	0,8

* Para normalizar as proporções de empregados negros e latinos, nós as dividimos pela proporção de negros e latinos, respectivamente, na população metropolitana. Um índice normalizado de 1,0 significa que a proporção de um determinado grupo no lugar de trabalho equivale a sua proporção dentro da população; um índice mais elevado significa presença superior desse grupo naquele local de trabalho.

Na seção subsequente deste trabalho, informamos sobre as mudanças ocorridas na demanda de competências indefinidas em cada um dos quatro setores que amostramos. A seguir, analisamos as conexões entre competências indefinidas e raça e apresentamos conclusões e implicações com vistas a políticas a serem traçadas.

Antes de passar às constatações, é preciso fazer várias advertências. Embora, em alguns casos, mencionemos proporções entre nossas constatações, as cifras são puramente indicativas e não devem ser interpretadas como estimativas baseadas em amostras e aplicáveis a uma população mais ampla. A qualidade das respostas dos gerentes de pessoal foi muito variável. Em particular, embora alguns entrevistados tenham falado abertamente sobre raça, uma minoria substancial foi cautelosa. Muitas de nossas constatações se baseiam em avaliações retrospectivas dos entrevistados a respeito de mudanças ocorridas ao longo do tempo, pelo que devem ser interpretadas com alguma cautela. Por fim, todas as entrevistas foram feitas durante uma época de recessão nacional. Esse fato cíclico certamente afetou as respostas dos empregadores, tais como sua avaliação a respeito da existência de um número adequado de candidatos ao emprego que dispusessem das competências necessárias.

A importância crescente das competências indefinidas

Identificamos dois grupos de competências indefinidas importantes para os empregadores que entrevistamos. O primeiro, da *interação*, tem a ver com a capacidade de interagir com clientes e colegas de trabalho. Definimos esse grupo incluindo uma ampla gama de características citadas por empregadores, tais como amabilidade, trabalho em

equipe, capacidade de adaptação, competências na comunicação oral, aparência e vestuário. Ao segundo grupo, chamamos de *motivação*. Uma vez mais, trata-se de uma faixa bastante ampla que incorpora características como entusiasmo, atitude de trabalho positiva, compromisso, confiabilidade e disposição de aprender (mas não *capacidade* de aprender, que consideramos como competência concreta). Distinguimos essas competências das concretas, inclusive das referentes a matemática, leitura e escrita; experiência anterior; *inteligência*; capacidade de aprender; nível educacional e força física.

Pedimos a quase todos os entrevistados que identificassem as qualidades mais importantes que procuram ao contratar trabalhadores de nível inicial. Os resultados gerais são informativos. Como mostra a Tabela 2, as competências interativas são, de longe, a qualificação mais importante no comércio varejista. A motivação é vista como aspecto-chave nos setores de autopeças e seguros, embora as competências concretas não fiquem muito atrás. Apenas no setor público as competências concretas foram mencionadas com maior frequência.

Tabela 2
Qualidades mais importantes procuradas nos empregados de nível inicial
(Frequência com que cada categoria foi mencionada, por setor)

Sector	Competência concreta (%)	Interação (%)	Motivação (%)
Manufatura de autopeças	58	32	63
Varejista de vestuário	22	78	39
Seguros	67	67	78
Sector público	100	60	60

NOTA: Os pesquisados tipicamente mencionaram mais de uma qualidade desejada.

É um tanto surpreendente constatar que as competências concretas não foram citadas com mais freqüência. Um entrevistado do setor público explicou, sobre competências técnicas, que:

Pode-se ensinar quase qualquer pessoa a fazer qualquer coisa. É importante, mas não é o mais importante. Porque você pode ter um cara realmente bom que sabe fazer de tudo mas que nunca faz porque falta o tempo todo, ou você pode ter um cara medíocre que faz qualquer coisa para você e está sempre presente, e ele é melhor que o cara que está ausente. (47) [Usamos números de referência para identificar os empregadores.]

Assim também, um gerente de pessoal do comércio varejista observou:

Eu não analiso realmente os empregos anteriores, porque a [nome da cadeia de lojas] treina as pessoas para a maneira como ela quer que as coisas sejam feitas aqui, de forma que, mesmo se eles já trabalharam no varejo antes, isso não significa que vão dar certo aqui. (33)

Assim, as competências indefinidas são realmente muito importantes nos setores que estudamos. Como mostra a Tabela 3, 86% dos entrevistados incluíram as competências indefinidas em sua lista de critérios mais importantes de contratação e quase a metade mencionou as competências indefinidas em primeiro lugar.

Os empregadores afirmam que está aumentando a necessidade tanto de competências concretas como de competências indefinidas. Embora um número maior de empregadores (50%) tenha afirmado a necessidade crescente de competências concretas, o número dos que falaram da necessidade maior de competências indefinidas não fica muito atrás (43%). Além disso, se apenas um

de cada dez empregadores apontou a queda da exigência de competências concretas, nenhum deles disse que a necessidade de competências indefinidas estava diminuindo.

Tabela 3
Competências necessárias nos 58 locais

Variável	Proporção ou média (%)
<i>Competência necessária no cargo amostrado</i>	
a) Educação, competências concretas	
Proporção de diplomados no segundo grau entre empregados do cargo amostrado (média)	70
Exigem segundo grau	17
Exigem alfabetização ou matemática básica	83
Cargo implica SPC ou outra medida precisa da produção	29
b) Competências indefinidas	
Competências indefinidas figuram em primeiro lugar na lista de critérios mais importantes de contratação	47
Competências indefinidas figuram na lista de critérios mais importantes de contratação	86
<i>Mudanças nas competências exigidas</i>	
Aumento geral de exigência de competências	64
Aumento de exigência de competências concretas	50
Aumento de exigência de competências indefinidas	43
Queda geral de exigência de competências	3
Queda de exigência de competências concretas	10
Queda de exigência de competências indefinidas	0

Para completar esses padrões e suas causas, examinamos separadamente, com algum nível de detalhe, as mudanças na demanda de competências em cada setor.

Competências indefinidas na manufatura de autopeças

A pressão competitiva está sendo sentida em toda a indústria automobilística, inclusive entre os produtores de autopeças. Boa parte da pressão sobre os fornecedores de peças está sendo diretamente orquestrada pe-

las três grandes da indústria automobilística (General Motors, Ford e Chrysler). Essa pressão levou os fornecedores a procurar contar com competências mais elevadas entre seus empregados, atuais e novos, inclusive os de nível inicial. As competências elevadas mais frequentemente buscadas são as básicas (*concretas*) — aritmética e alfabetização. Também têm alguma importância nesse setor as competências indefinidas, no mais das vezes expressas em termos de iniciativa, flexibilidade, capacidade de trabalhar em equipe e competências de comunicação (encaradas de maneira mais abrangente que apenas alfabetização e competências lingüísticas).

Nossos dados sobre a natureza e o impacto das mudanças nas competências no âmbito das fábricas de autopeças provêm de 21 entrevistas que cobriram 19 firmas. Quatro das firmas não produzem peças para a indústria automobilística. Seus produtos e processos eram suficientemente relacionados com os das firmas que produzem autopeças para que a informação de suas entrevistas fosse comparável.

As entrevistas foram variadas em diversas dimensões. O tamanho das fábricas vai de dez a mil empregados. Embora a maioria dos entrevistados trabalhasse em firmas que possuem uma única fábrica, duas delas eram fábricas de empresas que tinham várias dezenas de milhares de empregados. Entrevistamos os fornecedores de primeira linha (os que fornecem diretamente às montadoras, tipicamente as três grandes), bem como os de segunda linha (que fornecem às firmas de primeira linha) e as firmas de terceira linha. As firmas também apresentavam variações no que diz respeito ao nível típico de competência de seu processo de produção. Uma delas não exigia outra competência além de tirar e pôr peças de metal de estruturas que se deslocam pelas diversas etapas dos

processos de acabamento, ao passo que outra firma produzia peças usinadas com extrema precisão para os ônibus espaciais.

Quase todos os nossos entrevistados notaram um aumento na necessidade de competências entre seus empregados e a maioria indicou que essa maior necessidade afetaria as qualificações que buscavam nos trabalhadores com nível inicial. Das 19 firmas que entrevistamos, 17 exprimiram a necessidade de ter empregados mais capacitados. Dessas 17, 12 indicaram que tal necessidade era generalizada em todo o chão de fábrica e afetava ou muito provavelmente afetaria os padrões que aplicavam nas contratações para os níveis iniciais. As outras quatro afirmaram que seriam necessárias mais algumas competências, mas que a necessidade era mais localizada dentro da fábrica e provavelmente seria possível resolver o problema dando treinamento a alguns dos empregados atuais.

A desaceleração econômica dos últimos anos, conjugada com a perda de mercado das três grandes montadoras norte-americanas, exerceu muita pressão sobre o setor de autopeças dos Estados Unidos. A pressão está se expressando de duas maneiras — a *antiga* concorrência e a *nova* concorrência. A pressão competitiva de estilo antigo vai no sentido da redução de custos, normalmente através do enxugamento da estrutura da empresa e de diversos tipos de aceleração de ritmos. Eis o que diz um dirigente de uma pequena empresa que corta aço para montadoras:

Não há dúvida de que o auge desse tipo de negócio já passou. E com todo o enxugamento e perda de mercado das três grandes, com a redução das margens de lucro — você sabe, faz 20 anos este negócio era fantástico... E, sabe, do ponto de vista das pessoas, não podemos tolerar os que têm desempenho fraco e abaixo do padrão. Para sobreviver e ser uma em-

presa com 40 ou 50 pessoas, todas elas têm de trabalhar bem, pelo menos é o que eu penso. E continuamos avançando nessa direção, o progresso é lento. Não se tem mais oportunidades como eu tive quando cheguei aqui, demitir um terço do pessoal. Quero dizer, isso se faz uma vez só. Mas, agora, todas as nossas decisões relativas a pessoal têm de ser bem tomadas. (12)

Entretanto, também há uma (nova) pressão competitiva no sentido do aumento da qualidade. Entre os fornecedores de peças, boa parte desse tipo de pressão está sendo institucionalizada pelos programas de certificação de qualidade operados pelas três grandes montadoras. A certificação Q1, que é o programa de qualidade da Ford, é a mais conhecida. A General Motors e a Chrysler têm programas semelhantes. A reação dos fornecedores diante da pressão em favor da qualidade é tanto tentar aumentar e melhorar as técnicas de controle e inspeção de qualidade dentro dos atuais métodos de produção, como também, em algumas firmas, procurar reorganizar a produção, de forma mais ou menos radical, no intuito de dar mais peso à produção e tomada de decisões em equipe, bem como à participação dos empregados.

Quase todos os nossos entrevistados mencionaram a pressão que estavam sofrendo para obter ou manter a certificação Q1. As necessidades específicas desses programas variam um pouco de uma empresa a outra, mas todos exigem que se dê mais atenção aos mecanismos de controle de qualidade, tais como o Controle Estatístico de Processos (SPC — *Statistical Process Control*), que, por sua vez, exige que os empregados que o fazem mantenham gráficos ou tabelas. Para tanto, é preciso pelo menos não só registrar os dados que marcam o indicador pertinente de qualidade desse processo de produção,

como também pode necessitar que seja feito monitoramento e relatórios sobre os gráficos desse controle de qualidade.

Com muita frequência, as firmas fornecedoras que entrevistamos reagem adotando como estratégia a contratação de novos empregados, dos quais exigiam um nível mais elevado de competências básicas. Às vezes exigiam ou estavam pensando em exigir o diploma de segundo grau no futuro. Cerca de um terço das empresas com as quais falamos já exige esse diploma ou opera informalmente sua seleção e contratação de tal maneira que todos os seus empregados têm segundo grau completo. Quatro empresas (22%), nenhuma das quais atualmente exige segundo grau completo, relataram que iam começar a testar mais as competências básicas em matemática e leitura no intuito de poder enfrentar a maior exigência de atividades SPC.

É interessante observar que outras quatro empresas — que têm níveis bastante baixos em matéria de exigência de competências, pagam salários baixos e têm uma quantidade muito grande de empregados negros — informaram que passarão a exigir segundo grau completo. Duas dessas empresas eram de propriedade de pessoas que faziam parte de alguma minoria e tinham certificação Q1, mas estavam preocupadas com sua manutenção. Vejamos nossa entrevista com uma dessas firmas:

Entrevistador: Existem referências específicas a serem adotadas — por exemplo, um diploma de segundo grau agora seria um ponto mais importante; você está pensando em procurar mais por esse tipo de coisas num processo de entrevista?

Entrevistado: Sim. Francamente, acho que não devemos ter nenhum empregado sem o segundo grau. Acho que um ponto-chave de qualquer esforço é

simplesmente estar rodeado de pessoas desenvoltas, bem formadas e inteligentes. Bem formado não é necessariamente sinônimo de inteligente, mas queremos pessoas que possam pensar, e acho que o diploma de segundo grau pelo menos lhe dá a certeza de que eles têm um treinamento. Acho que podemos oferecer empregos decentes para as pessoas que tiverem segundo grau completo. (12)

Por sua vez, os fornecedores de primeira linha, que são empresas maiores e enfrentam a pressão da certificação Q1, estão desenvolvendo programas de certificação que aplicam a seus fornecedores de segunda e terceira linhas. Isso também está afetando o tipo de competências básicas que se procura em empregados desses fornecedores de segunda e terceira linhas. Eis como um dos entrevistados, gerente de uma fábrica de acabamento de metal, respondeu a uma pergunta sobre o período de treinamento para os empregos em seu estabelecimento:

Dez minutos. É muito simples, simplíssimo. Muito simples. Como gosto de dizer: você tira uma peça da caixa, pendura num gancho e pronto. Ou então você a tira do gancho e coloca de volta na caixa. Setenta por cento do meu pessoal fazem só isso. (15)

No entanto, essa fábrica acabara de receber uma certificação de qualidade de um fornecedor de primeira linha e, quando perguntado a respeito das competências que procuraria em seus empregados no futuro, o gerente respondeu:

Bem, acho que se eles não tiverem segundo grau e não souberem ler, escrever e matemática básica — você ficaria surpreso com a quantidade de gente que nem sabe quanto são quatro mais quatro, é incrível, e com todo o SPC, a

qualidade, a documentação e todas as coisas que têm de ser feitas, você vai ter de ter segundo grau completo, só para sobreviver como empregado de nível inicial. Porque cada vez se exige mais dos empregados iniciantes. Tentei protegê-los disso, mas agora simplesmente está chegando um ponto em que vou precisar que eles participem mais, em vez de colocar e tirar coisas dos ganchos e fazer trabalhos gerais, eles vão ter de participar mais do que está acontecendo. (15)

É interessante observar que, embora muitas firmas que participaram de nossa pesquisa estejam usando o diploma de segundo grau como forma de seleção para conseguir pessoas que possam fazer as tarefas SPC e muitas outras tenham indicado que essa seria sua estratégia futura, a exigência de segundo grau não parece ser a única maneira de atingir o objetivo de usar mais SPC, ou ter mais qualidade de produção. Muitas empresas haviam obtido a certificação Q1, mesmo se uma porcentagem significativa (em alguns casos, a maioria) de seus empregados não tinha segundo grau completo. Essas e outras firmas recorreram a cursos breves de capacitação em SPC. Em um dos casos, uma firma de propriedade de um membro de minoria, a Ford dera aulas de SPC na própria empresa e ensinara, por meio de imagens, numerosos empregados que tinham dificuldades de leitura a fazer gráficos.

A maioria das empresas manufatureiras pesquisadas estava à procura de mais competências técnicas ou básicas (leitura e matemática), mas algumas outras firmas buscavam mais competências indefinidas e, muitas vezes, nas próprias palavras dos gerentes, um tipo diferente de empregado. Essas firmas pareceram particularmente interessadas no aumento de qualidade e nas inovações propostas pelo novo estilo japonês de gerên-

cia. Especialmente, estavam planejando recorrer mais às equipes, adotando uma descrição mais ampla do cargo de cada membro da equipe. Isso, no ver dessas firmas, exigia mais flexibilidade dos empregados.

Nas palavras de um gerente de recursos humanos de uma fábrica de estampagem metálica:

Estamos reestruturando toda a gerência, reduzindo o número de níveis do organograma, dando mais poder — poder real — às equipes rotativas para tratar das operações básicas e cotidianas da fábrica.

Ele revela que isso significaria que, no futuro, procurariam empregados que tivessem a competência de se ajustar ao ambiente que vamos criar:

Queremos pessoas que possam progredir e assumir a responsabilidade por seus atos, que possam funcionar num ambiente que exige que coordenem muitas informações junto com outros departamentos e outras pessoas. Todos os empregados da (...) estarão numa equipe, estabelecendo seus próprios objetivos e aspectos que devem ser medidos em seu setor. E também trabalharão num processo de aperfeiçoamento contínuo, que é bastante padronizado, aplicando os aperfeiçoamentos para atingir as metas que estabeleceram. (14)

Outro entrevistado, gerente de recursos humanos numa fundição de ligas metálicas, revelou que a empresa estava procurando "indivíduos automotivados, com bons hábitos de trabalho, se possível com experiência de trabalho em equipe ou conhecimento de qualidade total, sucesso", que é para onde a firma estava se voltando. E adiantou:

Pessoas dispostas a se expandir e crescer, não apenas a cochilar no mesmo cargo (...) Pessoalmente, acho que muitas das contratações se baseavam em critérios como 90% de experiência, 10% de atitude ou ética do trabalho. Acho que isso está mudando. Vejo essa mudança em meu emprego aqui devido ao trabalho em equipe e às atitudes de qualidade total, e porque as pessoas estão se dando bem umas com as outras, em vez de só fingir, possivelmente criando confusão com os colegas. Isso agora é muito importante. Eu quase diria que é 50% a 60% de experiência e os outros 40%, atitude, ética de trabalho, trabalho em equipe. (6)

Competências indefinidas no varejo

No comércio varejista, a maior importância dada ao atendimento ao cliente levou as empresas a selecionar com a atenção mais voltada para as competências indefinidas ao contratar pessoas para os cargos ligados a vendas. Para avaliar as mudanças nas competências necessárias, conversamos com gerentes de cinco redes de lojas do setor de vestuário — num total de 20 entrevistas com 24 pessoas de 15 locais diferentes. Embora tenhamos feito uma entrevista com uma rede que tem pequenas lojas em áreas de baixa renda, população composta de minorias e mal servida em termos de comércio, concentramos nosso trabalho nas outras quatro redes, que têm lojas grandes voltadas para uma clientela de classe média trabalhadora. Nessas quatro redes, que abrangem desde lojas que operam com base em grandes descontos até uma rede que tentou atingir uma faixa mais elevada do mercado, uma clientela de loja especializada, conversamos com diversas pessoas, inclusive gerentes de loja, gerentes de pessoal de loja e diretores regionais de

recursos humanos, bem como alguns altos funcionários da área de recursos humanos.

Dentro desse segmento do comércio varejista, quase todos os entrevistados falaram de um esforço concertado no intuito de elevar o nível do atendimento ao cliente. O diretor de recursos humanos de uma rede resumiu as mudanças no setor varejista:

A maneira como o comércio varejista era gerenciado na década de 1930 e talvez 1940 (...) você tinha balcões e havia vendedores atrás dos balcões a uma distância de mais ou menos um metro um do outro (...) Então na década de cinquenta ou, sem dúvida, nas de sessenta e setenta, deixamos de ter (...) tanto pessoal, reduzimos o número de pessoas, ficando mais empregados administrativos do que de vendas (...) O que estávamos tentando fazer em meados da década de oitenta (...) era, digamos, criar uma marca e criar um nicho para nós no mercado, indo contra aquela tendência (...) E acho que aquela [contra-tendência continua (...) para a nossa organização. Pelo que li sobre o que está acontecendo no conjunto do setor (...), continua havendo uma tendência a melhorar o atendimento (...). (28)

As pressões no sentido de melhorar o atendimento ao cliente são bem claras. Por um lado, os modelos bem-sucedidos de Nordstrom e Neiman-Marcus apontam muito atendimento. Por outro lado, as lojas que praticam grandes descontos, como a Walmart, reduziram, com base no preço, o espaço que resta à concorrência. Eis o comentário de um representante regional da área de pessoal de uma rede que chamaremos de Rei do Preço Baixo:

Nesta economia (...) se você entrar numa loja e alguém o tratar mal, você vai comprar da concorrente ao lado. A loja

vizinha tem o mesmo produto pelo mesmo preço (...) Não existe mais a fidelidade do consumidor como havia no passado. Quer dizer, a fidelidade do consumidor e a perda dessa fidelidade são as grandes razões por que temos de dar mais importância ao atendimento. (32)

A tentativa de melhorar o atendimento ao cliente leva os comerciantes a dar mais ênfase a novas qualidades na hora da contratação de novos vendedores, que constituem a grande maioria de seus empregados — entre 60% e 90%, nas lojas que visitamos. Nove de 14 pontos-de-venda (o 15º local era um armazém) informaram que agora davam mais importância às competências indefinidas, inclusive as sete que estavam à procura de mais competências voltadas para o atendimento ao cliente.

O Rei do Preço Baixo exemplifica essas mudanças. Em 1989, a rede adotou um novo programa chamado “Rápido, divertido e afável”, destinado tanto a reduzir a rotatividade da mão-de-obra como a melhorar o atendimento. Uma gerente de pessoal de uma das lojas Rei do Preço Baixo relatou que, como parte desse programa, o gerente da corporação queria que ela contratasse pessoas “esfuziantes, extrovertidas e afáveis (...). O rapaz ou moça americana ideal”. (39) O representante regional de pessoal citado acima concorda:

Digo aos meus (...) gerentes de pessoal que, “se eles não sorrirem, não os contrate”. Por melhor que seja a formação dos candidatos, por mais que conheçam o comércio varejista, se não souberem sorrir, não vão fazer o cliente se sentir bem-vindo. E não os queremos em nossas lojas. (32)

Segundo a gerente de pessoal da loja, essa atitude constitui uma mudança:

Antes [do programa "Rápido, divertido, afável"], acho que a frase usada era mais ou menos "ponha um corpo dentro da loja".

Ela acrescentou que o novo enfoque enfatiza menos a produtividade em sentido estrito, dando mais importância à afabilidade. Assim, ela procura os candidatos que são "rápidos, divertidos e afáveis", de forma que o novo enfoque aumentou "indubitavelmente" a importância da entrevista na seleção dos empregados. Uma vez mais, sua observação faz eco às diretrizes do representante regional sobre contratação:

Quando entrevisto, vejo se são capazes de sorrir, de se divertir.

A maioria dos outros gerentes de pessoal do Rei do Preço Baixo faz relatos semelhantes, embora um tenha afirmado que esse novo programa não afetou seus critérios de contratação (40) e outro tenha descrito as mudanças como "sutis". (31)

Entrevistados de outras redes retomaram os mesmos temas. Um gerente de loja de uma rede observou que, após uma tendência ao auto-serviço na década de 1970,

[n]a década de 1980 estamos tentando retroceder e voltar-nos mais para o atendimento ao cliente, e todos os dias lutamos para nos dedicar mais, cada vez mais, ao atendimento ao cliente. (35)

O vice-presidente de recursos humanos de outro varejista observou que, em vez de se concentrar no conhecimento que o candidato tem de suas futuras tarefas, a empresa agora está

procurando pessoas com boas competências em termos de comunicação, entusiasmo, altos níveis de energia, alguém muito interessado no varejo, alguém que goste do produto que vai vender. Todos

esses tipos de questões hoje realmente aparecem mais nas entrevistas do que há cinco ou seis anos. (28.1)

Na verdade, o único entrevistado que não ressaltou o atendimento ao cliente foi um gerente de uma filial de rede de lojas pequenas situadas em comunidades pobres de pessoas de cor; sua principal preocupação era com a honestidade do empregado.

A importância cada vez maior que os varejistas atribuem às competências indefinidas ligadas ao atendimento é particularmente impressionante quando contrastada com a aparente diminuição da exigência de competências concretas pedidas dos vendedores de loja. Dos 13 entrevistados do comércio varejista que comentaram as exigências em termos de operações matemáticas e uso de máquina colocadas aos candidatos a esse tipo de emprego, oito afirmaram que há um declínio nas exigências dessas competências, ao passo que dois não apontaram mudanças. A redução de exigências foi atribuída aos aparelhos de leitura ótica e às caixas registradoras que mostram ao empregado o que deve ser feito — "o mesmo tipo de coisa que você vê no McDonald's", segundo uma entrevistada. (32) É interessante observar que dois representantes regionais de pessoal (36, 32) nos falaram sobre as tentativas, em termos de empresa, de elevar os padrões de contratação, exigindo diploma de segundo grau ou equivalente, mas os gerentes de loja e gerentes de pessoal de loja de suas regiões ignoravam totalmente essas iniciativas!

Competências indefinidas no setor de seguros

A revolução da informática levou as companhias de seguros a pedir, cada vez mais, conhecimentos nessa área aos empregados

que contrata para o nível inicial. Além dessa mudança nas competências concretas, as seguradoras aumentaram suas exigências no que diz respeito às competências indefinidas necessárias para ocupar cargos administrativos, de forma menos visível, porém igualmente importante, no processo de contratação. Para detectar as mudanças no âmbito das competências, falamos com funcionários de recursos humanos de oito seguradoras, inclusive companhias especializadas em seguro de vida, propriedade e acidentes, bem como de saúde. Revisitamos duas das seguradoras e fizemos um total de dez entrevistas.

No ramo de seguros — como no de autopeças e no comércio varejista —, a história do aumento das competências indefinidas começa com o aumento da pressão competitiva. Embora as especificidades variem conforme o tipo de seguro, a desregulamentação financeira levou, de maneira geral, a uma erosão dos limites entre os seguros e outros serviços financeiros e ao excesso de pessoal em muitas linhas de seguros — o que um entrevistado chamou de “algo semelhante ao que aconteceu na área de poupança e empréstimos”.

As companhias de seguros pesquisadas reagiram por meio de três tipos de medidas. Primeiro, algumas seguradoras reduziram o tamanho da companhia. Uma das seguradoras com que entramos em contato fez um corte de 12% no pessoal nos últimos quatro anos; outra reduziu quase igualmente seu pessoal num período de seis meses (23.1, 27.1).

Segundo, as companhias se esforçaram por melhorar o atendimento ao cliente. Entrevistados de cinco das oito seguradoras falaram de elevar os padrões do atendimento ao cliente. Eis um comentário típico:

O atendimento ao cliente é muito importante na década de noventa (...) e, se

não pudermos acompanhar a tendência, perderemos para a concorrência. (24)

Os pesquisados definiram “cliente” incluindo, além dos próprios segurados, os corretores (23.1, 23.2, 27) e até os empregados de outras partes da firma. (23.2) Um pesquisado de uma companhia especializada em seguros de propriedade e acidentes observou que, “devido à legislação com a qual trabalhavam, os preços coincidiam bastante, de forma que o corretor escolherá a apólice que vai vender com base na

empresa que lhe dará a cotação mais rápida, que lhe entregará a apólice mais depressa, que será justa e coerente se houver uma reclamação e fornecerá ao agente e ao proprietário do negócio a informação necessária para que compre seguros de maneira inteligente. (27.2)

A terceira providência que as seguradoras tomaram foi a reorganização do trabalho. Essas companhias parecem ter estudado técnicas gerenciais japonesas, pois os funcionários de recursos humanos rechearam seus comentários com referências à gestão para a qualidade total e o aperfeiçoamento contínuo. Atualmente, três companhias estão reorganizando seu sistema de trabalho, passando de departamentos divididos por função a equipes, casulos ou roscas:

Estamos passando para o que chamo de ambiente de equipe, no qual, em vez de ter um gigantesco departamento de inspetores (...), um gigantesco departamento de datilógrafos e um gigantesco departamento de pessoal administrativo e arquivistas, teremos uma equipe formada por um ou dois de cada um desses cargos, conjugados para atender por estado, por território ou por grupos de corretores, cujos sobrenomes começam, digamos, com as letras A a L (...). (27.2)

Essas mudanças na maneira como as seguradoras trabalham levaram, por sua vez, a duas modificações principais nos critérios de seleção de empregados, mesmo para os administrativos iniciantes: os empregados que devem poder lidar com trabalhos menos restritos e se adaptar bem ao contato com o cliente.

Devido tanto ao enxugamento como à reorganização do trabalho, um pesquisado afirmou que estavam "à procura de indivíduos" que tivessem, "por assim dizer, um pincel mais largo". (21) Outro funcionário de recursos humanos explicou:

Agora, toda apólice contém 20 partes diferentes. Assim, hoje, ser um empregado iniciante não é a mesma coisa que há 20 anos. Eles têm, talvez, de fazer um número maior de operações mentais ao mesmo tempo. E também lembrar mais peças do quebra-cabeça e entender o produto total, em vez de só processar este papel. (24)

Nas palavras do pesquisado, isso leva as companhias a procurar empregados administrativos capazes de se "autodirigirem" e "automotivados para a realização"; os departamentos de pessoal estão tentando detectar "capacidade de aprender" e "atitude positiva".

Além disso, as seguradoras procuram empregados que possam se relacionar bem com os clientes — até para trabalhos administrativos de rotina. Como resultado dos cargos mais amplamente definidos, da maior orientação para o atendimento ao cliente e da adoção de tecnologias de leitura ótica, que reduzem muitíssimo a necessidade de fornecer dados e arquivar papéis,

havia pessoas que nunca tinham de atender ao telefone e nem interagir com os clientes (...), mas, da maneira como o

trabalho está organizado agora, pouquíssimo cargos não implicam esse tipo de interface (...). (23.1)

Outro gerente de recursos humanos acrescentou que na contratação,

numa escala de um a dez, as relações com os clientes têm 9,99 (...). Agora se dá muito mais importância a esse aspecto. (25)

No ramo de seguros, o atendimento ao cliente é multifacetado, mas um aspecto importante é muito parecido com o lema "rápido, divertido e afável":

Se você for agradável com as pessoas, falar bem ao telefone e transmitir felicidade e tudo isso, o sorriso aparece na sua voz. (27.1)

A importância que agora se dá às relações com o cliente significa que a experiência de trabalho no McDonald's pode ser uma vantagem e também significa que, "quando uma pessoa entra [para fazer uma entrevista], a primeira impressão que causa é muito importante". (22)

Em algumas companhias, os pesquisados de fato alegaram que todas essas mudanças na estratégia competitiva e nas qualificações para contratação estão ligadas entre si:

O que acontece aqui não é diferente da revolução da gestão para a qualidade total que está ocorrendo no país inteiro. Agora estamos tentando nos concentrar mais em descobrir quais são as necessidades de nossos clientes e atendê-las. Ao conjugar isso com a necessidade de enxugar a empresa ao máximo no intuito de reduzir os gastos administrativos, você descobre que os cargos são multifacetados e que as pessoas que mexiam só com papéis agora mexem com papéis, atendem ao telefone e podem cuidar um

pouco da correspondência (...) Assim, as competências necessárias mudaram com o tempo (...) Acho que não é diferente do que está acontecendo em outros lugares.
(23.1)

Competências indefinidas no setor público

Historicamente, o setor público tem usado critérios de contratação destinados a avaliar as competências *objetivas*, e não as indefinidas. As normas de contratação do serviço público têm a finalidade de eliminar a subjetividade desses procedimentos. As competências indefinidas, que nossos entrevistados do setor privado procuram nas entrevistas, seriam muito difíceis de detectar nos exames do funcionalismo público.

É preciso considerar também que as repartições públicas não enfrentam a mesma concorrência árdua com que os setores de autopeças, comércio varejista e seguros têm de lidar. No entanto, o setor público tem enfrentado pressões orçamentárias gerais, bem como pressões no intuito de aumentar sua produtividade e qualidade. Presume-se que, em parte, isso se deve aos cortes orçamentários e ao clima geral de insatisfação dos contribuintes. Nossas entrevistas revelam que as pressões ligadas ao custo e à produtividade estão fazendo com que partes do setor público procurem mão-de-obra mais especializada, ou mais barata, ou ambas. Alguns outros segmentos do setor público estão seguindo as tendências do setor privado, no sentido de que estão mais voltados para o cliente e para a qualidade e pensando em fazer alguns dos tipos de mudanças em termos de gestão da organização e dos recursos humanos de que os pesquisados do setor privado nos falaram.

As parcelas do setor público que estão adotando novas estratégias são as mais próximas do setor privado, ou mais parecidas com este. As empresas de serviços públicos estão em primeiro lugar, juntamente com partes de operações do setor público que estão sendo terceirizadas, tais como manutenção e limpeza de edifícios das repartições e hospitais públicos. Entretanto, algumas repartições públicas tradicionais também estão passando por um processo de enxugamento, de priorização do atendimento ao cliente e de mudança na organização do trabalho que tem influência sobre o tipo de pessoa que procuram contratar.

Fizemos 15 entrevistas com dirigentes das áreas de contratação ou gestão de recursos humanos em repartições públicas, empresas de serviços públicos ou hospitais públicos, ou que estavam ligadas a prestadores de serviços contratados pelo setor público, inclusive hospitais e museus, no contexto da terceirização. Nossas entrevistas abrangeram 12 locais de trabalho. Os pesquisados de oito desses locais relataram que estavam procurando pessoas com níveis mais elevados de competência — as empresas de serviços públicos, dois dos três prestadores de serviços, os hospitais e duas das repartições públicas. Alguns pesquisados observaram uma necessidade maior de certas competências básicas ou técnicas, ao passo que todos mencionaram a necessidade de mais competências relacionadas com o cliente.

O exemplo mais claro de como a maior pressão do custo e da produtividade gera maior exigência de competências veio de uma empresa de serviço público da região de Detroit. O pesquisado mencionou as necessidades da empresa em termos de atendimento ao cliente, mas a questão principal era o enxugamento, no intuito de aumentar a produtividade e reduzir os custos. A estratégia que eles estavam adotando consistia em

combinar cargos (os de nível inferior estavam sendo embutidos em cargos um pouco acima no organograma) e exigir mais dos empregados existentes. Na hora de contratar pessoas para esses cargos mais exigentes, estavam elevando a nota que os candidatos deviam obter nos testes.

No caso da maioria dos demais pesquisados, a qualidade e o atendimento ao cliente eram as questões primordiais levantadas em relação à necessidade de mais competências. Em Los Angeles, os pesquisados oriundos de empresas de serviços públicos indicaram um aumento substancial no cuidado com o atendimento ao cliente. O gerente de empregados de uma empresa de serviços públicos de Los Angeles declarou:

Acho que hoje se insiste mais em que as pessoas com cargos menos elevados participem mais do funcionamento de uma organização, ou saibam o que precisa ser feito e usem sua iniciativa. Não sei por que, mas de repente descobriram que o atendimento ao cliente é importante. Assim, acho que temos de procurar pessoas que, se não tiverem competências em termos de atendimento ao público, pelo menos tenham uma cortesia básica para que possam ser treinadas para trabalhar com o público ou qualquer outro tipo de clientes, sejam eles internos ou externos. Acho que hoje precisamos, mais que antes, de pessoas interessadas e possíveis de serem treinadas. (43.2)

Conversamos com pessoas de vários hospitais públicos que revelaram que, na limpeza e na alimentação, em cargos para iniciantes e bastante mal pagos, o atendimento ao cliente é muito importante. A equipe que cuida da limpeza e da alimentação entra frequentemente em contato com os pacientes. Os pesquisados mostraram que, cada vez mais, procuravam na entrevista candidatos

com potencial para adquirir competências em termos de interação.

O atendimento ao cliente também está adquirindo importância crescente nas repartições públicas. O chefe de pessoal de uma repartição local informa:

Não se vê mais em muitos lugares um grupo grande de datilógrafos como havia antes. Havia grupos de pessoas sentadas numa seção batendo à máquina o dia todo (...) [Os gerentes agora] querem competências interpessoais, porque essas pessoas agora estão lá dentro, uma ou duas de uma seção trabalhando no computador, ao telefone e coisas assim, com mais independência. Os administrativos estão precisando fazer mais coisas (...) Não têm um supervisor observando tudo que eles fazem. Muitos deles agora [estão] trabalhando cara a cara com o público. Assim, têm de discernir coisas que talvez não tivessem no passado, quando estavam todos dentro de uma sala fazendo trabalho administrativo. Agora, nossos empregados administrativos interagem com as pessoas em todos os aspectos do departamento. (44)

No contexto de uma estratégia de corte de custos, muitas repartições públicas estão terceirizando junto a empresas privadas várias funções antes desempenhadas por funcionários públicos. Os mais típicos são manutenção e alimentação, mas outros serviços também estão sendo terceirizados. Um pesquisado de uma empresa de serviços públicos de Los Angeles apresentou um exemplo:

Temos um edifício grande que estamos construindo no vale e estamos planejando terceirizar todos os serviços relativos ao prédio. Nunca fizemos isso antes (...) O que se poupa anualmente, que não se pode esquecer, são dólares. Com gente

nossa sairia cerca de US\$ 1,6 milhão, e com pessoal de fora podemos fazer por US\$ 1 milhão, de forma que, no valor atual, é uma decisão que vale cerca de US\$ dez milhões. Se usarmos gente de dentro, temos de fazer um cheque de US\$ dez milhões. Não dá para fazer muitos cheques desses. (43.2)

As empresas do setor privado que prestam serviços em regime de terceirização também estão bastante preocupadas com o aumento das competências. Muitos pesquisadores observaram que os empregados que fazem manutenção e limpeza de edifícios agora têm de lidar com mais regulamentos relativos à segurança e ao meio ambiente, o que exige que leiam melhor. Entretanto, a principal preocupação quanto à competência se referia ao cliente, particularmente nos cargos que implicavam mais contato com os clientes. O gerente distrital de uma empresa que presta muitos serviços terceirizados de limpeza e alimentação a hospitais fez o seguinte relato:

O atendimento à saúde se tornou, está se tornando, mais fácil para o usuário, e o que está acontecendo é que está mais voltado para o cliente. O faxineiro iniciante vai ter de ser um pouco mais agradável quando for limpar o quarto, porque uma das coisas que acontecem é que, muitas vezes, o paciente não sabe nada sobre a terminologia médica nem sobre o que está errado, mas sabe o que está limpo e o que é confortável. Assim, é mais importante que o faxineiro dê bom-dia ao paciente, pergunte como ele vai, esse tipo de coisas. Há muitos aspectos ligados ao cliente, realmente estamos inculcando isso. O contato com o cliente e a necessidade de que os faxineiros tenham algum tipo de comunicação com o paciente. Agora, ainda mais (...), é importante na área de saúde saber como tratar

os nossos clientes de forma mais agradável. E também existe a concorrência, que agora disputa intensamente cada dólar da saúde. (46)

Prosseguimos e falamos sobre como alguns cargos na área de limpeza podem adquirir mais *status*, a tal ponto que o faxineiro pode ser um elo de ligação com o paciente, alguém que, além de passar pano no chão, também preste alguns serviços ao paciente. Quando lhe perguntamos o que isso implica em termos de competências exigidas da pessoa a ser contratada, ele respondeu:

As competências de comunicação e aparência pessoal agora estão adquirindo mais importância na hora da contratação. Uma vez mais, apresentação. Algum tipo de afabilidade, estou sendo abstrato, mas a afabilidade numa entrevista... Você gosta da pessoa, poderia gostar dela?

Competências indefinidas e raça na opinião dos empregadores

A maior ênfase dada às competências indefinidas já constitui uma desvantagem para os candidatos negros de sexo masculino — e essa tendência persistirá. Isso porque muitos empregadores acham que faltam aos homens negros precisamente as competências que eles consideram cada vez mais importantes. Nesse sentido, a maneira como os empregadores vêem os homens negros é em parte estereotipada, em parte devida a um hiato cultural e em parte uma percepção correta das competências que muitos homens negros com menos formação oferecem ao mercado de trabalho. É importante entender as proporções relativas nessa mescla, pois as três causas requerem políticas diferentes. Num certo sentido, contudo, não importa, pois, enquanto tiverem esse ponto de vista —

independentemente do motivo —, os empregadores relutarão em contratar homens negros.

No intuito de demonstrar a ligação entre competências indefinidas e raça na opinião dos empregadores, examinaremos, uma de cada vez, as duas principais áreas de competências indefinidas que nossas entrevistas destacaram: interação e motivação. Além disso, apresentaremos provas de que a crescente importância dada às competências indefinidas aumenta a importância da entrevista de seleção, o que pode diminuir as chances dos candidatos negros. Por fim, resumiremos muito brevemente os resultados de uma regressão descritiva apresentada em outro trabalho (Moss e Tilly, 1994).

Competências de interação

Os empregadores manifestaram três conjuntos de preocupações no que diz respeito à facilidade de interação dos homens negros com os clientes e colegas de trabalho.

Em primeiro lugar, uma minoria importante de pesquisados — 11 das 59 entrevistas não-repetidas — descreveu os homens negros como defensivos, hostis ou como alguém que tem uma "atitude" difícil. O conteúdo desses comentários variou amplamente. Um entrevistado latino, gerente de loja no bairro negro de Los Angeles que contrata sobretudo latinos, declarou francamente:

Sabe, muita gente tem medo, eles [os homens negros] projetam uma certa imagem que faz você se retrair (...) Eles são realmente assustadores. (30)

Quando lhe perguntamos sobre até que ponto ele achava que isso seria uma impressão, até que ponto corresponderia à realidade, ele respondeu que achava que 80% eram realidade, que "80% disso eram fato".

Outros pesquisados afirmaram que os gerentes vêem os homens negros como difíceis de controlar. Por exemplo, a gerente de pessoal negra de uma loja varejista de Detroit comentou:

Às vezes os empregadores ficam intimidados diante da idéia de contratar um homem negro que não tenha uma formação. A aparência deles realmente não é boa, a linguagem, a maneira como se comportam numa entrevista. Diante de uma mulher, contudo, negra ou branca, a maioria sente que "poderia controlar essa pessoa" (...) Muitas vezes as pessoas se sentem fisicamente intimidadas pelos homens negros (...) A maioria de nossos empregadores não é negra. E se você acha que aquela pessoa pode ser um problema, [que] os jovens negros geralmente são ruins ou [que] os desta área [são], você diz, "não vou contratar aquela pessoa, porque não quero problemas". (39.1)

Uma funcionária negra do departamento de pessoal de um órgão público de Los Angeles apresentou uma perspectiva semelhante, culpando sobretudo os supervisores brancos:

Existe um tipo de atitude legal que tem a ver com andar na rua de uma certa maneira e usar cores, ou desafiar as pessoas que olham para você da maneira errada, e eles vêm trabalhar com um monte dessas coisas na bagagem. E passam muitas dificuldades, sem falar no preconceito. Se um supervisor lhes dá uma instrução, eles olham imediatamente para ver se foi aquilo mesmo, se falou diferente com eles porque são negros. Ou, se alguma coisa dá errado entre os empregados, eles têm tendência a acusar a raça, o fato de eles serem negros (...) Também acho que uma parte do problema

é que os supervisores e gerentes dessas pessoas têm suas próprias expectativas e objetivos que não levam em conta a diversidade das pessoas, pensam: "Ora, que droga, se eles vão trabalhar para mim, vão fazer tudo muito bem feito e a meu modo (...)" E o meu sentimento pessoal é que muitos desses jovens negros que estão sendo durões atemorizam alguns de seus supervisores. Então, em vez de tratar de seus problemas de comportamento e lidar com as questões que se apresentam, eles vão recuando e se afastando até encontrar um modo de se livrar deles. Temos tendência a temer o que não conhecemos bem. (43.2)

Embora alguns pesquisados tenham chegado a esse nível de detalhes, a maioria das respostas negativas era muito mais breve: "muitos homens negros têm uma índole agressiva", ou "num momento de hostilidade, os homens negros me dão uma forte sensação que é como se estivessem dizendo mereço isto e aquilo, isso me pertence". (22)

Uma segunda preocupação, muito menos presente que a primeira, é que os homens negros tendem a falar errado. Embora apenas quatro pesquisados tenham mencionado esse ponto, dois deles — ambos no setor de autopeças — frisaram-no com muita intensidade. Por exemplo, um gerente de pessoal se queixou:

Os [homens negros] que eu vi — sabe como é, eles entram aqui e perguntam se estamos contratando (...) e nem sabem falar — não dominam a palavra. Muita gíria, muito jargão (...) Não têm capacidade de se comunicar nem de se apresentar. (16)

Além dessas opiniões negativas a respeito da aparência e da competência lingüística dos homens negros, constatamos que a própria raça é um problema em muitos comér-

cios varejistas. O gerente de pessoal negro de uma grande loja varejista situada num shopping do subúrbio de Detroit nos disse que, como o mercado de trabalho na área é 90% negro, eram "forçados a ter um programa de Ação Afirmativa para não-minorias nesta loja em particular". (38) Na verdade, a loja deixou de aceitar candidatos que simplesmente se apresentavam e passou a recrutar futuros empregados na loja (ou por correio), entre os clientes. O que ele indicava era que, devido à localização do shopping — num subúrbio de Detroit onde há integração racial —, a gerência temia que, se todos os empregados da loja fossem negros, haveria uma redução no número de clientes brancos provenientes desse subúrbio.

Em entrevistas subseqüentes, indagamos explicitamente a pesquisados do setor varejista sobre tentativas de manter a mescla racial entre os empregados da loja semelhante à dos clientes. Sete dos dez pesquisados varejistas a quem fizemos essa pergunta responderam que a gerência realmente estava preocupada com isso. Nem todos eles aprovavam as atitudes dos clientes, às quais tinham de corresponder. Uma gerente de pessoal branca de uma loja de Los Angeles disse:

Na loja [em que ela antes trabalhava], recebíamos muitas queixas de clientes porque eles eram sobretudo brancos e sempre se queixavam de que todos os empregados eram negros — e queriam saber por que eles eram negros. A primeira coisa que o cliente dizia era que eles eram negros. Era porque eram negros e não trabalhavam direito. (33)

No entanto, esse e outros pesquisados — tanto negros como brancos e latinos — consideravam que fazer coincidir a proporção entre brancos e negros entre a clientela e os empregados era um objetivo gerencial legítimo.

Apesar dessa evidência de que, na opinião de muitos empregadores, a capacidade de interagir está ligada à raça do empregado, diversos pesquisados apresentaram pontos de vista alternativos, discordantes. Como já apontamos, alguns pesquisados atribuíram problemas de interação a supervisores brancos e colegas de trabalho, não apenas a trabalhadores negros. Um gerente de recursos humanos de uma companhia de seguros atribuiu parte das dificuldades que os homens negros enfrentavam a problemas de tradução cultural:

Acho que, quando participo de reuniões executivas e, em muitos casos, sou o único homem negro presente, existe uma diversidade cultural e uma estranheza que as pessoas diferentes trazem umas para as outras — muitas vezes as pessoas não estão dispostas a receber o que outra pessoa está disposta a oferecer. E acho que, por causa dessa falta de comunicação, muitas coisas são mal-entendidas. Quando acontecem problemas, se eu trabalho para você e você tem um problema comigo, você pode não saber como se aproximar de mim e vice-versa, eu posso não saber como me aproximar de você. (21)

Duas funcionárias do setor de pessoal de uma rede de lojas varejistas, uma branca e não-latina, outra branca e latina, que haviam recebido recentemente um treinamento em gestão da diversidade, expressaram uma nova consciência em relação a essas questões:

Funcionária 1: Fazemos um pequeno teste de diversidade sobre isso, sobre como nós percebemos os homens negros e como eles realmente são (...).

Funcionária 2: É surpreendente, todos nós temos o mesmo, bem, o mesmo consenso estava lá no quadro (...).

Funcionária 1: Estamos tentando lhes ensinar [aos gerentes] que fazer isso [contratar pessoas pertencentes a minorias] é uma ótima decisão para os negócios, porque vai ser necessário atrair e manter vários grupos minoritários (...). Esse treinamento [em gestão da diversidade] ensina-lhes a valorizar [nome da Funcionária 2] como indivíduo hispânico e alguns de seus aspectos culturais, que são mais importantes para ela. Vai ensinar a eles que [Funcionária 2] pode ter valores diferentes dos nossos em certas questões, que nós podemos apreciá-los e compreendê-los. (36)

Além disso, vários fabricantes de autopeças asseveraram que a adoção do trabalho em equipe e da participação dos empregados reduziu as tensões raciais, pois aumentou a comunicação entre diferentes grupos de competência e de ocupação.

Um pequeno número de pesquisados também alegou que a competência de relacionamento com os clientes poderia ser desenvolvida por meio de treinamento, em vez de procurada diretamente já na seleção dos candidatos. Até um gerente de loja do Rei do Preço Baixo que comentou que era “preciso um certo tipo de pessoa” que conseguisse ser rápida, divertida e afável, acrescentou na frase seguinte: “mas se você trabalhar com uma pessoa, acho que ela poderia [se tornar] rápida, divertida e afável”. (31)

Motivação

O número de menções da imagem do homem negro como empregado desmotivado foi quase o dobro da que apontava os homens negros como “difíceis” ou hostis — 21 dos 59 pesquisados expressaram alguma versão dessa imagem. Uma vez mais, o leque de comentários foi bastante amplo.

Uma latina, funcionária do departamento de pessoal de um armazém de distribuição para o varejo cujos empregados eram 72% latinos e apenas 6% negros, afirmou: “os homens negros são preguiçosos (...) Quem vai sair perdendo? — os negros sem formação”. (29) O proprietário branco de uma pequena fábrica de peças de plástico (46% negros, 54% brancos) disse que, em sua experiência, os homens negros “simplesmente não se importam — como se todo mundo estivesse em dívida com eles”. (19) “Os garotos negros não querem trabalhar”: essa foi a opinião de um proprietário branco de uma pequena oficina de recuperação de autopeças em Los Angeles, que só empregava mulheres hispânicas. (1) “Os homens negros não são responsáveis”, acrescentou uma supervisora de pessoal, latina, de uma fábrica de autopeças de Los Angeles, situada perto de uma grande área negra, mas cujos empregados são 85% hispânicos e menos de 1% negros. (4)

Ainda assim é um ponto de vista minoritário. Mas os pesquisados pertencentes a maiorias substanciais concordaram com a idéia de que os imigrantes têm uma ética do trabalho mais forte que a dos trabalhadores nascidos no país — 81% dos pesquisados de Detroit que arriscaram uma opinião a esse respeito concordaram, bem como 88% dos pesquisados de Los Angeles. Mau presságio para os trabalhadores negros menos capacitados, particularmente em Los Angeles, pois, cada vez mais, estão competindo com trabalhadores imigrantes pelos empregos.

Embora tenhamos destacado a minoria de pesquisados que censurou a motivação dos homens negros, a maioria afirmou que não via diferença na ética do trabalho em função da raça. Mais interessantes que essas respostas, certamente influenciadas por uma concepção de quais eram as respostas socialmente aprovadas, foram os comentários a respeito da origem da motivação. Como dis-

se um funcionário negro de recursos humanos que trabalha para uma seguradora na área de Detroit:

Acho que a empresa comanda a ética do trabalho (...). Se for negligente (...), então as pessoas têm atitudes despreocupadas com seu trabalho (...), você é uma coisa até o momento em que entra no mundo dos negócios, e depois vira outra. Não sou a mesma pessoa que era há 15 anos. Tive de assumir certas idéias e atitudes, quer me agradassem ou não. (25)

Várias outras pessoas concordaram em que a motivação é mais função da gerência que dos empregados. Quando perguntado a respeito das diferenças raciais em relação à ética do trabalho, um gerente branco de trabalhadores de um setor terceirizado do setor público divagou:

Acho que é a maneira como você motiva cada grupo. Há dois ou três anos, eu provavelmente teria dito: bem, os negros não são tão motivados como os orientais ou os hispânicos. Mas vi que, se você motivar, tem de motivar cada grupo de um modo diferente. (46)

Um funcionário branco da área de recursos humanos do setor público acrescentou que a ética do trabalho pode variar por cargo:

Se pegar a segurança, ou os cargos básicos, não sei se, quando eram dominados pelos brancos, 20 anos atrás, as pessoas não ficavam encostadas numa pá fazendo cera. Muitas vezes, as classificações que normalmente associamos com a maior preguiça ou mais formas de evitar o trabalho são empregos iniciais, cargos menos especializados. E acontece que agora são dominados pelos negros e, em menor proporção, pelos hispânicos. (43.1)

A capacidade que tem o empregador de modelar atitudes de trabalho fica muito evidente quando comparamos dois armazéns de distribuição de lojas de departamentos situados no mesmo bairro latino da região de Los Angeles. Num dos casos, os funcionários do departamento de pessoal se queixaram sarcasticamente da preguiça dos empregados, de sua propensão ao roubo, da presença de "membros de gangues" usando as cores de suas gangues e até da higiene pessoal deficiente dos empregados. A rotatividade nesse armazém está em 25%, mesmo depois que a seleção foi melhorada para escolher empregados mais estáveis. (29) No segundo armazém, contudo, a rotatividade é de 2%. Embora esse armazém também empregue grande número de pessoas que foram ou são membros de gangues, os gerentes conseguiram impor um código de vestuário que elimina o uso das cores. Segundo o vice-presidente da empresa para recursos humanos, o segredo da rotatividade notavelmente baixa é:

(...) simplesmente situar a empresa numa área em que não haja uma imensa concorrência e, diante da concorrência que existir, pagar salários e benefícios iguais ou superiores aos que os concorrentes oferecem (...). (28.1)

De fato, esse armazém paga a seus trabalhadores iniciantes entre US\$ 0,50 e US\$ 2,50 a mais por hora que seu concorrente. O contraste sugere a pertinência de escalas salariais baseadas na eficiência (Akerlof e Yellen, 1986) para explicar a atitude e o esforço do trabalhador.

A importância da entrevista de seleção

A maioria de nossos pesquisados identificou a entrevista prévia como mais impor-

tante fonte de informação sobre um candidato. A proporção de pessoas que consideravam a entrevista como mais importante foi de 81% nos pesquisados do setor de autopeças, 82% no comércio varejista, 87,5% no de seguros e 80% no pequeno número de unidades do serviço público não sujeitas aos procedimentos padronizados de contratação de servidores públicos. Num comentário típico, um funcionário do departamento de pessoal do comércio varejista observou que, na contratação de vendedores,

a apresentação individual é provavelmente a fonte de informação mais importante, e as qualidades mais importantes são sua capacidade de se relacionar com o entrevistador e a transposição dessa capacidade para o relacionamento com os clientes (...). (28.1)

A crescente importância atribuída às competências indefinidas poderia nos levar a esperar que se recorresse cada vez mais às entrevistas para avaliar essas características, mesmo no caso de empregos iniciais. De fato, embora não tenhamos perguntado explicitamente sobre esse ponto, alguns pesquisados projetaram um papel mais importante para a entrevista. Essa posição foi particularmente forte no setor de autopeças, onde a crescente ênfase dada à entrevista parecia refletir a preocupação de que os empregados deverão ser mais produtivos de maneira geral. Uma pesquisada revelou que agora usa a entrevista como pretexto para uma visita à fábrica e faz o candidato verificar alguns gráficos de SPC durante a entrevista. No entanto, ela também dá grande importância à avaliação da *personalidade* durante a entrevista. As firmas que expressaram maior preocupação, ou esforços mais ativos no sentido de melhorar a qualidade, parecem se basear mais numa seleção cuidadosa por meio da entrevista. O gerente de

recursos humanos de uma fábrica muito empenhada na reestruturação voltada para a melhoria da qualidade revelou que até então provavelmente dera mais atenção aos papéis que à entrevista, mas que no momento estavam elaborando instrumentos de avaliação para os novos recrutados, adotando

exercícios individuais e em grupo, alguns exercícios tradicionais de avaliação para realmente detectar a capacidade de liderança e de funcionar em grupo, a capacidade de resolver problemas, de captar o conceito de aperfeiçoamento contínuo, de se comunicar oralmente e por escrito, a leitura, a capacidade de tomar uma posição e as coisas que achamos que trarão sucesso a uma pessoa. (14)

O papel central, e potencialmente crescente, da entrevista não é uma boa notícia para os homens negros, pois há indícios de viés racial incorporado ao processo de entrevista. Por exemplo, num experimento psicológico, Word, Zanna e Cooper, 1974 (conforme citados em Pettigrew e Martin, 1987), descobriram que, ao entrevistá-los para um emprego, os estudantes de Princeton tratavam negros e brancos de maneira diferente — oferecendo menos contato visual, inclinando menos o corpo para a frente e fazendo entrevistas mais breves com os negros —, embora os candidatos fossem treinados para agir e reagir de maneira idêntica. Word *et al.* então treinaram alguns dos entrevistadores para que se comportassem dessa maneira em relação aos candidatos brancos. Os entrevistados brancos que eram tratados “como negros” consideraram suas entrevistas como menos afáveis e seu comportamento na entrevista foi julgado por avaliadores externos como mais nervoso e menos eficiente. Essas constatações demonstram que, como sugeriu Dipboye, 1982, a avaliação do candidato a um emprego que é feita antes da entrevista

pode-se tornar uma profecia que se auto-realiza.

Neckerman e Kirschenman, 1991, também afirmam que os negros podem se sair menos bem, ou estar menos à vontade, em situações de entrevista do que os candidatos não-negros. A hipótese dos autores é de que, dado que os negros do Centro da cidade têm mais dificuldades nessas entrevistas, sua presença deveria ser proporcionalmente maior em empresas cuja seleção se baseia em testes. Essa hipótese é coerente com os resultados que eles obtiveram no estudo sobre empregadores, no qual usaram análise de regressão como instrumento para controlar outras características da firma.

Alguns dos pesquisados falaram com orgulho de sua capacidade de obter informações sobre um candidato por meio de uma entrevista, ao passo que outros reconheceram o desconforto provocado pela subjetividade da situação. “Detesto dizer isto, mas boa parte da coisa é uma sensação intuitiva”, afirmou o diretor de pessoal de uma fábrica de autopeças de Detroit. (7) Um funcionário de recursos humanos do setor público de Los Angeles comentou:

Entremeadado a isso [a avaliação feita na entrevista] estão todos os preconceitos de cada entrevistador, a maneira como este vê o cargo, como avalia o candidato e como apresenta o emprego. É inevitável. (42)

De maneira geral, as repartições públicas e quase públicas, tais como empresas de serviços públicos, dão muito menos importância às entrevistas pessoais para a seleção de candidatos. As repartições regidas pelos procedimentos de contratação de servidores públicos usam amplamente os testes, é claro. O serviço civil de um governo municipal importante da área de Detroit não faz mais nenhuma entrevista antes de contratar;

segundo um funcionário, isso se deve ao fato de que as entrevistas não eram realmente usadas para tomar a decisão e poderiam ter sido interpretadas como fonte de discriminação. O funcionário declarou que, no processo de contratação do serviço público, a questão não é a pessoa ser *adequada*: se a pessoa conseguir demonstrar que pode fazer o trabalho de maneira satisfatória, a repartição pode *adequá-la*.

Ele alegou que o uso da entrevista no setor privado é discriminatório:

O fenômeno [da discriminação] está muito ligado à insistência do setor privado em querer saber tudo sobre você antes de contratá-lo. É uma discriminação que acontece das mais variadas maneiras. Boa parte dela é inconsciente. Foi-se o tempo em que as pessoas praticavam uma discriminação maciça, aberta e intencional, mas a discriminação ainda existe (...) [As pessoas] não analisam seus atos nem se perguntam se o impacto do que fazem é, na verdade, racista. (55)

Resultados da regressão descritiva

Em Moss e Tilly, 1994, relatamos detalhadamente os modelos gerais de regressão descritiva dos fatores que determinavam a proporção de negros entre os empregados de uma firma. Aqui apresentamos apenas um rápido resumo útil, observando que, de certa maneira, esses resultados confirmam as descobertas qualitativas que mencionamos anteriormente.

Analisamos o impacto de diversas características das firmas sobre o índice de emprego dos negros (a proporção de negros na firma dividida pela proporção de negros na área metropolitana). O mais impressionante é que os resultados da regressão parecem confirmar o impacto racial da entrevista de

seleção. O efeito negativo associado ao uso da entrevista como principal dispositivo de seleção é quase tão grande quanto o índice médio de emprego dos negros.

Os modelos de regressão também revelam que a exigência de alfabetização ou conhecimento de aritmética básica também está claramente relacionado com o índice menor de emprego entre os negros de nossa amostra. Descobrimos uma associação negativa fraca entre o fato de as competências indefinidas figurarem como primeiro dos atributos que se deseja encontrar nos trabalhadores e o emprego dos negros. Em suma, mais competências concretas e mais competências indefinidas estão associadas com menos emprego para os negros de maneira geral — o que apóia a idéia de que também existe uma associação ao longo do tempo.

Conclusões

Sempre lembrando que nossa amostra é pequena, embora não-alcatória, acreditamos que nossas constatações justificam diversas conclusões. As competências indefinidas, bem como as competências concretas, estão assumindo mais importância para o empregador, mesmo nos empregos pouco especializados em que nos concentramos na investigação. As competências indefinidas parecem se aglutinar em torno das dimensões de competências de interação e motivação e ambas as dimensões têm importância crescente para os empregadores. A procura de mais competências desse tipo ao contratar para empregos iniciais parece fazer parte de uma estratégia gerencial destinada a enfrentar a concorrência crescente.

Além disso, os homens negros são percebidos por muitos como aqueles que se apresentam à seleção com menos competências indefinidas, em ambas as dimensões. Com base em nossos dados, é impossível

julgar qual é a realidade objetiva que está por trás dessa avaliação feita por empregadores. A nosso ver, há três fatores subjacentes à avaliação que os empregadores fazem dos homens negros como trabalhadores. As competências indefinidas estão relacionadas com a cultura, de forma que uma parte da percepção parece se dever à leitura inadequada das diferenças culturais como diferenças de competência. Em virtude da escolha de expressões e do tom das respostas de alguns de nossos entrevistados, podemos afirmar que parte da percepção certamente se deve aos estereótipos raciais dos empregadores. Por fim, uma parte da percepção dos empregadores pode espelhar diferenças raciais reais na produtividade do trabalhador. As escolas e bairros de origem dos jovens negros podem gerar menos oportunidades para desenvolver competências indefinidas — as competências de interação, consideradas como muito importantes no local de trabalho, e a expectativa de recompensa e avanço no trabalho que supostamente deveriam motivar os trabalhadores que têm empregos iniciais. Esse é o argumento de William Julius Wilson, 1987. Entretanto, mesmo considerando que as competências médias de fato variam conforme a raça, a discriminação estatística feita pelos empregadores pode levar a um estigma generalizado, aplicado a todos os candidatos negros. Além disso, num mundo do trabalho claramente caracterizado por níveis crescentes de interação, as atitudes que apresentam um viés de raça por parte dos clientes, colegas de trabalho ou outros grupos raciais podem, em si, levar a uma produtividade medida como inferior — ou seja, as diferenças na produtividade podem ser resultado direto da discriminação.

Nossas constatações sugerem algumas pistas que oferecem esperança de melhorar a experiência dos homens negros no mercado de trabalho. Em primeiro lugar, o pouco que

descobrimos sobre os programas de conscientização para a diversidade implica que estes têm um efeito observável sobre os gerentes. À medida que esses programas forem disseminados entre os empregadores, podemos esperar um abrandamento dos efeitos dos estereótipos raciais e uma redução na idéia de que os homens negros têm competências de interação e motivação mais fracas.

Em segundo lugar, diversos pesquisadores revelaram que a elevada motivação do empregado decorria mais das práticas gerenciais do que das competências indefinidas dos empregados. Afirmam que a motivação não é só mais uma competência que os homens negros ou outras minorias precisam aprender. Os gerentes podem, antes, aprender melhores formas de suscitar a motivação entre seus empregados de todos os grupos.

Mais um sinal de esperança foi a informação, dada por vários pesquisadores, de que, em vez de suscitar maior atrito racial, o trabalho em equipe pode gerar a convivência, que reduz os abismos culturais.

Embora um maior treinamento para a diversidade cultural e o aperfeiçoamento das competências gerenciais na motivação dos empregados possam ser úteis, não fica clara a maneira como esses instrumentos podem ser promovidos pelas políticas públicas. É possível ordenar ações afirmativas, mas não se pode determinar que essas medidas sejam tomadas. Entretanto, uma forte aplicação de ações afirmativas pode ajudar a induzir as empresas a tomar essas outras medidas. Além disso, é importante ressaltar que os pesquisadores que mencionaram o treinamento para a diversidade cultural e a importância das competências gerenciais foram pessoas de empresas grandes e aparentemente avançadas. Podemos esperar que essas firmas provavelmente adotem políticas nesse sentido no contexto de sua reação à preocupação

com a crescente diversidade entre seus empregados e de seu planejamento de estratégias competitivas que enfatizam a qualidade, e não o corte de custos. Podemos esperar que essas empresas dêem exemplo para outras de seu setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROW, Kenneth (1972). "Models of job discrimination, and Some mathematical models of race in the labor market". In: PASCAL, A.H. (ed.) *Racial discrimination in economic life*. Lexington, MA, Lexington Books, p. 83-102 e 187-204.
- (1973). "The theory of discrimination". In: ASHENFELTER, O. A. and REES, A. (eds.). *Discrimination in labor markets*. Princeton, NJ, Princeton University Press, 3-33.
- BECKER, Gary S. (1957). *The economics of discrimination*. Chicago, The University of Chicago Press.
- BOUND, John and FREEMAN, Richard B. (1992). "What went wrong? The erosion of the relative earnings and employment of young black men in the 1980s". *Quarterly Journal of Economics*, 107(1):201-32.
- DARRAH, Charles (1994). "Skill requirements at work: rhetoric vs. reality". *Work and Occupations* (21):64-84.
- DIPBOYE, Robert L. (1982). "Self-fulfilling prophecies in the selection-recruitment interview". *Academy of Management Review* (7):579-86.
- FERGUSON, Ronald (1993). "New evidence on the growing value of skill and consequences for racial disparity and returns to schooling". *Paper H-93-10*. Malcom Wiener Center for Social Policy, John F. Kennedy School of Government, Harvard University.
- JACKSON, Susan E. (1991). "Team composition in organizational settings: issues in managing an increasingly diverse workforce". In: WORCHEL, S.; WOOD, W. and SIMPSON, J. (eds.). *Group process and productivity* Beverly Hills, CA, Sage, p. 138-73.
- JENCKS, Christopher (1991). "Is the American underclass growing?". In: JENCKS, Christopher and PETERSON, Paul E. (eds.). *The urban underclass*. Washington, D.C., Brookings Institution, p. 28-100.
- JOHNSON, James H. Jr.; OLIVER, Melvin L. and BOBO Lawrence (1991). *A proposal for the Los Angeles survey on urban inequality*. Center for the Study of Urban Poverty, University of California at Los Angeles.
- JUHN, Chinhui; MURPHY, Kevin M. and PIERCE, Brooks (1991). "Accounting for the slowdown in black-white wage convergence". In: KOSTERS, Marvin H. (ed.). *Workers and their wages: changing patterns in the United States*. Washington, D.C., AEI Press.
- KIRSCHENMAN, Joleen and NECKERMAN, Kathryn M. (1991). "'We'd love to hire them, but...': the meaning of race for employers". In: JENCKS, Christopher and PETERSON, Paul E. (eds.). *The urban underclass*. Washington, D.C., Brookings Institution, p. 203-32.
- MISHEL, Lawrence and TEIXEIRA, Ruy A. (1990). *The myth of the coming labor shortage: jobs, skills, and incomes of America's Workforce 2000*. Washington, D.C., Economic Policy Institute, 1990.

- MOSS, P. and TILLY, C. (1991). *Why black men are doing worse in the labor market: A review of supply-side and demand-side explanations*. (Monografia.) New York, NY, Social Science Research Council.
- (1993). *Raised hurdles for black men: Evidence from employer interviews*. Mimco.
- (1994). *Skills and race in hiring: quantitative findings from face-to-face interviews*. Paper apresentado no Encontro Anual da Eastern Economic Association. Boston, MA, March 18-20.
- NATIONAL CENTER ON EDUCATION AND THE ECONOMY. Commission on the Skills of the American Workforce (1990). *America's choice: high skills or low wages!* Rochester, New York.
- NECKERMAN, Kathryn M. and KIRSCHENMAN, Joleen (1991). "Hiring strategies, racial bias and inner-city workers". *Social Problems*, 38(4):801-15.
- O'NEILL, June (1990). "The role of human capital in earnings differences between black and white men". *The Journal of Economic Perspectives* 4(4):25-46.
- PETTIGREW, Thomas E. and MARTIN, Joanne (1987). "Shaping the organizational context for black American inclusion". *Journal of Social Issues*, 43(1):41-78.
- PHELPS, Edmund S. (1972). "The statistical theory of racism and sexism". *American Economic Review* (62):659-61.
- TAJFEL, Henri and TURNER John C. (1986). "The social identity theory of intergroup behavior". In: WORCHEL, S. and AUSTIN, W. G. (eds.). *Psychology of intergroup relations*. Chicago, Nelson-Hall, p. 7-24.
- TSUI, Anne S. and O'REILLY, Charles A. (1989). "Beyond simple demographic effects: the importance of relational demography in superior-subordinate dyads". *Academy of Management Journal* (32):402-23.
- TSUI, Anne S.; EGAN, Terri D. and O'REILLY, Charles A. (1992). "Being different: relational demography and organizational attachment". *Administrative Science Quarterly* (37):549-79.
- VALLAS, Steven (1990). "The concept of skill: a critical review". *Work and Occupations* (17):379-98.
- WALDINGER, Roger (1993). "Who makes the beds? Who washes the dishes? Black/immigrant competition reassessed". *Working Paper 246*. Institute of Industrial Relations, University of California at Los Angeles.
- WILSON, William J. (1987). *The truly disadvantaged*. Chicago, University of Chicago Press.
- WORD, C. O.; ZANNA, M. P. and COOPER, J. (1974). "The nonverbal mediation of self-fulfilling prophecies in interracial interaction". *Journal of Experimental Social Psychology*, v. 10, p. 100-20.

SUMMARY

'Soft' skills and race: an investigation of black men's employment problems

We investigated changes in skill requirements and the effects of these changes on black men's access to entry-level jobs, using open-ended in-

terviews of managers at 56 firms in four industries. Managers report that "soft skills" — particularly motivation and ability to interact well

with customers and co-workers — are becoming increasingly important. However, many managers view black men as lacking in these soft skills.

This helps to explain black men's growing disadvantage in labor markets.

RÉSUMÉ

Compétences "indéfinies" et race: une investigation sur les problèmes d'emploi des hommes noirs

Au moyen d'interviews en ouvert avec des gérants de 56 entreprises, dans quatre secteurs d'activités, on a recherché les changements dans l'exigence de compétence et leurs effets sur l'accès des hommes noirs aux emplois initiaux. Les gérants informent que "les compétences indéfinies" — en particulier la motivation et la capacité

de bonne interaction avec les clients et les camarades de travail — gagnent de plus en plus de l'importance. Cependant, beaucoup de gérants considèrent que les hommes noirs n'ont pas ces compétences indéfinies. Cela nous aide à expliquer la croissante désavantage des hommes noirs au marché de travail.

Mãe negra de um povo mestiço: devoção a Nossa Senhora Aparecida e identidade nacional*

Juliana Beatriz Almeida de Souza**

**Pesquisa financiada pelo VII Concurso de Dotações para Pesquisa sobre o Negro, promovido pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Recebido para publicação em janeiro de 1995.*

***Mestranda em história pela Universidade Federal Fluminense.*

Este artigo procura compreender a dinâmica e o significado do processo de escolha de Nossa Senhora da Conceição Aparecida para padroeira do Brasil, tornando-se um dos símbolos da identidade nacional. A receptividade e o sucesso da escolha são entendidos como tendo sido devidos, em parte, à forte devoção popular já no início da República e, em parte, ao fato de estar em conformidade com a proposta intelectual dos anos 20 de valorização das tradições brasileiras, tendo em vista a criação de um Brasil moderno. Dá-se ênfase ao período entre 1904, data da coroação da Virgem, e 1931, ano em que se fez uma procissão no Rio de Janeiro, então capital federal, em comemoração à proclamação do padroado. Procura-se, por um lado, articular as noções de religiosidade, identidade e etnicidade e, por outro, a idéia de que a Primeira República no Brasil significou, para a Igreja Católica, o período de sua construção institucional, quer em nível organizacional, quer simbólico.

Palavras-chave: identidade nacional; Igreja Católica; Primeira República.

Outubro. 1717. Guaratinguetá. Três pescadores — João Alves, Domingos Garcia e Felipe Pedroso — jogavam insistentemente suas redes no Rio Paraíba. A época não estava boa para pesca. Havia horas eles tinham posto suas canoas naquelas águas e até aquele momento nenhum resultado. Não podiam, entretanto, desistir. Tinham sido convocados para pegar muitos peixes. O governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, Dom Pedro de Almeida Portugal, em viagem pelo interior da capitania, ia passar por aquela vila. Era preciso recebê-lo bem.

Mais uma vez, João Alves lançou sua rede. Ao puxá-la, no fundo da malha viram um pequeno objeto de cor escura. Identificaram-no como sendo a imagem de Nossa Senhora da Conceição sem a cabeça. João Alves atirou de novo a rede. Veio, então, a cabeça da imagem. Os três guardaram-na na canoa, voltando-se, em seguida, para a pesca. Suas redes vieram, então, à tona abarrotadas de peixes, enchendo os barcos em pouco tempo.

Caía a noite no vale.

Primeira República: nova ordem, novos símbolos

A busca da identidade nacional na Primeira República tinha o sentido de uma procura por uma base para a redefinição do Estado republicano que, como diz José Murilo de Carvalho, 1989, p. 277, “não fosse uma caricatura de si mesmo”, tal o desencanto geral com a obra de 1889. Já nos primeiros anos após a proclamação, muitos dos que tinham sido sua propagandista percebiam que aquela não era a república com que tinham sonhado:

O fim da escravidão e a queda da monarquia não introduziram mudanças

dramáticas em nível micropolítico. Lealdades pessoais, compromissos locais, autoridade privada continuaram a informar a vida cotidiana. (Reis, 1988, p. 192.)

Na verdade, Reis, 1991, defende a idéia de que o processo de formação do Estado durante a Primeira República apresenta avanços significativos, não sendo a criação de poder público e fortalecimento de interesses privados processos excludentes e podendo haver efeitos interativos entre os dois. Assim, a própria preponderância das oligarquias rurais concorre para o processo de constituição do poder público. Por trás dessa idéia, o que se percebe é uma concepção da problemática da constituição do Estado diferenciada daquela em que sua formação é vista como basicamente o surgimento de um determinado conjunto de instituições, desconsiderando-se o caráter dinâmico desse fenômeno e as relações histórico-concretas com a sociedade civil. Por outro lado, a posição da autora contrasta com a noção de que as fontes de recursos de poder do Estado são distintas daquelas que estruturam o poder da sociedade civil. Para Reis, o processo de *state-building* envolve sempre uma tensão constitutiva entre poder privado e poder público. Já a conversão de poder infra-estrutural — a capacidade do Estado de atingir efetivamente a sociedade civil e logisticamente implementar decisões políticas — em poder despótico — a capacidade das elites político-administrativas de tomarem iniciativas que transcendam à negociação institucionalizada com grupos da sociedade civil — decorre em ampla medida do fato de que incrementos na capacidade infra-estrutural do Estado aumentam a territorialização das relações sociais. Com a passagem para a República, então, o Estado, sob a dominação oligárquica, não perde sua identidade, apesar da inegável constatação de que

as fronteiras entre poder público e poder privado se tornam mais nebulosas:

(...) se é verdade que em certo sentido há uma perda de autonomia por parte do estado republicano nascente frente à sociedade civil, também é verdade que a expansão da capacidade infra-estrutural do estado que tem lugar na Primeira República concorre decisivamente para recentralizar e reterritorializar o poder ao longo do período. (Reis, 1991, p. 50.)

Nesse sentido, a política dos governadores expressa a importância do centro de poder ao ser disputado pelos interesses econômicos dominantes do país e ao ser clientelisticamente cortejado pelos governos estaduais. As oligarquias, assim, revalorizam o poder centralizador do Estado ao competirem pela Presidência do país.

Percebe-se aqui, pois, a defesa da centralidade da Primeira República no processo de expansão administrativa do Estado e de sua capacidade de captação de recursos não só financeiros. Assim, o processo de construção do Estado nesse período, ao contrário de se caracterizar por sua estagnação, inicia, em certa medida, a expansão do poder do Estado que terá lugar sob o governo Vargas. A Primeira República foi um momento privilegiado na formação de atores políticos, quer na dimensão simbólica, quer na dimensão organizacional. A Igreja, como o Exército, também iniciou sua reestruturação interna nesse período.

A partir da segunda metade do século XIX, a Igreja Católica vive um impulso reformador, seguindo as diretrizes da *romanização* promovida por um papado desejoso de fortalecer a autoridade espiritual da hierarquia católica. Com o fim do padroado, a Primeira República significou para a Igreja não só um período de mudança no seu status político. Foi também, conforme nos mostra

Miceli, 1988, o da sua *construção institucional*, na medida em que conseguiu estabilizar suas fontes de receita; recuperar seu patrimônio imobiliário; reconstruir e modernizar suas casas de formação e seminários; dinamizar, consideravelmente, sua presença territorial; moralizar, profissionalizar e ampliar seus quadros de pessoal, mesmo que através da importação de clero; diversificar a pauta de serviços escolares que passou a praticamente monopolizar; celebrar alianças com facções oligárquicas estaduais; enfim, viabilizar-se como empreendimento religioso e burocrático.

As evidências dessa *construção institucional* estão, de um lado, no investimento na área de formação escolar, fosse ela dirigida para a reprodução dos próprios quadros eclesiásticos, ou para os da elite política. A Igreja preenche um espaço que os grupos políticos dirigentes não conseguiram atender, seja por falta de recursos humanos, seja por falta de tradição. E, ao fazer isso, sela com eles uma forte aliança. A Primeira República é a fase áurea de expansão dos colégios católicos voltados para o ensino secundário, apesar de ser esse um período em que a educação é formalmente laica e o ensino religioso está fora dos currículos.

Por outro lado, a estratégia da Igreja se realiza pela sua expansão territorial, através do estabelecimento de uma verdadeira máquina organizacional de novas dioceses. Essa nova máquina passa a estar presente em todas as capitais estaduais e nas principais cidades do país. Não casualmente, 84% das novas dioceses se concentraram no Nordeste, São Paulo e Minas Gerais, os três espaços mais estratégicos do país: o primeiro exatamente por ser palco de movimentos religiosos *cismáticos* e os outros dois por sua importância política. Miceli, 1988, postula que a Igreja, como não foi capaz de incorporar ou domesticar os movimentos mes-

siânicos de Canudos, Juazeiro e Contestado, monta uma estratégia de criar um *cercos* para impedir a difusão desse catolicismo *rebelde*.

A proposta aqui é, no entanto, a de pensar que essa *construção institucional* da Igreja Católica se fez também através de um cuidadoso investimento na criação de um símbolo com competência para integrá-la e centralizá-la em torno de um projeto, um símbolo capaz de propagar sua grandeza organizacional e ser modelo devocional para todo o país. Nossa Senhora Aparecida seria esse símbolo. A Virgem parece combinar, afortunadamente, *memória, tradição e modernidade*, apresentando-se como uma alternativa viável para representar a Igreja e materializar seu projeto de construção institucional e de uma identidade católica brasileira.

Aparecida: a Conceição do Brasil

Nossa Senhora Aparecida é Nossa Senhora da *Conceição* Aparecida. A frase que pode parecer tola, na verdade, tem por objetivo ser esclarecedora. *Aparecida* é a invocação popular que revela as circunstâncias do encontro dessa imagem de Nossa Senhora da *Conceição*: *aparecida* das águas.

O título Nossa Senhora da *Conceição* põe em evidência um dos dogmas da Igreja Católica relacionados à figura de Maria. O seu significado é o de que Maria — futura Mãe de Jesus — foi concebida livre da *mancha* do pecado original que macula todos os homens desde o nascimento.

Doutrina tradicional¹ da Igreja, a Imaculada *Conceição* de Maria foi defendida por uma parte dos clérigos desde tempos antigos, mas nem todos a tinham como certa. Depois de várias tentativas de definição dogmática em vários concílios, com festa e missa desde 1476 e dia santo a partir de 1708 para celebrar essa prerrogativa de Maria, só em 1854 sua imaculada *conceição* foi definida como

dogma, através da bula *Ineffabilis Deus* de Pio IX.

O dogma² é uma construção que vincula o *a priori* da maternidade e virgindade de Maria com uma certa leitura dos textos bíblicos. Por ele se cria uma “inimizade radical” entre Maria e “o pecado, o mal” (XI Semana Bíblica Nacional, 1989, p. 92). Eva foi vencida pelo pecado, mas Maria é livre dele desde a sua *conceição*, graças a esse privilégio concedido a ela por Deus.

A Imaculada *Conceição* de Maria a torna mais próxima de Deus e dos homens. Ela representa a *criação* na sua plenitude: *bem-aventurada, bendita, cheia de graça*. Traz em si a salvação do gênero humano, sem deixar de permanecer vinculada a concretude de sua condição histórica, terrena.

A representação oficial da Nossa Senhora da *Conceição* — manto azul, tendo aos pés a cabeça de um anjo e a meia-lua — lembra a passagem do Apocalipse (12, 1 — 5) em que Maria é ameaçada por um dragão:

Um sinal grandioso apareceu no céu: uma mulher vestida com o sol, tendo a lua sob os pés e sobre a cabeça uma coroa de doze estrelas; (...). Ela deu à luz um filho, um varão, que irá reger todas as nações (...). (Bíblia de Jerusalém, 1989, p. 2314.)

A imagem encontrada no Rio Paraíba, escurecida pelo lodo e pelo tempo em que ficou submersa, tinha traços simples (Redentoristas, 1978, p. 19). Manto já sem cor — originalmente, ela teria, segundo perícia feita, um manto pintado de azul escuro forrado de vermelho granada (Brustoloni, 1986, p. 14) —, aos pés uma cabecinha de anjo e a meia-lua. Signos, talvez, insuficientes para que os pescadores que a encontraram pudessem reconhecê-la como sendo uma imagem de Nossa Senhora da *Conceição*, mas não para que se construísse um discurso, onde a identificação se faz imediata.

Padre J. Brustoloni, 1986, aponta como uma das razões para a expansão do culto a Nossa Senhora Aparecida a ressonância da mensagem da imagem no sentimento religioso popular. Entretanto, o cotidiano dos fiéis não parece ser regido pelos dogmas de religião.

Na condução do seu comportamento, a divindade de Jesus Cristo, a virgindade de Maria, o mistério da Santíssima Trindade não têm influência paradigmática como, por exemplo, possuem os dez mandamentos, os sete sacramentos, os santos, as almas, os mortos etc. Estes, sim, dão as diretrizes básicas na condução da vida para o católico. (Barbosa, 1992, p. 18.)

Assim, na visão popular, Maria talvez represente mais por poder ser *mãe* do que por ser *imaculada*. Por esse dogma, Maria é uma espécie à parte da raça humana. Como modelo ideal, ela “afirma a inferioridade do destino humano” e, assim, “mais recalca que alivia a dor e a ansiedade, e acentua o sentimento de culpabilidade” (Warner, 1991, p. 330). Todas as pessoas, *exceto Maria*, nascem em pecado.

É, então, o *manto protetor* da mãe Maria que o fiel busca, na esperança de encontrar alívio para suas angústias. Não à toa, portanto, seja nas narrativas da história da Senhora de Aparecida, seja nas orações dedicadas a ela ou mesmo em invocações feitas em momentos solenes, é sempre enfatizada a sua virtude maternal. Ela é *mãe* de todos e, em especial, dos mais *necessitados*.

A metáfora Maria/Mãe está presente tanto na devoção popular quanto na doutrina oficial da Igreja, porém em nuances diferentes. Para a doutrina oficial, Maria é a mãe carinhosa, mas Cristo, como Filho de Deus, está em uma posição hierarquicamente superior à sua. Entretanto, dentro da religiosidade popular, ela assume papel de destaque como *mãe do povo*. Como os santos, Maria atua

como *intercessora*. Os fiéis, quando em suas vidas sofrem alguma crise, recorrem à sua proteção. A presença protetora de Maria traduz no sentimento religioso o reforço na confiança perante as dificuldades, os desafios que se impõem. Dela se esperam *milagres* que, na realidade, correspondem ao restabelecimento da ordem perturbada. Em troca dos pedidos, *promessas* e a reafirmação da fidelidade eterna.

Então, Maria Imaculada, mãe do Filho de Deus e de seu povo, pode conceber um novo tempo, a salvação dos homens. Talvez não fosse preciso maior carga simbólica para se optar por Nossa Senhora como padroeira, mas Aparecida ainda tinha mais a dizer. A ela serão correlacionados signos que se identificavam com o *espírito nacional*: Aparecida deveria sintetizar a *alma*, o *caráter*, a história do povo brasileiro.

Sinal profético: a coroação da Virgem

Em 1894, chegaram ao Brasil os primeiros missionários redentoristas. Vindos da Baviera, eles assumiram, em janeiro de 1895, a direção do santuário de Aparecida, procurando dar-lhe uma vida religiosa dentro dos moldes tridentinos. A partir de então, o clero se volta de maneira especial para a devoção que se desenvolvia no santuário de Aparecida, procurando dar-lhe uma feição mais normatizada.

A busca por símbolos que representassem a república no Brasil parece ter contribuído para o desenvolvimento *oficial*, ou, talvez se pudesse dizer, para a *nacionalização* do culto à Virgem de Aparecida. Inspirada no imaginário francês, a Primeira República brasileira desejou se representar por uma alegoria feminina. A esse tempo, os bispos incentivavam o culto às *Nossas Senhoras*. De Apa-

recida ia se fazendo, pouco a pouco, um *lugar de memória* nacional. Para Nora, 1993, p. 12, os lugares de memória são, “antes de tudo, restos”. Eles podem falar da história nacional, ainda que sejam marcados por não terem referentes na realidade. São capazes de promover uma articulação de diferentes identidades, uma certa organização da memória coletiva. Recorte no espaço e no tempo em que tudo simboliza e tudo significa, fechado sobre sua identidade e sempre aberto a ressignificações.

Segundo Fernandes, 1988, p. 89,

a primeira notícia de uma romaria a Aparecida organizada por oficiais da Igreja é de 1873. Foi dirigida pelo padre de Guaratinguetá, a cuja jurisdição pertencia o Santuário.

Antes dessa data, romarias independentes eram feitas há mais de um século. Mas, em 1900, o episcopado brasileiro oficializou a política de promoção de romarias. Nesse mesmo ano, chegavam a Aparecida as primeiras romarias oficiais, vindas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Essas romarias iriam se tornar um *costume*, sendo promovidas anualmente até a década de trinta, uma em setembro, por ocasião da festa da Natividade de Maria, e a outra em dezembro, na comemoração da Imaculada Conceição. Conforme diz Brustoloni, 1986, p. 179,

(...) esses movimentos de massa foram propostos também para despertar no povo sua consciência de nação católica, diante dos princípios anti-religiosos que orientavam a República.

Em 1904, talvez se desenhe mais claramente o projeto de ter a Senhora de Aparecida como símbolo da fé católica brasileira. O papa Pio X, atendendo ao pedido dos bispos da província meridional do Brasil, concedeu que a imagem fosse solenemente coroada

sob o título de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Com a solenidade, os bispos buscavam renovar e oficializar o gesto que a devoção popular já havia manifestado, colocando, desde o início de seu culto, manto e coroa na imagem.

Mas, além dessa intenção, pode-se entrever o desejo de mostrar ao governo republicano a força da fé católica, que encontrava ressonância nos sentimentos populares. A 8 de setembro daquele ano, a Igreja Católica brasileira coroava Nossa Senhora Aparecida. Como *Rainha da República*, a Igreja poderia torná-la o símbolo feminino que o governo republicano procurava:

Por problemática que também seja a capacidade da Aparecida de representar a nação, ela sem dúvida supera em muito a de qualquer outra figura feminina, ou mesmo de quase todos os símbolos cívicos. Além de deitar raízes na profunda tradição católica e mariana, apresenta a vantagem adicional de ser brasileira e negra (...). Nem mesmo a princesa Isabel lhe poderia fazer frente. (Carvalho, 1993, p. 94.)

Na coroação da Virgem, então, residiria a tentativa de se congregar o *povo* brasileiro em torno de sua imagem. Uma tentativa católica de se aproximar do Estado republicano, demonstrando, ao mesmo tempo, a sua importância na sociedade brasileira. O comparecimento dos populares foi significativo. Só deromeiros vindos da cidade de São Paulo, foram cerca de 1.200. Entre devotos e autoridades, aproximadamente seis mil pessoas assistiram à cerimônia. O presidente Rodrigues Alves não compareceu, mas enviou um representante e um telegrama com suas “respeitosas homenagens” (*apud*. Machado, 1983, p. 357). A data ficou marcada no calendário das festas de Aparecida, tendo se tornado o aniversário da coroação a

celebração mais concorrida pelos fiéis até início dos anos cinquenta.

Padre Brustoloni, 1986, p. 181, diz que a razão “imperativa” para a coroação “foi demonstrar, ao regime republicano, que havia banido da Constituição e da sua vida pública o nome de Deus e da Senhora da Conceição, a força da fé católica e os sentimentos religiosos do povo”. É ele, também, que, avaliando ter sido a solenidade de coroação “a maior concentração religiosa do povo acontecida no Brasil, após a proclamação da República”, se pergunta sobre o ato:

Seria ele um sinal profético do poder da Senhora Aparecida e de seu Santuário sobre os destinos da Pátria? (Brustoloni, 1986, p. 182.)

A Virgem de Aparecida parecia estar desde sempre destinada a ser protetora da nação. Sua história mítica vai ser escrita voltada para aquilo que se queria criar e, por isso mesmo, ela poderá representar a identidade nacional brasileira, que será construída, simbolicamente, como um projeto para o país.

Sinal profético, ato público, desejo da Igreja de se afirmar perante a sociedade brasileira, Estado republicano em busca de símbolos, esses parecem ser ingredientes da história da Senhora de Aparecida que vão ser convocados, também, em 1931.

Encenação do poder: Aparecida encontra Getúlio Vargas

Em setembro de 1929, o episcopado brasileiro se reuniu no Congresso Mariano realizado em Aparecida do Norte. Comemorava-se o jubileu de prata da coroação da imagem. O arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, liderava então um movimento para pedir ao papa que declarasse a Virgem de Aparecida padroeira do Brasil. O pedido

foi encaminhado a Roma logo após o Congresso.

Em 16 de julho de 1930, o papa Pio XI considerou oportuno atender à petição dos bispos, acreditando servir sua aceitação para o bem espiritual do povo brasileiro e de incentivo ao aumento da devoção mariana, ao ir ao encontro do desejo de todos os católicos brasileiros que veneravam a Imaculada Conceição quase desde os primeiros anos do *descobrimento*.

Tal acontecimento merecia comemorações de vulto que correspondessem à sua importância. O cardeal d. Sebastião Leme resolveu celebrar na capital federal do país a consagração da Virgem como padroeira do Brasil. Com a ajuda do arcebispo de São Paulo, d. Duarte Leopoldo e Silva, ele promoveu a ida da imagem ao Rio de Janeiro.

Mas as comemorações pelo reconhecimento canônico representariam não só uma manifestação de carinho pela Senhora de Aparecida, como um “grito de confiança irredutível no futuro da nacionalidade”, em face da “hora amarga” (Leme, 1931) que o país atravessava. A festa, pois, foi antecedida de grande preparação. A 22 de abril, d. Leme expediu uma circular anunciando-a e, no dia 30, um aviso regulamentando a participação de todos na cerimônia, desde como se faria a propaganda até as roupas que se deveria vestir para a procissão. Diante das *incertezas* do futuro, seria realizada uma concentração em nome da fé e do amor à pátria onde as diferenças sociais ou políticas seriam dirimidas em uma oração pública por uma “era de ordem, trabalho, paz e tranquilidade para a família brasileira” (Leme, 1931). Assim:

O cardeal desejava fazer desse ato uma manifestação de fé e patriotismo, sem distinção de classe ou tendências políticas, em que o povo brasileiro depositaria no trono da padroeira o seu voto,

o qual representaria o aval para a construção de uma ordem de trabalho, paz e tranquilidade. Com essa solenidade, a Igreja buscava provar às novas autoridades a sua capacidade de dar sustentação política à nova ordem. (Paula, 1993, p. 74.)

Na noite de 30 de maio, a imagem, tirada de seu nicho, foi conduzida de trem de Aparecida até a Central do Brasil, no Rio de Janeiro. A saída da igreja se fez acompanhada de uma procissão com grande presença da população local e dos arredores, tendo alguns, inclusive, prosseguido até a capital.

A imagem foi recebida no Rio de Janeiro pelos populares já na Estação D. Pedro II. Retirada do trem pelo Arcebispo de São Paulo, d. Duarte Leopoldo e Silva, ele a colocou sobre um andor perto do qual se encontrava d. Leme. Dali se formou um cortejo de centenas de carros até a praça da Igreja de São Francisco de Paula. Chegada a procissão no Largo de São Francisco, foi celebrada uma missa por d. Duarte. Depois da missa, a imagem foi conduzida de carro por d. Duarte para a Catedral Metropolitana.

A tarde, saiu da catedral uma procissão até a Esplanada do Castelo. Os sinos das igrejas marcaram o seu início às 14 horas. Nas áreas próximas à Esplanada do Castelo, a concentração dos populares era ainda maior. Os aviões do Exército faziam evoluções sobre o povo, que se comprimia na praça. Mais de 500 mil ou, quem sabe, um milhão de pessoas estiveram presentes na procissão.

No tablado especial, junto ao altar armado na praça, ministros de Estado e membros do corpo diplomático. O cardeal d. Leme mandou uma comissão convidar Getúlio Vargas para ficar a seu lado. Sob o aplauso dos fiéis, o presidente subiu os degraus do altar e saudou o cardeal. A imagem de Nossa Senhora Aparecida foi então retirada do carro-andor

por d. Duarte, que a levou ao altar. Ali, ele deu a imagem a beijar a d. Leme e, em seguida, satisfazendo um pedido de Getúlio Vargas, a aproximou do presidente, que beijou a imagem nos pés, sob o aplauso dos fiéis. Depois, vários sacerdotes fizeram uso da palavra, enaltecendo d. Leme, aclamando o papa, saudando Getúlio Vargas, invocando a proteção da Senhora de Aparecida. A procissão terminou com a bênção de d. Leme.

Ato de fé e patriotismo, a cerimônia teria atingido seus objetivos máximos. A nação republicana ganhava a proteção da Virgem negra de Aparecida, cuja mensagem de harmonia social podia bem fornecer recursos simbólicos à consolidação das bases políticas do Estado nos anos 30. A Igreja Católica dava aos populares e ao Estado um exemplo de seu poder de grandeza para organizar a sociedade. Expressar-se-ia, assim, depois da solenidade, o cardeal d. Leme:

Quando, à tarde de ontem, vi espraiair-se aos pés do altar da Aparecida a onda humana que na Esplanada se comprimia, mais que nunca, senti orgulho de minha fé, da minha pátria e da minha cidade. Penso que ninguém me poderá levar em conta de exagero se afirmar que espetáculo como o de ontem nenhuma cidade do mundo poderia apresentar. Não são muitas as capitais que contam mais de um milhão de habitantes e não chegam a meia dezena as grandes cidades de população católica como a nossa. Bastaria esta reflexão para mostrar a razão e a justiça da minha afirmativa. Além disso, qual a cidade do mundo comparável à nossa, pela sua espontaneidade e vibração de sua fé religiosa, intensa, expansiva e transbordante? O Rio de Janeiro foi, na aclamação de ontem, a voz de toda a terra brasileira. (Jubileu Episcopal, 1936.)

Parece, pois, ter sido necessário que a Consagração do Padroado da Virgem de Aparecida se fizesse no Rio de Janeiro. Capital federal, centro da pátria, “voz de toda a terra brasileira”, o mito do centro exemplar tornava a sede do poder, por fornecer um modelo, capaz de moldar o mundo à sua volta numa aproximação de sua perfeição.

A nação aparecida das águas

A imagem de Aparecida é rica em possibilidades sógnicas. Encontrada por pescadores, trabalhadores simples, seu primeiro templo foi a casa de uma família. O local da sua aparição no Vale do Paraíba, em São Paulo, fica entre o caminho do mar, Rio de Janeiro, e o interior, Minas Gerais. No século XIX, as peregrinações e romarias à capela significaram a expansão do culto, que rompeu os limites da província de São Paulo. Àquela época, a capela já recebia visitas ilustres. D. Pedro I, na sua viagem a São Paulo em 1822, teria se detido para rezar e pedir a proteção à Senhora para que fosse bem-sucedido. Dias depois, ele proclamou a independência (Machado, 1983, p. 248-68). Em 8 de dezembro de 1868, quando da festa da Imaculada Conceição, foi a vez de a princesa Isabel e o conde d’Eu visitarem a capela. Consta, aliás, que a princesa doou à imagem uma coroa de ouro com a qual foi solenemente coroada em 1904 e que até hoje é usada (Brustoloni, 1986, p. 114-5). Em 1884, a princesa Isabel fez uma segunda visita ao santuário de Aparecida. Alçar essa Virgem como símbolo da Igreja era manter um equilíbrio sutil entre a continuidade e o rompimento. Um culto de mais de dois séculos, localizado no centro político do país, com uma história recheada de personagens importantes e com força devocional suficiente para impressionar o laico governo republicano, Aparecida poderia ser o grande traço de

união, simbolicamente construído, de todas as etnias e posições sociais. É em tempos republicanos, sobretudo, que parece haver uma valorização do culto à Senhora de Aparecida.

Em 1904, três dias após a coroação da imagem, o cardeal d. Joaquim Arcoverde fez uma alocução aos romeiros do Rio de Janeiro no santuário de Aparecida. D. Arcoverde, primeiro cardeal do Brasil e da América Latina, foi um dos responsáveis pela vinda dos redentoristas ao santuário (Azzi e Beozzo, 1986, p. 64-77) e “patrono eclesiástico” de d. Leme (Miceli, 1988). Na alocução, o cardeal compara a pesca abundante do Rio Paraíba — depois da aparição de Nossa Senhora — com a pesca milagrosa da Galiléia. Nesse episódio, narrado no Novo Testamento (Lc 5, 1 — 11), Jesus manda Pedro lançar suas redes no lago de Genesaré. Este responde que ele e os outros pescadores trabalharam a noite inteira sem resultado algum, mas, como era Jesus quem pedia, lançaria suas redes. É então que eles apanham “tamanha quantidade de peixe que suas redes se rompiam” (Bíblia de Jerusalém, 1989, p. 1937) e encheram dois barcos. Todos ficaram espantados, porém disse Jesus a Pedro: “Não tenhas medo! Doravante serás pescador de homens” (Bíblia de Jerusalém, 1989, p. 1937). Diz, então, d. Arcoverde sobre a pesca de Aparecida:

(...) a abundante pesca do porto de Itaguaçu queria simbolizar os povos todos das diversas regiões do Brasil, conquistados a Jesus Cristo pelo ministério de Maria Imaculada; os fiéis todos, que em grandes romarias vêm encontrar neste Santuário as maravilhas da Aparecida, a paz de suas almas, o perdão de seus pecados, a reconciliação com Jesus Cristo, Senhor e Salvador dos homens. (Arcoverde, 1905, p. 7-8.)

Para o cardeal, então, o significado do primeiro *milagre* de Nossa Senhora Aparecida no Rio Paraíba era a pesca de fiéis de todo o país que ela seria capaz de conquistar para a Igreja Católica. O encontro da imagem correspondia, assim, ao cumprimento de uma missão: Maria vinha para trazer a mensagem redentora do Filho de Deus.

Um livro publicado em 1992 sobre a origem do culto a Nossa Senhora Aparecida (Ramos, 1992, p. 12), cujo autor diz não ter comprometimento com qualquer postura devocional, traz interpretação semelhante da pesca. Ele se pergunta se a Virgem não teria se manifestado para "livrar humilhados e ofendidos de uma desgraça" (Ramos, 1992, p. 171). Ramos esboça uma interpretação pela qual o fracasso na pescaria seria entendido como sinal de rebeldia e a ameaça de punição a quem desobedecesse ao governador teria criado uma atmosfera de nervosa expectativa. Afinal, para Ramos, d. Pedro de Almeida Portugal teria, desde que chegara a colônia portuguesa na América, se dedicado "com caprichoso afincio à tarefa de encontrar sinais de revolta em tudo e em todos" (Ramos, 1992, p. 171). Assim, ambiência de pobreza e conflito com a autoridade portuguesa dariam o tom da história, que ganhava matizes libertários.

Os três pescadores tentando em vão capturar o peixe do Paraíba simbolizavam um povo inteiro, encurralado entre o despotismo dos governantes portugueses e a pobreza da terra que lhes restou para viver. (Ramos, 1992, p. 165.)

Na verdade, percebe-se no livro de Ramos uma tentativa de fazer uma correspondência entre a *aparição* e o momento fundador da nação brasileira. Para o autor, a noção de ser brasileiro, ainda que inconsciente, "surgiu por volta de 1710, quando a Guerra dos Emboabas separou os naturais

daquela terra dos forasteiros que vinham explorá-la ainda mais" (Ramos, 1992, p. 167). Então:

Além do surgimento de Nossa Senhora Aparecida, portanto, esta história mostra também o desabrochar desse povo. Os brasileiros começavam a se manifestar como tais, justamente naquele tempo: em meio à miséria trazida pela crise que marcou o período intermediário entre o fim do chamado 'ciclo do açúcar' e o estabelecimento da mineração como atividade principal da Colônia. (Ramos, 1992, p. 167.)

Ramos, 1992, p. 11, que se propunha fazer de seu livro "uma ficção radicalmente comprometida com a verdade histórica e elaborado com o objetivo principal de facilitar a compreensão da época", acaba por, como aliás as narrativas escritas com cunho religioso, explicar o passado pelo que será seu futuro, ao procurar na situação colonial o Brasil contemporâneo. Apesar do enfoque diferenciado, ele coloca no primeiro *milagre* da Virgem de Aparecida a mesma ênfase do cardeal Arcoverde: por caminhos diferentes ambos vêm na pesca a intervenção de Maria, que trazia, assim, uma mensagem de libertação para os humildes.

Além da pesca, outro *milagre* ficou conhecido como um dos mais famosos. Trata-se do *prodígio das correntes* que parece ter muitas versões e aconteceu mais de cem anos depois da *aparição*. Um escravo teria fugido de seu senhor e, após ser capturado e conduzido algemado de volta, ao passar pela capela de Nossa Senhora Aparecida, pediu para rezar diante da imagem. O capataz concordou e foi, então, em frente à imagem, que suas algemas se partiram e a corrente caiu de seus pulsos.

O que poderiam ter de significativo esses *milagres*? Como símbolo, a imagem de Nos-

sa Senhora Aparecida é passível de diferentes interpretações. Imagem-ícone e imagem-discurso cuja leitura permite penetrar no universo das representações simbólicas. Segundo Darnton, 1990, p. 289, “os historiadores da cultura talvez tenham a ganhar se (...) pensarem nos simbolismos como polissêmicos, fluidos e complexos”. De qualquer forma, cada milagre desses põe alguma coisa em evidência: o trabalho dos homens livres e pobres na situação colonial, o poder sobrenatural sobrepondo-se às previsibilidades humanas, a condição escrava, o valor da liberdade. Isso para não falar das mensagens religiosas que se pode subtrair daí: a força da fé, o valor da oração, a busca da reconciliação em Cristo, a presença protetora da Virgem Maria.

O local e a época da *aparição* da Virgem negra de Aparecida, como também os personagens nela envolvidos, parecem assim ter influenciado na sua escolha para padroeira nacional. Nos anos vinte e trinta, construiu-se um discurso baseado na busca pelas tradições genuinamente brasileiras e a modernização do país. Os anos trinta e, principalmente, o Estado Novo vão dar ênfase ainda maior a essa proposta de demarcação da cultura política nacional.

Nesse processo de busca do que seria genuinamente nacional estiveram em jogo três grandes modelos fundantes da sociedade brasileira: o do patriarcado expresso na casa-grande, o modelo “democrático” da bandeira, e o do “espiritualismo” da sociedade mineira. Cada uma dessas correntes apelou para fatos históricos, obteve adeptos e contou com a contribuição de inúmeros intelectuais. (Oliveira, 1992, p. 216.)

A valorização da figura do bandeirante se articula com o nacionalismo, em uma tentativa dos intelectuais paulistas de reconstruir a história da unidade nacional a partir

do movimento da bandeira. O bandeirante era visto como elo fundamental da constituição e permanência do povo brasileiro e do Estado nacional, da sua unidade política e geográfica. Símbolo do *ethos* paulista, o espírito bandeirante estaria presente na personalidade brasileira.

É nessa época que são publicados os livros de Alfredo Ellis Júnior, *A raça dos gigantes*, Afonso Taunay, *História geral das bandeiras paulistas*, Alcântara Machado, *Vida e morte do bandeirante*, e daquele que talvez tenha melhor feito a ligação entre a organização da bandeira e a democracia social proposta pelo Estado Novo, Cassiano Ricardo, *Marcha para o oeste*. Esses autores, aliás, junto com outros escritores paulistas, fundaram o grupo *Bandeira*:

(...) um movimento de legítima defesa destinado a salvaguardar a expressão original da alma brasileira e a fixar nossa unidade espiritual, sem a qual não haveria unidade política. (Bandeira, 1936.)

Se o Estado precisava da integração e da unidade do país, fortalecendo a imagem do sertão, e a Igreja Católica, que também buscava se reafirmar perante a sociedade brasileira, acenava com uma devoção popular de uma imagem nascida *bandeirante*, não haveria na sua mensagem o espírito de cooperação, a combinação harmoniosa entre democracia e hierarquia, a *ambiência* mestiça dos paulistas mamelucos? Ao lhe ser atribuído o papel de símbolo nacional, Aparecida deveria propor uma unidade: espiritual, geográfica, política. O que me proponho refletir é que o mito da Senhora Aparecida pode unir propostas em princípio distantes.

A história de Aparecida também enfatizava a importância da família tradicional. Encontrada por homens simples, ela foi conservada, nos seus primeiros anos, em uma casa de família. Culto familiar à moda do que

Gilberto Freyre descreve em sua obra clássica *Casa-grande e senzala*, devoção colonial impregnada da mentalidade medieval católica portuguesa. Expressão da religiosidade popular, sua história colocava em cena um dos temas de maior preocupação dos católicos nos anos trinta: a legislação referente à instituição da família (Schwartzman, 1981).

No entanto, é talvez seu elemento mais visível o mais enigmático. Refiro-me à cor negra da imagem. Em 1956, o padre Sebastião Neiva publicou uma narrativa da história da Senhora de Aparecida voltada para a juventude. A certa altura, em um dos seus diálogos, ele propõe a questão:

— Por que é que Nossa Senhora quis aparecer assim moreninha, quase preta?

— (...) Em nosso país a raça negra era desprezada. A escravidão é mancha abominável que ficou na história do nosso país (...).

Nossa Senhora quis reabilitar a raça negra e, no fundo do rio, escureceu-se para mostrar que a negrura da pele não mancha a pureza da alma. (Neiva, 1956, p. 50.)

A cor da Virgem teria, então, como significado simbólico a redenção dos negros. Ela é negra para redimir os negros da mancha da escravidão; mais ainda, para redimi-los da mancha de serem descendentes de Cam. Porém, outra leitura parece ser a mais freqüente: a cor de Nossa Senhora Aparecida se deve à sua condição brasileira. Então, menos do que negra ela seria mestiça:

O material humilde e a cor escura da Imagem têm um significado muito próprio: a Senhora Aparecida, a serva do Senhor, solidariza-se com os escravos e com os mais abandonados, dos quais é especialmente mãe. Disse um escritor que o castanho escuro de sua cor é a "tonalidade em que interferem as cam-

biantes das cinco raças do mundo. É uma mensagem anti-racista, uma proclamação do universalismo católico, que abrange todos os tipos humanos, sem predominância de uns sobre os outros. É o sentido ecumênico da Igreja." (Redentoristas, 1978, p. 20.)

Aparecida encarnaria, assim, a mestiçagem nacional, apresentando uma síntese positiva de mensagem harmonizadora, condizente com o debate intelectual dos anos vinte e trinta em torno da democracia racial. A temática da mestiçagem era:

(...) neste sentido real e simbólica; concretamente se refere às condições sociais e históricas da amálgama étnica que transcorre no Brasil, simbolicamente conota as aspirações nacionalistas que se ligam à construção de uma nação brasileira. (Ortiz, 1994, p. 21.)

A noção do Brasil como um cadinho de raças começou a ser forjada no final do século passado. Mas é o modernismo, o movimento considerado como referência na construção do mito da democracia racial. Nesse sentido, o livro de Gilberto Freyre é fundamental: *Casa-grande e senzala* possui a qualidade de unir *todos*. Ele reconhece a positividade do mestiço, tomando-o nacional.

Reconhecendo o valor da influência dos negros e dos índios, a reflexão desenvolvida por Gilberto parecia lançar, finalmente, as bases de uma verdadeira identidade coletiva, capaz de estimular a criação de um inédito sentimento de comunidade pela explicitação de laços, até então insuspeitos, entre os diferentes grupos que compunham a nação. (Araújo, 1994, p. 30.)

O mito da democracia racial não só dilui as diferenças étnicas, ao escondê-las, como

permite a *todos* o sentimento de pertencer a uma mesma nação. Aparecida, meio branca, meio negra, era mestiça como os brasileiros. Espécie de Macunaíma às avessas, a imersão nas águas do Rio Paraíba escureceram sua cor e fizeram dela representante da nacionalidade. Concebida sem mácula, Mãe Virgem de Jesus e de seu povo. Um ser híbrido, de tantas faces, não poderia mesmo ser símbolo de um país tão multifacetado?

Aparecida: a identidade posta no altar

A valorização do culto a Nossa Senhora Aparecida, na Primeira República, foi entendida aqui, pois, como parte de um processo de construção de um discurso católico que desse à Igreja acesso ao poder, ao mesmo tempo que a fizesse chegar aos populares. A Igreja Católica montou uma certa estratégia para lidar com a política que a munuiu de um sólido recurso de poder para propagar sua mensagem. Se para se impor era preciso que ela encontrasse acolhida no imaginário popular, também, como diz Bloch, 1993, p. 87, para que uma crença ganhe vulto, não é indiferente que algumas vontades conscientes a ajudem a tomar forma. A Igreja podia ser uma aliada do Estado em momentos políticos delicados e, mais do que isso, fornecer recursos simbólicos para a construção da nova ordem.

Aparecida, como símbolo religioso, deveria sintetizar o *ethos* e a visão de mundo de seu povo (Geertz, 1989). Os universos simbólicos têm a capacidade de ordenar e dar sentido aos acontecimentos históricos, estabelecendo uma rede de referências harmonizadora das projeções coletivas e a memória a ser partilhada. A construção da memória nacional não se faz sem um intenso trabalho de organização em que discursos

políticos constituam um fundo comum de referência: "o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e de sua organização" (Pollak, 1989, p. 9).

A memória nacional, ao operar com os acontecimentos e as interpretações do passado, define e reforça sentimentos de pertencimento, construindo uma coesão entre grupos sociais e instituições que compõem a nação. Ao fazer isso, a memória estabelece os lugares sociais, as complementaridades entre as coletividades e as suas oposições. Assim, conforme a conjuntura, dá-se ênfase a um ou outro aspecto, como pode emergir novas lembranças:

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de salda reconhecer a que ponto o presente colore o passado. (Pollak, 1989, p. 8.)

Segundo Lowenthal, 1988, longe de simplesmente se agarrar nas experiências anteriores, a memória nos ajuda a entendê-las, na medida em que corresponde a reconstruções seletivas baseadas nas ações subsequentes, nas percepções e em todos os sempre mutáveis códigos, através dos quais delinhamos, simbolizamos e classificamos o mundo à nossa volta. Tempo e espaço, registro e invenção se cruzam formando a memória de um povo.

Com cor escura, Nossa Senhora Aparecida tinha a seu favor muitos dados para congregar o Brasil em torno de sua devoção. Símbolos são elementos poderosos de projeções de interesses e aspirações, plasmando visões de mundo e modelando comportamentos. A imagem encontrada no sertão, protetora de tantos, ganhou *status* de mãe nacional. E pôde ganhá-lo graças a seus mais de dois séculos de conquista de fiéis. Sua escolha para padroeira coincide com todo um cenário de busca de conciliação social e de

tentativa por parte do Estado de encontrar símbolos que representassem ou, talvez fosse melhor dizer, construísem uma nova identidade nacional. Na realidade, ajustaram-se, nos anos trinta, o desejo da Igreja com a vontade do Estado: ambos precisavam se reafirmar perante a sociedade brasileira. Os projetos são instrumentos de negociação da realidade, sendo resultado de uma decisão consciente em acordo com o campo de possibilidades no qual se encontra. Eles ordenam e dão significado aos fatos históricos. A identidade nacional, assim, enquanto construção, transcende e integra os elementos concretos da realidade social, dando uma univocidade aos discursos políticos e deslocando as diferenças para fora da sociedade.

Procurou-se reconhecer aqui a fluidez da circulação e da recepção dos signos. Não se trata de reduzir o popular ao ingênuo ou ao exótico, mas de perceber as multiplicidades das práticas culturais que estão para além das fronteiras econômico-sociais. Daí, o conceito de *apropriação* proposto por Chartier, 1992, parecer funcional. Sua perspectiva não impede a identificação das diferenças sociais, mas aumenta o leque das possibilidades, permitindo-nos vislumbrar a pluralidade:

As práticas de apropriação sempre criam usos ou representações muito pouco redutíveis aos desejos ou às intenções daqueles que produzem os discursos e as normas. (Chartier, 1992, p. 234.)

A *Senhora Aparecida* no sertão tinha na sua imagem a força simbólica de uma tradição que se queria inventar. As tradições inventadas, conforme o conceito desenvolvido por Hobsbawm, 1984, p. 10, “são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória”. Elas são indícios poderosos de questões fundamen-

tais sobre as relações dos homens com o passado histórico, tornando-se, muitas vezes, símbolo do conflito. O termo, conforme diz o autor,

(...) é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo — às vezes, coisa de poucos anos — e se estabeleceram com enorme rapidez”. (Hobsbawm, 1984, p. 9.)

A noção de tradição, segundo Eisenstadt, 1972, deve ser entendida não como um obstáculo à mudança, mas como base para a criatividade. A tradição guarda uma dimensão simbólica e outra organizacional. Ela representa uma forma de interpretação, capaz de intervir culturalmente na sociedade, servindo-lhe de sustentáculo (o que é diferente de mantenedor) ao se estabelecer (Shils, 1972). Assim, o conceito de tradição não está sendo pensado como diametralmente oposto ao de moderno, mas como constituído de movimento e pluralidade. Ao sofrer modificações — e porque as sofreu —, a tradição católica pôde se reforçar, garantindo sua presença e importância na sociedade brasileira.

A busca do moderno, nos anos vinte, se uniu à procura de uma definição de modernidade para o caso brasileiro. Uma definição que passava necessariamente pela articulação das noções de brasilidade, tradição e origens populares. Como diz Oliveira, 1990, *entrar no mundo moderno é ideal político e questão teórica para o Brasil a mais de cem anos.* Diante das ditas nações modernas, alternamos pessimismo e otimismo quando constatamos ora as ausências que nos tornam diferentes, ora as especificidades das quais

nos orgulhamos. Entre um comportamento e outro encontramos o *nacional*.

Os anos vinte e trinta, para a Igreja Católica, foram anos em que, defendendo a hierarquia e a ordem, ela buscou sua consolidação interna e a reafirmação de sua imagem na sociedade brasileira. Com a revolução de trinta, o Estado procurou instaurar uma nova ordem movida pela valorização do trabalho e baseada na conservação da família tradicional, a fim de conseguir o consenso e a conciliação das forças sociais e políticas. A religião católica se apresentava como um dos elos capazes de unir *todos*, dentro do processo de formação do *homem novo* (Gomes, 1988), fornecendo recursos simbólicos para a legitimação política do Estado.

No Brasil, a tarefa de forjar a nacionalidade requisitou o esforço de nos pensarmos um cadinho não só de raças, mas de culturas. A construção do símbolo da Senhora Aparecida estende suas raízes, por um lado, na tradição católica mariana — resgatando toda a força simbólica do significado do dogma da Imaculada Conceição de Maria — e, por outro, no mito da democracia racial brasileira. Uma Virgem *quase* negra para um povo *quase* branco. A *mestiçagem* parece ter sido uma saída para a supressão dos conflitos e convivência de diferentes etnias e culturas na construção da identidade nacional.

Segundo Geertz, s/d, a limitação interpretativa quanto ao aspecto simbólico da cultura está no preconceito de que o simbólico se opõe ao real, como o extravagante ao sóbrio, o místico ao mundano, o decorati-

vo ao substancial. É preciso, pois, deixar de lado esse preconceito e nos apercebermos de que os rituais e simbolismos não são exteriores ao funcionamento do Estado. Aqui, o que procurei foi tratar o simbólico não como ilusões, mas como força motriz do campo do poder.

Acredito ser importante considerar a escolha da Virgem de Aparecida para compreensão desse período da história republicana e da sociedade brasileira. Parece-me significativo que se tenha podido escolhê-la e, mais, que se tenha construído um discurso legitimador para sua proclamação. Mas também, talvez, seja a permanência de um mesmo símbolo, ao longo dos anos e dos regimes políticos, que possibilite a criação de laços com a imagem da pátria que proporcionem uma correspondência entre o símbolo e a coisa representada.

Se, como diz Darnton, 1986, cabe ao historiador investigar como as pessoas comuns entendem e pensam o mundo, assim como o expressam em seu comportamento, o estudo da religiosidade se torna importante à medida que faz parte das diretrizes de organização dos populares. A história da devoção a Aparecida na Primeira República é o símbolo de uma Igreja que, enquanto instituição de seu tempo, dele participa, promovendo mudanças internas e desenvolvendo novos vínculos com a sociedade. Seu Santuário se tornou lugar de *memória* e de *sociabilidade*: lá os homens se tornam devotos e os devotos, filhos daquela *Mãe negra desse povo mestiço*.

NOTAS

1. Segundo o dicionário da *Nova Enciclopédia Católica* (1969, v. 12), doutrina da Igreja é a fé e o costume gerais da Igreja em questões que não são definidas.
2. Também segundo a *Nova Enciclopédia Católica* (1969, v. 12), dogma se refere à verdade contida na Escritura ou na tradição que a Igreja Católica oferece para a crença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, R. B. de (1994). *Guerra e paz*. Rio de Janeiro, Ed. 34.
- ARCOVERDE, J. (1905). *Allocação aos romeiros da archidiocese em 11 de setembro de 1904 no Santuário de Aparecida*. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger.
- AZZI, R. e BEOZZO, J. O. (1986). *Os religiosos no Brasil*. São Paulo, Ed. Paulinas.
- A BÍBLIA DE JERUSALÉM (1989). São Paulo, Paulinas.
- BANDEIRA (1936). *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 7 julho, p. 9.
- BARBOSA, L. (1992). *O jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus.
- BLOCH, M. (1993). *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BRUSTOLONI, J. (1986). *A Senhora da Conceição Aparecida*. Aparecida, Ed. do Santuário.
- CARVALHO, J. M. de (1989). "Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil". *Dados — Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 32(3):265-80.
- (1993). *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CHARTIER, R. (1992). "Textos, impressão, leituras". In: *A nova história cultural*. São Paulo, Martins Fontes.
- DARNTON, R. (1990). *O beijo de Lamourrette*. São Paulo, Companhia das Letras.
- (1986). *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro, Graal.
- EISENSTADT, S. N. (1972). "Intellectuals and tradition". *Daedalus*, 101(2), Spring.
- FERNANDES, R. C. (1988). "Aparecida: nossa rainha, senhora e mãe, saravá!" In: SACHS, V. (org.). *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro, Graal.
- FREYRE, G. (1992). *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro, Record.
- GEERTZ, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- (s/d). *Negara*. Lisboa, Difel.
- GOMES, A. C. (1988). *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ.
- HOBSBAWM, E. e RANGER, T. — org. (1984). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- JUBILEU EPISCOPAL de D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro (1911-1936) (1936). Rio de Janeiro, s/ed.
- LEME, S. (1931). "Circular". *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 3 de maio. *Vida Católica*. p. 12, c. 4 e 5.
- LOWENTHAL, D. (1988). *The past is a foreign country*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MACHADO, J. C. (1983). *Aparecida na história e na literatura*. Campinas, s/ed.
- MICELI, S. (1988). *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- NEIVA, S. (1956). *Nossa Senhora Aparecida*. Salvador, Ed. Mensageiro da Fé.
- NORA, P. (1993). "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *Projeto História*. São Paulo, (10):7-28, dez. (trad. de Yara Aun Houry).
- NOVA ENCICLOPÉDIA CATÓLICA (1969). Rio de Janeiro, Ed. Renes.

- OLIVEIRA, L. L. (1990). "Modernidade e questão nacional". *Lua Nova: revista de cultura política*. São Paulo (20):41-68, maio.
- (1992). "Bandeirantes e pioneiros". *Novos Estudos*. Rio de Janeiro (37).
- ORTIZ, R. (1994). *Cultura brasileira e identidade nacional*. 4ª ed. São Paulo, Brasiliense.
- PAULA, D. F. (1993). "O exercício político da fé: igreja e poder nos anos 30 e 40". *Pós-História*. Assis, vol. 1, p. 71-77.
- POLLAK, M. (1989). "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2(3)3-15.
- RAMOS, L. (1992). *A padroeira*. São Paulo, Ed. Paulinas.
- REDENTORISTAS, Pe. (1978). *Manual do devoto de Nossa Senhora Aparecida*. Aparecida, Ed. do Santuário, 1978.
- REIS, E. P. (1988). "O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1(2):187-203.
- (1991). "Poder privado e construção de Estado sob a Primeira República". In: BOSCHI, R. R. *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed./Iuperj.
- SCHWARTZMAN, S. (1981). "A Igreja e o Estado Novo: o estatuto da família". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (37):3-4, maio.
- XI SEMANA BÍBLICA NACIONAL (1989). *Maria na história da salvação*. Lisboa, Difusora Bíblica.
- SHILS, E. (1972). "Intellectuals, tradition and the traditions of intellectuals: some preliminary considerations". *Daedalus*, 101(2), Sprig.
- WARNER, M. (1991). *Tú sola entre las mujeres*. Madrid, Taurus.

SUMMARY

Black mother of race blended people: devotion to Conceição Aparecida and identity

This article has as aim to understand the dynamics and the meaning of the process in choosing Our Lady of Conceição Aparecida for patron saint of Brazil, becoming one of the symbols of national identity. Its receptivity and success may be understood as partly due to its already popular devotion at the beginning of the Republic and partly due to its being in conformity with the intellectual proposal of the 1920's, which gave great value to the Brazilian traditions, having in sight the creation of a modern Brazil. It will

be emphasized the period between 1904, the date of the Virgin's coronation, and 1931, the year of the procession in Rio de Janeiro, the former federal capital, in commemoration of the patronage proclamation. This article tries to articulate, on one side, the notions of religiousness, identity and ethnicity and, on the other side, the idea according to which the First Republic in Brazil meant for the Catholic Church the period of its institutional construction, whether organizationally or symbolically speaking.

RESUMÉ

**Mère noire d'un peuple métis: dévotion à Notre Dame
Conceição Aparecida et identité**

Cet article a pour but de comprendre la dynamique et la signification du processus de choix de Notre Dame Conceição Aparecida comme la sainte patronne du Brésil, devenue l'un des symboles de l'identité nationale. La receptivité et le succès du choix sont dus, d'un part, on le croit, à la forte dévotion populaire déjà au début de la République et, d'autre part, à la conformité avec la proposition intellectuelle des années 20 de valoriser les traditions brésiliennes, en aspirant la création d'un Brésil moderne. On

précise la période entre 1904, l'année de la procession à Rio de Janeiro, la capital fédéral à l'époque, pour commémorer la proclamation du patronage. On cherche, donc, mettre en rapport, d'un côté, les notions de religiosité, identité et ethnicité, et de l'autre, l'idée selon laquelle la Première République au Brésil a été pour l'Eglise Catholique la période de sa construction institutionnelle, soit au niveau organisationel, ou au niveau symbolique.

A família escrava no Suriname colonial do século XIX*

Humphrey E. Lamur **

**Versão modificada de artigo publicado no Journal of Black Studies, 23(3):371-81 (março, 1993). Recebido para publicação em fevereiro de 1995.*

***Professor na Universidade de Amsterdã.*

Uma grande variedade de uniões maritais existiu entre a população escrava de Vossenburg no Suriname, no século XIX, incluindo monogamia, poligamia, lares com ambos os pais e lares encabeçados pela mãe. Assim, o caso Vossenburg não é compatível com o ponto de vista tradicional, segundo o qual a família escrava caribenha era predominantemente encabeçada pela mãe. A emergência de lares encabeçados pela mãe entre a população escrava de Vossenburg, à parte as uniões de casais, resultou parcialmente dos constrangimentos que os escravos experimentavam ao observar o seu parentesco. Tanto para prevenir incesto, ou casamento entre parentes, e por causa da necessidade de observar as regras de exogamia, alguns dos escravos tinham que procurar por um cônjuge em diferentes plantações. O casamento interplantação, isto é, entre escravos pertencentes a plantações diferentes, contribuiu para a emergência de lares visitantes encabeçados pela mãe. Dessa maneira, o sistema da família escrava na plantaçao de Vossenburg pode ser explicado como uma resposta de adaptação às condições opressivas da escravidão.

Palavras-chave: Suriname; família escrava; parentesco; casamento tradicional.

Um dos mais polêmicos e controversos debates da demografia escrava, tanto nos Estados Unidos como no Caribe, é o tema da existência ou não da família escrava. Ao longo dos anos, numerosos estudos foram publicados sobre o tema.

No início desse debate, grandes mal-entendidos se verificaram sobre a natureza da família escrava. Um deles foi a tendência de alguns cientistas sociais em considerar a família escrava como sendo uma família parcial composta exclusivamente pela mãe, que seria a cabeça da família (matrifocal), associada à idéia de promiscuidade do homem escravo e de instabilidade das relações entre homens e mulheres escravos. Considere-se como Frazier (1939), um dos mais proeminentes defensores desse ponto de vista, se coloca:

Após a abolição, a organização matrifocal, uma herança da escravidão (...) continuou numa escala muito grande (...).

Anos depois, as hipóteses de Frazier foram sustentadas por Stamp (1956, p. 344-45) e Elkins (1959, p. 131), entre outros. Uma visão semelhante foi defendida por Moynihan (1965, p. 31-3). Ele argumentou que a inversão de papéis entre maridos e mulheres nas famílias negras nos Estados Unidos é resultado da escravidão.

Desde os anos 60, essa visão vem sendo cada vez mais rejeitada ou criticada por aqueles que sustentam que a descrição da família escrava como sendo exclusivamente chefiada por mulheres não representou a realidade da vida nas plantações, pois trabalhos realizados ao longo dos últimos 15 anos têm questionado as bases empíricas dessa noção. Tais trabalhos têm concluído que os dados em que essa visão tradicional está baseada eram muito fragmentados e muito incompletos para permitir a descrição da família

escrava como exclusivamente chefiada pela mãe.

No caso dos Estados Unidos, por exemplo, tem sido mostrado que a família nuclear (composta por marido, esposa e filhos) ocorreu com maior frequência do que se afirmava antes (Fogel e Engerman, 1979; Genovese, 1976, p. 491-3; Gutman, 1976, p. 188-91; para uma reavaliação das hipóteses de Frazier, veja White, 1983, p. 248-61). Quanto à população escrava caribenha, Higman (1973, 1975, 1976) chegou a conclusões semelhantes para a Jamaica, o que derrubou parcialmente as afirmações de Frazier. Portanto, parece que agora a visão tradicional, que descrevia a família escrava jamaicana como exclusivamente chefiada por mulheres, incorreu em grande erro, conduzindo à má compreensão da vida familiar escrava.

O problema com o estudo comparativo da família escrava no Caribe é a ausência de informações sobre esse tema em diferentes sociedades escravocratas. Até hoje, estudos modernos sobre a família escrava se limitaram à Jamaica, como já mencionei. Felizmente, no caso do Caribe holandês, importante material de arquivo se tornou recentemente disponível como fonte para estudos acadêmicos.

Esse material diz respeito aos relatórios da Missão dos Morávios, que pregava o evangelho para os escravos em várias plantações no Suriname. Uma dessas plantações é a fazenda açucareira Vossenburg. Os relatos dos missionários contêm informações sobre a vida das famílias escravas na segunda metade do século XIX. No final do século XVII e início do século XVIII, Vossenburg era uma propriedade de Adriaan de Graaff. Ela abrangia três mil acres de terras e estava situada no Rio Commewijne, no litoral do Suriname. Em 1705, havia 92 escravos, aumentando para 196 em 1747. Poucos anos

antes da abolição da escravidão, em 1863, a população escrava tinha crescido para 240.

O propósito deste artigo é examinar até que ponto essa visão tradicional da família escrava parcial vale para a população escrava de Vossenburg, no Suriname. Para tratar desse tema, primeiro descreverei diferentes aspectos da família escrava em Vossenburg e depois interpretarei a natureza dessa família.

Relações entre homens e mulheres em Vossenburg

Para entender a natureza das relações entre homens e mulheres na população escrava de Vossenburg, devemos ter em mente que, durante a escravidão, o governo colonial proibiu os casamentos legais entre escravos. Após a abolição da escravatura, em 1863, essa proibição foi suspensa. Contudo, tal decisão não foi inteiramente para melhor, pois uma coisa não mudou, ou seja, o elemento da força imposta à vida familiar do escravo. Foram, então, os missionários que forçaram os escravos a fazer exatamente o que tinha sido antes proibido pelo governo colonial. Sob pena de excomunhão pela Igreja Moraviana, os escravos foram obrigados a casar legalmente (uma tradição judaico-cristã). Originalmente, durante a escravidão, os missionários incentivavam os casais escravos a viver juntos como se fossem casados. Após a abolição, contudo, essas relações não foram mais toleradas pelos moravianos. Apesar dessas limitações impostas à família escrava, tanto antes como depois da escravidão, os escravos conseguiram criar suas próprias relações de parentesco e normas sociais. A presente discussão sobre a família escrava em Vossenburg está centrada em diferentes aspectos dessa instituição social.

Quando avaliamos a relevância do material utilizado no presente artigo, deve ser

levado em conta que não temos à disposição nenhum depoimento dos próprios escravos. Os dados contêm a visão dos missionários, somada às histórias de vida de pessoas negras idosas descendentes da população escrava de Vossenburg. Desse modo, a possível tendenciosidade das fontes não pode ser contrabalançada com a visão dos escravos. Um exemplo de possível tendenciosidade: nos seus relatórios mensais, os missionários deram muita atenção às querelas e conflitos entre os escravos e suas parceiras, mas pouca informação é fornecida sobre casais que viviam pacificamente.

Famílias completas

O primeiro aspecto da família escrava que gostaria de discutir é o conceito de famílias completas, isto é, com pai e mãe presentes. Na visão tradicional sobre a família escrava no Caribe, a inexistência desse tipo de família é mencionada como uma importante característica. O homem escravo, dizia-se, era pai de filhos com duas ou mais mulheres e, assim, não podia manter laços fortes com nenhuma dessas mulheres e seus filhos. Essa visão de família escrava não tipifica a população escrava de Vossenburg. Embora a poligamia não estivesse ausente, os relatos dos missionários mostram muito claramente que famílias com pai, mãe e filhos frequentemente existiram nessa plantação. Algumas dessas uniões duraram anos. Vou citar dois casos.

Em 1854, durante uma das visitas mensais dos missionários a Vossenburg, um escravo convertido ao cristianismo chamado Lazarus Chocolate disse a um missionário que a mulher dele, Flora, o tinha abandonado. Ela, por sua vez, deu uma versão diferente da desavença, queixando-se de que ele a havia deixado porque ela envelhecera. ("*a libi mi vo di mi kom ouroe kaba*"). O missionário ameaçou Lazarus, dizendo que ele

estava se afastando da Igreja com esse comportamento (Verslag, 25 de dezembro de 1851). Em 1854, três anos depois desse desentendimento, Lazarus e sua esposa brigaram outra vez. Ele disse que Flora o tinha expulsado de casa (“*a poeloe mi na hem hoso*”). Flora, em contrapartida, disse exatamente o oposto: foi Lazarus quem quis ir embora (Verslag, 27 de dezembro de 1854).

O segundo caso envolvendo *família completa* é especialmente interessante. Ele mostra que a relação entre uma mulher escrava e seu marido começou a debilitar por causa de desentendimentos entre a mulher e a sogra, que estava vivendo com o casal.

Pasi não quis viver muito tempo com o marido, Heintje. Questionado pelo missionário, Heintje respondeu que ainda amava a mulher e que não queria o divórcio. Na opinião do missionário, as desavenças entre Pasi e Heintje foram causadas pela mãe deste, que estava vivendo com o casal. O missionário anotou que Heintje tinha levado a coisa a sério e, assim, aconselhou-o a construir um novo casebre para ele e sua mulher e viverem separados da mãe dele (Verslag, outubro de 1859).

Esses dois exemplos de famílias com presença do casal, e muitos outros casos que neste artigo foram omitidos a bem da brevidade, mostram que esse tipo de união conjugal ocorreu de fato entre a população escrava de Vossenburg. O segundo caso também indica uma forte ligação entre mulher e homem.

Poligamia

Segundo a visão tradicional, a promiscuidade masculina é uma outra característica da vida familiar escrava, uma afirmação de difícil contra-argumentação, porque muitas explicações são comumente utilizadas para descrever essa concepção. Alguns escritores argumentam que os homens escravos tinham

relações sexuais temporárias com várias escravas sem que nenhum tipo de ligação social e emocional estivesse presente. No caso da população escrava de Vossenburg, a promiscuidade foi coisa rara. Contudo, a poligamia ocorreu, isto é, um tipo de relação envolvendo um escravo que fundava famílias com duas ou mais escravas, com as quais alguma espécie de vínculo social ou emocional existia por um período mais longo. Na maioria desses casos, as diferentes parceiras de um homem viviam distantes uma da outra, em plantações diferentes. O homem escravo que tinha mais de uma mulher podia fazê-lo por causa de sua posição social, como é o caso do poligâmico Voorspoed (cujo nome significa destino).

Em 1853, Voorspoed, um oficial militar negro de 45 anos, tinha duas esposas ao mesmo tempo, chamadas Henriette, da plantação de Fairfield, e Tina, de Vossenburg. A relação com Henriette não durou muito tempo. Quando certa vez o missionário encontrou Henriette, o assunto do envolvimento de Voorspoed com outras veio à baila. Henriette disse ao missionário que tinha acabado sua relação com Voorspoed algum tempo antes (“*Mi Kaba him langa ten Kaba*”).

Alguns anos depois, em 8 de julho de 1859, Voorspoed foi batizado, aos 49 anos. Isso significa que ele desistira do modo de vida poligâmico, pois os missionários consideravam a poligamia um obstáculo para sua admissão na igreja cristã.

O senso de responsabilidade do homem

Um terceiro aspecto da visão tradicional sobre a família escrava se refere ao argumento de que ao homem escravo foi subtraída a responsabilidade sobre sua família. Devo admitir que não é fácil testar a relevância

desse aspecto para as sociedades escravocratas do Caribe, porque a maioria dos proprietários não registrou os nomes dos pais dos escravos. Assim, estudos recentes fornecem apenas informações escassas sobre vínculos entre o homem escravo e seus filhos. A falta de informações sobre esse assunto pode ter contribuído para a difusão, em larga escala, da noção de que os laços entre pai e filhos eram bastante fracos. Contudo, no caso das populações escravas do Suriname, os relatos dos missionários fornecem ampla informação que permite uma análise desse aspecto da família escrava. Esse material contém informação sobre homens que negligenciaram seu papel de pai, mas também muitos exemplos de homens que cuidaram de seus filhos. Tomemos o caso de Thomas Njoejari. Ele se preocupava tanto com o desejo de sua filha de se casar outra vez, como com a escolha do marido. Por isso insistiu que primeiro ela deveria lhe pedir permissão para se divorciar de seu marido para depois se casar com um homem da fazenda de Meerzorg (Verslag, 30 de janeiro de 1860).

Um outro caso que evidencia o papel do escravo como pai se refere a uma cerimônia de batismo. Ele mostra a existência de uma rede de parentesco da criança, tanto parentes reais como fictícios. O parentesco real incluía o pai e a mãe, cujos nomes eram mencionados nas anotações dos missionários. Em 8 de julho de 1861, duas crianças, chamadas François e Albert, foram batizadas. Em ambos os casos, os nomes do pai, da mãe e dos pais adotivos foram mencionados:

François com o nome de Paulus, pai Adolph, mãe Pandora, mãe adotiva, e padrinhos Maria, Elisabeth, Bertram, Victor David.

Alfred com o nome de Albert, pai Andreas Bienamie, mãe Catharina Coba.

Padrinhos Jacobus Simon, Joseph Hendrix, Carolina Paulina. (Verlag, 8 de julho de 1861.)

Esse exemplo é interessante também por uma outra razão. Ele demonstra que mesmo domicílios chefiados por pai e mãe incluíam uma rede mais ampla de relações sociais. Isso significa que as crianças escravas eram criadas como membros dessa rede, por sua vez relacionada com um dos mais importantes aspectos da cultura escrava: as normas de reciprocidade social e responsabilidade coletiva.

Laços sociais e emocionais entre marido e mulher

Um último aspecto da abordagem tradicional sobre a família escrava que gostaria de mencionar é a noção de que inexistiram laços sociais e emocionais entre o escravo e o cônjuge. Essa é uma suposição insustentável sobre o caráter da família escrava no caso da população de Vossenburg. Para examinar a natureza das relações sociais e emocionais entre marido e mulher, analisei as histórias de casamentos dos casais, sob a ótica dos conceitos de adultério e divórcio. O resultado dessa análise apontou para uma variedade de uniões escravas caracterizadas tanto por fortes ligações sociais e emocionais como por famílias em que tais vínculos não existiram. Um dos exemplos diz respeito a um prolongado conflito entre Johanna, uma escrava doméstica mulata de 27 anos, e seu marido Bertram, um mulato carpinteiro, dez anos mais moço. A relação finalmente terminou em divórcio.

A relação entre Johanna e Bertram começou em 1849. Em menos de um ano, no começo de 1850, eles tiveram uma briga violenta que terminou em dolorosa separação (Verslag, 4 de fevereiro de 1850). Esse conflito foi o motivo para Sibella, mãe de

Johanna, intervir na relação do casal. Ela tomou uma cabaça e quebrou-a — o que, nessa cultura escrava, significava que Johanna não mais teria permissão para viver com Bertram. Muito poder de persuasão foi preciso para induzir Sibella a reverter sua decisão e dar ao casal uma oportunidade para solucionar o conflito. Em dezembro, eles se reconciliaram, secretamente. Mas já em 1852 brigariam outra vez, tendo Bertram acusado sua mulher de adultério, aparentemente levado pelo ciúme. Ainda assim, ficaram juntos, mas a relação não melhorou. Em outubro de 1859, ele acusou Johanna de novo de romper a fidelidade conjugal. Enquanto isso, ambos tinham sido batizados e passaram a se chamar Paulus Bertram e Johanna Albertina. Em fevereiro de 1861, reconciliaram-se novamente, mas a boa relação não durou muito e poucos anos mais tarde, após 15 anos, o casamento foi finalmente dissolvido.

Outro exemplo revela a natureza das expectativas mantidas por marido e esposa a partir de laços emocionais e sociais. Referese a uma mulher que abandonou o marido por falta de atenção. Dina deixou seu marido em outubro porque ele não cuidou dela quando estava doente. O esforço do missionário para medir o conflito não teve sucesso porque Dina estava tão magoada com o marido que recusou a reconciliação (Verslag, 24 de agosto de 1853).

O terceiro exemplo trata de um conflito entre uma mulher ciumenta e um marido adúltero. A mulher rompeu relações com o marido, apesar de ele ter mostrado arrependimento por sua alegada relação sexual com outra mulher. A briga (*trobé*) entre Lydia Constanti e seu marido Simon Johannes se desenrolava por mais de três meses. Lydia alegou que tinha surpreendido seu marido com outra mulher. Simon, por sua vez, defendeu-se dizendo que ele estava somente

conversando. Simon mendigou o perdão de sua mulher na frente do missionário, mas ela se recusou a aceitar suas desculpas. Isso levou o missionário a expulsá-la da Igreja (Verslag, 21 de dezembro de 1853).

O quarto exemplo mostra que um escravo chamado Staars acusou sua mulher, talvez injustamente, de adultério para se livrar dela sem correr o risco de violar os padrões sociais de decência. Staars, um escravo da vizinha fazenda de Fairfield, disse que sua mulher, Daufine, da fazenda Vossenburg, tinha dado à luz uma criança cujo pai seria um inspetor chamado Byntje. Ele disse ao missionário que queria divorciar-se. De acordo com o missionário, Staars usou essa acusação apenas como pretexto para se livrar de Daufine. Desse modo, o missionário argumentou que Staars poderia desposar uma outra mulher de sua própria fazenda sem sujar seu nome em Vossenburg (Verslag, 11 de agosto de 1857).

Conclusão

Minha principal conclusão é que uma grande variedade de uniões conjugais existiu na população escrava de Vossenburg, no Suriname, no século XIX, que incluíam monogamia, poligamia, domicílios para homem e mulher e domicílios chefiados por mulher. Assim, em Vossenburg não encontrei nenhuma indicação de exclusividade da família escrava com presença exclusiva da mãe, como tem sido alegado pela visão tradicional sobre a família escrava no Caribe. Além disso, apesar da ocorrência da poligamia, os dados dessa plantação questionam a idéia muito difundida de que os homens escravos eram predominantemente promíscuos. Como foi anteriormente dito, se ocorreu o fenômeno da promiscuidade, ele foi raro.

Um aspecto diferente da família escrava em Vossenburg diz respeito aos laços sociais

e emocionais entre marido e mulher. Em algumas uniões de escravos em Vossenburg, esses vínculos eram bastante fracos. Contudo, muitas outras famílias se caracterizavam por fortes laços sociais e emocionais. Os dados revelam que tanto mulheres como homens tinham um aguçado senso de expectativa e decência, associado à noção de fidelidade. Eles se consideravam casados, apesar de não haverem contraído um casamento legal. Falhar nas obrigações matrimoniais (como na atenção para com o parceiro ou a infidelidade) sempre conduzia a brigas entre os parceiros. Alguns desses conflitos terminavam em divórcio. Assim, no caso de Vossenburg, minhas pesquisas contradizem a visão tradicional de que a responsabilidade do homem por sua família, como os vínculos entre marido e mulher, era completamente inexistente durante a escravidão.

O que foi dito levanta a interessante questão sobre até que ponto as mulheres escravas de Vossenburg dependiam de seus maridos. Em resposta a essa questão, deve ser enfatizado que, em muitos dos casos de divórcio referidos anteriormente, foi a esposa quem tomou a iniciativa de interromper a relação, e nesses casos ela agiu independentemente de seu marido. A maior ou menor independência da mulher escrava em Vossenburg esteve em parte associada ao sistema de distribuição de comida e roupas na plantação: cada escravo adulto recebia sua porção diretamente do senhor. Desse modo, se a posição atual da mulher negra no Suriname ou no Caribe é de dependência de seu marido, tal fato pode ter surgido num período posterior, isto é, após a abolição da escravidão em 1863.

Isso me leva para a questão final de meu artigo, a saber, como explicar a natureza da família escrava na plantação de Vossenburg. Para responder a essa questão, vou procurar

colocar as minhas conclusões numa perspectiva mais ampla.

Ao longo de dois séculos, os escravos de Vossenburg viveram numa situação de extrema opressão. Para essa gente, como para todas as vítimas de opressão, a primeira tarefa foi sobreviver. Ao longo dos anos, criaram um modo de vida, isto é, uma cultura própria que incluía um sistema de crenças, um sistema de família e um sistema de ajuda mútua, associados à noção de reciprocidade e responsabilidade coletiva. O sistema de família incluía uma variedade de uniões conjugais. Por quê? Simplesmente porque esses modelos serviam às necessidades sociais dos escravos. Em outras palavras: para evitar o incesto ou o casamento entre parentes, e dada a necessidade de observar as regras de exogamia, alguns escravos tiveram que procurar parceiros sexuais em outros engenhos. Uniões entre escravos de diferentes plantações eram possíveis porque ocorriam a pequena distância nas vizinhas fazendas Breuklerwaard e Fairfield. Esse tipo de união implicava que o casal era propriedade de diferentes senhores. Entretanto, por questões óbvias, os senhores se recusavam a permitir que os escravos se deslocassem permanentemente para onde os seus parceiros viviam. Assim, tais uniões restringiram a convivência doméstica (na mesma residência) em Vossenburg e devem ter contribuído para o surgimento de unidades domésticas chefiadas pela mulher, visitadas pelos homens. Isso nada tem a ver com o desejo de promiscuidade masculina. Uniões entre escravos de diferentes propriedades também levaram alguns dos de Vossenburg a freqüentar as plantações vizinhas, o que reduzia o controle dos senhores sobre seus movimentos. Por isso, inicialmente os senhores se opuseram ao hábito dessas uniões. Essa oposição, contudo, levou a conflitos com os escravos, o que forçou os senhores a ceder.

Em suma, o sistema familiar escravo em Vossenburg pode ser explicado como uma resposta às condições opressivas da escravidão. Significa dizer que a família escrava em Vossenburg, como aparentemente todos os outros aspectos da cultura escrava, emergiu através dos anos em um longo processo ora de choques, ora de entendimentos entre senhores e escravos. Nesse processo de acomodação, tanto senhores como escravos tiveram que ceder em alguma medida. Contudo, tendo o sistema familiar escravo se transformado em direitos e hábitos costumeiros, ele não mais poderia ser simplesmente abolido pelos senhores sem provocar a violência por parte dos escravos, o que

ajuda a explicar por que os missionários fracassaram no combate ao sistema familiar dos escravos, apesar da contínua interferência na vida familiar destes.

Além disso, os escravos percebiam que os missionários rejeitavam sua vida familiar como idólatra ou menosprezavam-na por causa da distância cultural, isto é, como algo pouco parecido com o sistema familiar europeu dos missionários. Os escravos também se ressentiam de que o missionário, quando visitava a propriedade, ficava com o senhor branco, os quais os próprios pregadores consideravam pecadores. Tudo isso aumentava as suspeitas dos escravos sobre as verdadeiras motivações dos missionários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ELKINS, S. M. (1959). *Slavery: a problem in American institutional and intellectual life*. Chicago, University of Chicago Press.
- FOGEL, R. W., e ENGERMAN, S. L. (1979). "Recent findings in the study of slave demography and family structure". *Sociology and Social Research* (63):566-89.
- FRAZIER, E. F. (1939). *The negro family in the United States*. Chicago, University of Chicago Press.
- GENOVESE, E. D. (1976). *Roll, Jordan, roll*. New York, Vintage.
- GUTMAN, H. G. (1976). *The black family in slavery and freedom, 1756-1925*. New York, Vintage.
- HIGMAN, B. W. (1973). "Household structure and fertility of Jamaican plantations". *Population Studies* (27):527-50.
- . (1975). "The slave family and the household in the British West Indies, 1800-1834". *Journal of Interdisciplinary History* (6): 261-87.
- . (1976). "The slave populations of the British Caribbean: some nineteenth century variations". In: PROCTOR, S. (ed.) *Eighteenth century Florida and the Caribbean*. Gainesville, University Press of Florida.
- MOYNIHAN D. P. (1965). *The negro family: the case for national action*. Washington, DC.
- STAMPP, K. (1956). *The peculiar institution slavery in the antebellum South*. New York, Vintage Books.
- WHITE, D. G. (1983). "Female slave: sex roles and status in the antebellum plantation South". *Journal of Family History* (8):248-61.

SUMMARY

The slave family in colonial the Suriname in XIXth century

A great variety of marital unions existed among the Vossenburg slave population in Suriname in the nineteenth century, including monogamy, polygamy, two-parent households and mother-headed households. Thus, the Vossenburg case is not consistent with the traditional view that the Caribbean slave family was predominantly mother-headed. The emergence of mother-headed households among the Vossenburg slave population, apart from the two-parent unions partly resulted from the constraints the slaves

experienced in observing their kinship. Both to prevent incest or intermarriage between relatives and because of the need to observe the rules of exogamy, some of the slaves had to look for a mate on different plantations. Cross-plantation mating, i.e. between slaves belonging to different plantations contributed to the emergence of visiting motherheaded households. Thus, the slave family system on the Vossenburg slave plantation may be explained as an adaptive response to the oppressive conditions of slavery.

RÉSUMÉ

La famille esclave au Surinam colonial du XIX^e siècle

Une grande variété d'unions maritales a existé parmi la population esclave de Vossenburg au Surinam, au XIX^e siècle, ce qui incluait la monogamie, la polygamie, les foyers à deux parents et les foyers où la mère était à la tête de la famille. Ainsi, le cas Vossenburg n'est pas compatible avec le point de vue traditionnel selon lequel la famille esclave antillaise avait surtout la mère à sa tête. L'émergence des foyers menés par la mère parmi la population esclave de Vossenburg, à l'écart des unions à deux parents, est due partiellement aux contraintes que les esclaves expérimentaient en face de leur parenté. Autant pour

prévenir l'inceste que le mariage entre consanguins et en étant attentifs à l'obéissance des règles d'exogamie, quelques-uns des esclaves sont partis chercher leurs conjoints chez de différentes plantations. Le mariage "interplantations", ça veut dire, entre des esclaves appartenants à des plantations différentes, a contribué à l'émergence de foyers menés par les mères. De cette manière, le système familial esclave chez la plantation esclave de Vossenburg peut être expliqué comme une réponse aux conditions oppressives de l'esclavage.



Seguindo o mapa das minas: plantas e quilombos mineiros setecentistas*

Flávio dos Santos Gomes**

**Este artigo constitui a primeira versão de um estudo comparativo sobre cartografia dos quilombos em várias regiões brasileiras dos séculos XVII a XIX, em elaboração pelo autor. Recebido para publicação em junho de 1995.*

***Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Pará.*

O artigo apresenta várias reflexões sobre algumas fontes inéditas a respeito dos quilombos brasileiros. A partir de uma documentação original — no caso seis plantas de mocambos mineiros desenhadas quando de uma expedição comandada pelo mestre-de-campo Inácio Correia de Pamplona, em 1769 —, abordaremos diversas perspectivas a respeito das possíveis estruturas socioeconômicas e simbólico-rituais nas quais podiam se organizar alguns mocambos no Brasil.

Para a região de Minas Gerais, no século XVIII, essas plantas de mocambos, a documentação manuscrita, as pesquisas arqueológicas e a bibliografia mais recente sobre cultura escrava (inclusive sobre as experiências culturais dos povos africanos entre os séculos XVII e XIX) podem revelar de que modo as formas de organizações sociais dos quilombolas (práticas culturais, políticas, econômicas e militares) constituíram-se em adaptações e reinvenções culturais de variadas origens étnicas africanas. Mais do que a formação de um mundo mítico quase marginal da resistência, tão-somente cultural e/ou econômica, esses quilombolas mineiros, como outros tantos no Brasil escravista, criaram um mundo novo e original para suas vidas.

Palavras-chave: mocambos; resistência escrava em Minas Gerais no século XVIII; influência africana; cartografia setecentista; mineração; escravidão.

A história social da escravidão no Brasil tem ampliado consideravelmente seus horizontes de reflexões com novas abordagens. Alguns temas têm aparecido com destaque nesses estudos, como os relacionados ao paternalismo; ao controle social e agenciamentos por parte dos escravos no cotidiano da escravidão; à cultura negra; a revoltas e resistência escrava; à família; às relações entre cativos e abolicionistas; ao racismo entre brancos, escravos e negros no final do século XIX; a alforrias e ao tráfico de escravos.¹

A resistência escrava passou a ser entendida nos contextos sociais mais amplos das lutas complexas. Foi considerada no âmbito das relações sociais, permeadas por aspectos multifacetados forjados pelos escravos no cotidiano de suas vivências. As diversas formas de enfrentamentos e agenciamentos por parte dos cativos passaram a ser analisadas também como contraponto à reelaboração contínua de novas relações com seus senhores, modificando-se, através de embates sutis, invisíveis e permanentes, as formas de dominação e controle social.

Ou seja, ampliando o universo de reflexão sobre as relações entre senhores e escravos, vários desses novos estudos perceberam a organização do trabalho dos cativos, a constituição de famílias, as relações de parentesco e compadrio, as práticas culturais e religiosas etc. e tentaram reconstituir parte das experiências históricas dos escravos. Ao resgatar, assim, as vivências escravas, resgatava também os cativos como agentes transformadores das sociedades escravistas, recuperando seus comportamentos históricos, ações e agenciamentos em busca de espaços de autonomia e a gestação de uma comunidade escrava autônoma com cultura e sentido político próprios. Enfim, os cativos recriaram estratégias originais de sobrevivência, agenciamentos e enfrentamentos às políticas

de dominação senhoriais, forjando uma comunidade escrava que possuía sua própria lógica.

No tocante à historiografia da escravidão, cabe ressaltar ainda a ampliação do debate teórico e metodológico. Seguindo trilhas e pistas mais recentes a respeito de variados temas que envolveram luta de classes, criminalidade, processo histórico e cultura na experiência dos movimentos sociais,² esses novos estudos tiveram como eixo central a percepção das relações sociais da sociedade escravista a partir do exame das condições históricas e experiências concretas vividas por seus agentes, ou seja, foi recuperada a lógica das ações de seus principais sujeitos históricos: senhores e escravos. E possibilitaram também a perspectiva de manutenção de um diálogo bem aproximado com a bibliografia estrangeira sobre o tema, destacando-se as pesquisas relativas a cultura, família e resistência escravas no Caribe e Sul dos Estados Unidos.³

Com relação ao tema da resistência escrava, apareceram com relevo os estudos sobre quilombos e mocambos no Brasil, estudos esses por muito tempo marcados por visões cristalizadas e polarizadoras. Por exemplo, as estratégias de enfrentamentos dos cativos eram vistas tão-somente como "resistência cultural" ou como a genuína "negação do sistema escravista", enfatizando-se apenas o aspecto econômico. A ideia do isolamento dos quilombos aparecia com força.

Pesquisando as comunidades de escravos fugitivos na província do Rio de Janeiro ao longo do século XIX, analisamos, a partir de um roteiro, como as comunidades quilombolas forjaram um espaço de luta original *dentro* da própria escravidão, sem o caráter "marginal" (isolado) apontado por estudos anteriores.

Além disso, a historiografia brasileira que analisou os quilombos também quase esqueceu seus personagens. Enquanto os quilombos eram visto apenas como uma atitude de negação em face do cativo, seus agentes

históricos, homens e mulheres (com exceção de Zumbi, do quilombo de Palmares, que acabou sendo analisado sob a ótica mítica do "herói rebelde"), desapareceram em análises permeadas de esquematismos teóricos que os *aprisionavam* em categorias explicativas evolucionistas.

Novos estudos e investigações têm apontado outros caminhos de análise com relação aos quilombos. Com base numa leitura atenta dessa nova bibliografia e na análise da documentação empírica que pesquisamos para os mocambos fluminenses no século XIX, consideramos como principais hipóteses que:

- as práticas econômicas desenvolvidas por muitos quilombos eram as de uma economia camponesa complexa e integrada na micro-economia do local onde se situavam;
- os quilombos, na tentativa de manter sua autonomia, forjaram alianças com escravos, pequenos fazendeiros, taberneiros etc., transformando assim seus significados de luta no mundo da escravidão;
- de uma forma mais abrangente, o mundo que os quilombolas criaram acabou por afetar e modificar lentamente o universo dos que permaneciam escravos (Gomes, 1992).

Este artigo tem como objetivo apresentar várias reflexões iniciais sobre algumas fontes inéditas a respeito dos quilombos brasileiros. A partir de uma documentação original, no caso seis plantas de mocambos localizados na capitania de Minas Gerais no século XVIII, abordaremos diversas perspectivas a respeito das possíveis estruturas socioeconômicas e simbólico-rituais nas quais podiam se organizar alguns mocambos no Brasil.

Desenhando os mapas: ouro e mocambos

O mestre-de-campo Inácio Correia de Pamplona iniciou, no ano de 1769, uma lon-

ga jornada pelo sertão da capitania de Minas Gerais, mais especificamente, pelas regiões de Campo Grande, Caieté e Paracatu. A expedição tinha vários objetivos: desbravar novas terras, descobrir outras áreas para mineração e destruir mocambos. A marcha foi iniciada no dia 18 de agosto, com uma tropa composta por quase uma centena de homens, incluindo 13 cavaleiros, padres, médicos ("cirurgiões"), músicos (a maioria, escravos) e ainda 58 cativos munidos "com armas de espingarda, clavinhas, facões, patrona, pólvora, chumbo e bala". Para seu abastecimento durante a jornada, a expedição trazia "52 bestas de carga, com comestivos e bebidas, de várias qualidades, tanto da terra como do Reino; em que também entrava uma bem preparada e sortida botica".

Essa longa jornada parece ter sido proveitosa. Entre os meses de agosto e novembro de 1769, a expedição percorreu centenas de léguas em busca de ouro. Desbravaram-se novos caminhos. Vilas e arraiais foram fundados. Ergueram-se igrejas e capelas. Construíram-se pontes. Extensivas lavouras foram estabelecidas. Levou-se justiça (resolução de contendas) a populações longínquas. Enfermos encontrados no caminho (além daqueles feridos na própria expedição) foram curados. A fé católica foi promovida nos quatro cantos da região. Alguns mocambos acabaram incendiados e destruídos e fugitivos foram capturados.

Por determinação do mestre-de-campo, foi "mandado fazer um mapa de todo o país que fosse avançado na viagem". Além do mapa do percurso da jornada, marcando todas as propriedades, povoações, rios, igrejas, pontes, capelas etc., foram desenhadas também as plantas de seis mocambos então encontrados.

De um modo geral, as fontes manuscritas disponíveis para o estudo dos quilombos brasileiros pouco informam quanto à sua orga-

nização interna. O nosso olhar sobre os mocambos no Brasil fica, portanto, sempre restrito aos aspectos militares e à captura dos quilombolas. Dados sobre a economia e a organização dos quilombolas aparecem na documentação disponível, em geral, de forma escassa e fragmentada. Trabalhos mais recentes de arqueologia dos quilombos no Brasil têm sugerido a importância de outras fontes, mas também ainda não revelaram muito sobre suas estruturas internas (Funari e Orser, Jr., 1995; Guimarães e Lanna, 1980; Guimarães, 1990).

Essas plantas permitem abordagens sobre o modo como estavam organizados os mocambos mineiros. Um olhar mais profundo sobre elas, assim como o seu cruzamento com outras fontes históricas e a bibliografia mais recente, pode revelar vários aspectos desses mocambos: práticas econômicas, estratégias de defesa, moradia e significados rituais.

Essa original e inédita documentação se encontra na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, como parte da Coleção Ottoni, que possui o arquivo do Conde de Valadares, com cerca de 12 códices, reunindo 3.671 documentos manuscritos.⁴ Ao que se sabe, a única planta de quilombo brasileiro de que se tem notícia foi publicada por Stuart Schwartz. Trata-se da planta do Buraco de Tatu, na capitania da Bahia, que foi destruído em 1763.⁵ No caso dos mocambos mineiros de 1769, as plantas aqui reproduzidas se referem aos quilombos de São Gonçalo, Santos Fortes, ao "chamado do Rio da Perdição", ao "quilombo de Um dos Braços da Perdição", Ambrósio e Sambabaia.

Os espaços e as casas

Na capitania das Minas Gerais, ao longo do século XVIII, segundo um levantamento de Waldemar de Almeida Barbosa, havia

cerca de 40 quilombos em Minas Gerais no século XVIII. Já a pesquisa mais completa e recente de Carlos Magno Guimarães indica a existência de 127 quilombos (Almeida, 1972; Guimarães, 1987 e 1990).

De qualquer modo, desde o final do século XVII as autoridades coloniais se preocupavam com quilombos em várias regiões da capitania. Em 1711, já se concediam patentes aos *homens-do-mato* para que perseguissem quilombolas. Várias tropas seriam formadas para destruir os mocambos mineiros. No início do século XVIII, as autoridades mineiras admitiam sua incapacidade de sozinhas (enquanto poder público, apenas) dar conta da destruição de tantos mocambos. O conde de Assumar, por exemplo, determinou que o governo apoiaria "toda pessoa de qualquer qualidade ou condição" que quisesse preparar expedições. Os mocambos eram tantos que alguns foram descobertos por acaso, por expedições com o objetivo principal de procurar novas áreas auríferas pelo interior. Muitos dos sítios encontrados já estavam abandonados pelos quilombolas. No início do século XVIII, descobriu-se acidentalmente o quilombo da Casa da Casca. Em 1745, uma expedição à procura de ouro descobriu o quilombo de Araquai. O alferes Bento Rebello, em 1766, quando caçava, acabou encontrando o quilombo de Pitangui. Em 1768, descobriu-se um mocambo entre as cabeceiras dos rios Indaiá e Abacté (citados em Sousa, 1982, p. 113, e Guimarães, 1988a, p. 17).

Juntamente com o contrabando de ouro e diamantes, os mocambos mineiros eram considerados problemas crônicos pelas autoridades coloniais. Existiam, nessas condições, mocambos por todos os lados. Em 1735 dava-se conta da existência de um quilombo próximo da Vila do Tijuco.⁶ Em 1777, as autoridades coloniais mineiras estavam

preocupadas com os quilombolas que cometiam "atroz delitos", sendo que,

*com maior escândalo no Termo de Mariana, onde infestam as estradas públicas, e assaltaram as fazendas, açoitando nelas homens brancos, e violentando as mulheres.*⁷

As regiões de Mariana, Sabará, Serro Frio, Tejuco, São João d'El-Rey. Baependi, Vila Rica, Caeté. Campo Grande, Rio das Mortes, Diamantina, Pitangui e Paracatu eram, entre outras, áreas infestadas de quilombolas, em particular a região de Campo Grande.

Denúncias de 1746 já apontavam para a existência de mocambos nessa região desde o início do século. No ano de 1751, o Conde de Bobadella enviou correspondência aos juízes e oficiais do Senado da Câmara da Vila de Rio das Mortes e São João d'El Rey informando a respeito do "prejuízo que causavam os calhambolas que estavam aquilombados em Campo Grande".⁸ O grandioso e conhecido quilombo do Ambrósio, por exemplo, localizava-se próximo a essa região, tendo sido localizados oito mocambos na expedição de 1769.

Com relação à organização interna, observa-se nessas plantas, inicialmente, a disposição espacial das construções nos mocambos. Além das "casas" propriamente ditas dos quilombolas, temos outros tipos de construções, como a "casa de tear", a "casa de pilões", a "casa do conselho" e as "casas de ferreiro". É interessante notar que estas estavam localizadas no centro dos mocambos ou então mais afastadas e/ou distantes demais. Embora não tenhamos informações detalhadas e pesquisas conclusivas a esse respeito, é possível especular sobre a organização social dos mocambos a partir da disposição espacial das construções. As casas de ferreiros, e/ou aquelas do "concelho",

suas funções e localizações, por exemplo, podiam estar relacionadas com significados religiosos (também rituais) de origem africanas reinventados nos mocambos formados no Brasil. Ao que se sabe, os ferreiros tinham grande proeminência em vários grupos étnicos das regiões africanas de língua banto, de um dos grupos étnicos africanos dos mais representativos no tráfico negreiro para o Brasil, principalmente para Minas Gerais, ao longo do século XVIII.

Balandier (1968, p. 108-13 e 224-5), a propósito, destaca que entre os africanos da região do Congo, na África Central, a figura do ferreiro era muito respeitada e essa deferência estava ligada a seus poderes espirituais. Ele cita o reino do Ndongo, cujo mito de fundação se relacionava com o poder do ferreiro, provedor tanto das armas de guerra como das ferramentas para a agricultura e cujos poderes espirituais estavam associados a cerimônias religiosas específicas.⁹ De fato, não só no Ndongo mas em toda a África Central — entre os séculos XVI a XVIII — havia uma crença geral de que os reinos teriam sido fundados por um generoso, habilidoso e sensato ferreiro.

Diz a tradição que o reino do Ndongo, por exemplo, teria sido fundado por um ferreiro denominado angola Bumbambula, que veio do Congo e estabeleceu seu povo na região. Do ponto de vista africano, os reis ferreiros eram tipicamente vistos como governantes conciliadores de políticas descentralizadas. Enfim, ainda que de forma provisória — em virtude da natureza dos dados que possuímos —, é possível pensar a presença de "casas de ferreiros" e "casa e forje de ferreiro" nesses mocambos mineiros assim como suas localizações destacadas como indicativas de significados muito mais amplos e complexos do que tendo somente uma relação econômica e militar (Thornton, 1991).¹⁰

Essas prováveis reinvenções culturais de práticas africanas podiam acontecer no Brasil tanto entre os escravos como entre os quilombolas. No “quilombo de Um dos Braços da Perdição”, destacam-se, além das “casas” dos quilombolas (provavelmente suas habitações), a “casa de tear” e a “casa do rei”. Esta ficava justamente no centro das outras. Já no quilombo do Rio da Perdição, aparece, igualmente com destaque, a “casa do concelho” (seria o ponto de reunião das lideranças desse mocambo ou local de realizações de cultos religiosos e cerimônias?), próximo à “casa do tear”. Quanto ao “quilombo da Sambabaia”, o desenho da planta indica a existência da “casa de audiência com assentos”, localizada mais distante. Enquanto isso, a “casa e forje de ferreiro” ficava bem no centro, entre outras “casas”.

A localização, as designações e as funções sociais de tais “casas” sugerem a existência de uma desenvolvida organização política (quem sabe militar e/ou religiosa) no interior desses mocambos. Além da possível proeminência dos “ferreiros”, por exemplo, havia a presença de “reis” em alguns mocambos. Essa organização, por sua vez, pode ter-se originado de tradições africanas ou de recriação cultural dos quilombolas brasileiros.

Quanto a essa questão, para a região de Minas Gerais, no século XVIII, a própria documentação manuscrita, em alguns momentos, nos fornece mais pistas. Em 1746, o governador Gomes Freire de Andrade informava que no quilombo do Ambrósio “estão barbaramente por mais de 600 negros que consta estarem com Rei e Rainha em quilombo, a quem rendem obediência” (citado em Guimarães, 1990, p. 169). Ressalta-se, no entanto, que na descrição da planta do quilombo do Ambrósio, em 1769, não há indicações de casas de ferreiro, do rei, do tear e/ou do concelho. Existe apenas a descrição

da disposição espacial de cerca de mais de 30 habitações, denominadas “casas do Centro do Quilombo”. Enfim, embora tais indícios nas plantas e documentação manuscrita constituam apenas fragmentos, é possível sugerir que tenha havido, de fato, significados culturais e religiosos profundos por detrás da organização política e da constituição de lideranças em alguns mocambos mineiros.

Em 1737, uma expedição atacou e destruiu um quilombo e foram presos “negras e crianças”, sendo que faltou capturar um “mulato intitulado Rei com uma concubina, dois filhos e quatro escravos”. Já em ataque a um mocambo na localidade do Forquim, dizia-se que os quilombolas “tinham por rainha” uma negra (citados em Guimarães, 1989, p. 169). Entre os anos de 1768 e 1773, durante o governo do Conde de Valadares, mandou-se “atacar alguns quilombos de negros fugidos, entre os quais foi um muito numeroso, que havia na Comarca do Rio das Mortes, e que se governava por modo de República, da qual era Rei um negro atrevido chamado o Bateiro”.¹¹

No próprio mocambo baiano do Buraco de Tatu, sabia-se da existência de “dois chefes ou capitães”, cujas esposas eram chamadas de rainha. Enfim, é possível supor que tais “lideranças”, como outras de diversos quilombos brasileiros, principalmente no período colonial, podiam se ligar às práticas culturais socioreligiosas de origem africana. Ao invés do rei-guerreiro típico da Europa, na África negra prevalecia a atuação do rei-sacerdote, o que proporcionava ao líder religioso posição de relevo (Stuckey, 1987, p. 27-42). Nos quilombos do Brasil, portanto, tal posição, possivelmente recriada, podia garantir aos líderes grau máximo de autoridade, pois, além de comandar os quilombolas, ele exercia papéis religiosos que determinavam as funções vitais da comunidade.

seja presidindo as colheitas, seja servindo como mediadores junto aos espíritos ancestrais, muito importantes entre os escravos africanos de grupos linguísticos banto.

De qualquer maneira, apesar de as palavras "rei" e "rainha" aparecerem na documentação associadas às lideranças políticas e militares dos mocambos brasileiros desde Palmares no século XVII, pouco sabemos até agora, de fato, o que significavam em termos de organização para os quilombolas, levando em conta não só suas tradições africanas mas igualmente suas adaptações no Brasil. Cabe ressaltar, inclusive, que, nos séculos XVII a XIX, povos na África, mesmo considerando as tradições africanas, estavam passando por profundas transformações em que as noções de autoridade e as ideologias políticas ganhavam novas dimensões. Na África Central, por exemplo, podemos citar a conquista (século XVII) do reino dos Mbundos pelos Imbangalas (também conhecidos por Jagas) e as estratégias de incorporação destes às instituições sociopolíticas dos conquistados. Já na costa africana ocidental, mais propriamente o reino do Daomé, efetuou-se ao mesmo tempo uma "revolução e manutenção" das ideologias do poder real (no tocante a parentesco, culto do ancestral real, poder divino, relações de riqueza e justiça etc.) em decorrência da conquista de outros povos ou de guerras civis contra outros reinos vizinhos, entre os séculos XVII e XVIII (Law, 1987).¹²

Quanto à localização das "casas" nas plantas dos mocambos mineiros, destacamos ainda que no quilombo de São Gonçalo aparecem duas "casas" sem qualquer denominação, bem afastadas das demais. Seriam essas casas a moradia dos "reis" desse quilombo? Na planta do mocambo baiano do Buraco de Tatu, Schwartz, 1987, p. 73-6, também destacou a localização de nove casas "separadas da parte principal do povoado". Ele sugeriu

que essas habitações poderiam indicar simplesmente a morada para acolher recém-chegados, divisão da liderança política, "residência de uma linhagem incapaz de viver no povoado principal" ou então a moradia de "um grupo etário do sexo masculino aos quais se determinava que vivessem separadamente".

Com relação ao quilombo de São Gonçalo, cabem também algumas especulações. Poderia tratar-se da moradia de "reis" ou então de lideranças religiosas do quilombo, onde seriam realizadas algumas cerimônias sagradas ou profanas. Como indícios sugestivos nessa direção podemos citar as descrições de Balandier (1968, p. 146) sobre a África de que, em alguns povos do Reino do Congo (séculos XVI a XVIII), as casas dos chefes eram separadas, tendo significados sagrados, e o acesso a elas proibido aos demais habitantes, podendo os infratores ser punidos.

Com relação à possibilidade de essa disposição espacial das habitações dos mocambos expressar relações políticas, simbólicas e até mesmo religiosas, podemos citar o caso dos quilombos da capitania do Mato Grosso no século XVIII. Em dois quilombos invadidos constatou-se divisão interna entre eles: enquanto no quilombo de Pindaituba existiam "dois quartéis, um composto de 11 casas e outro de dez, a 50 passos de distância do primeiro", no quilombo de Motuca havia a divisão de "dois arraiais 3 léguas distantes um do outro" (citado em Pedreira, 1973, p. 71).

Essas plantas revelam ainda outros possíveis aspectos da organização interna dos mocambos mineiros do século XVIII (pelo menos, hipóteses e reflexões iniciais), como no que se refere à população dos mocambos, às estruturas das habitações e às estratégias familiares. Aliás, tais fatores poderiam estar também relacionados com significados ri-

tuais sociorreligiosos. As plantas evidenciam, por exemplo, que esses mocambos não eram muito grandes. Com exceção do quilombo do Ambrósio, com cerca de 33 "casas", nos outros cinco mocambos o número de habitações variava entre oito e 16. Outros quilombos mineiros poderiam ter, porém, estruturas para populações maiores.

No quilombo do Paranaíba, atacado em 1766, foram encontrados "76 ranchos". Ainda em 1746, através de uma provisão, autorizava-se "atacar por um corpo de quatrocentos homens a um quilombo de mais de mil negros que se tinham agregado, na Comarca de São João d'El Rey, como a outro de menor número, que havia em diferentes sítios e cometiavam todos os maiores insultos".¹³

É possível supor, porém, que mesmo a população dos grandes mocambos mineiros do século XVIII, salvo alguma exceção, não deve ter ultrapassado o número de dois mil habitantes. Ou seja, não chegaram a atingir o número de milhares de quilombolas de Palmares, no século XVII. Além disso não há indicação nas plantas dos mocambos mineiros se as "casas" indicadas eram grandes ou não, correspondendo a pequenas unidades familiares ou a habitações coletivas bem maiores.

Há indícios, na documentação manuscrita, de razoável número de mulheres, crianças e famílias extensas vivendo nesses mocambos, o que indica longos anos de existência destes. O conde de Galvêas, em 1733, informava sobre um "quilombo já com famílias por ter dezessete anos de estabelecimento". Em 1746, o rei de Portugal recebia notícias de que nas áreas auríferas das Minas Gerais, mais especificamente na citada região de Campo Grande, existiam mocambos com mais de 20 anos de existência. Num documento do governador das Minas, em 1759, consta que havia filhos de quilombolas com 12 anos de idade nascidos nos mocambos da

região. Num quilombo atacado em 1760 em Goiás, por exemplo, foram encontrados vários escravos fugidos das Minas Gerais, entre os quais "onze negras e quatro crias" (citado em Guimaráes, 1989, p. 32).

Pode-se sugerir que a densidade populacional dos mocambos mineiros do século XVIII deve ter variado. Nos pequenos mocambos, o número de habitantes podia variar de 10 a 30. Quanto aos mocambos de tamanho médio, a população deve ter atingido entre duas e três centenas de quilombolas. Do quilombo do Ambrósio, considerado um dos maiores mocambos não só em Minas mas em todo o Brasil — aliás, segundo Almeida Barbosa, ele também era conhecido como "quilombo Grande" —, dizia-se que havia "mais de 600 negros". Nele havia aumentado de tal forma "o número de negros aqui lombados, e chegou a tanto que, segundo os melhores cálculos, passava já de mil negros e grande número de negros e crias; unido este poder, elegeram rei e formaram uma falange assaz forte". Em 1747, uma tropa enviada para a região do Campo Grande, onde também se localizava o Ambrósio, atacou um "pequeno quilombo de cento e tantos negros, os quais, defendendo-se, fora preciso dar-lhes três assaltos com fogo, em que ficaram vinte e tantos mortos, sessenta e tantos presos e grande número de negras". Quanto ao mocambo destruído próximo à região de Paracatu, foram capturados "mais de cinquenta [quilombolas], e além destes quatorze crias, nascidas no mesmo quilombo" (Barbosa, 1972, p. 32; Guimaráes, 1989).

Também pouco sabemos sobre o perfil étnico dos quilombolas mineiros durante o século XVIII.¹⁴ As informações sobre os quilombolas capturados são incompletas e dispersas, ficando difícil, portanto, estabelecer suas características étnico-demográficas. Embora a concentração de africanos nos mocambos fosse elevada, em virtude do grande

número deles no conjunto da população escrava, existem também evidências da presença de crioulos nos quilombos mineiros. Além disso, os quilombolas africanos podiam ser de origens étnicas diversas.¹⁵ Num mocambo atacado em 1768 (quilombo da Pedra Menina) foram capturados dez quilombolas, sendo cinco homens e cinco mulheres. Os homens eram todos africanos, sendo três de origem angola e dois benguelas, enquanto das mulheres duas eram africanas (Mina e Angola) e três crioulas (Guimarães, 1989, p. 32).

Embora as identidades étnicas dos vários povos africanos que vieram escravizados para o Brasil não possam ser desconsideradas na perspectiva de uma análise sobre a constituição e organização de mocambos no Brasil, principalmente nos séculos XVIII e na primeira metade do XIX, temos motivos suficientes para supor que esses mocambos mineiros foram formados por africanos de diversas etnias e mesmo escravos nascidos no Brasil.

Mesmo com suas diferenças étnicas, linguísticas e culturais, os africanos, tanto nos quilombos como nas senzalas, procuraram compartilhar objetivos e estratégias para conquistar — do modo que escolhessem ou fosse possível — suas *liberdades*. Em alguns momentos, porém, tais diferenças podem ter atrapalhado. Em 1719, por exemplo, comentava-se que os escravos minas e angolas preparavam um grande levante na capitania de Minas Gerais. Informações dadas ao conde de Assumar revelavam que os escravos “tinham maquinado” a insurreição “para a noite de quinta-feira santa”. Eram “negros do Rio das Mortes, Forquim, Ouro Branco, São Bartolomeu, Ouro Preto e de outras partes”.

As autoridades descobriram a preparação dessa insurreição a tempo de reprimi-la. Dizia-se, contudo, que os escravos acabariam tendo êxito não fossem as disputas étnicas,

uma vez que “entre eles [havia] a diferença de que os negros de Angola queriam que fosse Rei de todos um do seu Reino, e os minas também de que fosse da mesma sua pátria”.¹⁶

Mesmo os escravos não conseguindo uma aliança étnica forte o suficiente para fazer deslanchar o levante, as autoridades coloniais mineiras ficaram sobressaltadas. Em 1725 já determinavam que os senhores destinassem para o trabalho nas Minas Gerais os cativos de naturalidade angola em detrimento dos minas, sob a justificativa de serem os primeiros mais “confidentes, mais sujeitos, e obedientes”, enquanto os últimos eram temidos pelo seu “furor, valentia”, podendo assim se animarem a entrar “em alguma deliberação de se oporem contra os brancos”. Os minas eram acusados igualmente de serem “feiticeiros”.¹⁷

Numa região de tradição quilombola como a capitania das Minas Gerais, o medo de uma revolta coletiva escrava de grandes proporções só aumentava. As autoridades mineiras temiam que os cativos nas áreas de mineração e nos centros urbanos articulassem junto aos mocambos vizinhos a deflagração de uma larga rebelião. Em 1756, têm-se notícias de uma suposta insurreição que estaria sendo preparada pelos quilombolas de Campo Grande juntamente com outros escravos da região. Uma circular expedida pela Câmara de Vila Rica, em tom de pânico, dava conta de que existiam informações “de se haverem confederado os negros aquilombados com os que existem nesta Capitania para a noite de 15 do corrente darem um geral assalto em todas as povoações, privando de vida a tudo que fossem homens brancos e mulatos, determinando morte a seu Senhor cada escravo que lhe for familiar”.

Lembrando de tentativas anteriores frustradas dos cativos mineiros para se rebelarem — ainda que não se tivesse conhecimento de

articulações com os quilombolas locais —, destaca ainda a referida circular que era “certo que em anos diversos se tinha percebido andarem de semelhantes intentos sem que se chegasse a se experimentar seus cruéis efeitos, não parece desacerto acautelara uma *Mina* que pode com lastimoso sucesso desenganar de sua possibilidade” (Costa Filho, 1960-1, citado em Moura, 1972).

A metáfora utilizada do perigo de se desdenhar uma mina de diamantes supostamente improdutiva como exemplo de alerta permanente quanto às possibilidades de ocorrer uma rebelião é aqui bem interessante para analisarmos de que modo na capitania das Minas Gerais — para além do problema endêmico dos mocambos — uma insurreição escrava podia ser tentada e, mais do que isso, gerar pânico. Enfim, fosse nos quilombos, fosse nas senzalas, nos ribeirões, nas cidades, os cativos mineiros naquela ocasião — tanto africanos de diversas etnias como crioulos — poderiam compartilhar interesses e estratégias comuns para conquistar suas liberdades. Fugas coletivas para os mocambos ou revoltas nas cidades poderiam constituir algumas dessas estratégias.

Com relação à estrutura material das moradias encontradas nos mocambos, temos poucas evidências. De maneira geral, a documentação disponível informa apenas sobre a existência de “ranchos” (algumas indicações falam apenas que eram feitos de “palha”, mas pouco sabemos sobre seu tamanho, disposição, divisões internas e o material com que era construído e revestido). Quanto a essa questão, pesquisas de arqueologia histórica têm revelado dados (ainda não-conclusivos) interessantes. No tocante ao quilombo do Ambrósio, sabe-se que as habitações dos quilombolas eram construídas de pau-a-pique e de barro. Tinham tamanho e formas diversas.

Argumenta Guimarães que a arquitetura de pau-a-pique com cobertura vegetal era comum entre negros, escravos ou livres e a população pobre na sociedade escravista mineira nos séculos XVIII e XIX (Guimarães e Lanna, 1980, p. 171). Essa técnica de construção também era uma recriação de origem africana nos mocambos mineiros. As descrições das habitações africanas (reinos do Congo, Matamba e Angola) feitas pelo missionário capuchinho Cavazzi da Montecuccolo (s/d) apontam para construções desse tipo, ou seja, habitações “entrelaçadas com palha”, sendo o “teto formado com folhas de palmeira ou com outras canas finas e resistentes”. As descrições do referido missionário são confirmadas por Balandier (1968, p. 141), que acrescenta terem sido o formato dessas habitações africanas retangulares. Podemos, por fim, sugerir que a organização interna dos mocambos mineiros poderia, igualmente, se ligar não só com a disposição espacial das suas “casas”, o número de habitantes, a proeminência de líderes religiosos e “ferreiros”, a estrutura familiar, mas principalmente com as práticas econômicas neles desenvolvidas.

Mesmo sem ter sido este seu objetivo, o desenhista das plantas indica haver uma estratificação social no interior dos mocambos que obedecia a diversos e complexos critérios. Ainda que seja problemática quaisquer tentativas de comparações entre a experiência dos africanos no Brasil e na África contemporânea, vale a pena mencionar as análises arqueológicas de Huffman (1986) sobre antigas povoações de grupos linguísticos bantos no sul da África. Ele argumenta que a organização espacial (número de habitantes, centralização política, organização econômica, por exemplo) desses povos mostra complexos padrões de estratificação política e social interna.

Podemos, por exemplo, indagar até que ponto haveria uma integração e articulação política, econômica, social, religiosa, cultural e militar entre os vários mocambos das plantas e outros. Alguns acampamentos e/ou unidades podiam estar articulados e ter funções sociais, militares e econômicas específicas. Enquanto os mocambos menores poderiam servir de entrepostos comerciais ou bases militares avançadas, os maiores representariam acampamentos melhor protegidos, tanto geográfica como militarmente. Aprópria documentação a respeito da representação a mocambos no Brasil tem revelado que, freqüentemente, os quilombolas abandonavam seus acampamentos, procurando refúgios em outros mocambos vizinhos.

No tocante à cultura material gerada nos mocambos brasileiros, as pesquisas disponíveis têm avançado muito pouco. Em suas pesquisas arqueológicas, Guimarães encontrou “um painel de pinturas confeccionado por quilombolas”. Este, segundo ele “apresenta à primeira vista uma tentativa de representação de alguma festa religiosa na qual se percebem vestígios de aculturação (uma das representações sugere um altar católico). Outra representação neste mesmo painel sugere uma movimentação intensa, como se fosse uma dança executada por indivíduos devidamente caracterizados” (Guimarães e Lanna, 1980, p. 160).

A partir de poucas evidências, não podemos especular muito. A cultura material afro-americana foi forjada tanto pelos quilombolas como pelos cativos que permaneceram nas senzalas. Qualquer tentativa de se identificar *africanismos* pura e simplesmente não tem mais sentido. Deve-se, pelo contrário, tentar perceber a África reelaborada historicamente no Brasil. Portanto, torna-se importante perceber a formação da cultura material afro-brasileira não só na perspectiva das reminiscências africanas, mas fundamental-

mente no contexto da experiência dos *mundos da escravidão* no Brasil.

Enfatizar os verbos reinventar, reelaborar e recriar significa dizer o modo como os africanos e seus descendentes escravizados nas Américas forjaram — seja nos mocambos ou nas plantações — uma cultura original, improvisando, apesar da opressão, um mundo novo. A palavra “improvisação” é uma das chaves para entendermos a natureza da cultura afro-americana. Em interessante estudo, Vlach destaca que a *improvisação* constituiu uma das principais características da cultura material afro-americana desde o início. Argumenta igualmente que, mais do que qualquer outro imigrante e suas estratégias de retenções culturais, os africanos estavam melhor equipados para lutar contra o desequilíbrio cultural devido a tal legado de uma cultura de habilidades improvisatórias (Mintz e Price, 1976).¹⁸

Práticas econômicas e trocas mercantis

Um dos aspectos reveladores nessas plantas diz respeito à organização econômica dos quilombos. Todas elas trazem indicações sobre “horta”, “algodoads”, “mandiocas”, “roça”, “milho plantado” etc.¹⁹ Ao que parece, todos esses mocambos se dedicavam à agricultura. Não sabemos se tais atividades agrícolas eram apenas para subsistência ou se os quilombolas também produziam excedentes para trocas mercantis com taberneiros, pequenos lavradores, mineradores e outros escravos. A indicação da existência de “casas de ferreiro”, “casa de tear”, “casas de pilões” e “cortume couros” nesses mocambos sugere que a economia deles podia ser complexa. Ou seja, esses quilombolas podiam manter algumas lavouras, fabricar farinha em seus “pilões”, utilizar teares para produzir suas

próprias roupas,²⁰ manejar forjas de ferro para fabricar utensílios e ferramentas e conseguir, através da caça, não só carne para complementar sua dieta alimentar como também couros e sebos, os quais poderiam negociar. Escavações arqueológicas em mocambos mineiros (quilombo do Ambrósio, quilombo da Cabaça, quilombo da Serra da Luanda e quilombo do Guinda) encontraram restos de artefatos de material metálico (identificados como painéis e caldeirões) e fragmentos de ferro fundido, o que pode evidenciar que, de fato, os quilombolas tinham conhecimento de técnicas metalúrgicas (Guimarães e Lanna, 1980, p. 153).

O próprio Guimarães, estudando os mocambos mineiros nesse período, destaca que as principais atividades econômicas dos quilombolas eram a agricultura, o roubo e a mineração. Quanto à agricultura, são vários os indícios. Em 1733, informações sobre as dificuldades em destruir o quilombo de Mariana davam conta de que os quilombolas “se refugiavam e refaziam [o mocambo] por terem nele roças, o que era muito preciso atalhar-se”. Na própria região de Campo Grande, em 1759, uma expedição destruiu dois mocambos, sendo encontrados “muitos mantimentos e grandes roçarias para o ano futuro”. Na comarca de Parnaíba, em 1766, foram achadas “copiosas lavouras e mantimentos recolhidos em paióis”. Nesse mesmo ano, foi destruído o quilombo de Pitangui, com as “plantas de roças que tinham fabricado, de milho, feijão, algodão, melancias e mais frutas” (Guimarães, 1988a, p. 20 *et passim*).

De fato, a agricultura devia ser a base econômica de muitos quilombos formados no Brasil, principalmente nos séculos XVII e XVIII. Por exemplo, na capitania de Mato Grosso, em 1770, quando do ataque ao quilombo do Piolho, localizado junto à Serra dos Parecis, foram encontradas “roças de amen-

doim, milho, feijão e mandioca, culturas de algodão, fumo e bananas e ainda criações de animais domésticos” (Pedreira, 1973, p. 71). No mocambo baiano de Orobó, em 1796, foram achadas “plantações de mandioca, inhames, arroz, algumas canas de açúcar, frutas e outros víveres de que se sustentavam” (Pierson, 1968, p. 128).

Os quilombolas mineiros podiam igualmente complementar sua economia através do roubo e da mineração. No início de 1732, o ouvidor-geral da comarca de Serro Frio escreve ao governador das Minas, dom Lourenço de Almeida, relatando os problemas com os quilombolas que se achavam trabalhando nos “rios e ribeirões de diamantes”.²¹ Segundo Almeida Barbosa, enquanto em outras comunidades mineiras de fugitivos os quilombos tinham “suas próprias roças”, na região de Diamantina, no século XVIII, os fugitivos se dedicavam inteiramente ao garimpo, abastecendo-se de suprimentos com “os brancos” (Barbosa, 1972, p. 73). Guimarães criticou essa generalização, mas, em sua pesquisa arqueológica em quilombos próximo a Diamantina, concluiu que “não foram encontradas em suas imediações nenhum vestígio de atividade agrícola que permitisse suprir, pelo menos em parte, as necessidades alimentares” (Guimarães, 1988b, p. 51; Guimarães e Lanna, 1980, p. 160).

De qualquer modo, as diversas atividades econômicas praticadas em torno dos mocambos poderiam formar uma complexa rede comercial clandestina. Através da troca os quilombolas, certamente, procuravam se abastecer, mantendo, inclusive, contatos, interesses e solidariedades com outros grupos sociais: taberneiros, indígenas, criminosos brancos, escravos, mineradores etc. Em todo o Brasil, enquanto durou a escravidão, assim como em outras áreas escravistas das Américas, os permanentes contatos das comunidades de fugitivos, principalmente com os

cativos nas unidades produtivas e os taberneiros, preocupavam sobremaneira as autoridades coloniais e os senhores de escravos.²²

Nas Minas Gerais do século XVIII não foi diferente. As autoridades mineiras procuravam vigiar as tabernas e seus donos, tentando evitar que eles mantivessem relações mercantis com quilombolas. O conde de Assumar, em 1717, determinava que toda pessoa que desse alojamento aos quilombolas ou soubesse onde estavam os “ditos quilombos”, e não avisasse, “sendo branco” seria “açotado pelas ruas públicas e degradado para Benguela e sendo negro ou carijó, teria pena de morte”. Em 1739, procurava-se regular os horários de funcionamento das tabernas em Vila Rica, visto que os escravos fugidos as utilizavam como “seus conciliábulos, consentindo nisto os mesmos vendedores só a fim de usurparem o ouro a todos, pesando-o de noite com a candeia de longe para não serem conhecidos os negros e, talvez, com pesos falsificados”. Já o governador das Minas, em 1753, determinava que as “tabernas, casas de negros forros e particulares” fossem revistadas. Procurava-se com isso prender suspeitos que “costumavam recolher os negros fugidos”. Ainda nesse mesmo ano, dois “roceiros” seriam presos, acusados de manter comércio com os quilombolas, pois conseguiam para eles “carregações de águas-ardentes, farinhas, rapaduras e o mais a esse respeito” (Sousa, 1982, p. 113; Guimarães, 1988a, p. 49 *et passim*, e 1988b, p. 27-8).

Para além das trocas mercantis, essa rede de relações incluía os cativos, que podiam negociar, com os quilombolas, excedentes de suas economias próprias ou então de roubos (inclusive diamantes e ouro, no caso dos escravos que trabalhavam na mineração). Por outro lado, ocorriam nesse contexto trocas sociais e culturais entre os quilombolas e aqueles que permaneciam escravos. Nas

árças mineiras, negras quitadeiras eram denunciadas por manterem “vendas de hebidas e comestíveis”, posto que nessas “mesmas casas” vinham “prover-se do necessário os negros salteadores dos quilombos, tomando notícia das pessoas” a quem roubariam e as partes por onde lhes convinham “entrar e sair, o que tudo” faziam “mais facilmente, achando ajuda e agasalho nestas negras que assistem nas vendas”.

Em 1781, o alferes Muniz de Medeiros foi denunciado por manter “uma venda oculta” onde “os negros fugidos e garimpeiros se iam prover de mantimentos”. O referido alferes tentou se livrar de tal acusação, mas outras informações davam conta de que ele, de fato, mantinha tais relações comerciais ilícitas, pois nunca deixara de “haver quilombos ao pé de sua casa, e com tanta liberdade que até as suas escravas iam de dia ao quilombo conversar com os negros fugidos” (Guimarães, 1988b, p. 27-8). Em Vila Rica, em 1796, o escravo Ventura, pertencente a Custódio de Freitas, foi acusado de também manter contatos com os quilombos locais, “dando ajuda, asilo a favor dos fugidos”. Acusava-se a ele de levar “três a quatro bestas” de mantimentos para os mocambos, e de acolher nas suas senzalas alguns quilombolas. Quando da realização de uma expedição a tal quilombo, foram encontrados “não só mantimentos com abundância como as panelas que estavam ao fogo com comida que se estava fazendo”.²³

Ao mesmo tempo, os quilombolas, sempre que podiam, procuravam aliciar escravos para os mocambos. Em 1759, as autoridades mineiras mandaram preso para o Rio de Janeiro um quilombola acusado de aliciador, sob o argumento de que “o dito negro se soltando”, não ficaria negro algum na capitania que ele não tornasse a “conduzir para os quilombos do Campo Grande” (Guimarães, 1988a, p. 53 *et passim*). No ano se-

guinte, o rei de Portugal era informado do êxito da expedição realizada contra os quilombos mineiros da cidade de Mariana. Recomendava, então, que os “negros fugitivos” capturados fossem remetidos para o Rio de Janeiro e empregados no “trabalho das obras da Fortaleza do Villeganhon”.²⁴

Além de aumentarem sua população endogenamente e através das constantes fugas, os mocambos cresciam por meio do seqüestro e recrutamento forçado de escravos. Em 1746, por exemplo, os quilombolas do Campo Grande eram acusados de seqüestramentos os cativos em sítios e povoados próximos, levando assim os escravos que consideravam “próprios recrutados”. Além disso, segundo constava, arrancavam “negros em lotes 10/12 de cada sítio”, que os seguiam mesmo com o emprego de “pouca violência”. Em 1764, apareceram denúncias de que os quilombolas dessa mesma região seqüestram “mulheres brancas” e “pretas e escravos com que reforçavam as tropas dos seus parciais”. Em 1769 as autoridades continuavam às voltas com tais quilombolas, pois estavam “agregando por violência os escravos” das fazendas vizinhas e “outros voluntários para aumentar o seu pernicioso número” (Guimarães, 1988a, p. 35 *et passim*). Por sua vez, os quilombolas causavam “terror” à população local com seus constantes roubos e assaltos. Durante a mesma expedição contra os quilombos de Campo Grande, um sargento-mor paulista se queixou ao mestre-de-campo Pamplona de que morara ali naquela região “com casas de vivenda, com engenhoca de farinha de mandioca, com estabelecimento de escravos, roças, currais e gados”, e que só se mudara “dali há vinte e tantos anos” em virtude de os “calhambolas” terem lhe matado “cinco escravos”.²⁵

Havia preocupação também com o contrabando de ouro e de diamantes. As tabernas e vendas eram lugar privilegiado na rede

clandestina de contrabando nas Minas Gerais, da qual participavam quilombolas, escravos, taberneiros, libertos e “vadios”. Tentando manter o controle da população marginalizada (boa parte constituída por homens livres pobres de cor), as autoridades procuraram, entre outras coisas, forçá-la a participar de expedições ao sertão mineiro à procura de ouro ou de aquilombados (Sousa, 1982, p. 74).

A indicação, nas plantas dos quilombos, de consideráveis lavouras pode revelar que os quilombolas abasteciam mineradores e fiscores. Estudos mais recentes, principalmente do historiador Carlos Magno Guimarães para a região das Minas Gerais, no século XVIII, têm destacado o modo como os quilombolas, em alguns contextos, podem ter se transformado em pequenos camponeses. Ou seja, através de suas atividades econômicas, procuravam manter relações permanentes de trocas, tanto econômicas quanto sociais, com outros setores da sociedade escravista (Guimarães, 1989).²⁶

Garantindo a liberdade: o sistema de defesa

Um outro aspecto revelador nessas plantas é o sistema de defesa adotado pelos quilombolas para conter os ataques das expedições reescravizadoras. Como sistema de defesa, eles utilizavam falsas “entradas com fojos”, “fossos”, “saída com estrepes”, “trincheiras”, “brejos com buracos”, além de “goritas” (guaritas), onde vigias procuravam avistar qualquer movimentação de tropas. Também a prática de abandonar rapidamente os mocambos era muito comum. Fugir de um confronto no qual, por certo, levariam desvantagem, tanto em termos de material bélico quanto em termos numéricos, para se

reagrupar em outro local podia ser uma estratégia útil para os quilombolas.

De maneira geral, os quilombolas brasileiros adotavam várias táticas de combate. Estas podiam ser fruto não só das experiências de lutas intertribais e contra os colonizadores europeus na África — que muitos africanos escravizados trouxeram, adaptando-as ao Brasil —, como também de recriações de estratégias de luta de escravos crioulos, que se podiam valer, entre outras coisas, das experiências de enfrentamentos aprendidas com os índios brasileiros.

No caso dos mocambos mineiros, segundo as indicações das plantas, a colocação de falsas entradas (“picadas”) para os quilombos, com trincheiras, fossos e estrepecs, pode estar relacionada, entre outras coisas, a modelos africanos, possuindo, inclusive, significados simbólicos. Segundo Karl Laman (1953, p. 86), um missionário que visitou a região do Congo nos fins do século XIX, muitos povos africanos (ele destaca os Sundi) tinham o costume de manter caminhos secretos de fugas em suas aldeias. Em alguns desses caminhos eram cavados buracos e preparados fossos com varas pontiagudas. Tais procedimentos funcionavam como eficazes táticas militares, servindo de armadilhas contra os ataques de inimigos. Já o oficial português Cadornega, ao narrar as guerras angolanas em meados do século XVII, destaca a utilização militar de “fossos” e “trincheiras” pelos africanos (Cadornega, 1940).

Cabe aqui um comentário. A concepção de que o embate militar entre europeus e populações nativas no continente africano foi marcado pela superioridade técnica dos primeiros tem sido reformulada por estudos mais recentes. Segundo Thornton, no século XVI os portugueses encontraram na África reinos angolanos com exércitos permanentes e possuidores de táticas militares sofisticadas.

No reino de Ndongo havia soldados especiais chamados *kimbares*. Esses soldados eram treinados para escapar das flechas ou lanças das tribos inimigas por meio do desenvolvimento da habilidade corporal de esquivar, pular e fintar.

Também, ao contrário dos portugueses, que concentravam seus exércitos quando da realização de ataques aos inimigos, os africanos do Ndongo guerreavam por meio de grupos dispersos que, desse modo, procuravam surpreender e atacar o inimigo. Essa forma de luta foi muitas vezes considerada pelos observadores europeus como desordenada, fruto da desorganização e incapacidade militar dos exércitos africanos. No entanto, a desordem era apenas aparente, pois as tropas africanas se organizavam em pequenas unidades militarizadas, com comando estruturado e complexos métodos de batalha.

Os exércitos do Congo, por exemplo, resolviam os problemas logísticos de seus regimentos, como abastecimento de munição, alimentos e água, formando pelotões de homens e mulheres (inclusive esposas dos soldados) exclusivamente para carregar as provisões necessárias às tropas. A função desses pelotões, chamados *kikumbas*, era permitir que os combatentes se locomovessem com maior rapidez, já que estavam desobrigados de transportar seus provimentos, realizando, assim, ataques surpresas e fulminantes contra as forças inimigas (Thornton, 1988).

Mesmo guiadas por escravos traidores ou quilombolas capturados, capitães-do-mato, índios e mateiros, as tropas ainda enfrentavam o perigo das constantes emboscadas ou armadilhas preparadas pelos quilombolas no interior da floresta. Os integrantes das expedições punitivas temiam permanecer muito tempo no interior das florestas e das matas. Segundo o relato da expedição do mestre-de-campo Inácio Pamplona, por exemplo,

houve muito receio quando correu a notícia de que haviam sido achados “rastos de negros”, que andavam espreitando a expedição.²⁷

Os guias durante a noite avistavam “fogos” nas serras circunvizinhas que representavam “um grande perigo”, uma vez “que os quilombos eram muitos para aquela parte segundo os sinais dos mesmos fogos”. O próprio relator destacou que “era evidente sinal e verdadeiro aquele fogo de haver por ali perto negros, porém que estes estariam mais amarrados ao sertão, ou mais em uma parte, ou mais em outra, mas como não tinham guia para guiar à paragem e habitação dos mesmos negros que toda a diligência” seria “frustrada, baldada e perigosa”.²⁸

Nem sempre as expedições eram guiadas, de verdade, para os reais esconderijos dos quilombolas. A respeito das malogradas tentativas de destruir o quilombo do Sapucaí — que se dizia ser o maior, digo mais povoado, e antigo desta capitania —, o governador das Minas frisava, em 1759, que

a causa de não se ter assaltado este quilombo tem sido o engano que os negros que servem de guias têm feito para que não [se] saiba do dito quilombo. (Guimarães, 1988a, p. 36.)

Não raro, as diligências seguiam extensas trilhas já abertas na mata e, quando se acreditava estar próximo de encontrar os mocambos, se viam cercadas por prolongadas valas cheias de estrepes envenenados onde muitos soldados se precipitavam. Um exemplo interessante e original relativo ao sistema de defesa dos quilombos brasileiros é o documento sobre a destruição do quilombo do Buraco de Tatu, na capitania da Bahia, no ano de 1763. Apresentado, igualmente, sob o formato de uma planta desenhada pelos seus invasores, ele contém, segundo Stuart

Schwartz, a descrição detalhada do sistema de defesa dos quilombolas.

A retaguarda do mocambo era protegida por um canal pantanoso de profundidade aproximada do tamanho de um homem. Suas laterais e dianteira possuíam a proteção de um labirinto de estacas pontiagudas colocadas em valas cobertas com arbustos. Os quilombolas baianos colocavam pranchas sob os obstáculos, facilitando suas locomoções ao redor do mocambo, e também tinham construído uma falsa trilha até sua entrada, de modo que enganasse as expedições militares e as levasse às armadilhas camufladas em torno da entrada (Schwartz, 1988, p. 76).

Como indicam as plantas mineiras, a estratégia de defesa com a utilização de estrepes, fossos, falsas entradas e trincheiras foi amplamente utilizada. A documentação manuscrita apresenta vários indícios disso. Em 1746, os quilombolas do Campo Grande “se defenderam no palanque com resolução grande [por] mais de 24 horas, de sorte que foi preciso atacá-los com fogo e empregar um “terceiro assalto para render uma forma de trincheira a que se recolheram depois de destruído o primeiro palanque”. Dizia-se ainda desses quilombolas que eles teriam sido “atacados nos palanques e trincheiras que tinham formado”.²⁹

Na tentativa de ataque ao quilombo da Pedra da Menina, em 1768, a tropa deparou “repentinamente com o quilombo de dia” e viu-se cercada por “um valo falso cheio de estrepes aonde caíram sete soldados e se maltrataram; embora tivesse havido morte, serviu de desordem para melhor poderem fugir os negros” (Guimarães, 1988a, p. 36). Destaca-se, ainda, que pesquisas recentes descobriram vestígios de “fossos” nos sítios arqueológicos do quilombo do Ambrósio e do quilombo de Palmares (Funari e Orser Jr., 1995; Guimarães, 1990).

As forças militares, cientes das dificuldades, utilizavam todos os recursos possíveis para obter sucesso. No Brasil, até o início do século XIX, muitas expedições contra os mocambos contaram com o recrutamento de índios. Embora mais comum em outras partes da América, aqui também houve a utilização de tropa de negros libertos.³⁰ No Caribe, para vencer as dificuldades na captura dos fugitivos nas florestas, as expedições repressoras utilizavam cães farejadores para descobrir seus esconderijos, como descreveu, na metade do século XIX, em Cuba, o viajante Demoticus Philalethes (cit. em Price, 1979, p. 60-3), no caso de quilombolas *maroons*. Em diversas ocasiões, esses animais avançavam repentinamente sobre os fugitivos acampados, dilacerando-lhes as pernas e até trucidando-os, antes mesmo que os “rancheadores” pudessem evitá-lo.

Muitas estratégias de enfrentamento parecem ter sido comuns entre *maroons*, *palestinos* e quilombolas em toda a América. As táticas dos quilombolas de abandonar seus mocambos e armar emboscadas e armadilhas na floresta foram amplamente utilizadas (Price, 1979, p. 1-30). Mesmo os quilombos maiores, como Palmares, que possuíam mocambos com paliçadas e numerosas habitações, procuravam rechaçar as tropas inimigas antes que elas pudessem alcançar o local de suas habitações, utilizando para isso, além das armadilhas, algumas escaramuças de grupos de quilombolas que, tocados, emboscavam os soldados em marcha pelas matas. Os palmarinos, que se organizavam em vários acampamentos fortificados e contavam com força militar para defendê-los, não desprezavam em algumas situações a possibilidade de abandonar seus mocambos mais avançados, refugiando-se em outros mais para o interior da Serra da Barriga, protegendo assim mulheres, crianças e provisões.³¹ Além disso, a locali-

zação geográfica dos mocambos estava relacionada não só com as práticas econômicas desenvolvidas, mas também com as estratégias de defesa e enfrentamentos dos quilombolas.

A localização dos mocambos era um importante fator para as suas economias e sistema de defesas. Em Minas as evidências disso, tanto nas plantas como na documentação manuscrita e nas pesquisas arqueológicas, são reveladoras. Há indicações de que os mocambos mineiros estavam localizados em “pontos estratégicos” próximo a estradas e, ao mesmo tempo, situados em “locais de difícil acesso” (Guimarães, 1990, p. 170). Guimarães destaca, ainda, que o “estabelecimento de quilombos próximo a rotas comerciais não se deu por acaso”, pois existia a “necessidade de uma localização estratégica favorável ao exercício da atividade de saque”. Cita, inclusive, como exemplos, as localizações de dois quilombos mineiros: o quilombo do Ambrósio, “que ficava próximo à picada que ligava as Minas a Goiás”, e o quilombo do Itambé, “que ficava próximo à estrada que ia para Sabará” (Guimarães, 1988a, p. 33).

Os quilombos mineiros situavam-se próximo a locais íngremes onde podiam colocar vigias para avisar seus habitantes de qualquer movimentação de tropas enviadas para destruí-los. Diziam as autoridades mineiras, quando da realização de uma expedição ao quilombo do Paranaíba em 1766, que, apesar de terem sido descobertos 76 “ranchos”, só foram encontrados “oito negros fugidos” e que não se apreendera “os mais por serem sentidos das espias antes de chegar ao dito quilombo”.

Em 1759, um ataque contra os quilombolas da região de Campo Grande foi completamente frustrado, pois se encontrou apenas um “grande quilombo” abandonado, uma vez que os quilombolas, percebendo o cerco

das tropas, tinham se evadido (Guimarães, 1988b). A planta do quilombo do Ambrósio, por exemplo, revela que ele se situava próximo a um “morro redondo que servia de gorita”. Pesquisas identificaram nas proximidades dos sítios arqueológicos desse quilombo o local conhecido como “Morro do Espia” que seria o “ponto mais alto da região” (ver plantas em anexo).

As referidas plantas mostram igualmente que o quilombo da Sambabaia ficava perto de um “morro que servia de gorita”. Já o quilombo “chamado do Rio da Perdição” estava situado entre dois morros: o “Morro do Tigre” e o “Morro do Uribu”. Escolhendo bem as suas localizações, os mocambos podiam conseguir ao mesmo tempo obter contatos com outros setores da sociedade escravista e manter razoável proteção. A título de comparação, podemos citar as estratégias de alguns grupos *maroons* da Jamaica, que, aproveitando a conformação geográfica da ilha, procuravam estabelecer suas comunidades encravadas em meio às diversas montanhas (Craton, 1982, p. 68).

Associada a essa questão de localização, estratégias de defesas e práticas econômicas, podemos levantar ainda um outro ponto interessante a partir dessas plantas dos mocambos mineiros. A expedição de 1769, comandada pelo referido mestre-de-campo, encontrou cerca de oito mocambos, entre aqueles atacados e/ou abandonados. Como já destacamos, pode-se sugerir, por exemplo, que houvesse articulações socioeconômicas, políticas, militares e culturais entre vários mocambos da região. Ou seja, tais quilombolas podiam estar integrados, possibilitando a manutenção de trocas econômicas, além do que, quando das expedições punitivas, procuravam fugir para outros mocambos. Podia haver mesmo uma complementaridade econômica entre eles. Aliás, em 1759, a expedição comandada por Bartolomeu Bueno, tam-

bém na região de Campo Grande, encontrou vários mocambos não muito distantes uns dos outros, sendo alguns já abandonados: os quilombos ditos “Grande”, “Parnaíba”, “Andaial”, “da Serra da Marcela”, “do Bambai”, “do Carega” e “do Morro de Angola” (Guimarães, 1988a, p. 35 *et passim*).

Como já destacamos, tal estratégia de abandonar os mocambos e se reagrupar em outros locais era, de fato, muito utilizada por diversos quilombolas no Brasil. Vimos que na própria região de Campo Grande, onde se localizava o quilombo do Ambrósio, informações davam conta da existência do “quilombo Grande” e do “quilombo Pequeno”. Aliás, as próprias autoridades sabiam que os quilombolas mineiros fugiam dos mocambos de “menos consideração”, refugiando-se nas matas ou em outros quilombos mais para o interior (Barbosa, 1972, p. 39).

Na tentativa de destruição do quilombo baiano de Orobó, por exemplo, sabia-se que os seus habitantes não capturados haviam se refugiado em outro local:

tendo fugido antecedentemente, pelo que dizem, um grande número dos mesmos escravos que ali estavam aquilombados, por suspeitarem, ou serem, talvez sabedores desta diligência e como há indícios de que se refugiaram para outro quilombo chamado dos Tupim. (Pierson, 1968, p. 97.)

Mostramos de que modo a organização social de algumas comunidades de escravos fugitivos no Brasil podia ser complexa. Os mocambos em toda a América escravista forjaram comunidades e culturas originais. Para a região de Minas Gerais, no século XVIII, as plantas de quilombos aqui reproduzidas, a documentação manuscrita, as pesquisas arqueológicas e a bibliografia mais recente sobre cultura escrava (inclu-

sive sobre as experiências culturais dos povos africanos) revelam como as práticas culturais, políticas, econômicas e militares dos quilombolas podem ter sido constituídas de reinvenções culturais a partir de variadas origens étnicas africanas.

NOTAS

* Agradeço as leituras, críticas e comentários dos professores Célia M. Marinho de Azevedo (Unicamp), João José Reis (UFBa) e Pedro Paulo Funari (Unicamp). Uma versão bem condensada deste artigo ("Mocambos e mapas nas minas: novas fontes para a história social dos quilombos no Brasil — Minas Gerais, séc. XVIII") foi publicada na revista de pós-graduação em história da UnB, *Textos de História*, 2(4):26-57, em 1994.

1. Entre os estudos mais recentes sobre a escravidão no Brasil abordando tais temas, destacam-se Azevedo, 1987; Lara, 1988; Chalhoub, 1989; Reis, 1986; Slenes, 1987 e 1991-2; Machado, 1987 e 1991; Florentino, 1991; Schwarcz, 1987; Schwartz, 1988; Cunha, 1985.

2. Interessantes pistas teóricas e metodológicas para novas abordagens em história social da escravidão podem ser encontradas em Linebaugh, 1983; Hobsbawn, 1988; Thompson, 1979; Ginsburg, 1989.

3. Entre os estudos clássicos, destacam-se Gutman, 1976; Genovese, 1988; e Mintz e Price, 1976.

4. O relatório desta expedição juntamente com os mapas e plantas estão publicados em *Anais da Biblioteca Nacional*, 108 (1988), Rio de Janeiro, 1992, p. 47-113.

5. A planta do quilombo do Buraco do Tatu se encontra publicada em Schwartz, 1987.

6. IHGB, *Coleção da capitania de Minas Gerais*. Colônia do Sacramento, Tomo II, Arq. 1.3.3, p. 287.

7. BNRJ, Seção de Manuscritos. "Livro Segundo das cartas que o Ill.mo. e Ex.mo. Sr. D. Antônio de Noronha, Cap. m Gen. al da Capitania de Minas gerais escreveu durante o seu governo, que teve princípio em 28 de maio de 1776", Ofício de 5 de maio de 1777, p. 121v. e 122.

8. AN, Códice 952, *Cartas régias, provisões, alvarás e avisos*. Volume 33 (1746-1747), p. 390.

9. Nossas preocupações quanto a essas questões foram estimuladas pelos textos e conversas com o professor Robert Slenes, que está com uma pesquisa em andamento sobre os significados africanos da experiência escrava (principalmente, ligados à família e à revolta) no Vale do Paraíba fluminense e paulista em meados do século XIX (ver Slenes, 1989 e 1991-2).

10. Um dos aspectos que reforçam a idéia da importância do ferro e do ferreiro na maioria das culturas africanas é o papel simbólico e cultural da figura da divindade de Ogum, destaque em quase todas as culturas afro-americanas até os dias de hoje (ver Barnes, 1992, p. 4-7). Para uma análise a respeito da tradição das artes em ferro e o papel do ferreiro na cultura e na comunidade afro-americanas, ver também Vlach, 1992, p. 25-9.

11. IHGB, *Coleção Conselho Ultramarino*, "Breve descrição corográfica da capitania de Minas Gerais. Arq. 1.3.5., p. 157.

12. A propósito, Thornton (1991) discute a legitimidade e o poder político da rainha Njinga (1624-1664) do reino do Ndongo-Matamba, destacando como as questões a respeito de legitimidade e poder político na África Central eram complexas e formadas até por contraditórias teias de relações sociais e culturais.

13. AN, Códice 952, *Cartas régias, provisões, alvarás e avisos* (1746-1747), v. 33, p. 390.
14. Há informações da existência de até “alguns brancos criminosos” e “brancos homiziados” nos quilombos mineiros, no século XVIII (Guimarães, 1988a).
15. Consideramos os índices da população escrava mineira das localidades de Vila Rica, São Bartolomeu, São Sebastião, Guarapiranga, Inficionado, Brumado, Bacpenú, Itaverava e distritos de São João d’El Rey em 1718. Os dados foram retirados de Luna, 1980.
16. AN, Códice 80, *Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a corte* (1725-1730), vol 2, p. 75-6.
17. *Idem, Ibidem.*
18. Ainda segundo Vlach (1992), a natureza cultural da improvisação africana não era algo restrito a uma tribo ou uma área, mas sim a uma realidade pan-africana (“pan-african reality”).
19. A propósito, há indicações de que diversas lavouras que aparecem em algumas plantas foram estabelecidas pelos integrantes da expedição. Segundo o relator, em determinada ocasião: “Depois, montando-se a cavalo e fomos a uma paragem chamada a Sambabaia, onde tinha um quilombo de negros, e ali plantamos uma roça de milho, feijão e algodão, e se plantou um alqueire de milho” (cf. *Anais da Biblioteca Nacional, op. cit.*, p. 70).
20. Sobre as indicações a respeito de “teares” em mocambos no Brasil, no século XIX, podemos citar o caso dos quilombos baianos de Ilhéus. Durante uma expedição punitiva, em 1821, foram encontrados “dois teares de tecer pano de algodão” (ver carta de João Dias Pereira Guimarães ao visconde de Camamu (1828), documento transcrito em Silva e Reis, 1980, p. 124-7).
21. IHGB, *Coleção da capitania de Minas Gerais — Colônia do Sacramento*, Tomo II, Arq. 1.3.3., p. 53v.
22. Para uma análise recente a respeito da gestão de redes econômicas e sociais em torno dos quilombos brasileiros, ver Gomes, 1992. Uma abordagem panorâmica sobre as comunidades de escravos fugidos nas Américas, encontra-se em Price, 1979.
23. BNRJ, Seção de Manuscritos, I - 48, 17, 40, “Auto de denúncia de Antônio Alves Teixeira, alcaide de Vila de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto contra Ventura, escravo de Custódio de Freitas”, 8 de julho de 1796.
24. AN, Códice 63, *Cartas régias, provisões, alvarás e avisos* (1746-1747), Volume 33, p. 390.
25. *Anais da Biblioteca Nacional, op. cit.*, p. 74.
26. Em artigo anterior, Guimarães e Reis (1986) chamaram a atenção para a importância das atividades agrícolas nas regiões mineradoras na primeira metade do século XVIII.
27. *Anais da Biblioteca Nacional, op. cit.*, p. 71.
28. *Idem, ibidem.*
29. AN, Códice 952, *Cartas régias, provisões, alvarás e avisos* (1725-1747), Volume 33, p. 390.
30. Schwartz (1988, p. 65-6) comenta sobre a utilização de índios e libertos nas ações antimocambos no Brasil, nos séculos XVII e XVIII.
31. Uma análise clássica sobre Palmares encontra-se em Carneiro, 1966.

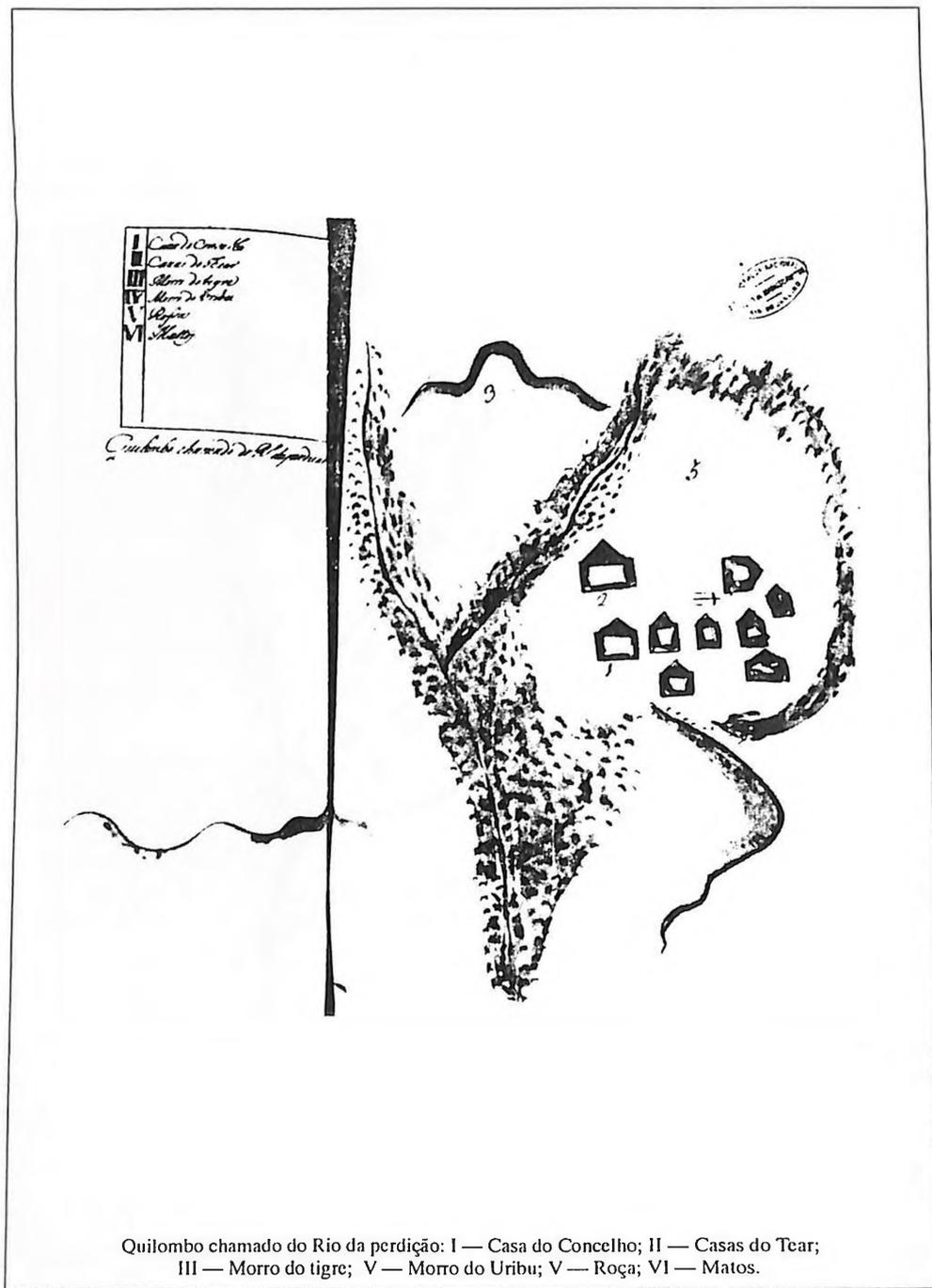


Handwritten notes in a box, possibly a legend or description of the map's features.

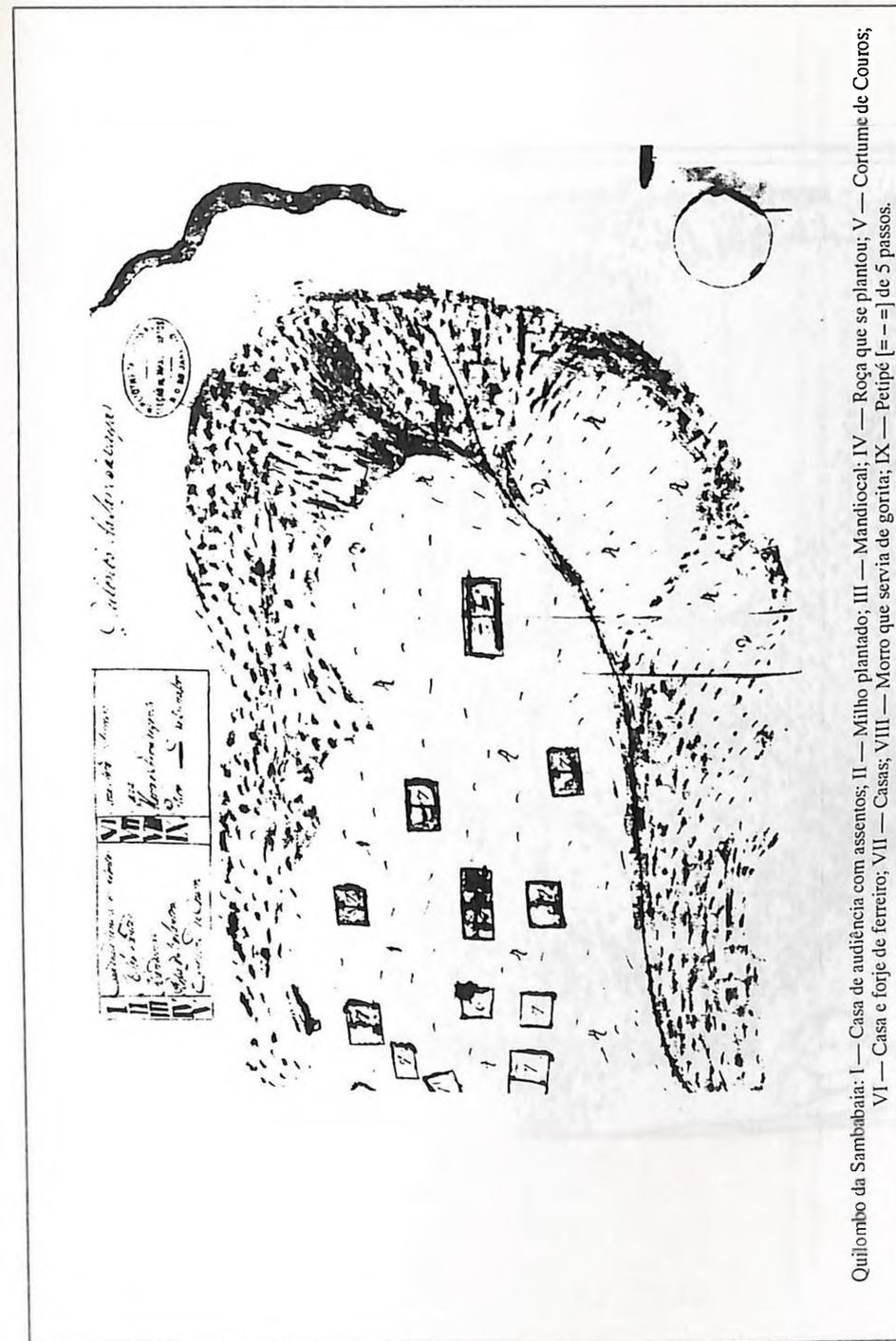
Quilombo de um dos braços da perdição

Quilombo de um dos braços da perdição: I — Casa do Rei; II — Casa do Tear; III — Aguada com ua bica; IV — Algodoadis; V — Mandiocai; VI — Matos.

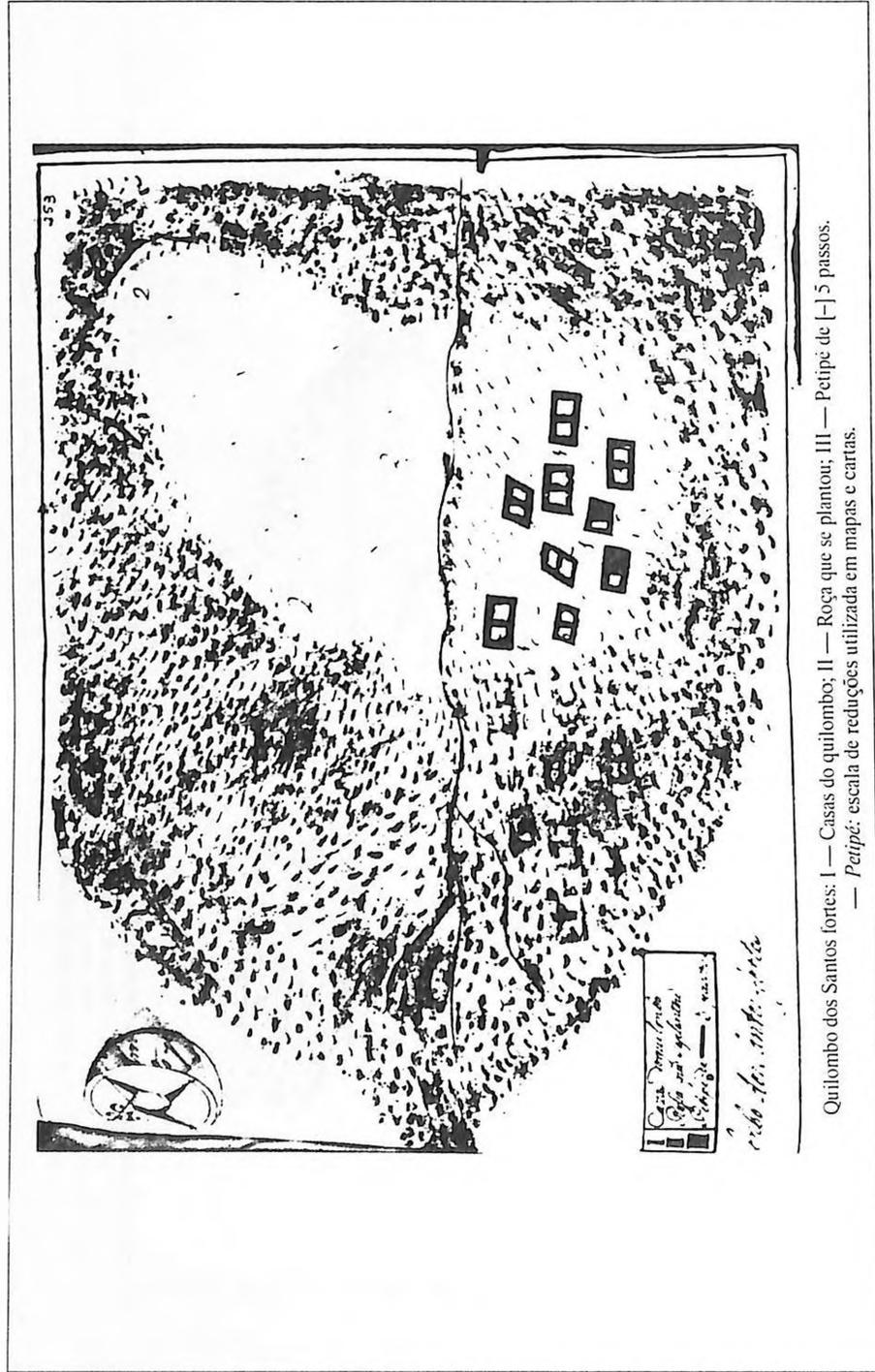
Fonte: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 108, p. 107-12, 1988.



Fonte: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 108, p. 107-12, 1988.

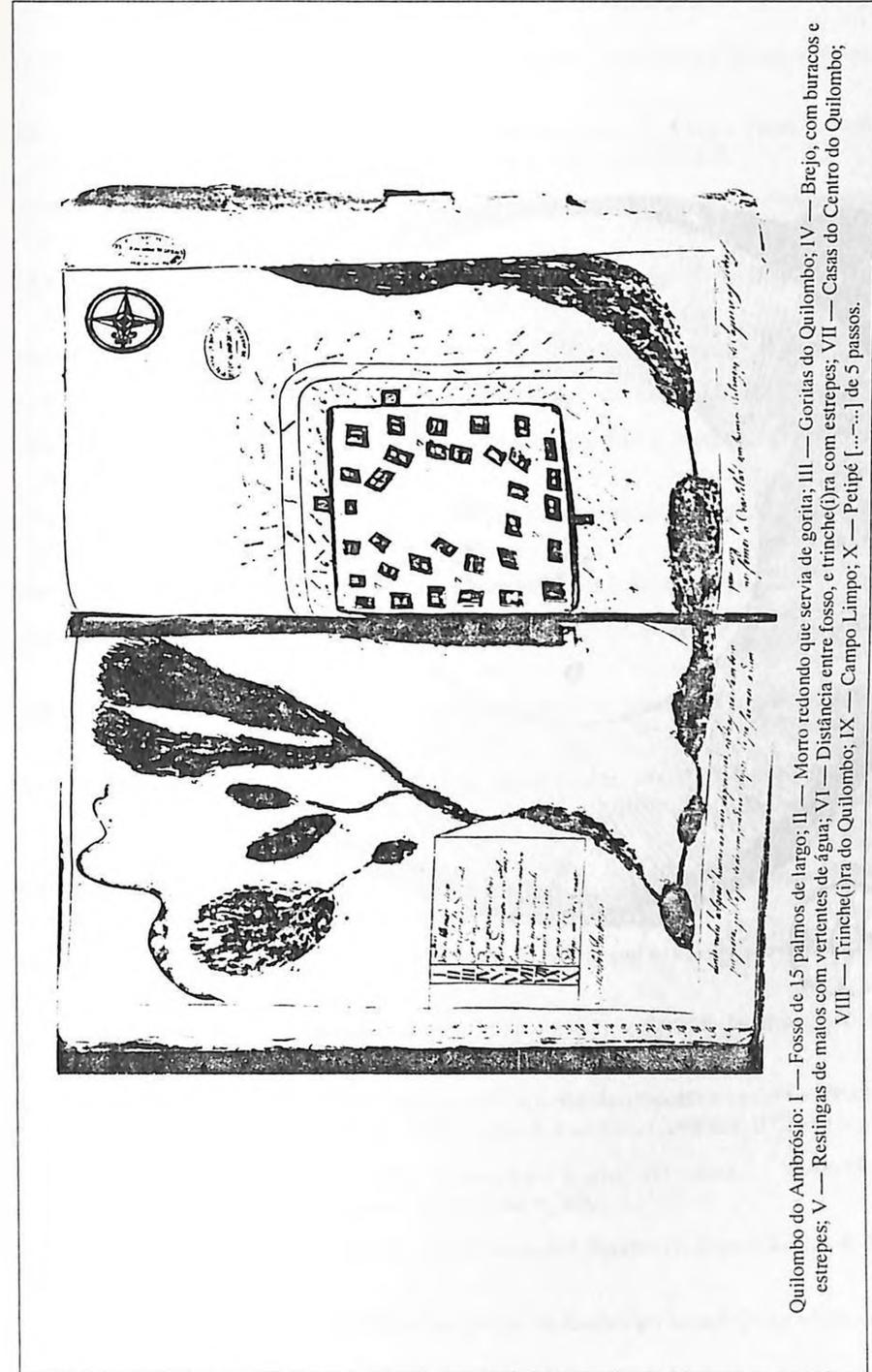


Fonte: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 108, p. 107-12, 1988.



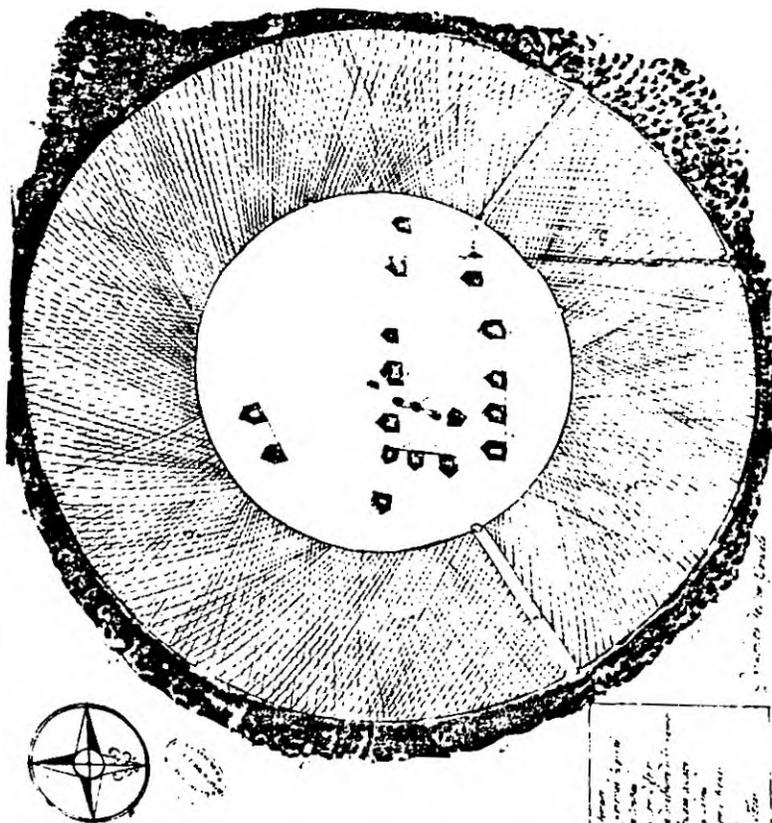
Quilombo dos Santos fortes: I — Casas do quilombo; II — Roça que se plantou; III — Petipé de [—] 5 passos.
— Petipé: escala de reduções utilizada em mapas e cartas.

Fonte: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 108, p. 107-12, 1988.



Quilombo do Ambrósio: I — Fosso de 15 palmos de largo; II — Morro redondo que servia de gorita; III — Goritias do Quilombo; IV — Brejo, com buracos e estrepes; V — Restingas de matos com vertentes de água; VI — Distância entre fosso, e trincheira com estrepes; VII — Casas do Centro do Quilombo; VIII — Trincheira do Quilombo; IX — Campo Limpo; X — Petipé [...] de 5 passos.

Fonte: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 108, p. 107-12, 1988.



Quilombo de São Gonçalo: I — Casarão luterano; II — Barracão por onde fugiram; III — Horta que tinham; IV — Entrada com 2 fôjos; V — Trincheira de altura de 10 palmos; VI — Parede de Casa a Casa; VII — Casa do pitões; VIII — Saída com estrepes; IX — Matos; X — Casa de Teat.

Fonte: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 108, p. 107-12, 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho (1987). *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites — século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BALANDIER, Georges (1968). *Daily life in the Kingdom of Kongo. From the sixteenth to the eighteenth century*. New York, Pantheon Books, p. 108-113 e 224-225.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida (1972). *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.
- BARNES, Sandra J. (1992). "Introduction: the many faces of Ogun". In: BARNES, Sandra J. (ed.). *Africa's Ogun old world and new*. Indiana University Press.
- CADORNEGA, Antônio de Oliveira (1940). *História das guerras angolanas*. Lisboa.
- CARNEIRO, Edison (1966). *O quilombo de Palmares*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CAVAZZI DA MONTECUCCOLO, Antônio (s/d). *História e descrição de três reinos: Congo, Matamba e Angola*. Lisboa.
- CHALHOUB, Sidney (1990). *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras.
- COSTA FILHO, Miguel (1960-1). "Quilombos". In: *Estudos Sociais*, (7, 9, 10 e 11). Rio de Janeiro.
- CRATON, Michael (1982). *Testing the chains. Resistance slavery in the British West Indies*. Cornell University Press.
- CUNHA, Manuella Carneiro da (1985). *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo, Brasiliense.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. (1991). "Em costas negras: um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o porto do Rio de Janeiro, c.1790 a c.1830". Tese de doutoramento. Niterói, ICH/UFF.
- FUNARI, Pedro Paulo A. & ORSER, Jr., Charles E. (1995). "Pesquisa arqueológica inicial em Palmares". *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre (no prelo).
- GENOVESE, Eugene (1988). *A terra prometida. O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, v. 1.
- GINSBURG, Carlo (1989). "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". In: *Mitos, emblemas, sinais. morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 143-80.
- GOMES, Flávio dos Santos (1992). "Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro — século XIX". Dissertação de mestrado. Campinas, IFCH/Unicamp.
- GUIMARÃES, Carlos Magno (1989). "Quilombo e brecha camponesa — Minas Gerais (século XVIII)". *Revista do Departamento de História*. 8, julho.
- (1988a). "Os quilombos do século do ouro". *Revista do Departamento de História* (6), julho.
- (1988b). *A negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, Ícone.

- (1990). "O quilombo do Ambrósio: lenda, documentos e arqueologia". Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, 16 (1/2):161-74.
- GUIMARÃES, Carlos Magno & LANNA, Ana Lúcia Duarte (1980). "Arqueologia dos quilombos em Minas Gerais". *Pesquisas: Antropologia*. São Leopoldo (31):147-64.
- GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria (1986). "Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)". *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, 1(2):7-36, jun. 1986.
- GUTMAN, Herbert G. (1976). *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York, Random House.
- HOBSBAWN, Eric J. (1988). "A outra história: algumas reflexões". In: KRANTZ, Frederick. *A outra história. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, p. 18-33.
- HUFFMAN, Thomas N (1986). "Archaeological evidence and conventional explanations of Southern Bantu settlement patterns". *África*, 56(3).
- LAMAN, Karl (1953). *The Kongo. Studia ethnographica upsaliensia*. 4v. Volume I.
- LARA, Sílvia Hunold (1988). *Campos de violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LAW, Robin (1987). "Ideologies of royal power: the dissolution and reconstruction of political authority on the 'Slave Coast', 1680-1750". *África*, 57(3):320-44.
- LINEBAUGH, Peter (1983). "Todas as montanhas atlânticas estremeceram". *Revista Brasileira de História*. São Paulo (6), setembro.
- LUNA, Francisco Vida (1980). "Características da massa escrava em Minas Gerais — século XVIII". (Relatório final.) IPE-Finep, junho.
- MACHADO, Maria Helena P. T. (1987). *Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo, Brasiliense.
- (1991). "Escravos e cometas. Movimentos sociais na década da abolição". Tese de Doutorado. São Paulo, USP/FFLCH, 1991.
- MINTZ, Sidney W. and PRICE, Richard (1976). *An anthropological approach to the afroamerican past: a caribbean perspective*. Filadélfia, ISHI.
- MOURA, Clóvis (1972). *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. Rio de Janeiro, Conquista.
- REIS, João José (1986). *Rebelião escrava no Brasil. A história do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- PEDREIRA, Pedro Tomas (1973). *Os quilombos brasileiros*. Salvador.
- PHILALETES, Demoticus (1979). "Huting the Maroons with Dogs in Cuba". In: PRICE, R., 1979, p. 60-3.
- PIERSON, Donald (1968). *Branco e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. 2ª edição. São Paulo, Editora Nacional.

- PRICE, Richard (1979). (eds.) *Maroon societies. Rebel slave communities in the Americas*. 2ª ed. The Johns Hopkins University Press, 1979.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (1987). *Retrato em branco e preto. Jornais, escravos e libertos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARTZ, Stuart B. (1987). "Mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial". *Estudos Econômicos*. São Paulo, 17(n. esp.):17-61.
- (1988). *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial — 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SILVA, Eduardo & REIS, João José (1989). *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras.
- (1987). "Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)". *Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE-USP, 17(2): 217-28.
- SLENES, Robert W. (1989). *Na senzala, uma flor: 'as esperanças e as recordações' na formação da família escrava*. Texto inédito, dezembro.
- (1991-2). "Malungu, Ngma vem!: África coberta e descoberta no Brasil". *Revista USP* (12), dez-jan-fev.
- SOUSA, Laura de Mello e (1982). *Desclassificados do ouro: pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro, Graal.
- STUCKEY, Sterling (1987). *Slave culture: nationalist theory and the foundations of black America*. New York, Cap., p. 27 a 42.
- THOMPSON, E. P. (1979). "La economía 'moral' de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII". *Tradicón, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedade preindustrial*. Barcelona, Editorial Critica, p. 62-134.
- THORNTON, John K. (1988). "The art of war in Angola, 1575-1680". *Comparative Studies in Society and History*, 30(2):368-71, abril.
- (1991). "Legitimacy and political power: queen Njinga, 1624-1663". *Journal of African History* (32).
- VLACH, John M. (1992). "Arrival and survival: the maintenance of an Afro-American traditon in folk art and craft". *By the work of their hand. Studies in Afro-American folklife*. University Press of Virginia.

SUMMARY

Following the mines map: the 18th century plants and "quilombos" of Minas Gerais

The aim of this article is to present a variety of reflections on some unpublished sources about the Brazilian *quilombos* (hiding place of fugitive

Negro slaves). Drawing from an original documentation — in this case, six building plants of Minas Gerais *mocambos* (refuge of slaves in the

woods) sketched under an expedition commanded by the *mestre-de-campo* Inácio Correia de Pamplona in 1769 — we approach several perspectives concerning possible socio-economic and symbolic-ritual structures, according to which some of the *mocambos* could have organized themselves.

For this particular regions of Minas Gerais state, in the 18th century, the handwritten documentation, the archeological researches and the latest bibliography on slave culture (including the culture experiences of the African peoples be-

tween the 17th and 19th centuries) may reveal how the forms of social organizations of the *quilombolas* (cultural, political, economic and military practices) have established themselves from cultural adaptations and reinvention, out of several African ethnic origins. More than the constitution of a mythical world, almost a *marginal* one, of the resistance, purely cultural and/or economic, these *quilombolas* of Minas, like so many others under the slavish Brazil, have created a new and original world for their lives.

RÉSUMÉ

En suivant la carte de mines: des plans et des "quilombos" de Minas Gerais au XVIII^e siècle

Le but de cet article est de présenter plusieurs réflexions sur quelques sources inédites concernant les *quilombos* brésiliens.

En prenant pour base une documentation originelle — dans ce cas, six plans de *mocambos* de Minas Gerais dessinés lors d'une expédition commandée par le *mestre-de-campo* Inácio Correia de Pamplona en 1769 — on examine plusieurs perspectives à l'égard des possibles structures socio-économiques et symbolique-rituelles selon lesquelles quelques *mocambos* brésiliens se seraient organisés.

Pour la région de Minas Gerais, au XVIII^e siècle, ces plans de *mocambos*, la documentation manuscrite, les recherches archéologiques et la

littérature la plus récente sur la culture esclave (ci-incluses les expériences culturelles des peuples africains entre les XVII^e et XIX^e siècles) peuvent nous révéler les formes selon lesquelles les organisations sociales des *quilombolas* (des pratiques culturelles, politiques, économiques et militaires) se sont constituées des adaptations et réinventions culturelles à partir d'origines ethniques africaines variées. Plutôt que la construction d'un monde mythique, presque *marginal*, de la résistance, purement et simplement culturelle et/ou économique, ces *quilombolas* de Minas Gerais, comme autant d'autres au Brésil esclaviste, ont créé un nouveau monde originel pour leurs vies.

Aberturas e limites da administração pombalina na África: os autos da devassa sobre o negro Manoel de Salvador*

Selma Pantoja**

**Artigo apresentado no congresso internacional O Cotidiano na História de Portugal, 1993. Recebido para publicação em outubro de 1995.*

***Professora da Universidade de Brasília.*

O texto trata de Luanda setecentista, um microespaço urbano bastante diversificado quanto aos seus componentes étnico-sociais, no período do governo de Sousa Coutinho. Esse enviado de Pombal, tido como representante legítimo do pensamento esclarecido na África, acreditava que a implantação de uma "legislação" se fazia fundamental para que a justiça tivesse espaço no continente.

Um modo de observar a documentação do período tem sido aquele de busca do ponto de vista dos habitantes dessa região, revelado em petições, cartas, ofícios, requerimentos e processos oriundos dos vários segmentos sociais, numa demanda de justiça e proteção.

Enquadrando-se nesse tipo de testemunho, o processo e o auto de devassa sobre o negro Manoel de Salvador são documentos exemplares de grande transparência, generosos nos pormenores, mostrando a teia por onde se processa o dia-a-dia de Luanda.

Palavras-chave: Época pombalina; periférico; modernizante; iluminismo; despotismo esclarecido; Angola; Luanda; tráfico de escravos.

A atuação dos governadores portugueses, na África e no Brasil, durante a época pombalina (1750-1777), tem demonstrado a possibilidade de se fazer nesse período um recorte, destacando-o como peculiar em sua administração e na relação administradores-população local, podendo-se daí depreender aspectos culturais próprios desse espaço e período.

Agentes do Iluminismo português nas regiões periféricas

Para essa época, entenda-se como específica a tentativa, quase sempre frustrada, por parte desses administradores de direcionarem suas ações para objetivos modernizantes nas áreas que, por enquanto, genericamente chamamos periféricas. Qualificamos de específicos também os discursos que precederam ou foram concomitantes a suas atuações e que objetivavam a implantação dos traços *civilizatórios* nessas regiões do mundo.

Desdobrando o sentido dos termos “periférico” e “modernizante”, poder-se-ia assim defini-los: ao primeiro, correspondem aquelas áreas ou regiões distantes dos centros europeus que tiveram os primeiros contatos com a civilização ocidental; em contrapartida, por moderno compreender-se-á aquilo que por senso comum se costuma opor ao termo tradição.¹ A modernidade é aqui considerada o período a partir da emergência e da consolidação das sociedades industriais, acarretando, então, um desenvolvimento inédito da técnica e da ciência. No seu aspecto social, a modernidade gerou a implantação de complexos institucionais, como o Estado e a economia com mecanismos cada vez mais autônomos, confrontando-se com o período histórico que se convencionou chamar, na Europa, o Antigo Regime, cuja derrocada foi assinalada pela Revolução Francesa,

marco de uma fase que vem impregnada da dicotômica postura entre o profano e o sagrado (Paul Hazard, 1983).

Esse ambiente de renovação política, cultural e científica por que passava a Europa na segunda metade do século repercute em Portugal como uma era reformista fundamentada em objetivos racionalistas visando a uma evolução progressista da nação distanciada da tradição — tentativa de reabilitar o reino da crise que submergia o sistema colonial mercantilista vigente na época (Novais, 1986, Cap. II).

A expressão iluminismo português² é aqui utilizada na sua abrangência política e caracteriza um momento de virada governista, uma tentativa de modernização em Portugal liderada pelo marquês de Pombal. O despotismo esclarecido, na sua face portuguesa, conjuga a especificidade da modernização em Portugal, que contou com a figura emblemática de um poderoso primeiro-ministro, e uma atividade reflexiva cujos principais pontos de referência são os pensadores franceses e italianos da época. Ribeiro Sanches, José Anastácio da Cunha, Cavaleiro de Oliveira, Luís Antônio Verney, João Pedro Ribeiro formam a constelação de intelectuais que marcaram a vida cultural do período pombalino; ao lado deles, firma-se no campo das artes, arquitetônica em essência, o que se pode classificar como a tendência italiana do Iluminismo luso (França, 1987). A atuação da Universidade de Coimbra e seu posterior peso na formação das elites brasileiras são pontos destacados desse momento da segunda metade do setecentos (Carvalho, 1980).

O empenho do governo pombalino em sua atuação pelo soerguimento da política mercantilista explica o seu critério na escolha dos nomes designados para as regiões ultramarinas. A finalidade de retomar as posições comerciais da primeira metade do sé-

culo, e com isso espantar a influência da sombra inglesa, pressupunha antes de tudo governantes de espírito prático e reformistas, alocados em pontos estratégicos do império. Em Angola, onde a atividade principal era o tráfico de escravos, o importante era garantir os benefícios desse comércio à coroa e o monopólio aos comerciantes metropolitanos. O enviado pombalino a Angola, com a missão de retomar o comércio em níveis anteriores, foi Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho.³

O governo de Sousa Coutinho

Angola era o mais importante centro de comércio escravista e da administração portuguesa na África. Luanda, o maior povoamento de branco, centralizava essas atividades e o seu porto era o responsável pela exportação dos escravos da região para o continente americano. Por essa grande rede comercial transitavam os agentes do negócio da escravidão: mercadores de Lisboa, comerciantes locais, comerciantes africanos, comerciantes luso-brasileiros e comerciantes luso-africanos. Os interesses em se apoderar da porção maior possível desse comércio geravam os conflitos locais entre os distintos grupos do tráfico que comandavam a gestão do negócio escravista. Da população luso-africana saíam os pumbeiros, que iam buscar escravos no sertão, e os comerciantes locais, que controlavam as rotas internas do tráfico até o litoral. A partir da Câmara da cidade de Luanda, os luso-africanos tinham acesso aos postos administrativos e militares, um conjunto de benefícios que os colocavam em prioridade no tráfico dos cativos.

Com o aumento da demanda de escravos no século XVIII, quando a busca pelo interior se aprofunda no rastro de cativos para trazê-los ao litoral, os comerciantes (portugueses metropolitanos, ingleses, franceses, luso-africanos) entraram em acirrada disputa

pelos caminhos que levavam a Luanda. Internamente o confronto ocorria entre os mercados metropolitanos (com maiores recursos financeiros) e a comunidade dos luso-africanos (que controlava as rotas internas do tráfico). São esses comerciantes residentes que mantinham o controle do aprovisionamento de alimentos e água para as cargas de escravos. Nessa posição, manipulavam com os altos preços durante as estiagens, aumentando os custos para seus competidores metropolitanos. Resultava dessa tática a morte dos escravos por falta de alimentos, doenças e enfraquecimento na espera do embarque no litoral. Em comentários sobre os comerciantes em Angola, o governador Antonio Mello, em relatório, diz que “poucos são abastados mas que negociavam com cabedais alheios e pouca lisura (...) estes comerciantes se enriquecem com épocas de seca e fome”.⁴ Na franja desse grande comércio atuavam outros tipos de agentes — marinheiros, exilados políticos, criminosos vindos de Portugal —, que chegavam nos navios em Luanda e vendiam produtos de baixa qualidade a crédito para a população africana; esses mesmos agentes impediam o pagamento do crédito, submetendo, assim, esses africanos ao cativeiro por dívida (Miller, 1988, Cap. 16; Box, 1977, p. 217; Correa, 1937, p. 35-57).

Diante de tamanhos confrontos de grupos rivais, o governador escolhido, Sousa Coutinho, colocou em prática as diretrizes pombalinas de deixar o grande comércio aos grupos metropolitanos e o comércio secundário aos grupos locais, terminar com o contrabando dos franceses e ingleses e dirigir os benefícios do tráfico para o erário público.

Presente no discurso desse agente do Iluminismo português estava a preocupação de *racionalizar* o comércio, a forma africana de organização em grupos de parentesco, o direito costumeiro, os ritos que delimitam momentos diferentes ao longo da vida africana,

o dia-a-dia, ou, enfim, o mais profundo do modo de ser daqueles habitantes. Aturdido pelas diferenças tão marcantes em relação à sua cultura, esse administrador revelou maior senso de observação e demarcação da existência do outro, quando, por si só, fez propostas de mudar, ou melhor, de enquadrar aqueles seres *diferentes* numa delimitação por ele conhecida. A descrição do modo de vida, aparentemente sem lógica, realizava a condição de bárbaros daqueles povos. Acreditava que as normas de organização por ele postas em prática resolveriam o aparente caos, trazendo para o mundo civilizado seres que aparentemente a ele não pertenciam. Essa era sua importante missão e justificativa de seus atos (Albuquerque, 1991; Margarido, 1984; Desjeux, 1991; Mazzoleni, 1992). Uma indagação recorrente no pensamento desse administrador dizia respeito à capacidade dos habitantes de acompanhar tal racionalidade: seriam eles suscetíveis de uma vida civilizada, racional? Cabe aqui uma definição, *a priori*, do termo “racionalidade” do ponto de vista daqueles que vêm na “racionalidade o instrumento ordenador do *real* por excelência” (Desjeux, 1991; Feyerabend, 1991).⁵

Esses questionamentos são comuns na trajetória de homens como Sousa Coutinho, considerado representante do esclarecimento em África e que em momentos de confronto direto com essa outra realidade — com valores, normas sociais, tão distantes dos seus — muitas vezes declara a impossibilidade de civilizar aqueles seres, devido à desproporção entre esse empreendimento e o tempo disponível para o levar a cabo, o que torna a tarefa de contatar a população africana algo além de suas forças. Desde o primeiro ano de seu governo, Sousa Coutinho lançou as metas pelas quais iria lutar durante os mais de dez anos de sua gestão — luta que continuou mesmo depois, quando retornou a Lisboa. Mas a metrópole nunca chegou a

atender aos clamores que da África fazia aquele enviado pombalino por medidas urgentes, todos os seus apelos não chegavam àquele “reino letárgico”.

Perante a questão da escravidão entre os africanos, Sousa Coutinho se diz confuso, pois não se sabe ao certo quem é escravo e quem não é no emaranhado de relações que não permite saber quem é livre, agregado, penhorado ou “legitimamente escravo”. A esses entrelaçamentos da rede social em que se inserem as relações de parentesco, juntam-se os efeitos do grande comércio atlântico nos valores próprios da organização africana. Daí esse administrador usar a expressão “labirinto de chicanas”, numa tentativa de denominar a situação de caos.⁶ Cumprida, portanto, arrumar a casa.⁷ E, nesse caso, Sousa Coutinho foi e é considerado pela historiografia um dos mais eficazes representantes da coroa portuguesa (Barreto, 1984; Delgado, 1958; Dias, 1936; Fuentes, 1954; Nogueira, 1960).

A questão agora é delimitar que civilização pensavam esses agentes do esclarecimento trazer a essas regiões, que racionalidade preconizavam, qual o sentido dessas atuações junto a essas populações. Até que ponto podemos ver nas interações culturais inerentes à situação que viviam, ou seja, até que ponto podemos ver o embate de diferentes racionalidades em interação.

Buscando as matrizes do pensamento dos agentes do esclarecimento, percebemos que termos como “civilização”, “racionalidade”, “cultura”, tão vulgares nesses discursos, têm conotações por vezes só inteligíveis dentro dos padrões locais de valores da época. Apesar da referência a “um país bárbaro, e preguiçoso” no pensamento de Sousa Coutinho, a ausência de civilização caracterizava aquele povo, embora fossem seres permeáveis à cultura, a começar pelo abandono dos “vícios do gentilismo”⁸ e uma conversão à verdadeira fé, já que eles possuíam um deus

que não era o verdadeiro Deus. O fim da mistura dos ritos africanos com o cristão, tão constantemente apontado pelo governador, dependia da correta conduta dos representantes da fé católica, que estavam mais interessados em comerciar do que em divulgar a religião. A possibilidade de recuperação dessa parte da humanidade é vista aqui pelo caminho da religiosidade, numa relação que a torna subordinada, tutelada e guiada na passagem da natureza à cultura.

O governador, porém, como sempre acreditava na eficácia da lei. Assim, estabeleceu um bando (uma proclamação) que proibia a adoração ao deus Bumba,⁹ o mesmo para rituais como Estambes,¹⁰ Douzo ou Quicumbes¹¹ e Mutambes,¹² sumariamente proibidos em Luanda e Benguela. Mais indignado se mostrava com a troca dos dias santos da Igreja Católica pelos dias imediatos à lua nova, considerados sagrados, dedicados aos rituais, pela população. Pela descrição do governador, essas “craçissimas ignorâncias” utilizavam também os mesmos dias consagrados pelos católicos, “fazendo todos estes ilícitos atos nos mesmos sagrados dias em que a Igreja com todos os seus fiéis veneram os sacratíssimos Mistérios da nossa redenção”.¹³

Assim, por exemplo, os administradores pombalinos em Moçambique tentaram — e conseguiram algumas vezes — separar filhos de pais brancos com mães não-brancas, pois essa seria a única maneira de garantir uma educação cristã às crianças e impedi-las de seguirem a religião maometana.¹⁴ Esses administradores postulavam total proibição dos rituais africanos.¹⁵ Por outra parte, em contradição com essa tendência, chegaram mesmo a incentivar casamentos mistos; além disso, incorporaram a linguagem africana, como demonstra, por exemplo, o caso do erudito Sousa Coutinho, que ao escrever ao ministro Francisco Xavier Mendonça Furtado, notificando com pesar a morte de mais

um mestre português que sua fábrica de ferro perdia, não deixa de observar que este morrera de tristeza com saudades da terra e “que banzou como um negro”.¹⁶

Para além desses exemplos delimitadores de tendências, é possível sentir um direcionamento mais generalizante ao nos aproximarmos da atuação do governo de Sousa Coutinho em Angola, com suas inúmeras tentativas de implantação de instrumentos jurídicos na defesa da população local.¹⁷ Contudo, há que considerar que as matrizes européias muitas vezes se recombinavam e o que chamamos procedimentos jurídicos tem a ver com uma ética que se legitimava através dos costumes locais. Sendo assim, os instrumentos jurídicos são muito mais reveladores dos aspectos curiosos do imaginário da época do que premissas das leis de um estado de direito ocidental. E poderíamos, juntamente com Geertz (1983, p. 205), indagar sobre

a questão de saber se as idéias da jurisprudência ocidental podem se aplicar utilmente dentro de contextos não ocidentais (...) as regras jurídicas são constrangimentos ou servem simplesmente para mascarar as racionalizações para alguns juizes, advogados ou outros conspiradores, que tudo querem fazer de todas as maneiras.

Dentre os milhares de casos de processocrime em Luanda, as possibilidades de um africano chegar perante um juiz e um escrivão eram mínimas, mas, como o demonstra o documento com o qual passamos a trabalhar, isso não era impossível.

A periferia perante as ações dos esclarecidos: os autos da devassa

A participação da população local se manifestava desde a sua atuação no grande co-

mércio escravista aos mais variados tipos de prestação de serviços no espaço urbano: como pequenos comerciantes de víveres, lojistas, alfaiates, sapateiros, responsáveis pelos terreiros, guardas da ronda militar, donos de tavernas, militares de baixa patente ou ocupando cargos subalternos na administração local. Não só em papéis tão incisivos mas em situações consideradas das mais subordinadas, como a de um escravo, esses habitantes integravam a conformidade das coisas com relação aos valores dessa sociedade, dentro das formas de legitimações sociais locais para a aceitação nesses círculos. O chamado controle social nessas comunidades se fazia pela coibição daquilo que certas leis do direito português puniam. Mas também seguiam as leis que na prática significavam muito dos costumes africanos. Por exemplo, o próprio médico do governador Sousa Coutinho, vindo de Lisboa, não conseguiu se livrar da perseguição dos “curandeiros da terra”, a ponto de não ter como sobreviver em Luanda; e para não morrer de fome teve que morar na casa do governador.¹⁸ Sob um aparente cumprimento das leis que, em princípio, se aplicavam a todo o espaço urbano de Luanda, encobria-se a prática de um cotidiano que, na realidade, se guiava por outras ordens e diretivas que não aquelas que o governador sonhava implantar.¹⁹

Do período do governo de Sousa Coutinho extraímos, portanto, um processo tendo como réu um africano, com a finalidade de demonstrar, por um lado, as manobras dos poderes locais e os limites da atuação do governador e, de outro, as possibilidades dos africanos de se moverem em espaços onde se conjugavam as leis lusas e as africanas.

No auto do corpo de delito em que aparece como réu Manoel de Salvador, escravo do tenente João da Silva Franco, residente em Luanda, contou que foi junto com a mãe e um irmão embarcado para o Rio de Janeiro

e, sendo ainda “cria”, não se lembrava direito e que sabia somente que depois fora escravo de Henrique da Mata, caixeiro da Companhia de Pernambuco. Mais tarde foi vendido a um capitão do Rio de Janeiro e que este o vendeu ao seu atual dono.

Por se vestir de forma estranha para um escravo, Salvador fora preso ao ir à casa do alfaiate Florencio de Sam Payo, quando levava a este uma peça de Damasco e o alfaiate desconfiou se tratar de furto. O alfaiate contou perante o juiz que, uma semana depois do Natal anterior, apareceu em sua casa Manoel de Salvador, que lhe comprou “um jaleco de chamalote novo, forrado de tafetá, cor de pérola” e por desejar mangas no dito jaleco foi necessário mais chamalote e para isso o escravo foi rapidamente buscar. A despesa final chegou a sete mil réis, ao que Manoel prontamente pagou “sem pôr dúvida nenhuma no preço”, tendo o pagamento sido feito em dinheiro de prata além de “uma pataca do Brasil”. Na segunda vez em que Manoel apareceu em sua loja, Florencio o prendeu e o levou à casa de seu senhor e o tenente João da Silva disse que o escravo “podia fazer a obra que quisesse”. Fatos como esses intrigavam os habitantes de Luanda: um escravo vestido daquele jeito e com tanto dinheiro. Acrescente-se ainda o fato de ter sido visto distribuindo moedas de ouro e prata entre as negras. No fundo, todos suspeitavam de algo estranho.

Acusado de usar jaleco de chamalote e calção de linhagem, Salvador era visto pela população com muita desconfiança. Sob suspeição, nada passava despercebido em seus atos. Durante todo o traslado do auto de exame e de corpo de delito a que foi submetido, dos 54 depoimentos, entre testemunhas e referidos, o foco era sempre como ele se vestia. Os depoimentos eram generosos na descrição dos detalhes das vestimentas de Salvador, nas sedas e linhos. E, além de tudo,

na descrição dos fatos envolvendo o esbanjamento de dinheiro.

Os motivos concretos para sua prisão só se apresentaram no início de 1771, quando Manoel de Salvador, “em flagrante delito, foi achado e apanhado pela ronda militar em casa de Manoel da Silva Machado Palhares, com os instrumentos de duas facas (...)”.²⁹ O episódio levantou toda a cidade.

Instaurada a ação penal contra Manoel de Salvador, durante o interrogatório o réu se justificou afirmando que, “quando foi a recado em casa do Machado da Quitanda, não fora com ânimo de o roubar, nem de o matar, (...), que tinha sido mandado pelo seu amo para levar recado” e que depois fora passear com o seu *matafumo*, tendo a intenção de passar a noite com a negra Teresa. No entanto, como o dono da casa chegara, foi obrigado a se esconder debaixo da cama do taverneiro, onde foi encontrado pela Ronda.

Salvador, em sua defesa, relata de que maneira obtinha tamanhos recursos para um simples escravo. Sua primeira versão foi muito pouco convincente. Negou que usasse “veste e calção de chamalote e de guingão e de bretanha”, e disse que usava somente um “jaleco de chamalote, desses que fora acusado de usar”. Salvador continuou afirmando que vivia a expensas de seu senhor, apesar dos argumentos do juiz e de todos saberem que o tenente João da Silva Franco era pobre e não poderia fornecer vida tão faustosa para seu escravo. Por isso, por várias vezes foi instado a só falar a verdade, pois se mentisse teria conseqüências.

Contudo, não convincente nessa versão, Salvador partiu para uma outra: de como o seu irmão, no Rio de Janeiro, lhe mandava dinheiro e ouro em pó e com isso ele, Salvador, podia comprar as roupas e ter moedas de ouro e prata.

Numa terceira versão, Salvador diz que o dinheiro que possuía advinha da venda das esteiras e canudos que mandava por um ami-

go seu, por navio, para o Rio de Janeiro. O marinheiro, escravo, citado por Salvador foi chamado a depor e negou que tivesse feito qualquer transação desse tipo. Ao ser advertido para dizer a verdade, pois várias testemunhas haviam dito tê-lo visto gastar dinheiro de ouro e prata com suas amigas, e que o seu senhor não tinha como lhe dar por ser pobre, respondeu que,

“quando gastava com as grandezas, era do que lhe traziam os seus amigos do Brasil em que faziam cinco ou dez mil réis e que mandava para os Brasis seus canudos e caximbo e esteiras pelos seus amigos de que lhe vinha o produto e que seu senhor sabia dessa mesma negociação”.

Pelas declarações das testemunhas, a prisão de Salvador não tinha sido feita antes por simples falta de oportunidade, pelo menos no que diz respeito às acusações dos comerciantes da praça de Luanda. Salvador estava sob o olhar vigilante de todos eles há muito tempo.

Os vários donos de lojas de tecidos de Luanda chamados a depor se disseram vítimas de furtos de peças, como Manoel Fernandes, o Surdo, que reclamava de roubos de tecidos em sua loja. Quando da apreensão dos bens de Manoel de Salvador, o comerciante reconheceu algumas “peças” e “fitas” que desapareceram de sua loja, entre elas “uma peça de bortalho encarnado sua com o selo da casa da Índia de Lisboa de que ainda tem duas irmãs, e os lenços também irmãos dos que ele testemunha tem a sua loja”. Das 16 testemunhas que se disseram “lojistas” — em geral, do comércio variado —, muitas são citadas por saberem algo sobre Salvador, mas o tom é o mesmo: a forma de vestir do negro era notória e pública naquela cidade, sabiam o que todos sabiam.

Na Luanda setecentista proliferavam as lojas — na sua maioria, de secos e molhados. Segundo Silva Correa, mais de molhados

que de secos, graças ao lucro da venda da geribita, aguardente vinda do Brasil que estimulava a chegada de “homens propensos a taberneiros”, que faziam todos os tipos de trapanças para “adquirir qualquer excesso ao seu pequeno cabedal”.²¹ Numa rápida olhada no quadro em anexo, em que estão listadas as pessoas (com respectiva idade, profissão e naturalidade) referidas pelo processo dos autos da devassa sobre Manoel de Salvador, facilmente percebe-se que, dentre os 62 nomes (total de todos os citados no processo), é significativo o número dos que se dizem lojistas ou assistentes, ou apenas vivem de seus negócios. Vêm em seguida os militares, profissão que não excluía a atividade de comerciante. E, pelo caráter do processo, alguns alfaiates, na sua maioria originários do Rio de Janeiro, onde por sinal, na época, estavam organizados em uma poderosa corporação. Muitos desses lojistas “viriam apolentar-se em cabedais”, como pode ser visto numa comparação desses nomes com uma lista dos mais abastados comerciantes de Luanda em 1810 (Rebelo, 1968, p. 43), em que aparece o jovem João Barbosa Rodrigues, então com 15 anos de idade e que é citado como testemunha nos autos da devassa (por ter vendido uma catana ao negro Salvador); ele se declara assistente da loja do tio Francisco Rodrigues Barbosa (próspero lojista que também aparece como testemunha na devassa sobre Salvador). Outra testemunha, Ancelmo da Fonseca Coutinho, 30 anos, natural de Luanda, também consta no topo dessa lista em 1810, cuja finalidade dos integrantes era pedir à coroa licença para se deslocarem para o Rio de Janeiro. Por sinal, esse movimento — dos comerciantes de Angola em direção ao Rio de Janeiro — encontrava-se em caminho oposto no período de Sousa Coutinho.²²

Um quadro muito mais complexo e intrigante emerge quando passamos a analisar as

relações entre Salvador e o tenente João da Silva Franco, tido como seu proprietário. O escravo — até que ponto o era, não se sabe — foi argüido por várias vezes se tinha dado dinheiro a seu dono para que este o comprasse ao capitão da Companhia de Pernambuco; nesse ponto, nada se define, pairando a dúvida se Salvador era escravo ou forro. É impossível, a partir dos depoimentos do tenente João da Silva Franco, dizer que Salvador era seu escravo. Algumas testemunhas se referiam a Salvador como o “cozinheiro do tenente”, sendo que o próprio Salvador dizia que quisera permanecer junto ao tenente ou que este o comprasse, por saber da “fama de bom cativo” que aquele dava a seus escravos.

Em nenhuma altura do processo ficou esclarecido onde foi parar o tal dinheiro que o *escravo* dera ao tenente quando ainda era cativo de Henrique da Matta ou se esse dinheiro (45 mil réis) existiu mesmo. Nos autos consta que o tenente João da Silva Franco, questionado a respeito, disse que Salvador veio procurá-lo com “uma caixa de chifre preto encapada em um pedaço de pano e amarrada com um mastro vermelho e lacrado e no fundo uma carta lavrada”, juntamente com o dinheiro que mandara o seu irmão no Brasil para fazer o seu “resgate do cativo”. Confirmava assim ter comprado Salvador de Henrique da Matta por 45 mil réis, afirmando ainda que Salvador resolveu ficar em sua casa como cozinheiro. Em todo o traslado dos autos, apesar das declarações do tenente João da Silva, o tratamento dado a Salvador é de “o réu escravo do tenente”, mesmo porque as relações escravo-tenente eram no mínimo de estreita cumplicidade. No momento da acareação entre o tenente João da Silva Franco e Manoel de Salvador, o juiz pergunta diretamente a Salvador se ele era ou não escravo do tenente, ao que aquele responde: “Eu sirvo ao tenente como um escravo”.

vo, mas sou tratado como um forro" (!). Nas ocasiões em que foi interrogado, o tenente nada estranhava:

Perguntado se não notava como o réu Manoel de Salvador andava trajado e os seus gastos e não notava algo estranho, respondeu que acreditava que fosse por conta do que o irmão do preto enviava do Brasil.

Chamado a depor diante do juiz, Henrique da Matta, caixeiro da Companhia de Pernambuco, disse que foi dono de Salvador, mas que o vendera a um capitão do Rio de Janeiro chamado João da Silva Canoa, por 45 mil réis, e antes disso pensava enviá-lo para o Rio de Janeiro "junto com outros também ladinos (...) que os ditos escravos lhe tinham furtado perto de duzentos mil réis de miçangas". O termo ladino, no Brasil colonial, significava aquele escravo que conhecia um pouco a língua portuguesa e, sabendo dos códigos locais, sabia manejar as regras do jogo na sociedade escravista brasileira; era mais precioso para alguns trabalhos na lida com o seu amo, mas também ardiloso, sabendo se safar e capaz de artimanhas e fugas (Mattoso, 1982, p. 122). Os ladinos luanenses eram enviados para o Brasil, mas, considerados indesejáveis, eram mandados para outras terras, onde provavelmente acabariam por se tornar ladinos novamente.

No final do processo, em 17 de outubro de 1771, Salvador foi sentenciado e o tenente condenado como cúmplice dos crimes de roubos na Companhia de Pernambuco e no Terreiro. Em 21 de outubro de 1772, Salvador morre, sob prisão, em um hospital.

A defesa do negro Manoel de Salvador, baseada nas diversas versões explicativas de seus atos, e os 62 depoimentos dos moradores de Luanda só chegaram até nós graças à administração de Sousa Coutinho, que consagrou diferentes disposições legislativas re-

ferentes ao estatuto das "populações indígenas". Sousa Coutinho acreditava na possibilidade da instauração de um estado de direito na África e que o poder português, sobretudo na sua dimensão legislativa e prática, só seria implantado através desse tipo de atuação. Era o ponto de vista de um administrador que apostava na potencialidade do Estado português, ou, pelo menos, era dos poucos que levava essa "potencialidade a sério".²³ Em suas "Memórias" sobre a África, Sousa Coutinho justificava a necessidade de leis que protegessem mais os negros, que determinassem um mínimo de chances de defesa para a população escrava, como é o caso da lei por ele estabelecida com a necessidade de criar junta para o julgamento. A escolha parecia ser lógica para um mundo bárbaro (natural) desprovido de código (cultural), onde as pessoas não tinham padrão jurídico definido. Assim, pensava aquele governante, era necessário defini-lo.

Cumprir descobrir o que significa toda a trama envolvendo o vestuário nesse caso do negro Manoel de Salvador. O olhar das 54 testemunhas se dirigia para a maneira de vestir do réu. Todos são taxativos: o modo de vestir de Salvador era notório e público em toda Luanda. Algumas testemunhas chegam perante o juiz com uma única declaração: o réu andava "muito bem vestido e asseado para um escravo". No encaminhamento das perguntas feitas às testemunhas, evidenciava-se a preocupação com localizar a culpa do negro Salvador, mas o latente nas respostas era que o crime se constituía não só pelos roubos, como também pelo modo como se vestia Salvador, ousadia máxima de um escravo.

No âmbito da discriminação oficial, a própria coroa portuguesa tentou legislar a respeito para demarcar as diferenças, mas se mostrou vacilante, estabelecendo e revogando logo em seguida as leis que proibiam os

mulatos e negros de se vestirem iguais aos brancos.²⁴ Apesar de os “brancos, fuscos e mulatos civilizados se vestirem cristãmente”, alguns conseguiam chamar a atenção pelo luxo de seu vestuário, como os sertanejos que se esmeravam em jóias e roupas ricas.²⁵

A história dos tecidos, roupas, na vida africana pode ser considerada segundo as várias possibilidades de seu uso. Com o advento do comércio atlântico, vulgarizou-se o uso de tecidos europeus e indianos, originariamente fabricados de fibras de palmeira. O privilégio do uso de tecidos importados cabia inicialmente aos soberanos e a seu grupo mais próximo. Essa prática, como distinção do *status* em relação ao restante da população, foi bastante estimulada pelos europeus, ao presentear com tecidos e vestuários luxuosos os dirigentes africanos (Dias, 1992, p. 163).

Enquanto meio de troca, o pano foi abundantemente utilizado tanto no litoral ocidental quanto no litoral oriental da África, usado pelos portugueses, seja em Angola ou em Moçambique, no lugar de moeda corrente, servindo como pagamento do soldo das tropas²⁶ e para quitar as contas na venda de escravos, enfim, para todos os usos. Como moeda, os panos de rafia e de palma foram largamente usados, variando em tamanho, qualidade e material, pelo menos até o século XVIII, como o atesta Silva Correa. Na troca por escravos, marfim, cera e ouro, o pano foi objeto predominantemente usado pelos portugueses, tanto nos sertões quanto no litoral angolano. Muitas vezes, a troca com ingleses ou franceses era mais vantajosa para os africanos, que adquiriam os tecidos importados por preços mais baixos. Até os fins do período, com o avanço da indústria têxtil européia, o seu uso ficou disseminado por toda a região. Além de valor de troca e marca de *status* social e político, os tecidos eram usa-

dos na categoria de adornos pessoais e nas cerimônias dos rituais aos antepassados, em funerais e casamentos.²⁷

No espaço urbano de Luanda setecentista as diferenças entre os segmentos sociais eram, também, demarcadas pelos tipos de vestuário. Para os escravos ou soldados sem fardamento, refere-se Correa às entangas²⁸ como a roupa usual dos negros. As mulheres que recebiam a “alunha de brancas” imitavam as européias no vestir. As outras tinham seus vestidos “talhados à muçulmana”. “Os brancos, fuscos e mulatos civilizados se vestem cristãmente” (Correa, 1937, p. 82). Quando Salvador aparecia nas ruas de Luanda vestido em linhos, chamalote e sedas, significava que um escravo estava vestido como um civilizado, chamando a atenção dos moradores pelo fato de não saberem como ele obtivera os recursos necessários.

O processo espelha, ao fim de tudo, o cotidiano de Luanda e os depoimentos são os lugares privilegiados de onde é possível observar a formação mental da época — fronteira de dois universos contíguos que perpassam os textos de maneira mais transparente pelo uso dos termos africanos (matafumo, banzo etc.) ou nas temáticas recorrentes (os vícios gentílicos, costumes bárbaros etc.). Através dos depoimentos das testemunhas, sabe-se da existência em Luanda de uma Ronda e que esta controlava a ordem na cidade, que era hábito os moradores, à noite, sentarem à soleira da porta de suas casas a conversarem até tarde, e foram estes os que testemunharam a prisão de Salvador. E, também, que escravos ladinos tinham como solução, do ponto de vista de seu dono, o embarque para o Brasil.

Na listagem das 62 pessoas referidas no processo, distinguimos 54 dentre testemunhas e referidos que fizeram depoimentos e outras oito que foram apenas citadas. Não chega a ser uma mostra significativa da po-

pulação de Luanda, mas um ângulo possível e rico de observar seu modo de vida e sua maneira de pensar.

Em seu estilo elegante, muitas vezes referindo-se aos africanos de maneira agressiva e racista, outras formulando opiniões profundamente críticas sobre seus compatriotas, Francisco Inocencio de Souza Coutinho foi

um arguto observador de uma cultura diversa e típico homem de sua época, com sensibilidade suficiente para indicar aos próximos governantes a chave para a leitura daquela realidade tão distinta da sua: "(...) se os meus dois primeiros sucessores possuírem a arte de resistir às Cigarras, que são as serejas nestes Mares".²⁹

NOTAS

1. "Modernidade é amplamente vista como o resultado de um longo processo de diferenciação cognitiva, técnica e institucional. Para se ficar aqui somente ao domínio do cognitivo, a passagem do 'primitivo' ao 'moderno' equivale a uma divisão das tarefas e a uma relativa autonomia das esferas de pensamentos e de crenças. Esses são saberes limitados e próprios a experiências específicas, partilhados por uma fração frequentemente restrita de membros de uma sociedade dada. O processo que resultou na modernidade aparece como a expressão mais e mais efetiva de um conjunto de saberes e de sistemas de pensamentos autônomos, o ponto de partida de um tal movimento é mais frequentemente apreendido segundo uma perspectiva evolutiva, com uma confusão cognitiva primordial no pior dos casos, com uma sorte de conformismo das idéias (...)" (Berthoult, 1990, p. 27-8).
2. "(...) o iluminismo pombalino era de tipo católico, aberto às concepções galicanistas, jusnaturalistas e experientialistas, mas essencialmente oposto às idéias dos 'filósofos' franceses" (Torgal, 1983, p. 135).
3. Francisco Inocencio de Sousa Coutinho foi governador de Angola de 1764 a 1772, integrava a aristocrática família dos Sousa, trineto de Fernão de Sousa, também governador de Angola entre 1624 a 1630. Serviu à coroa portuguesa em missões diplomáticas na Inglaterra e na Espanha.
4. "Relatório do governador D. Miguel António de Mello (1798)". Angola no começo do século — 1802. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 9, 1885.
5. "O pressuposto de que existem padrões de conhecimento e de ação universalmente válidos, e restritos, é um caso especial de uma crença cuja influência ultrapassa o domínio do debate intelectual. Essa crença (...) pode ser formulada através da afirmação da existência de um modo de vida certo e que o mundo deve ter sido feito para aceitá-lo (...) Razão e racionalidade são poderes afins e que se encontram rodeados da mesma áurea que os deuses, os reis, os tiranos e as leis implacáveis" (Feyerabend, 1991, p. 20-1).
6. Muito bem caracterizada por Silva Correa em sua *História de Angola*, uma década depois, em 1783: "(...) que sendo a venda de cativos o objeto, que produz mais conveniência, é o cativo a pena dos mais insignificantes delitos: delitos, que não incluindo ação alguma crimínável, são arbitrados pela fanazia dos seus bárbaros legisladores" (p. 94).
7. Em carta a Martinho de Mello Castro notifica a publicação do bando proibindo a escravização por dívida entre os africanos (2 de janeiro de 1771, Doc. 1, Caixa 55, Angola, AHU).
8. "Proibi nesta capital, e na cidade de Benguela, os Estambes na ocasião de morte como um rito de barbaridade, que os negros praticavam, e que os brancos com horror o digo aproveitando sem razão, e sem discernimento" (Francisco Inocencio de Sousa Coutinho, 1769, Doc. 1, cx. 53, Angola, AHU).

9. Ídolo venerado publicamente, segundo informação de Sousa Coutinho (Doc. 1, Cx. 53, AHU, Angola, 1769).
10. Silva Correa, 1937, p. 82-8, descreve como ritos funerários celebrados durante oito dias, em que "os lamentos são cantados pelas ruas, expremidos no idioma do país por boca dos escravos dos defuntos", com missa para o defunto e finaliza com os batuques na casa dos parentes.
11. "(...) toda a severidade das leis deve exercitar-se contra as casas vulgarmente chamadas *douzo* ou *quicumbes*, nas quais as negras, debaixo de invocações diabólicas, e das mais grosseiras e gentílicas superstições na presença de embusteiros, e de ridículos ídolos, vão receber as preparações e ensaios da prostituição e as quais conta que alguns brancos esquecidos do respeito, e fidelidade, que devem a nossa santa religião (...)" (Doc. 1, Cx. 53, AHU, Angola, 1769).
12. Segundo Sousa Coutinho, rito em que alguns animais são sacrificados em homenagem aos mortos (Doc. 1, Cx. 53, Angola, AHU, 1769).
13. Doc. 1, Cx. 53, AHU, Angola, 1769, Cópia do bando que proíbe os *estambes* e outras barbaridades.
14. Relações entre portugueses e cafres (Documento 98, Caixa nº 25, Moçambique, AHU).
15. Silva Correa (1937, p. 87), uma década depois, testemunhou que "A maior parte dos brancos, seguindo as inclinações de uma vida mole, e licenciosa, ama a torpeza e tolera os ritos gentílicos por complacência aos objetos do seu deleite".
16. Angola, Caixa 55, Documento 61, ano 1771 — Sousa Coutinho. Segundo Silva Correa (1937, p. 173), "banzar exprime a paixão voluntária, que dizem abraçam os negros, preferindo a morte ao cativo". No Brasil: nostalgia mortal dos negros da África, hoje usado como triste, abatido, pensativo (cf. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*).
17. A respeito de "se deverem sentenciar sumariamente em Junta os crimes dos negros presos, e que o governador como presidente faça as visitas da cadeia" (1766, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, em carta para Francisco de Mendonça — Documento 18, Cx. 50, AHU).
18. Documento 53, Cx. 54, AHU, Angola, 11.7.1770, Carta de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho para o conde de Oeiras: "(...) e como contra ele se levantou uma tempestade dos antigos curandeiros da terra, a qual o faria morrer de fome, se eu o não tivesse em minha casa (...)"
19. No seu testemunho da Luanda setecentista, Silva Correa (1937, p. 83) descreve os costumes: "O idioma dominante é o ambundo. As senhoras, costumadas a fazerem-se entender às suas escravas por esta linguagem, são verbosas nas conversações familiares, e mudas nas polidas assembléias (...). Os homens falam português, e são elegantes no ambundo." "Nos rebaldes da cidade, a religião é miscilânica, composta da católica, da maometana, e da pagã (...)" (*idem, ib.*, p. 93).
20. Doc. 43, cx. 55, Angola, AHU, julho, 1771.
21. Por exemplo, falsificavam a aguardente, acrescentando água salgada, pimenta e outras coisas para que as pipas de geribita rendessem mais (Silva Correa, 1937, p. 40-2). Para um estudo aprofundado sobre a questão, ver Miller, 1988, Cap. 16.
22. Doc. 47, cx. 55, Angola, AHU, 1771, carta de Sousa Coutinho ao marquês de Pombal: "Alguns negociantes, que se haviam retirado para o Brasil, têm voltado bem convencidos de que lá não acham as mesmas comodidades que deixaram; e de outros tenho visto cartas aos seus correspondentes em que reputam este, presentemente, o melhor lugar de comércio que têm os fiéis e felizes vassallos de sua Majestade."
23. "Potencialmente um 'grande país' (como os célebres mapas que rebatiam Angola e Moçambique no espaço europeu), economizávamos o penoso dever de palpar a nossa pequenez. A intervalos, um

ou outro estadista da linhagem morta dos Albuquerque e dos D. João de Castro (um Sousa Coutinho, um Pombal, um Sá da Bandeira, um Norton de Matos) tomavam essa potencialidade a sério. Mas a metrópole não os seguia" (Lourenço, 1988, p. 41).

24. Lei de 24 de maio de 1745, revogada em 19 de setembro de 1749 (Rodrigues, 1964, p. 60).

25. "Nos sertões de Angola, apelidam brancos, aqueles negros, cujo trato e distinção os põem ao alcance de andar calçados (nota em Correa, 1937, p. 120).

26. O pagamento era feito pela Fazenda Real em panos: "É dinheiro mais corrente nos sertões, aonde a moeda não tem valor entre os negros. Estas fazendas correspondem em qualidade ao uso daqueles povos" (Correa, 1937, nota 1, p. 74).

27. Para o século XVII: "Panos finos de entrecasca branco (Lucanda) seriam vestidos pelos Ambudu na festa da Lua Nova e os tecidos coloridos de preto serviam às mulheres de vestuária de luto" (Heintze, 1989, p. 30).

28. "Três covados de pano, ou baeta de qualquer qualidade, que enrolam na cintura. Muitos se contentam com um retalho que cubra o que o pudor isenta de se ver". (Correa, 1937, p. 71). Para os séculos anteriores, dizia-se: "O vestuário de entrecasca, que geralmente se compunha de um saiote chamado tanga (a parte superior do corpo ficava nua), constituía no século XVII sobretudo o vestuário do povo, das mulheres e dos pobres bem como o vestuário ritual" (Heintze, 1989, p. 30).

29. Doc. 17, Cx. 53, AHU, Angola, 6.3.1769, de Francisco Inocêncio Sousa Coutinho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Luís de *et al.* (1991). *O confronto do olhar. O encontro dos povos na época das navegações portuguesas, séculos XV e XVI. Portugal, África, Ásia, América*. Lisboa, Caminha.
- BARRETO, José Mimoso (1984). *Souza Coutinho, precursor da abolição da escravatura*.
- BERTHOULD, Gérald (1990). "La métissage de la pensée". In: *La pensée métisse. Croyances africaines et rationalité occidentale en questions*. Presses Univ. de France/Cahier de L'I.U.E.D. Gevéve, p. 17-43.
- BOX, C. R. (1977). *Relações raciais no império colonial português, 1415-1825*. Porto, Afrontamento.
- CARVALHO, José Murilo (1980). *A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- CORREA, Elias Alexandre da Silva (1937). *História de Angola*. Lisboa (escrito nos fins do século XVIII).
- DELGADO, Ralph (1958). "O governo de Sousa Coutinho em Angola". *Studia* (1) Lisboa.
- DESJEUX, Dominique (1991). *Le sens de l'autre. Stratégies, réseaux et cultures en situation interculturelle*. Paris, Unesco.
- DIAS, Gastão Souza (1936). "D. Francisco de Inocêncio de Sousa Coutinho — Administração pombalina em Angola". *Cadernos Coloniais* (27). Lisboa.
- DIAS, Jil (1992). *África. Nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa. Comissão dos Descobrimentos Portugueses.
- FEYERABEND, Paul (1991). *Adeus à razão*. Lisboa, Ed.70.

- FUENTES, Angela (1954). "D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho: esboço de uma obra que se perdeu". *Boletim do Instituto de Angola* (4). Luanda.
- FRANÇA, José Austo (1987). *Lisboa pombalina e o Iluminismo*. Lisboa, Bertrand.
- GEERTZ, C. (1986). *Savoir local, savoir global. Les lieux du savoir*. Paris, P.U.F.
- HAZARD, Paul (1983). *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa, Ed.Presença.
- LOURENÇO, Eduardo (1988). *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*. Lisboa, Dom Quixote.
- MARGARIDO, Alfredo (1984). "La vision de l'autre (African et indien d'Amérique) dans renaissance portugaise". In: *Colloque sur le humanisme Portugais dans la Renaissance*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1984.
- MATTOSO, Kátia de Queirós (1982). *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- MAZZOLENI, Gilberto (1992). *O planeta cultural. Para uma Antropologia Histórica*. São Paulo, Edusp/Inst. Cultural Ítalo-Brasileiro (Ensaio de Cultura 2).
- MELLO, Miguel António de (1885). "Relatório do governador..." (1798). *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 9.
- MILLER, J. (1988). *Way of death: marchant capitalism and the Angolan slave trade, (1750-1830)*. Madison, Univ. Wisconsin Press, 1988.
- NOGUEIRA, Jofre Amaral (1960). *Angola na época pombalina: o governo de Sousa Coutinho*. Lisboa.
- NOVAIS, Fernando A. (1986). *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial. (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec.
- REBELO, Manuel dos Anjos da Silva (1968). *Relações Entre Angola e Brasil — 1808-1830*. Lisboa, Ag. Geral do Ultramar.
- RODRIGUES, José Honório (1964). *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2 v.
- TORGAL, Luís Manuel Soares dos Reis (1983). "Pombal perante as ideologias tradicionais e católicas". In: *Pombal revisitado*. Lisboa, Estampa, v. 1, p. 131-58.

GLOSSÁRIO

Bretanha — Tecido fino de linho ou algodão.

Catana — Faca comprida e larga

Chamalote — Tecido em que a oposição do fio produz um efeito ondulado. Tecido de lã de camelo.

Chicanas — Ardil, astúcia, tramóia.

Cria — Criança escrava, filho de escravos.

Damasco — Tecido de seda, com desenhos lavrados, que se fabricava em Damasco (cf. *Dicionário Aurélio*).

Guingão — Tecido muito fino de algodão.

Jaleco — Casaco curto semelhante à jaqueta.

Matafumo — Companheiro, amigo (cf. *Dicionário Camecatin*, 1859).

Vara de fitas — Porção de tecidos com comprimento dessa medida. Antiga medida de comprimento equivalente a 1,10 m (cf. *Dicionário Aurélio*).

Quadro dos nomes das pessoas citadas no processo: a devassa sobre
Manoel de Salvador (Doc. 43, Cx. 55, 1771, AHU)

NOME	IDADE	OFÍCIO	NATURAL	OBS.	INFORME
José Gonçalves de Sá	30	Lojista	Ilha da Madeira		
Manoel Francisco Fernandes	54	Lojista	Portugal	Dono de loja de tecidos	Define seu negócio como secos e molhados
Francisco da Silva Monteiro	34				
João Barbosa Rodrigues	15	Assistente na loja do tio		Aparece na lista de 1810 como rico comerciante	Sobrinho de Francisco Rodrigues Barbosa
Tereza de Farias					
Josefa de Lazaro	+ 30	Dona de uma senzala (escrava)	Libolo		
Antonio de Sousa Portela		Militar (capitão)		Citado na petição	Parente do juiz Bernardo Portela
Cactano Mathias Leytao		Militar (coronel)		Citado na petição	
Francisco Rodrigues Barbosa	41	Lojista	Portugal (V. Vianna)		
Joaquim José Coutinho		Ouvidor Geral			
Bernardo Nunes Portela		Juiz			
Antonio José Carlos	36	Lojista	Portugal (Porto)		
Rosa		Aluga quartos (escrava)		Alugou casa a Salvador	
Eusébio de Paulo	+ 25	Oficial de pedreiro (escravo)	Encoje	Matafumo de Salvador	Escravo do tenente João da S. Franco
João Martins					Irmão de Salvador no Rio de Janeiro
Joaquim Tavares da Costa		Lojista			
Manoel Rodrigues Algaravio		Trabalha na loja de Joaquim Tavares da Costa		Morava na loja de Joaquim Tavares da Costa	Disse ter visto Salvador entrar na Cia. de Pernambuco

Continua

Aberturas e limites da administração pombalina na África

NOME	IDADE	OFÍCIO	NATURAL	OBS.	INFORME
Luiz Antonio Otavio	38	Caixeiro	Portugal (Porto)	Caixeiro do coronel Mathias da Costa	
Antonio Fernandes Marrano	40	Agência	Portugal (Algarve)		
José Cactano Vianna	32		Portugal		
Manoel Ferreira dos Santos	43	Militar (capitão)	Luanda		
Manoel de Sousa de Almeida	43		Luanda		
Manoel Gomes Campos	39	Carpinteiro	Rio de Janeiro		
Florencio de Sam Payo	32	Alfaiate	Rio de Janeiro	Sujeito à Santa Casa da Misericórdia	Quem primeiro mandou prender Salvador
Luiz Azar	40	Lojista	França		
Antonio Simbez	25	Militar (capitão)	Luanda		
Manoel Cactano		Assistente na casa de Antonio José da Silva			
Antonio José da Silva		Militar (capitão)			
João Ferreira	38	Lojista (alferes)	Ilha da Madeira		
José de Oliveira	23	Lojista	Portugal (Porto)		
João da Costa Feyo	34	Lojista	Ilha de São Miguel		
Manoel da Fonseca Guimarães	33	Lojista	Portugal (Guimarães)		
Manoel José da Rocha e Silva	27	Caixeiro			Caixeiro do sargento-mor José da Silva Rego
Antonio José Machado	42	Lojista	Portugal		
Henrique Francisco da Matta	40	Caixeiro da Cia. de Pernambuco	Portugal (Porto)		Foi proprietário de Salvador

Continua

Selma Pantoja

NOME	IDADE	OFÍCIO	NATURAL	OBS.	INFORME
José Pacheco Correia	40	Mestre alfaiate e lojista	Ilha de São Miguel		
Sebastião José Martins Ribeiro	42	Lojista	Portugal		
Angela Gunya Malunbo	+ - 40	(escrava)	Libolo		Amiga de Salvador
Francisco Martins	40	Medidor do Terreiro (capitão)	Luanda		Cunhado do tenente João da Silva Franco
Francisco Pereira da Silva					
Antonio		Carpinteiro (escravo)			
Teresa		(escrava)			Escrava de Manoel da Silva Machado Palhares
Joaquim		(escravo)			
Manoel da Silva Machado Palhares	67	Lojista (taverneiro)	Portugal (Guimarães)		Dono da casa onde foi autuado Salvador
João da Silva Franco		Militar (tenente)			Proprietário de Salvador
José Antonio de Aragão					
Roque Jacinto					
João da Silva Canoa		Militar (capitão)	Rio de Janeiro		Comprou Salvador de Henrique da Matta
Mathias da Costa		Militar (coronel)			
Cactano José Mourão	24	Oficial de sapateiro	Portugal		
José da Silva Rego		Militar (sargento-mor)			
João da Silva Cansa		Capitão do navio Escorrega			
Manoel da Costa Pinheiro					
Miguel João	30	Marinheiro (escravo)			

Continua

NOME	IDADE	OFÍCIO	NATURAL	OBS.	INFORME
Ancelmo da Fonseca Coutinho	30	Lojista	Luanda	Consta na lista como um dos ricos comerciantes, em 1810	
Brás Rodrigues	70	Dono de Agência	Portugal		
Hipólito de Miranda		Soldado	Portugal		
Manoel Gomes Romão		Escrivão			
Manoel Cactano de Sá	45	Assistente na casa do capitão	Portugal	Assistente na casa do capitão Antônio José da Silva	
Salvador Borges	47	Lojista	Ilha Terceira		
Antonio José do Nascimento	38	Guarda da Feitoria	Luanda		
Matheus Vieira Dias	25	Lojista	Luanda		
Bernardo José Rabello	32	Lojista	Portugal		

SUMMARY

The carrying out of the inquiry about the blackman Salvador

The text analyses the city of Luanda, in the 18th century, an urban micro-space, quite diversified in what concerned its ethnic and social components, under the government of Sousa Coutinho. This Pombal's envoy, seen as the legitimate representative of the illuminist thought in Africa, believed that the establishment of a "legislation" was crucial, so that justice would have space in the continent.

A way of observing the documentation of the period has been the search of the point of view of

the habitants of this region, revealed in the petitions, letters, official papers, requests and processes, original from several social segments, under a demand of justice and protection.

Under this kind of witnessing, the process and the carrying out of the inquiry about the black man Manoel de Salvador are exemplary documents of high transparency, generous in details, showing the web where the daily life in Luanda took place.

RESUMÉ

Les pièces de l'enquête sur le noir Salvador

Le texte aborde la ville de Luanda, au XVIII^e siècle, un micro-espace urbain, assez diversifié en ce qui concerne ses composantes ethniques et sociales, sous le gouvernement de Sousa Coutinho. Cet envoyé de Pombal, vu comme le représentant légitime de la pensée éclaircie en Afrique, croyait que l'implantation d'une "législation" était fondamental pour que la justice ait de l'espace au continent.

Une façon d'aborder la documentation de cette période a été celle de rechercher le point de

vue des habitants de cette région, révélé dans les pétitions, lettres, dépêches, requêtes et pièces de procès originaires de plusieurs segments sociaux, soucieux de justice et de protection.

Encadré dans ce genre de témoignage, le procès et les pièces de l'enquête sur le noir Manoel de Salvador sont des documents exemplaires, à grande transparence, généreux aux détails, qui montrent le réseau par lequel la vie quotidienne se déroulait à Luanda.



Cacheu na encruzilhada de civilizações

Johannes Angel*

*Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Guiné-Bissau.

- Lopes, Carlos (coord.). *Mansas, escravos, grumetes e gentio. Cacheu na encruzilhada de civilizações*. Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1993, 348 p.

Muito mais do que a história de um obscuro lugarejo da costa oeste africana, antes a “primeira capital do território”, hoje “abandonada como um sarcófago sem cadáver”, nas palavras do coordenador em sua introdução, os trabalhos reunidos nesse volume representam contribuições significativas para um assunto de relevância tanto histórica como atual, e não apenas de interesse para africanistas: a constituição da Guiné-Bissau, antiga Guiné Portuguesa, pequeno país encravado na *África francófona*, com o Senegal ao norte e a Guiné-Conakry ao sul.

Para a historiografia brasileira e o público menos especializado, o volume contém achegas de uma certa importância para toda a época colonial, o tráfico de escravos e a outra face dessa mesma moeda, que são os cenários históricos africanos ligados a esse comércio. De uma forma mais particular, foi a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão que assumiu um papel relevante para a constituição da rede urbana da *Costa da Guiné*, muito mais abrangente do que a *Guiné Portuguesa* e a Guiné-Bissau independente (desde 1973/74). É de lamentar que o estudo fundamental de Antônio Carreira, *As companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o Nordeste brasileiro* (Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1969, 565 p.), praticamente não tenha encontrado recepção no Brasil, tendo sido publicado pouco antes do livro de Manuel Nunes Dias sobre o assunto (São Paulo, USP, 1971). A presente coletânea representaria, pois, uma boa ocasião para retomar os fios de um conjunto muitas vezes visto, no Brasil, de uma forma um tanto limitada devido às proporções gigantescas que aí a história e a historiografia da escravidão compreensivelmente assumem.

O livro, editado sob a coordenação do antigo diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), de Bissau, foi publicado apenas em 1993, reunindo as contribuições de historiadores e outros cientistas sociais, entre eles alguns de renome, apresentadas por ocasião do colóquio internacional em comemoração dos 400 anos da fundação de Cacheu, realizado em Bissau, de 22 a 24 de novembro de 1988. A cidade de Cacheu foi de fato uma verdadeira “encruzilhada de civilizações”, conforme o subtítulo do livro: encruzilhada entre os mansas, como são chamados os antigos reis mandigas do império de Kaabu (até a sua destruição pelos fulas em 1867), os grumetes, lançados ou tangomaos, como intermediadores entre europeus e africanos, e finalmente os europeus, comerciantes, soldados, missionários, administradores, aventureiros. E isso apesar de as manifestações locais dessas civilizações não terem sido, quase nunca, bastante elevadas para deixarem entrever, no enredado de mesquinhez, decadência e perversidade, as grandes civilizações européias-cristãs, africanas-islâmicas e africanas-autóctones, das quais eram, de uma forma ou de outra, emanções, mesmo se aviltadas.

Mas talvez, tal como se apresentou ali, tenha sido aquela a verdadeira face do reino e pátria-mãe Portugal, longe de quaisquer vislumbres de um duvidoso “processo civilizatório” europeu *à la* Norbert Elias ou de uma sociedade burguesa capaz de assegurar um mínimo de regras e *civilidade*. Como o rei de Bissau, da etnia pepel, em 1765 declarou a três frades franciscanos, durante as conversações para a construção da fortaleza local: era bastante claro que eles afinal tinham ido a Lisboa buscar portugueses “para nos virem explorar” (p. 105).

As contribuições de George E. Brooks (Universidade de Indiana, Bloomington), Jean Boulègue (Centre de Recherches Afri-

caines, Universidade de Paris I) e de Maria Emília Santos (Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Universidade de Lisboa) demonstram que a presença dos europeus e de seus aliados na Costa da Guiné se manifesta, até o século XIX e por quase todo o decorrer deste, apenas por um certo número de estabelecimentos comerciais isolados, situados ao longo dos rios Gâmbia, Casamansa, Cacheu, nas ilhas de Bissau e de Bolama e no Rio Grande de Buba, sem nenhum componente de assentamento permanente e quase sem feições nem equipamentos que pudessem conferir-lhes um aspecto minimamente urbano. Eram tristes postos avançados de um poder longínquo e em declínio, “simulacros de soberania”, na formulação de Ramos da Silva (*Subsídios para a história militar*, 1915).

A maior exploração era a do comércio escravagista. Sem nenhuma presença colonizadora na região, fora dos poucos portos, a finalidade motora de Portugal foi o tráfico humano. De Farim e Geba, de Bolama e Cacheu — atualmente decadentes cidadezinhas do *interior* —, partiram incontáveis milhares de pessoas, raptadas, para morrerem nos fundos dos navios ou nas plantações das Américas. O propósito e a mola promotora da fundação de praças e presídios e das permanentes tentativas de recuperação dos portos e fortes da Guiné foi o tráfico de escravos. Em 1755, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão é encarregada da construção do Forte de Bissau e praticamente toma nas mãos as rédeas dos destinos da colônia.

Notável é a evidente falta de qualquer soberania de Portugal na região. Mesmo nos portos e até na capital da Guiné, os portugueses tiveram que pagar tributos aos povos circunvizinhos a seus estabelecimentos. Os arredores de Bissau só foram “pacificados” em 1915, as ilhas de Bijagós “definitiva-

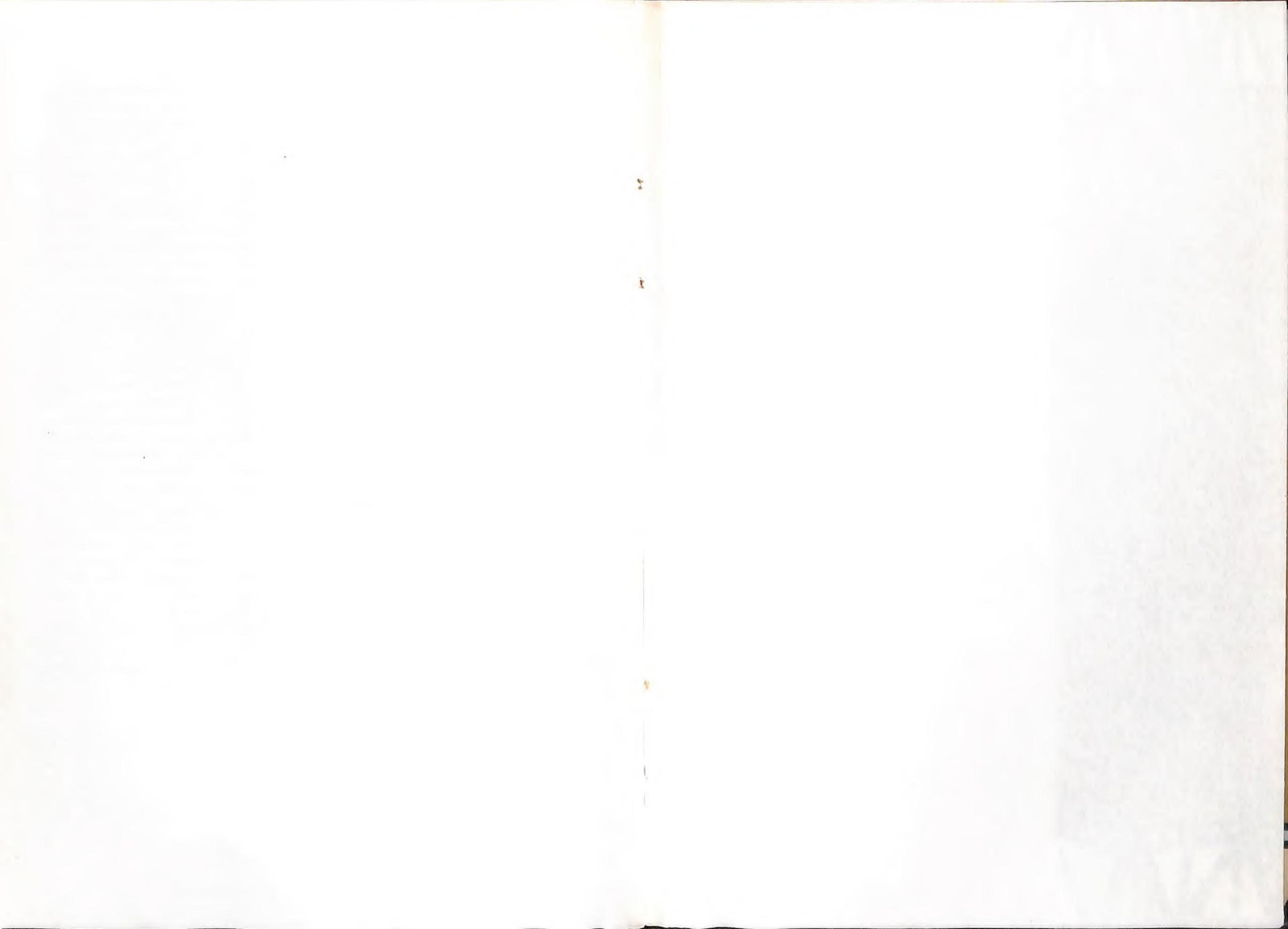
mente” conquistadas apenas em 1936. Não parece existir nenhuma notícia sobre alguma viagem de algum luso-africano ou português entre Bissau e Cacheu, cidades distantes uma da outra hoje em dia apenas uma hora de carro, mas que até praticamente o fim do século passado tinham as ligações por terra entre elas bloqueadas pelo *gentio*.

Portugal não só não tinha na colônia de Guiné Portuguesa nenhuma autoridade de fato, como perdeu cada vez mais, durante o século XIX, a sua influência na Casamansa, que, nos tratados de Berlim, ficou atribuída à França. Também a Grã-Bretanha contestou algumas vezes aquela posse portuguesa e em 1837 até mesmo mandou para Bissau e a costa da Guiné um navio de guerra; em 1858 ocupou a ilha de Bolama, reclamando também a propriedade de outras ilhas do Arquipélago dos Bijagós e declarando, dois anos mais tarde, aquelas regiões como sua propriedade, incorporada na administração de Serra Leoa. As contendas entre as pretensões portuguesas e inglesas foram arbitradas, em 1870, por uma comissão dirigida pelo presidente norte-americano Ulysses Grant. Se a sentença tivesse sido favorável à Inglaterra, ao menos grande parte do que é hoje o território da Guiné-Bissau teria tido um outro destino.

O que, nos relatórios portugueses da época, aparece como ações do “gentio insolente” e “ataques traiçoeiros”, o guineense Peter Karibe Mendy apresenta como uma tradição secular de resistência africana contra o colo-

nialismo, assunto esse também de um importante volume recentemente publicado pelo autor: *Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*, Bissau, INEP, 1994. O artigo de Peter K. Mendy, como aliás também as demais supramencionadas contribuições, mostra que os estabelecimentos portugueses estavam completamente dependentes das populações locais circunvizinhas. Tanto para viveres e mercadorias quanto em relação à própria sobrevivência, o destino daquela pequena minoria portuguesa, quase sempre em deplorável estado de decadência física e moral, estava nas mãos dos autóctones, certos da sua superioridade não só numérica mas também baseada na consciência de serem eles os senhores da terra, enquanto os que se autodenominavam *civilizados* não passavam de invasores e pilhadores de suas riquezas.

Ao lado das comunicações em torno do grande tema da “encruzilhada de civilizações”, o volume traz assuntos mais específicos, como a islamização das regiões interiores (Carlos Lopes), o papel de Cacheu na missão católica (João Vicente), as origens da língua crioula, que hoje é a língua franca do país (Jean-Louis Rougé), um estudo linguístico sobre o verbo crioulo (Chérif M’Bodj), ensaios sobre as figuras “crioulas” de Honório Pereira Barreto e Amílcar Cabral (Carlos Rui Ribeiro e Lars Rudebeck), sobre a administração colonial portuguesa (Wladimir Brito) e sobre a Companhia de Cacheu, 1671-1676 (Daniel Pereira).





Número anterior

- Raça, gênero e economia na política de emancipação britânica
- A transição da escravidão no Caribe britânico
- Afro-brasileiros e identidade étnica na África Ocidental
- Relações raciais e trabalho rural no Rio de Janeiro
- O princípio da ação afirmativa e o progresso racial
- Contracorrentes na Diáspora: negros coloniais e caribenhos
- Aspectos sociopolíticos do racismo na Venezuela
- Multiculturalismo e a negação do racismo nos Países Baixos
- Duas variantes das relações raciais no Caribe
- Narrativas de igualdade racial no Brasil, no México e em Cuba
- Documento: o Relatório Alcoforado